



**PODER EXECUTIVO - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**



MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA

**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS
NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA**

UFAM

MANAUS - AM

2014

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

O48d Oliveira, Márcia Maria de
Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea / Márcia
Maria de Oliveira, 2014.
340f. il. color.
Tese (doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) –
Universidade Federal do Amazonas.
Orientador: Prof. Dr. Nelson Matos de Noronha

1. Mobilidade urbana 2. População - Amazônia 3. Migração
interna 4. Migração internacional I. Noronha, Nelson Matos (Orient.)
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU(2007) 314.15(811)(043.3)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia
Defesa de Tese de Doutorado

DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia..

Avaliada e aprovada em 24 de Junho de 2014

Banca examinadora:

Professor Doutor Nelson Matos de Noronha

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA
Orientador e Presidente da Banca

Professora Doutora Maria Pilar Cuder Dominguez

Universidad de Huelva - Espanha
Programa de Posgrado Máster Oficial y Doctorado en Género, Identidad y Ciudadanía - GIC
Examinadora - convidada externa

Professora Doutora Francilene dos Santos Rodrigues

Universidade Federal de Roraima - UFRR
Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSF
Examinadora - convidada externa

Professor Doutor Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA
Examinador - convidado interno

Professor Doutor José Aldemir de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA
Examinador - convidado interno

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea.** Márcia Maria de Oliveira / Orientador: Nelson Matos de Noronha. Manaus: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas, 2014.

Resumo

Na presente tese, abordamos as principais dinâmicas migratórias observadas na Amazônia na última década e a sua importância para a compreensão dos processos de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da região. Tais mudanças se fazem notar em todos os setores da sociedade a ponto de ser quase impossível pensar a Amazônia sem levar em consideração as migrações internas e internacionais que conferem à região uma mobilidade humana intensa. O estudo indica que as dinâmicas migratórias envolvem todas as dimensões da sociabilidade e representam mais uma possibilidade de leitura e interpretação da Amazônia inserida na complexidade da dinâmica da migração internacional em suas variadas dimensões. O Perfil Migratório da região identifica fatos novos e antigos de deslocamentos de populações que fazem circular novas bases de produção, transferências de tecnologias e conhecimentos.

Palavras Chave: Amazônia, dinâmicas migratórias, mudanças, mobilidade humana.

Abstract

In this thesis, we discussed the main migration dynamics observed in the Amazon over the last decade and its importance for understanding the processes of social, political, economic and cultural changes in the region. Such changes are remarkable in all sectors of society to be almost impossible to think the Amazon without taking into account the internal and international migrations that give the region an intense human mobility. The study indicates that migration dynamics involve all dimensions of sociability and represent another possibility of reading and interpreting the Amazon inserted into the complexity of international migration in its various dimensions. The Migration Profile of the region identifies new and old phenomena of population movements that circulate new production basis, transfer of technology and knowledge.

Key Words: Amazon, migratory dynamics, changes, human mobility.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I - Considerações sobre a metodologia aplicada aos estudos migratórios na Amazônia	16
Capítulo II - O migrante e as teorias migratórias contemporâneas na Amazônia	47
2.1. Algumas elaborações teóricas da categoria “sujeito”	49
2.2. O sujeito migrante e as teorias migratórias: uma equação necessária	53
2.3. Teorias migratórias a partir de Foucault	62
2.4. Teorias migratórias nos estudos críticossociais	77
2.5. A migração na Amazônia e a construção de novos paradigmas na construção do espaço e das espacialidades	80
Capítulo III - Novas dinâmicas da migração interna na Amazônia contemporânea: perfil migratório e análises interdisciplinares	96
3.1. Os paradoxos da <i>desruralização</i> na Amazônia e seus impactos nas dinâmicas migratórias contemporâneas	100
3.2. A categoria <i>limites ecológicos</i> , de Wallerstein, e sua relação com a migração interna na Amazônia	126
3.3. <i>Democratização</i> e migração compulsória no contexto indígena na Amazônia	139
Capítulo IV - A feminização da migração na Amazônia: desafios e perspectivas nas novas dinâmicas migratórias	166
4.1 Conjecturas a cerca da <i>feminização</i> da migração	167
4.2 As principais variáveis da feminização de migração	171
4.2.1. A crise econômica mundial e o reordenamento internacional do trabalho	173
4.2.2. A indústria internacional do sexo	185
4.3. A Feminização da Migração na Amazônia como categoria de análise	190
4.3.1. A variável das questões de gênero e as relações de dominação aplicadas à feminização da migração na Amazônia	195
4.3.2. A crise econômica mundial e o reordenamento internacional do trabalho na Amazônia	201
4.3.3. A variável da indústria internacional do sexo e sua intersecção com a feminização da migração na Amazônia	213
Capítulo V - Considerações sobre o perfil das migrações internacionais na Amazônia	219
5.1. Levantamento quantitativo das migrações internacionais na Amazônia	222
5.1.1. Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2007 no Amazonas.	223

5.1.2. Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2008 no Amazonas.	228
5.1.3. Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2009 no Amazonas.	233
5.1.4. Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2010 no Amazonas.	247
5.1.5. Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2011 no Amazonas.	248
5.1.6. Algumas considerações sobre a autorização de visto ou residência em caráter humanitário na Amazônia entre 2010 e 2013.	253
5.1.7. Algumas considerações sobre as solicitações de refúgio na Amazônia de acordo com os registros da Delemig entre 2007 e 2011.	261
5.2. Para além dos números: a vida e as trajetórias dos migrantes internacionais na Amazônia	265
5.2.1. Os japoneses na Amazônia mais de cem anos depois do Kasato-Maru	266
5.2.2. Migrantes e refugiados colombianos na Amazônia: luz de velas em noites sombrias	274
5.2.3. Migração Haitiana na Amazônia: " <i>Ann Pale Potigè</i> " - como falar português?	293
Considerações finais	324
Referências	328
Anexos	341
Anexo 01: formulário de pesquisa aplicada aos haitianos	342
Anexo 02: formulário de pesquisa aplicado aos migrantes na Amazônia	345
Anexo 03: ofícios da DELEMIG/DREX/SR/DPF/AM	349

Todo Cambia

*Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo
Cambia el modo de pensar
Cambia todo en este mundo*

*Cambia el clima con los años
Cambia el pastor su rebaño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño*

*Cambia el más fino brillante
De mano en mano su brillo
Cambia el nido el pajarillo
Cambia el sentir un amante*

*Cambia el rumbo el caminante
Aunque esto le cause daño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño*

*Cambia el sol en su carrera
Cuando la noche subsiste
Cambia la planta y se viste
De verde en la primavera*

*Cambia el pelaje la fiera
Cambia el cabello el anciano
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño*

*Pero no cambia mi amor
Por más lejos que me encuentre
Ni el recuerdo ni el dolor
De mi pueblo y de mi gente*

*Lo que cambió ayer
Tendrá que cambiar mañana
Así como cambio yo
En esta tierra lejana*

*Cambia, todo cambia
Cambia, todo cambia...
Pero no cambia mi amor*

Tudo Muda

Muda o superficial
Muda também o profundo
Muda o modo de pensar
Muda tudo neste mundo
Muda o clima com os anos
Muda o pastor e seu rebanho
E assim como tudo muda
Que eu mude não é estranho

Muda o mais fino brilhante
De mão em mão seu brilho
Muda o ninho o passarinho
Muda o sentimento um amante

Muda o rumo o caminhante
Ainda que isto lhe cause dano
E assim como tudo muda
Que eu mude não é estranho

Muda o sol sua direção
Quando a noite o subsiste
Muda a planta e se veste
De verde na primavera

Muda a pelagem a fera
Muda o cabelo o ancião
E assim como tudo muda
Que eu mude não é estranho

Mas não muda meu amor
Por mais longe que eu me encontre
Nem a recordação nem a dor
De meu povo e de minha gente

O que mudou ontem
Terá que mudar amanhã
Assim como eu mudo
Nesta terra tão longínqua

Muda tudo muda
Muda tudo muda...
Mas não muda meu amor.

(Mercedes Sosa y JulioNumhauser)

Introdução

A presente Tese de Doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, foi orientada pelo professor Doutor Nelson Matos de Noronha, contou com o financiamento integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, na modalidade de bolsa por demanda social. Realizou-se no período compreendido entre março de 2010 e junho de 2014 e contou a modalidade "sanduíche" para realização intercâmbio de estudos no Programa de Pós-graduação Mestrado Oficial e Doutorado em Gênero, Identidade e Cidadania – GIC, da Universidade de Huelva – UHU, na Espanha, entre julho de 2010 e julho de 2011¹. Insere-se na linha de pesquisa número 02 do PPGSCA/UFAM que compreende os estudos na área das redes, processos e formas de conhecimento; processos socioculturais envolvendo redes pelas quais se ligam os atores e instituições sociais na Amazônia; processos de formação de territórios e desterritorialização envolvendo modos de existência de indivíduos e grupos humanos, considerando-se as suas inter-relações e as relações estabelecidas com o Estado e outras entidades; a investigação da comunicação, dos mecanismos da cultura e das políticas de integração; a produção do conhecimento, a organização e práticas institucionais, constituição de domínios espaciais, virtuais fixos ou móveis e princípios de objetivação e subjetivação social e cultural.

¹ O Intercâmbio contou com o financiamento integral da Fundação Carolina, entidade parceira da CAPES no Programa Ciência Sem Fronteiras.

Sustentamos nessa tese que as diversas dinâmicas migratórias resultaram em uma nova conformação da sociodiversidade da Amazônia exigindo uma abordagem verticalizada por parte dos estudos migratórios e do conhecimento que lhes concernem. Essa pesquisa aponta que há consideráveis fluxos de migração nessa região que desafiam o Estado Nacional a elaborar políticas migratórias capazes de lidar com realidades específicas da migração na Amazônia tais como situação irregular de milhares de peruanos, os constantes deslocamentos dos povos indígenas nas regiões de fronteira, a situação de colombianos *desplazados*² e o fluxo intenso de haitianos solicitantes de refúgio e visto humanitário. Somam-se a esses fluxos a circulação permanente de migrantes inter-regionais e a crescente migração interna ou intraestadual, com grande concentração na cidade de Manaus.

Esse estudo orientou-se pela análise das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que permitem avaliar os êxitos e desafios enfrentados pelos migrantes nos últimos dez anos na Amazônia num contexto onde a mobilidade humana representa uma temática pertinente aos estudos migratórios nos planos nacional e internacional. Dessa forma, os estudos migratórios representam a base preliminar e o fio condutor das análises aqui apresentadas e fornecem um suporte respeitável aos estudos interdisciplinares em diálogo com as ciências sociais, a geografia, a história, a demografia, a estatística, dentre outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, acredita-se que compreender a Amazônia, sem entender suas dinâmicas migratórias a partir de uma análise epistêmica das pesquisas baseadas na interdisciplinaridade, representa uma grave lacuna para a ciência e a sociedade.

² Deslocados internamente, ora pelas políticas econômicas neoliberais, ora pelos conflitos internos.

Esta pesquisa pauta-se pela leitura crítica das migrações na Amazônia, compreendida a partir da constatação de eminentes deslocamentos compulsórios que exigem relacionar causas e consequências de uma realidade que apresenta características de um contexto globalizado específico, o qual os(as) pesquisadores(as) e autores(as) especializados(as) vêm denominando de “mobilidade humana”.

No decorrer da pesquisa concluímos que a carência de estudos, as mudanças incidentes, o ingresso de novos sujeitos e a necessidade de propor novas diretrizes de políticas migratórias justificam o investimento em uma pesquisa em nível de doutorado que se propõe ao desafiante estudo da Amazônia brasileira compreendida a partir de suas dinâmicas migratórias. Observamos as especificidades e os desafios no campo epistemológico, contribuindo com os estudos dos processos socioculturais na região a partir dos estudos migratórios com os aportes interdisciplinares das teorias que proporcionam um estudo sistematizado das migrações e suas influências na construção do espaço urbano na Amazônia.

Apresentamos na pesquisa alguns elementos que contribuem para elaboração do perfil migratório da Amazônia observando a dinâmica da mobilidade humana e analisando as mudanças resultantes desse processo especialmente os novos rostos dos migrantes nos últimos dez anos. Partimos da hipótese de que as dinâmicas migratórias podem fornecer uma nova chave de leitura e interpretação da Amazônia em seus processos socioculturais, os quais resultam de novas conjunturas da mobilidade humana, marcadas pelos deslocamentos compulsórios e as novas estratégias de ordenamento sociopolítico, econômico e cultural na região. Uma análise mais aguda da referida temática possibilitou situar o panorama das migrações internas e os processos que convergem para a migração internacional.

De acordo com a pesquisa faz-se necessário buscar novos elementos para elaborar o conceito de migrante na Amazônia, levando em consideração a mobilidade de indígenas, estrangeiros indocumentados ou irregulares, refugiados, ribeirinhos e outras categorias específicas decorrentes de novos eventos, como o contrabando de migrantes, a feminização da migração e o tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual comercial. Adotou-se, assim, uma metodologia visando possibilitar a análise da realidade com um olhar crítico, de modo a “desnaturalizar” (GONDIM, 2007: 74) os fatos sociais mediante as técnicas de pesquisas das ciências sociais. Tal estudo exigiu um rigor metodológico e uma prática científica extremamente cuidadosa a fim de garantir a segurança dos sujeitos envolvidos na pesquisa assegurado o seu direito de anonimato. Como se trata de estudo de grupos e redes sociais de migrantes, executamos alguns trabalhos de campo em espaços estratégicos de acolhida a migrantes e refugiados³ bem como em espaços caracterizados pela saída intensa de migrantes. A pesquisa de campo foi pautada pelo levantamento documental dos indicadores oficiais referente ao ingresso de migrantes internacionais na Amazônia nos últimos dez anos. Utilizamos também o registro das narrativas e histórias de vida e a observação participante⁴ visando identificar a formação das redes de migrantes nas experiências de adaptação e na luta pela cidadania.

O uso combinado do conjunto de métodos e técnicas na realização de entrevistas e nos estudos de caso exigiu um planejamento minucioso que implicou a preparação teórica, a escolha dos textos diretivos, a extensa pesquisa de campo e,

³ Espaços vinculados ou administrados pelo Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Manaus. Espaços da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga. Centro de acolhida ou abrigo temporário da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania do Acre.

⁴ Especialmente, a participação nos eventos promovidos pela Pastoral dos Migrantes. Também utilizaremos a metodologia da observação participante nas aulas de português que realizamos, desde novembro de 2011, com as mulheres haitianas num abrigo da Paróquia São Sebastião, no centro de Manaus.

finalmente, a análise interpretativa dos dados à luz do arcabouço teórico. Entretanto, o contato prévio com o campo foi determinante para a realização da pesquisa em diversos momentos anteriores ao desenvolvimento do propósito de pesquisa. Esse fato foi decisivo para situar o campo da pesquisa, o que facilitou uma abordagem mais densa quando se iniciaram os procedimentos da investigação. O fato de já conhecer as redes migratórias, os espaços frequentados pelos migrantes internacionais e pelos refugiados na cidade de Manaus, nas cidades fronteiriças e em outras cidades da Amazônia, significa que já possuíamos algum suporte para o início da pesquisa. Ou seja, o fato de já termos realizado estudos anteriores, em nível de graduação e mestrado, que foram apresentados em fóruns nacionais e internacionais, contribuiu, sobretudo, para avançarmos nos estudos em nível de doutorado aprofundando, principalmente, os trabalhos empíricos acumulados até aqui.

Para a formulação dos métodos e técnicas de pesquisas adotamos as orientações de Zaluar (1986), que enfatiza a importância do registro das conversas informais e chama a atenção para os mínimos detalhes que podem revelar grandes descobertas, em que a pessoa entrevistada “[...] explica a sua linguagem, justifica e tenta entender as suas e as ações dos outros [...]ou mesmo revela segredos mantidos velados a outros estranhos” (ZALUAR, 1986: 123). Nosso estudo insere-se num projeto de rompimento das barreiras que distanciam a pesquisadora dos sujeitos pesquisados, sem, no entanto, esquecer qual é o seu papel no campo da pesquisa. As relações informais surgiram logo no processo de interação com os grupos ou famílias individuais e contribuíram para uma maior proximidade com os participantes da pesquisa. O grau de proximidade e confiança que se estabeleceu dependeu das relações de alteridade e reciprocidade entre ambos, especialmente

nas redes de migrantes. Entretanto, os migrantes tinham de estar conscientes da presença e do papel da pesquisadora evitando, ao máximo, intervir nas relações sociais e no cotidiano das pessoas. O grande desafio era o estabelecimento do equilíbrio na relação com o grupo pesquisado.

Paralelamente ao trabalho de campo elaboramos uma síntese sistemática apontando os principais fatores que concorreram para a migração interna e internacional na Amazônia. Para se chegar a um maior detalhamento do perfil da mobilidade humana neste contexto específico, retomamos os resultados do censo demográfico de 2010⁵ e os indicadores do Projeto de Lei 1664 que concedeu anistia aos migrantes estrangeiros na Amazônia. Cruzamos essas informações com os dados fornecidos pela Delegacia de Polícia de Imigração - Delemig, do Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Amazonas, com os dados do Conselho Nacional de Imigração – CNlg, do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, que é uma agência da Organização das Nações Unidas para os Refugiados e com os relatórios da Organização Internacional para os Migrantes.

A tese encontra-se estruturada em cinco eixos temáticos interligados e distribuídos em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentamos algumas considerações sobre a metodologia aplicada aos estudos migratórios na Amazônia, as particularidades da pesquisa de campo e o modo como os resultados foram sistematizados. No segundo capítulo tratamos o tema das teorias migratórias contemporâneas e suas convergências epistêmicas a partir do migrante que, em sua pluralidade, continua desafiando os pensadores sociais que se ocupam em elaborar

⁵Os indicadores do XII Censo Demográfico 2010 apresentam um grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características socioeconômicas, o perfil da população e as características de seus domicílios e, ao mesmo tempo, se transforma em uma plataforma sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década. Os indicadores estão sendo divulgados por etapas e categorias.

conceitos e teorias da subjetividade. O terceiro capítulo apresenta as novas dinâmicas da migração interna na Amazônia contemporânea com algumas pistas para a elaboração do perfil migratório orientado pelas análises interdisciplinares. No quarto capítulo abordamos a temática da feminização da migração e identificamos quais os desafios e as perspectivas que esse fato representa nas novas dinâmicas migratórias especialmente em nível internacional. No quinto e último capítulo apresentamos algumas considerações sobre o perfil das migrações internacionais na Amazônia baseada em dados institucionais e na pesquisa de campo.

Capítulo I
CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA APLICADA AOS ESTUDOS
MIGRATÓRIOS NA AMAZÔNIA

Aqui existe um povo!
A Amazônia não é somente um ambiente físico,
mas também um ambiente humano,
com uma história social, política e econômica,
com uma cultura própria, ou melhor, com
várias culturas bem diversificadas entre si.
Aqui existe um povo com múltiplos rostos:
índio, caboclo, negro, migrante...

(Cláudio Perani, 2007)

Na atualidade, muitas são as representações da Amazônia construídas a partir das várias áreas do conhecimento e da produção da ciência na região. Algumas interpretações primam pela abordagem dos naturalistas que pensam a Amazônia sob o prisma da sua fauna e flora em seu potencial e da exuberância de seus recursos naturais ou dos problemas e entraves ambientais. Muitos são os autores que contribuem para essa abordagem. A título de exemplificação, destacamos os trabalhos do naturalista Louis Agassiz, em sua obra *A aventura à Amazônia*, fruto da expedição liderada por ele entre 1865 e 1866. Alguns críticos afirmam que Agassiz realizou um trabalho orientado pela teoria criacionista, que se

opunha à teoria de Charles Darwin e utilizou a Amazônia para exemplificar o que interpretou como “atrasos dos habitantes dos trópicos”⁶.

Atraído pelo discurso sobre a exuberância da biodiversidade da Amazônia, o naturalista Henry Bates (1825-1892), estudioso de história natural, também esteve na região entre os anos de 1848 e 1859 e escreveu uma importante obra apresentando os resultados de seus estudos da região⁷, primando pelos aspectos naturais e pela representação da Amazônia em sua sociobiodiversidade.

Ainda no campo das ciências naturalistas, encontramos importantes estudos botânicos, geológicos ou geobotânicos que elaboram representações da Amazônia baseadas na sua paisagem e flora, como na obra de Friedrich von Martius(1794-1868)⁸. Nesse quadro temático, os naturalistas Alexander von Humboldt (1769-1859) e Aimé Bonpland (1773-1858) representaram a Amazônia como a “hileia brasileira” enfatizando a sua condição de floresta equatorial com uma referência à condição humana como resultante da relação com a floresta.

Outra significativa representação da Amazônia nos é apresentada pelos etnólogos em suas expedições pela região. De modo especial, destacamos o trabalho do alemão *Theodor Koch-Grünberg* (1872-1924) que iniciou suas viagens pelo Brasil em 1896, como membro da expedição liderada por Hermann Meyer pelo Rio Xingu. Em 1911 retorna à região para explorar o Rio Branco (Roraima) e em 1913 chega ao Rio Orinoco (Venezuela). Dessa expedição, resulta um importante tratado etnológico originalmente publicado em alemão em 1917 *Vom Roraima Zum Orinoco*, posteriormente traduzido ao português por Cristina Alberts-Franco

⁶ Especialmente o filósofo norte-americano Willian James (1842–1910) que, mesmo tendo participado da mesma Expedição Thayer ao Brasil, questionou alguns estereótipos apresentados por Agassiz sobre os trópicos e seus habitantes.

⁷BATES, Henry Walter. *O naturalista do rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

⁸ARRUDA, Maria Izabel Moreira. *Cartas inéditas de Friedrich von Martius*. São Paulo: USP. 2003. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/bc/>>. Acesso em abril de 2013.

Roraima ao Orinoco, publicado no Brasil em 2006⁹. Nessa obra, o autor descreve suas viagens com riqueza de detalhes e interpretações da região tendo por referência o pensamento ocidental, o que confere à sua etnologia uma representação da Amazônia baseada nas teorias comparativas.

A Amazônia também é representada por seus ecossistemas, sua ecologia e territórios nos estudos geográficos, geopolíticos e econômicos como aqueles desenvolvidos por Becker (2005) que afirma que a Amazônia tornou-se a síntese contraditória dos modelos industrialistas e *ecodesenvolvimentistas* dominantes no final do milênio¹⁰. Na literatura, grandes obras elaboram representações da Amazônia como o “paraíso perdido” no qual a floresta e as pessoas são vistas numa inter-relação como num grande mosaico elaborado, dentre outros, por Euclides da Cunha (1866-1909) que a descreve sob forte influência da História Natural. Em sua obra sobre a região¹¹, o autor expressa sua preocupação com a “ciência amazônica” que, a seu ver, somente se tornará possível mediante a divisão temática da floresta e seus componentes, acenando que “a definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural”. Entretanto, é Euclides quem apresenta uma das primeiras representações da Amazônia baseada no contexto migratório denunciando a omissão do Estado.

Nessa mesma perspectiva, com a obra *Inferno Verde* (1908)¹², Alberto Rangel, elabora uma representação literal da Amazônia brasileira como o *sertão* do

⁹KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco, v.1: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. Tradução Cristina Alberts-Franco. São Paulo: Editora UNESP, 2006.*

¹⁰BECKER, B. "Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico". Em CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*, Bertrand Brasil, 1996.

¹¹“*Contrastes e Confrontos*” (1907) e “*À margem da História*” (1909). Tomamos por base a publicação: CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

¹²RANGEL, Alberto. *Inferno verde (scenas e scenáriosdo Amazonas)*. São Paulo: Tours - TypographiaArrault, 1927.

início do século XX, apresentando “uma ideia de região então assentada em seu aspecto infernista” (PAIVA, 2011:332).

Recentemente, o projeto "A Amazônia dos viajantes: Ciência e História", desenvolvido no Museu Amazônico, sob a coordenação do professor Nelson Matos de Noronha, resultou em um importante apoio teórico para a análise das representações da Amazônia construídas a partir do olhar dos viajantes (NORONHA, 2011)¹³. Nessa mesma linha de abordagem, os trabalhos de Ernesto Renan Melo Freitas Pinto apresentam-nos os traços principais da constituição do pensamento social na Amazônia, enfatizando que, ao longo dos tempos, foi estabelecido um “conjunto relativamente restrito de ideias” frequentemente acionado para “construir as representações passadas e presentes desse universo cultural” (PINTO, 2006).

Essas representações que listamos de forma aleatória e de maneira tão resumida dão-nos uma vaga ideia da vasta literatura das representações da Amazônia. Muitas outras obras e autores poderiam ser aqui descritas, entretanto, não é esse o nosso objetivo. O que pretendemos é apresentar mais uma possibilidade de interpretação da Amazônia tendo por base a dinâmica da mobilidade humana na região, ou seja, o contexto migratório. Esse propósito, que cremos ousado, não desqualifica, de forma alguma, os importantes estudos das migrações na região. Pelo contrário, nossa pretensão é partir dos estudos já elaborados e tentar avançar um pouco mais, talvez com novas possibilidades de análise ou apenas identificando possibilidades de aprofundamento. De qualquer forma, tentamos elaborar uma representação da Amazônia observando as mudanças provocadas pelas migrações na atualidade.

¹³ O referido projeto resultou numa coletânea de textos publicada em 2011, conforme consta nas referências deste trabalho.

Partimos do pressuposto de que a dinâmica migratória também representa uma importante chave representativa e interpretativa da Amazônia e que os migrantes contribuem com a formação do mosaico da sociodiversidade desta região de “mil rostos” numa miscelânea de culturas, experiências e subjetividades trazidas e levadas nos itinerários migratórios. Observando tais mudanças e analisando as chegadas e as saídas de milhares de pessoas, num contexto que denominamos de intensa mobilidade e permanentes deslocamentos humanos, optamos por dar maior ênfase aos sujeitos ou pessoas em situação de migração, recolhendo deles e delas as pistas para analisar essa sociedade marcada por profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Tivemos como ponto de partida, dentre outros, o conjunto de textos e abordagens teóricas sobre a *migração internacional na Pan-Amazônia* organizados por Aragón (2009). De maneira especial contamos com os estudos das migrações nas fronteiras amazônicas, nos trabalhos de Rodrigues (2012). Na variável das contribuições e intervenções dos migrantes na região enquanto agentes de transformação e mudanças, contamos com a coletânea *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional* (HOMMA, et al, 2011).

Esse estudo possibilitou-nos a identificação dos principais elementos propulsores da mobilidade humana na Amazônia, resultando em uma análise mais aguçada da temática, situando o panorama dos movimentos de migração interna e os processos que concorrem para a migração internacional. Além disso, faz-se necessário buscar novos elementos para se reelaborar o conceito de migrante na Amazônia, levando em consideração a mobilidade de indígenas, estrangeiros indocumentados ou irregulares, refugiados, ribeirinhos e outras categorias

específicas da região decorrentes de novos acontecimentos, como a feminização da migração e o tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual comercial. Adotamos uma metodologia visando possibilitar a análise da realidade com um olhar crítico, de modo a “desnaturalizar” (GONDIM, 2007: 74) os fatos sociais mediante as técnicas de pesquisas das ciências sociais pautadas no rigor metodológico e uma prática científica extremamente cuidadosa e criteriosa¹⁴.

Visitamos várias frentes migratórias nos arredores da Amazônia¹⁵. No Estado do Amazonas, centramos nossas pesquisas nos municípios que ora apresentam maior mobilidade migratória: Tabatinga, Manaus, Coari, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e Presidente Figueiredo¹⁶. No Estado do Acre, centramos nossa atenção nas fronteiras por onde entravam e continuam entrando significativos fluxos de migrantes haitianos nos municípios de Assis Brasil e Brasiléia. Passando por Rio Branco, identificamos algumas tentativas de elaboração de políticas migratórias ainda pautadas na restrição, no controle das fronteiras e na assistência emergencial. Chamou-nos a atenção a criação, por iniciativa do próprio governo do Estado, de um bairro só para haitianos, remetendo-nos ao mito das *cités-guetos*, de Wacquant (2008), referindo-se aos

Conjuntos habitacionais degradados das periferias urbanas e, por extensão e analogia, o espaço agora infame do “subúrbio” que concentra os quatro componentes do racismo recentemente repertoriados por Michel Wieviorka: preconceito, violência,

¹⁴ Observando as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa, salvaguardamos a identidade dos migrantes que aceitaram participar da pesquisa de campo e da aplicação dos formulários de pesquisa.

¹⁵ Iniciamos nossa pesquisa de campo logo no início dos estudos de doutoramento contando com a contribuição da *Porticus Latin Americ*, instituição ligada à Ordem dos Jesuítas na Amazônia que financiou boa parte dos custos com viagem e hospedagem. Tendo em vista o elevado custo das viagens aéreas na Amazônia, gostaria de registrar que essa contribuição foi fundamental para a pesquisa de campo. Da mesma forma, gostaria também de registrar que a pesquisa na região do Purus com os agricultores ou camponeses amazônidas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piaguaçu-Purus também contou com o financiamento do Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social - SARES, instituição presidida pela Companhia de Jesus na Amazônia que nos permitiu continuar participando da equipe de pesquisas que realiza estudos nessa região desde 2006 e utilizar os dados que se referissem à questão migratória. Sinceros agradecimentos e a dedicação desse trabalho.

¹⁶ Inclusive na Zona Rural onde observamos a situação dos migrantes na mineradora da Vila de Pitinga e em duas áreas de assentamento rural: Canoas e Rio Pardo.

segregação e discriminação, e os imbrica numa mecânica de exclusão social (WACQUANT, 2008:17-18).

Na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, também observamos a situação dos haitianos e bolivianos confinados a determinados espaços da cidade, em áreas de risco, de alagação e em condições precárias de habitação. Também essa realidade remete-nos novamente aos estudos dos subúrbios norte-americanos num contexto onde “a política de abandono planejado, conhecida pelos urbanistas como *planned shrinkage*, das zonas deserdadas das metrópoles norte-americanas, emerge assim como uma das principais causas da degradação contínua do gueto negro” (WACQUANT, 2008: 27). A leitura de Wacquant (2008) nos possibilitou a realização de uma observação crítica dos mecanismos de segregação dissimulados nas principais cidades de concentração de chegada dos haitianos, especialmente Tabatinga, Brasília, Porto Velho e Manaus e nos permitiu identificar a postura do Estado, o papel da sociedade e das instituições dedicadas ao atendimento emergencial aos migrantes em situação mais vulnerável. Para o referido autor, “o pensamento crítico deve, com zelo e rigor, dissecar os lugares comuns falsos, revelar os subterfúgios, desmascarar as mentiras e mostrar as contradições lógicas e práticas do discurso” (WACQUANT, 2008: 138).

É possível afirmar que, em todas as etapas da pesquisa de campo e das análises dos resultados, buscamos no pensamento crítico a chave de leitura e entendimento da realidade, tendo como ponto de partida a situação dos migrantes nos diversos contextos. Da mesma maneira, buscamos compreender os dissimulados mecanismos geradores da migração, tendo em vista que

A missão histórica primária do pensamento crítico é a de servir como *solvente da doxa*, questionar perpetuamente a obviedade e as estruturas do debate cívico de maneira a nos darmos a chance de pensar sobre o mundo, em vez de sermos *pensados por ele*,

dissecar e compreender seus mecanismos e assim reapropriá-lo intelectual e materialmente (WACQUANT, 2008:138).

Por se tratar atualmente da maior cidade da Amazônia, centramos nossa pesquisa de campo na cidade de Manaus, onde foi possível visitar as casas de diversos migrantes, mais de uma vez, na maioria dos casos. Dessa forma, ampliamos os laços de relacionamento e de conhecimento da realidade migratória de dezenas ou centenas de pessoas nas frentes de trabalho, nos bairros periféricos, no mercado informal de trabalho, nos centros de acolhida temporária, nos albergues e nos espaços mais frequentados por eles e elas. Também participamos dos momentos de celebração, das festas, conferências, debates, seminários e muitas outras atividades das quais os migrantes participam na qualidade de protagonistas ou como participantes ativos. Em todos esses espaços, estivemos participando junto, contribuindo com reflexões e observando tudo para, depois de um esforço de memória, proceder ao trabalho de sistematização. A pesquisa de campo, logo no início dos trabalhos, levou-nos a reorientar o recorte de *tempo* da dinâmica migratória a qual nos havíamos proposto no projeto de pesquisa. De início, havíamos sugerido trabalhar com dados referentes aos processos migratórios dos últimos cinco anos. Entretanto, percebemos que os dados oficiais, na sua grande maioria, seguem o referencial censitário baseado no recorte dos últimos dez anos o que levou-nos a combinar as informações recentes com os dados do último decênio.

No campo teórico buscamos nos trabalhos de Stuart Hall (2002) que fornecem elementos importantes para compreender as transformações socioeconômicas, políticas e culturais da dita sociedade moderna, a partir da mobilidade humana. Hall duvida ou suspeita da informação de que as identidades

nacionais tenham sido alguma vez tão unificadas ou homogêneas quanto fazem crer as representações que atualmente delas se fazem.

Segundo Hall (2002), nas sociedades pré-modernas, as pessoas tinham certo controle e segurança a propósito do espaço e do lugar que ocupavam. Os quais, comparados ao que veio a ocorrer nas sociedades modernas, geralmente eram suscetíveis a um baixo grau de mobilidade e onde as mudanças transcorriam em processos muito lentos. Na nova conjuntura, os espaços passam a ser reconfigurados em processos muito velozes, coincidindo também com outra configuração da noção de tempo. Isso ocorre porque

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2002:7).

Nesses processos acelerados de profundas mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, na perspectiva de Hall, já não será mais possível falar de identidades culturais intactas. Elas estarão em contínua relação com outras realidades e em permanente reformulação das relações localizadas, das intervenções globalizadas e de seus efeitos. Trata-se de uma inevitável tensão da atual conjuntura. Nessa perspectiva, “as identidades localizadas fragilizam-se na sociedade pós-moderna, de onde novos paradigmas emergem como efeitos das tentativas de ressignificação do eu” (HALL, 2002:7). Note-se que os movimentos de *resistência* à hegemonia do padrão proposto pela globalização, segundo Hall (2002), se fazem perceber nas redes e nas diversas formas de organização social de grupos indígenas e demais grupos de migrantes internos e internacionais. Segundo Said (1999), aquele que elabora uma análise da cultura deveria fazê-lo de uma forma tal

que não condicionasse a reflexão às suas próprias experiências ou vivências culturais predeterminantes. Em contextos migratórios, a cultura se apresenta nessa análise como parte dos problemas da experiência humana e, por isso mesmo, deve ser considerada em toda sua complexidade e com todos os “cuidados” teóricos que exige. Considerando que os grupos sociais constituem-se a partir de diferentes experiências culturais, religiosas e raciais numa mesma instância de abordagem, é preciso o máximo de cuidado na elaboração de análises e, principalmente, de conceitos, para não reproduzir os mecanismos dos dominadores e colonizadores. Para tanto, Said (1999) insere os estudos migratórios na análise dos problemas sociais, econômicos, culturais e políticos atuais:

Pois certamente uma das características mais lamentáveis da época [mundo contemporâneo] é ter gerado mais refugiados, imigrantes, deslocados e exilados do que qualquer outro período da história, em grande parte como acompanhamento e, ironicamente, consequência dos grandes conflitos pós-coloniais e imperiais (SAID, 1999: 406).

Nessa vertente teórica, são analisados fluxos de deslocamentos compulsórios de muitas espécies e não somente aqueles aos quais são atribuídos fatores de causas “naturais” ou as vítimas das guerras. Em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais numerosas (VAINER, 2001: 182). Muitos são os teóricos que analisam a migração sob o ponto de vista da saída forçada ou compulsória e agregam destacadas contribuições a essa área de estudo. A falta de alternativas para a permanência em um mesmo local impulsiona o indivíduo à migração e o obriga a colocar-se em marcha mediante dispositivos de violência “simbólica” e concreta, que atingem diferentes dimensões de sua existência.

Isso encontra-se intimamente relacionado com três questões básicas: em primeiro lugar, com a perda do poder do Estado no

contexto de globalização e, por conseguinte, o efeito desta perda sobre a mobilidade humana; em segundo lugar, com novas situações econômicas, políticas, sociais e culturais que têm ocorrido no cenário mundial, e que afetam tanto os processos como as políticas migratórias; e, em terceiro lugar, com o poder do Estado e as mudanças relacionadas com o poder do Estado perante a sociedade civil e à opinião pública ou perante as pressões da sociedade civil e a opinião pública (MÁRMORA, 2000:19)¹⁷.

Da mesma forma que o Estado, e não somente este, pode lançar mão da violência para expulsar e forçar deslocamentos, também pode utilizá-la para bloqueá-los e impedi-los. Esse fator torna-se evidente na observação das experiências vividas pelos agrupamentos sociais que submeteram-se ao confinamento em campos de refugiados bem como das que se viram impedidas, pelas barreiras, de passar pelas fronteiras monitoradas pela vigilância dos departamentos de imigração das grandes potências internacionais. Isso ocorre principalmente porque atualmente o mundo polariza-se entre regiões cada vez mais ricas e outras cada dia mais pobres. Por um lado, os organismos internacionais garantem condições para a livre circulação do capital e das mercadorias, mas não fazem o mesmo no que tange aos trabalhadores. Para estes, erguem-se cada vez mais muros físicos ou políticos, ou seja, implantam-se políticas cada vez mais restritivas que obstruem a circulação dos imigrantes, os quais são considerados necessários, mas indesejados, pelos países que os recebem (ANTUNES, 1999).

As teorias tradicionais da migração inspiradas no economicismo liberal neoclássico ou no determinismo estruturalista desconheciam, sistematicamente, a dimensão política do fato migratório, o qual remete também a processos de dominação e não apenas a processos econômicos.

Na verdade, o paradoxo, ou, se se preferir, a confusão, apenas denuncia a existência do que se poderia chamar de “ponto cego da teoria migratória”. A referência tem em vista o lugar e o significado

¹⁷ Texto traduzido do espanhol sob nossa responsabilidade.

da violência nos processos de deslocamentos de população nas sociedades modernas. O que se pretende mostrar é que, justamente quando o discurso liberal sobre a liberdade impõe-se como hegemônico. Este silêncio ensurdecedor sobre a violência deve ser rompido. Não se trata de capricho ou de pulsão denunciadora dos males do sistema; trata-se de afirmar que o reconhecimento da realidade das migrações contemporâneas é impossível se não se supera este silêncio e se coloca a violência como uma das dimensões e processos centrais para o entendimento da distribuição espacial das populações (VAINER, 2001: 182).

A partir desta abordagem, evidencia-se a complexidade teórica que envolve uma análise da situação da mobilidade humana especialmente a dos deslocamentos compulsórios na Amazônia. O ato de migrar abarca uma série de dificuldades nas escalas econômica, política, cultural, religiosa, climática, situados tanto nos processos de deslocamento quanto nas ações voltadas para a nova alocação do indivíduo ou de uma coletividade (SILVA, 2001: 489). Ainda segundo Vainer (2001), o silêncio das teorias não apaga a necessidade de explicar os deslocamentos compulsórios efetuados pela força da violência institucionalizada nos sistemas econômicos vigentes. Para algumas teorias, o desenvolvimento do conhecimento científico e técnico, ao propiciar o crescimento e o aperfeiçoamento das forças produtivas, provê o sistema capitalista de um mecanismo regulador das relações produtivas. Desta forma, "se institucionaliza a introdução de novas tecnologias e de novas estratégias", isto é, "institucionaliza-se a inovação enquanto tal", cumprindo a ciência e a técnica o papel de legitimar a dominação (HABERMAS, 1987: 62). Essa mesma dinâmica institucionaliza os deslocamentos compulsórios dos trabalhadores em vista de suprir as necessidades do mercado imediato.

Nesse sentido, os processos migratórios transformam-se em estratégias de controle do sistema produtor de mercadorias, o qual desloca fluxos de trabalhadores para atender às exigências do capital, que transcendem à jurisdição do Estado. Isso ocorre porque, segundo Habermas (1987: 62), com o crescimento das forças

produtivas, modificaram-se as atribuições do Estado. A empresa passou, de forma crescente, a intervir no planejamento da vida econômica, direcionando decisões que anteriormente cabiam à esfera social e assumindo atribuições que eram tradicionalmente da competência dos aparelhos do Estado. Este, por sua vez, passou a intervir diretamente na economia, assumindo, no capitalismo contemporâneo, a função de preservar as relações de produção, submetendo-se às determinações do capital global, com o qual busca conciliar os interesses nacionais. O deslocamento compulsório de trabalhadores é característico do modo capitalista de produção desde seus primórdios, como bem observou Engels:

Já aludimos, em várias passagens, aos irlandeses que vieram instalar-se na Inglaterra; devemos, agora, examinar mais de perto as causas e os efeitos dessa migração. O rápido desenvolvimento da indústria britânica não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse de uma reserva – a numerosa e pobre população da Irlanda. Os irlandeses, em sua terra, nada tinham a perder e, na Inglaterra, muito a ganhar; e desde que se difundiu na Irlanda a notícia de que, a oriente do canal de St. George, qualquer homem robusto tinha a possibilidade de encontrar um trabalho seguro e um bom salário, grupos de irlandeses atravessaram-no todos os anos. Calcula-se que até hoje imigraram mais de um milhão de pessoas e que, ainda agora, 50 mil chegam anualmente à Inglaterra (ENGELS, 2008: 131).

Os estudos de Engels subsidiaram, com grande propriedade, as críticas que Marx desenvolveu à cumplicidade do Estado e do capital nos deslocamentos de trabalhadores para a manutenção do chamado *exército de reserva*. Já se passaram quase dois séculos desde a Revolução Industrial e o deslocamento de trabalhadores continua sendo uma das principais características do capitalismo pós-moderno nos seus mais variados desdobramentos. A atual migração econômica, que hoje é também conhecida nos estudos migratórios como o deslocamento compulsório de trabalhadores, é similar ao contexto descrito por Engels. Também é possível reconhecer, em Foucault (1999), o envolvimento e a cumplicidade do Estado ao

capitalismo global. Sua reflexão apresenta uma importante explicação das especificidades e da maneira pela qual se articulam duas tecnologias de poder que se sobrepõem nas sociedades modernas: “a tecnologia do adestramento disciplinar e a tecnologia securacional-reguladora, as disciplinas e o biopoder. Trata-se de dois conjuntos de mecanismos que, ao invés de se excluírem, ajustam-se, acomodam-se um sobre o outro” (FOUCAULT, 1999: 285-315). Nessa análise, o Estado apresenta-se de forma normatizada “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1999: 302). O conjunto de normas do qual o Estado se municia permite-lhe, ao mesmo tempo, controlar a disciplina dos corpos e os acontecimentos aleatórios de uma população. É isso que Foucault define como biopoder do Estado. O que significa que seus mecanismos cobrem a superfície que vai do orgânico ao biológico, do corpo aos sujeitos.

Ao transportar a teoria de Foucault (1999) para os processos migratórios, foi possível reconhecer e analisar os mecanismos provocadores e reguladores da migração sob o controle do Estado. Ou seja, o mesmo Estado que provoca os deslocamentos migratórios compulsórios é o que regula os fluxos migratórios em um sistema político centrado no biopoder. Uma das formas desse controle, identificada por Foucault, é o racismo, o qual, nos estudos migratórios, recebe a conotação de xenofobia, que é a aversão ao outro, ao estrangeiro enquanto o estranho que chega. Ou seja, a aversão a determinados migrantes sem levar em consideração as várias causas dos deslocamentos compulsórios a que foram submetidos destacando-se os conflitos armados, a opressão política, a pobreza, a ausência de redes de segurança para as necessidades fundamentais, a degradação do ambiente, os desequilíbrios demográficos, os fatores climáticos, o processo acelerado de urbanização e a falta

de participação nos processos políticos¹⁸. Todos esses fatores constituem um conjunto de causas que dão origem a uma emigração de fuga ao aviltamento das condições de vida. Entretanto, na raiz de todos esses processos, está um sistema de dominação econômica, com abrangência mundial. Nesse sentido,

[...] não se pode falar de migrações, discriminação e resistência sem questionar os fundamentos do sistema produtor de mercadorias. Os mobilizados deslocados, os migrantes, foram socializados indiretamente como membros de uma sociedade produtora de mercadorias. A forma valor e o equivalente geral, o dinheiro, fazem parte de uma grande máquina social, do “sujeito automático” nas palavras de Marx (HEIDEMANN, 2004: 29).

Para Heidemann, as causas dessas migrações são os ajustes estruturais nacionais ou internacionais que aumentam a onda de imigrantes indocumentados, que, não tendo perspectivas de vida em seus países, sujeitam-se às piores condições de vida nos países receptores e, o que é mais grave, sem poder exigir seus direitos¹⁹. Atualmente, os movimentos migratórios correspondem, em sua maioria, às demandas dos países industrializados por mão-de-obra barata e com baixa qualificação para os setores da agricultura, alimentação, construção, indústria têxtil, serviços domésticos e cuidados com os doentes, idosos e crianças no âmbito doméstico. Nos Estados Unidos, o destino dos imigrantes, em geral, são os trabalhos sujos, perigosos e difíceis. No Japão, o destino é mais cruel, cabem-lhes os trabalhos pesados, perigosos, sujos, exigentes e indesejáveis. Percebe-se que, na Amazônia, um importante percentual das migrações caracteriza-se pelos deslocamentos compulsórios afetando direta ou indiretamente os refugiados, indígenas, agricultores ou camponeses que, ora são expropriados de suas terras,

¹⁸Fatores apontados pelo Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e os Itinerantes: *Nota Introdutória das Separatas dos discursos do Santo Padre e das declarações da Santa Sé sobre os refugiados e os deslocados* (de 01 de Fevereiro de 2002 à 31 de Janeiro de 2003).

¹⁹Comentários de Luiz Bassegio da secretaria do Grito dos Excluídos Continental por ocasião da abertura do Seminário intitulado *O Grito dos Migrantes* em 24 de julho de 2004.

seus postos de trabalho e emprego, ora são pressionados pela falta de oportunidades ou pela violência num contexto onde,

As migrações, via de regra, representam a parte visível de transformações invisíveis. A mobilidade humana constitui, muitas vezes, o termômetro que aponta para mudanças ainda em gestação, uma espécie de *iceberg* de numerosos fatos sociais. A História registra, não raro, que transformações da sociedade foram precedidas ou seguidas de intensos deslocamentos humanos, levando-nos a pensar que os migrantes sejam, na verdade, protagonistas privilegiados dessas mudanças históricas (MILESI, 2001: 566).

No panorama das migrações internacionais na Amazônia, nota-se que as tensões vividas em torno da mobilidade humana revelam o paradoxo do sistema econômico globalizado: ao mesmo tempo em que propugna a livre circulação do capital, o neoliberalismo cria mecanismos de restrição à movimentação das pessoas. Ou seja, o capital e as mercadorias podem circular à vontade, para auferir os ganhos proporcionados pela especulação, favorecida pela extrema dependência financeira imposta aos países empobrecidos, escravos do endividamento externo.

Na atual conjuntura internacional, o que se observa são políticas cada vez mais restritivas aos migrantes. Como a que vem ocorrendo nos últimos tempos na Europa com a chamada *Diretiva de Retorno*²⁰. Essa decisão do Parlamento Europeu determinou uma política de detenção e expulsão dos imigrantes irregulares. De forma direta e indireta, mesmo sem ter assinado o tratado da *Diretiva do Retorno*, o Brasil também tem condenado muitos migrantes ao retorno ou aos deslocamentos

²⁰ Decretada pelo Parlamento Europeu em julho de 2008. Segundo o Pe. Alfredo Gonçalves, Presidente Nacional do Serviço Pastoral dos Migrantes, a *Diretiva do Retorno* fez ruir por terra um dos poucos efeitos positivos da chamada globalização, a saber, a possibilidade de maior integração e solidariedade de povos e culturas distintas. Essa ameaça que pesa sobre mais de 8 milhões de pessoas não fere apenas o direito de ir e vir, viola também os direitos humanos, o direito sagrado a uma nova chance de vida. Por um lado, as fronteiras do mundo todo se escancaram cada vez mais às notícias e informações, ao capital financeiro e mercadorias, à tecnologia de ponta e serviços em geral, convertendo o planeta numa aldeia. Por outro lado, a política migratória, com suas leis restritivas e controles rígidos, se fecha e se enrijece duramente diante dos sonhos e projetos dos trabalhadores. A contradição é flagrante, para não dizer criminosa: incentiva-se as relações entre as coisas e o dinheiro, ao mesmo tempo em que se cerram as portas aos intercâmbios humanos.

repentinos por não estabelecer uma política migratória que garanta direitos legais aos migrantes.

Com o avanço dos estudos, notamos que outro fato relevante nos estudos migratórios na Amazônia é a *livre circulação* entre os países fronteiriços. Esse fato é uma constante nos itinerários migratórios e se inscreve no conjunto dos processos de mobilidade humana em âmbitos regional e internacional. No Amazonas, essa temática vem emergindo com certa intensidade devido à migração de trabalhadores peruanos para a Amazônia e, mais recentemente, o ingresso de refugiados colombianos, a partir da tríplice-fronteira Peru, Colômbia e Brasil. Esta análise torna-se pertinente porque,

Sem conhecer a imponência do espaço amazônico, continuamos sem compreender como este meio ambiente moldou, física e mentalmente, seus habitantes, pois, envolvidos com o estudo do homem no tempo em territórios muito próximos, esquecemos de pensar a vida dos indivíduos em espaço radicalmente diverso do nosso. E, desventura maior, um tal estudo, em áreas que seguimos desconhecendo, iluminaria, e muito, o conjunto de nosso passado (PRIORE & GOMES, 2003: 9).

Os estudos da migração transfronteiriça contribuem para ampliar a visão do espaço amazônico para além das fronteiras brasileiras e relacionam-se com a ideia de simultaneidade de tempos e espaços. As fronteiras dão lugar às transformações simultâneas no espaço amazônico. A Amazônia é uma fronteira vista como o lugar onde as diferenças se evidenciam e tornam-se geradoras de conflitos culturais e sociais. Por outro lado, é na fronteira que as distâncias culturais se estreitam e as diferenças passam por um processo de reelaboração. Então, a fronteira passa a ser também o divisor de águas determinante para a construção de novas relações que extrapolam as próprias linhas geopolíticas e estendem-se por outras regiões a partir do momento em que os migrantes adentram os países limítrofes. Para os migrantes, as fronteiras geopolíticas e os limites geográficos são abstratos e complexos e estão

relacionados com a construção da ideia de território ²¹ ou territorialidade (HAESBAERT, 2004) que muitas vezes transcende às fronteiras geopolíticas institucionalizadas.

A abordagem dessas temáticas específicas nos possibilitou aproximar da elaboração de um breve perfil dos migrantes observando os itinerários migratórios e a dinâmica da mobilidade humana na Amazônia. Assim sendo, projetamos nossa elaboração teórica em duas grandes categorias de análise:

- a) O que vem provocando as migrações;
- b) As mudanças resultantes da dinâmica migratória tanto na sociedade de origem como nas sociedades de destino.

Essas duas categorias representam respectivamente o tema e o problema de nossa tese. Após as primeiras incursões nos trabalhos de campo, percebemos a necessidade de acrescentar mais um aporte teórico, para subsidiar os métodos e técnicas de pesquisas a partir de Gadamer (2007) ²² que nos possibilitou uma abordagem interdisciplinar coadunando diversos campos teóricos aplicados pelos estudos populacionais e migratórios que se constituem a partir de um diálogo permanente com as variáveis demográficas, as características étnico-culturais, sociais, econômicas e políticas da população em processo de permanente deslocamento no espaço que pode ser entendido não apenas como espaço físico, pois,

²¹ Para Haesbaert o território abrange outros aspectos além da questão geográfica e natural. Faz parte do território o sentimento de pertencimento, a memória, a cultura, a história e as subjetividades.

²² Tradução de Flávio P. Meurer (8ª ed.) Petrópolis: Vozes, 2007. *Verdade e Método I – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* é considerada uma das mais importantes obras de Gadamer. É uma espécie de síntese das várias disciplinas filosóficas lecionadas, durante mais de dez anos, na Universidade de Heidelberg. Gadamer propõe um método fundamentado no dualismo racionalista de Immanuel Kant (1724-1804), na hermenêutica de Friedrich Schleiermacher (1768-1834), na filosofia do espírito de G.W.F. Hegel (1770-1831), no historicismo de Wilhelm Dilthey (1833-1911), na fenomenologia neocartesiana de Edmund Husserl (1859-1938) e de Max Scheler (1874-1928), no existencialismo weberiano de Karl Jaspers (1883-1969) e na ontologia de Martin Heidegger (1889-1976).

Ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião) etc. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular (SAYAD, 1998: 15).

Nessa perspectiva, o conceito de deslocamento espacial confere à migração um caráter interdisciplinar porque evoca a compreensão das variáveis do espaço não apenas fixo, mas, sobretudo, espaço de transição, de experiências, de sentimentos e vivências transitórias nos horizontes transnacionais e translocalizados. As ferramentas teóricas apresentadas por Gadamer, dentre tantos fundamentos teóricos, apropriam-se da Filosofia do Espírito apresentada por Hegel (1770-1831) como caminho metodológico para a elaboração de novos conhecimentos. Hegel, por sua vez, é retomado por Karl Marx (1818 – 1883) numa atitude de reformulação metodológica que apresenta a *práxis* como “o conceito central de uma nova filosofia, que não quer permanecer como filosofia, mas transcender-se tanto em um novo pensamento metafilosófico como na transformação revolucionária do mundo”²³.

Entendemos a *práxis* dos migrantes como toda a ação desses homens e mulheres que partem em busca de novos horizontes e novas possibilidades de sobrevivência e *existência*²⁴ em outras sociedades. Temos, como ponto de partida de nossas análises, a Amazônia enquanto espaço de intensa mobilidade humana caracterizada pelas chegadas e partidas, ou seja, a migração interna e internacional. Para entender essa conjuntura, optamos por elaborar um “recorte teórico e

²³ Dicionário do Pensamento Marxista, 1997, p. 239.

²⁴ Referência ao materialismo e ao existencialismo histórico proposto por Marx. Definimos o “materialismo porque somos o que as condições materiais (as relações de produção) nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo (CHAUI, 1997: 414).

metodológico” ou um fragmento da práxis dos migrantes nos itinerários da mobilidade humana na Amazônia.

Para Severino (2004:162), o recorte metodológico refere-se à compreensão dos métodos enquanto “os procedimentos mais amplos de raciocínio” e entendemos as técnicas enquanto “os procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante o emprego de instrumentos adequados” adotados na observação da *práxis* dos migrantes.

A observação da *práxis* dos migrantes contribuiu para a formulação das categorias teóricas de análise e aprofundamento da questão migratória na Amazônia onde os referenciais quantitativos evocam a existência de sujeitos concretos, para além dos números. Essa variável conduziu-nos à releitura dos tratados metodológicos baseados no “fascínio pelos modelos galileano e newtoniano no mecanicismo” (JAPIASSU, 1982:100) adaptado, forçadamente, às ciências humanas. Nessa perspectiva, Köche (1997: 69) nos apresenta a proposta do método hipotético-dedutivo identificando o método científico como uma “descrição e discussão de quais critérios básicos são utilizados no processo de investigação científica” livrando-nos do cativeiro das cifras estatísticas puramente quantitativas.

A orientação metodológica que adotamos em nossa pesquisa baseia-se também na experiência da escuta, da acolhida às histórias de vida compartilhadas pelos migrantes visitados ao longo dos três anos de trabalho de campo. Muitos desses migrantes, revisitados nessa oportunidade da construção da tese doutoral, já os conhecíamos de pesquisas anteriores e com eles estabelecemos algum laço de amizade e de atenção mais singular. Essas pessoas nos forneceram mais que dados quantitativos porque compartilharam conosco suas vidas, seus sonhos e suas esperanças. Demonstraram-se felizes com nossas visitas e, não raro, agradeceram

pela oportunidade de nos contar suas histórias de migração e colocarem-se como sujeitos protagonistas da pesquisa. Na perspectiva de Schutz (1970), na medida do possível, é preciso manter com os sujeitos da pesquisa uma experiência direta e relacional rompendo com a ditadura da relação *sujeito X objeto*. Para esse autor,

A outra pessoa está ao alcance da minha experiência direta quando ela compartilha um tempo comum e um espaço comum. Ela compartilha comigo um espaço comum quando está presente, pessoalmente, e estou consciente dela como essa pessoa ela própria, esse indivíduo em particular, e do seu corpo como o campo no qual estão em jogo os sintomas de sua consciência interior. Ela compartilha comigo um tempo comum quando a sua experiência flui lado a lado com a minha, quando posso a qualquer momento, buscar e captar seus pensamentos conforme eles passam a existir (SCHUTZ, 1970: 180).

O tempo dedicado às visitas foi, e continua sendo, um tempo precioso e exigente. Na maioria dos casos, as visitas só foram possíveis depois de vários encontros e conversas informais, até gerar um nível mínimo de confiança. Nessa perspectiva, a participação nas redes sociais²⁵ dos migrantes contribuiu muito para conhecermos novas pessoas através dos conhecidos mais antigos. Os dados que quantificam os fluxos migratórios revelam que, por trás dos números e das cifras, existem pessoas concretas que precisam “beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais” (MARX, 2008: 21). A interpretação desses dados, quantificados pelas instituições que lidam com a questão migratória, que transformam sujeitos em meras estatísticas, especialmente nas sociedades receptoras, representa um grande desafio para as teorias migratórias e para as ciências humanas. Em Marx,

²⁵ Entende-se aqui por redes sociais não aquelas baseadas nas experiências das novas tecnologias virtuais da internet, mas, principalmente as redes sociais dos migrantes que se organizam por laços de nacionalidade, parentesco ou organização social. Por exemplo: a Associação dos Haitianos em Manaus; a Associação dos Colombianos; os grupos que se reúnem por nacionalidade para comemorar datas festivas oficiais tais como a festa pátria ou datas religiosas. Também são redes sociais de migrantes os grupos frequentadores de determinados restaurantes de comidas típicas (colombianas, peruanas, japonesas, haitianas) ou as celebrações específicas tais como a procissão de Nossa Senhora de Nazaré que reúne os paraenses residentes em Manaus, só para citar alguns. Segundo o Perfil Migratório do Brasil (2009:10) “as redes sociais formadas por estes emigrantes, em grande medida favorece à continuidade deste fluxo, garantindo facilidades para a inserção na sociedade de destino com informações sobre oportunidades de emprego e moradia”.

entendemos que a pesquisa científica nos faz partir de uma realidade material, concreta, constituída por sujeitos históricos em que,

O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (MARX, 2008: 21).

Na pesquisa de campo, identificamos que a procura dos meios de existência e subsistência que garantem sobrevivência representa um dos principais fatores de deslocamentos de pessoas individuais e de grupos familiares, que partem com o objetivo de garantir uma possibilidade de vida melhor para si e para suas famílias. Nessa perspectiva, a categoria de análise que mais nos aproxima da explicação do fator migratório na Amazônia é a mobilidade do trabalho.

Para David Harvey (1992)²⁶ “a crise do pleno emprego e o reordenamento internacional do trabalho”, também debatida por Antunes (2008:10) e Gaudemar (1977:113), “constituem os principais fatores da mobilidade humana na sociedade pós-moderna”, onde a atividade laboral, apresentada como garantia da existência humana, se converte em outra categoria importante de análise das migrações. A permanente busca do emprego pleno ou de melhores condições de trabalho justifica uma parcela importante dos deslocamentos migratórios num contexto marcado pelas “rupturas e fragmentações internas” (HARVEY, 1993: 22) inerentes à mobilidade humana identificada também na Amazônia.

Ao aproximarmos a abordagem metodológica proposta por Gadamer (2007) às formulações de Harvey (1993), identificamos outros elementos teóricos importantes para interpretar as principais correntes migratórias na Amazônia tendo

²⁶ Esse autor nos apresenta a construção das novas espacialidades resultantes da busca de emprego nas grandes cidades como uma categoria importante de análise das migrações contemporâneas, especialmente em sua obra *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

por base a categoria da abordagem interdisciplinar. Para Harvey os deslocamentos humanos na sociedade pós-moderna²⁷ nos apresentam algumas ferramentas metodológicas construídas a partir da ideia das rupturas paradigmáticas elaboradas numa construção dialética da “imagem nietzschiana da destruição criativa e da criação destrutiva” (HARVEY, 1993: 26) aplicada às dinâmicas migratórias da atualidade. Nessa perspectiva, apresentamos outra categoria de análise baseada na nova ordem internacional do trabalho, que se pauta na “mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômico” e favorece ou implica a “circulação dos trabalhadores” (GAUDEMAR, 1977:113) da qual são características as “novas teorias dos espaços ou das espacialidades, tendo por base os territórios da migração internacional regidos pelo novo modelo produtivo baseado nos antigos modelos positivistas, tecnicistas e racionalistas do trabalho” (HARVEY, 1993: 42) fragmentado nas sociedades pós-modernas.

No debate da temática da “transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX”, Harvey (1993:109 e 145) identifica importantes mudanças econômicas, novos processos de trabalho, novos hábitos de consumo e novas configurações geográficas num “regime de acumulação flexível” e de “transformações da estrutura do mercado de trabalho e na organização industrial”. Tais mudanças implicam diretamente novas configurações das migrações internacionais mobilizadas pelo trabalho. Todos os anos, milhares de migrantes são deslocados de seus países em busca de trabalho em sociedades onde são necessários, enquanto força de trabalho, e indesejados, enquanto sujeitos em suas diferenças culturais, sociais e econômicas, num contexto de “sociedade de descartes”, em que os migrantes são inseridos num “processo de produção da vida social por meio da

²⁷Especialmente em sua obra *Condição pós-moderna* (1992).

produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas” (HARVEY, 1993:258). Para Harvey (1993:307), a complexidade das migrações internacionais, no contexto atual, contribui para se “compreender a pós-modernidade como condição histórico-geográfica [...] buscando a unidade no interior da diferença” (HARVEY, 1993: 325) sem, contudo, negar a existência da dialética na tensão permanente de sociedades que necessitam explorar o trabalho dos migrantes para dinamizar suas economias, negando direitos trabalhistas e ignorando o migrante enquanto sujeito social. Essas bases teóricas e as categorias de análise do fator migratório, até agora identificadas neste trabalho, subsidiam uma metodologia que, desde 2005, vem sendo apresentada pela Organização Internacional para as Migrações – OIM²⁸, como uma ferramenta importante para traçar o *perfil migratório* em vários países, inclusive o Brasil²⁹. Para a OIM,

Os perfis migratórios são uma ferramenta promovida, primeiramente, pela Comissão Europeia e logo adotada e desenvolvida em várias regiões com o objetivo de ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; alentar o desenvolvimento social e econômico através da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes (Perfil Migratório do Brasil 2009:11).

O Perfil Migratório representa uma ferramenta metodológica que se aproxima da *práxis* pensada por Marx onde o “conceito dialético de totalidade é dinâmico, refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade objetiva”³⁰. No entendimento de Sayad (1998:15), a migração

²⁸ Instituição vinculada à Organização das Nações Unidas – ONU

²⁹ O primeiro perfil migratório elaborado no Brasil foi realizado em 2009 em parceria com a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd) e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

³⁰ Dicionário do Pensamento Marxista, 1997:381

representa um fato social relacionado a outros fatos sociais ou “um fato social completo” o qual representa

[...] a única característica, aliás, em que há concordância na comunidade científica. E, a este título, todo o itinerário do migrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica etc.), linguística e sociolinguística, ciência política etc. Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada, no espaço físico; nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, grosso modo, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população (SAYAD, 1998:15).

No entendimento de Sayad, a condição de “itinerário epistemológico”, confere ao migrante a representação de um horizonte em permanente elaboração e revelação do conhecimento que não está pronto nem dado. Nesse sentido, é o “itinerário do migrante” que define as bases para a elaboração de um possível “perfil migratório” entendido como alguns delineamentos possíveis acerca dos migrantes e sua condição migratória na Amazônia. Entendemos por perfil migratório uma abordagem limitada, ou um recorte epistemológico, tendo em vista a complexidade das migrações e a impossibilidade de abranger a sua totalidade num contexto igualmente complexo como é o caso da Amazônia. Por isso, o que apresentamos neste estudo não representa, nem de longe, um estudo fechado sobre a migração na Amazônia. O que apresentamos é, tão somente, uma contribuição aos estudos migratórios na região a partir de alguns recortes, definidos mediante nossas possibilidades limitadas de abordagem e alguns levantamentos que nos possibilitam traçar, de algum modo, uma possível elaboração de um perfil migratório bastante fragmentado. Entendemos por perfil, o conjunto de características, os contornos ou

as silhuetas, possíveis de serem delineados a partir das pistas que os migrantes nos oferecem ou deixam transparecer em seus itinerários migratórios. Em 2012, a OIM lançou uma nova proposta de elaboração do perfil migratório com a finalidade de “potencializar a utilização do processo e explicar em detalhes o que implica um perfil migratório e como os governos e as instituições podem desenvolver e elaborar um perfil migratório”³¹ e manter atualizados os dados quantitativos e os referenciais qualitativos da mobilidade humana.

Mantendo o seu caráter metodológico, o Perfil Migratório é um importante instrumento institucional, mas, acima de tudo, é uma ferramenta teórico-metodológica que contribui para orientar e atualizar as análises e os novos paradigmas dos itinerários migratórios nos quais,

[...] o método dialético se propõe a estudar o fenômeno a partir das múltiplas relações que o determinam – trata-se justamente da apreensão do objeto de estudo na sua totalidade, isto é, os fenômenos devem ser estudados em sua múltipla causalidade em relação à totalidade concreta. Neste sentido, o método em Marx consiste num processo de conhecimento essencialmente complexo, efetivado a partir da apreensão das determinações gerais de um determinado fenômeno que se queira estudar, direcionando-se posteriormente para singularidades dos fatos empíricos e em seguida apreendendo estes últimos na sua particularidade histórica (ASSUMPÇÃO, 2011:4).

O Perfil Migratório, enquanto ferramenta metodológica aglutina informações interdisciplinares que contribuem para a compreensão da dinâmica das migrações em suas “determinações gerais”, direcionadas também “para as singularidades” dos diferentes grupos e contextos migratórios, identificadas durante a nossa pesquisa de campo.

Os perfis migratórios são uma ferramenta promovida, primeiramente, pela Comissão Europeia¹ e logo adotada e desenvolvida em várias regiões [...] A coerência entre as diferentes políticas migratórias nacionais requer compilação e disponibilidade de dados sobre

³¹ Texto introdutório do Perfil Migratório 2012 apresentado pela OIM no plural “Perfis Migratórios” justamente para indicar a pluralidade e a complexidade da metodologia (Perfis Migratórios 2012:10).

migrações comparáveis a nível internacional, coordenação de políticas nacionais, cooperação ativa entre as autoridades envolvidas e cooperação ativa internacional no âmbito legislativo bilateral, regional e global. A criação de Perfis Migratórios responde a esses desafios, sustentando-se em uma abordagem baseada em evidências. Os Perfis oferecem uma base para compilar informações de diferentes fontes de forma estruturada, a nível nacional e regional. Também fornecem uma ferramenta para identificar lacunas existentes nos dados disponíveis sobre a migração e desenvolver estratégias para melhorar a pesquisa, a análise e a disseminação de informações (Perfil Migratório do Brasil, 2009: 13).

Tendo por base essas orientações, construímos a proposta metodológica de nosso estudo levantando dados e informações pertinentes ao contexto migratório na Amazônia, observando às características que determinam a migração, as condições de mercado de trabalho, diásporas e remessas produzidas nos itinerários migratórios.

No trabalho de campo, desenvolvemos métodos e técnicas de pesquisas diferenciados, de acordo com as categorias migratórias abordadas. Em Assis Brasil e Brasiléia, no Estado do Acre, seguimos as orientações dos agentes de pastoral ligados à Cáritas³² da Diocese de Rio Branco, que atuam na região atendendoos migrantes internacionais. Depois de contatos prévios realizamos três etapas de visitas nos meses de janeiro e julho de 2012 e janeiro de 2013. Nessas duas cidades e em Rio Branco, o trabalho de identificação da amostragem de participantes da pesquisa foi facilitado pelas informações dos agentes de pastoral³³ que já possuíam um mapeamento técnico com os endereços e os locais de maior concentração dos migrantes, a maioria composta por haitianos e peruanos e um fluxo secundário formado por migrantes intra-estaduais ou internos.

Na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, realizamos também três etapas de visitas nas cidades de Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamim Constant e São Paulo de Olivença. Escolhemos a cidade de Tabatinga por concentrar um significativo fluxo

³² Lideranças locais, voluntários vinculados à Cáritas da Diocese de Rio Branco que é uma instituição pastoral sem fins lucrativos que desenvolve atividades pastorais voltadas à assistência aos mais necessitados, formação de lideranças locais e desempenham um importante papel político na organização de conselhos populares.

³³ Especialmente vinculados a Cáritas da Diocese de Rio Branco.

de migrantes em trânsito e as outras três cidades por serem estratégicas no acolhimento de peruanos e colombianos, além da grande concentração de povos indígenas em situação de deslocamento interno. Também nessa localidade nos deixamos conduzir pelos agentes da Pastoral da Mobilidade Humana que é uma instituição ligada à Igreja Católica³⁴.

Formulários específicos foram aplicados durante as visitas domiciliares e por ocasião de encontros de formação e oficinas de acolhida realizadas nos abrigos temporários. Além dessas duas regiões específicas, também aplicamos alguns questionários, sem a pretensão de gerar amostragem localizada, nas cidades de Porto Velho e Rio Branco, onde estivemos por ocasião das etapas de visitas anteriormente mencionadas.

Para elaborar o formulário de coleta de dados, optamos por seguir um modelo elaborado pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM, que, entre 2009 e 2010, realizou uma pesquisa nacional para identificar as mudanças no perfil migratório de migrantes urbanos³⁵. Aplicamos, ao todo, um total de 933 formulários de pesquisa geral para compor o nosso banco de dados com a finalidade de elaborar um conjunto de variáveis capazes de contribuir com a elaboração do perfil migratório³⁶.

O formulário foi dividido em cinco áreas temáticas ou variáveis que favoreceram o levantamento de dados quantitativos e qualitativos analisados no último capítulo da tese. A primeira variável reúne questões relativas aos *aspectos*

³⁴ Das três dioceses da região: do lado Brasileiro a Diocese do Alto Solimões com sede em Tabatinga. Do lado Peruano a Diocese de San Jose del Amazonas com sede em Iquitos. E do lado Colombiano, a diocese amazonas com sede em Letícia.

³⁵ Participamos diretamente da realização dessa pesquisa na Amazônia coordenada pelo Prof. Dr. Sidney Antônio da Silva.

³⁶ No projeto de tese havíamos proposto realizar o levantamento também em Boa Vista e Belém para triangular os dados. Entretanto, não foi possível a realização dessa etapa da pesquisa por falta de tempo e de recursos econômicos. A nosso ver, isso não comprometeu o resultado do trabalho, pois, encontramos muitos migrantes dessas regiões nos outros espaços pesquisados, principalmente em Manaus.

sociodemográficos. Nesse campo, levantamos alguns dados referentes às características de identificação dos migrantes tais como: idade, orientação sexual, estado civil, local de nascimento, escolaridade e informações profissionais.

A segunda variável refere-se ao *percurso migratório*. Neste campo, buscamos identificar os motivos dos movimentos e deslocamentos. Essa variável é importante para atestar qual a caracterização da migração na região. Ainda nesse campo, levantamos informações a respeito dos fatores impulsionadores da migração tais como: pessoas que influenciaram na decisão ou participaram direta ou indiretamente do deslocamento, especialmente nos casos de migração compulsória; experiências migratórias anteriores; dificuldades enfrentadas e desafios vencidos.

A terceira variável recolhe informações relacionadas à *identidade étnico-cultural* para obter informações referentes às categorias de autoafirmação ou auto-definição identitária, as quais são importantes para compreendermos, principalmente, os deslocamentos dos povos indígenas nas grandes cidades da Amazônia. A categoria *étnico-racial* também foi bastante acionada no caso dos migrantes haitianos.

A quarta variável refere-se aos dados das *redes sociais e de integração*. Essa grande área é composta por questões que contribuem para um melhor entendimento acerca das características do deslocamento e a formação das redes sociais estabelecidas com amigos ou parentes no destino migratório; os apoios econômicos ou afetivos; os contatos físicos ou virtuais que serviram de apoio antes, durante e depois do deslocamento; quais agentes sociais contribuíram para enfrentar as dificuldades e os desafios no destino da migração.

A quinta variável está relacionada às questões *socioeconômicas* presentes na origem da migração e na sociedade de destino. Levanta dados referentes ao

trabalho, renda e remessas, ocupação no lugar de origem e no lugar atual; a situação financeira antes e depois da migração e a identificação das possibilidades de mobilidade social enquanto melhorias nas condições de trabalho e renda a partir da migração. Cada uma das variáveis ou o seu conjunto foi sendo delineada no corpo do texto de acordo com a temática abordada em cada capítulo. Optamos por apresentar os resultados de forma fragmentada para não recair na análise técnica e quantitativa. Sempre que usamos as informações quantificadas, as relacionamos com um quadro de análises qualitativas para não conferir aos números mais do que eles representam.

O último item do formulário de pesquisa dedicou-se a questões abertas para recolher informações, aleatórias sobre as variáveis, mas, de grande relevância para a pesquisa. Questões não contempladas nas áreas temáticas foram recolhidas no item das *questões em aberto* relacionado, por exemplo, à dimensão religiosa ou à religiosidade, bastante recorrente na pesquisa com os haitianos. Além dos formulários de pesquisa, lançamos mão das entrevistas abertas ou semiestruturadas, aplicadas a pessoas que representam categorias específicas, tais como aquelas aprovadas recentemente em concursos públicos, outras com ingresso recente na universidade, migrantes internacionais, trabalhadores temporários das grandes obras públicas e outras categorias.

De modo particular, as entrevistas, quase sempre abrangentes, revelaram as dimensões subjetivas das migrações³⁷. Optamos por não padronizar perguntas nas entrevistas. Chamamos de "abertas" porque, na maioria dos casos, as perguntas surgiam de acordo com o "rumo" das conversas, as quais, muitas vezes, se

³⁷ Houve situações em que os entrevistados sentiram-se verdadeiramente envolvidos com a pesquisa a ponto de ligar para saber como seguem os rumos do trabalho, apresentar novas contribuições ou indicar algum amigo, parente ou conhecido interessado em participar da pesquisa.

transformavam em verdadeiras narrativas e histórias de vida. Talvez essa seja uma das maiores dificuldades ou prazeres dessa técnica de pesquisa: sabemos sempre por onde começar, mas, nem sempre é possível prever como a conversa vai terminar. Isso comprova a tese de Miguel (2010: 47) ao afirmar que

A entrevista, nas suas diversas aplicações, é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em seus mais diversos usos das Ciências Humanas, constitui-se sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano. Muitos autores que tematizaram esse assunto atentaram para o fato de a entrevista ser uma situação psicossocial complexa.

Optamos por entrevistar as pessoas com as quais teríamos a oportunidade de mais encontros ou de uma continuidade de encontros para checar os dados, recolher novas informações ou simplesmente realizar uma visita na gratuidade do encontro³⁸. Por isso, a maioria das pessoas entrevistadas vive em Manaus, o que favoreceu a continuidade da pesquisa até o seu fechamento.

³⁸ Houve um caso em que fui entrevistar uma aluna do curso de Jornalismo de uma determinada instituição privada de ensino superior e ela insistia que fosse visitar sua mãe. Acertados os horários e agendas, fomos à sua casa, numa manhã de domingo. A mãe estava muito contente pela visita, quis contar muito de sua vida de migrante, convidou para almoçar e entramos tarde à dentro. Já era quase noite quando permitiu nossa despedida, não sem antes falar dos traumas da violência sofrida do Rio de Janeiro e da dificuldade de confiar em pessoas estranhas ao seu ciclo familiar. Em prantos, agradeceu a visita e disse que era a primeira pessoa, fora os seus familiares que, de forma gratuita, adentrara seu apartamento nos sete meses em que reside em Manaus.

Capítulo II

O MIGRANTE E AS TEORIAS MIGRATÓRIAS CONTEMPORÂNEAS NA AMAZÔNIA

Filhos do caminho

As pateras,
barquinhos desengonçados
que o mar devora,
são netas daqueles navios guerreiros.
Os escravos de agora,
que já não são chamados desse jeito,
têm a mesma liberdade
que tinham seus avós arrojados,
a golpes de açoite,
nas plantações da América.
Não se vão: são empurrados.
Ninguém emigra porque quer.
Da África e de muitos outros lugares,
os desesperados
fogem das guerras
e das secas
e das terras extenuadas
e dos rios envenenados
e das barrigas vazias.
As vendas de carne humana são,
hoje em dia,
as exportações
mais exitosas do sul do mundo.

Eduardo Galeano
Espelhos, 2008.

As explicações da migração, de longe, já não constituem novidades nas construções teóricas contemporâneas. Trata-se de uma temática muito debatida, refletida e sistematizada. O mesmo não se aplica às elaborações científicas a respeito dos sujeitos da migração. Se, por um lado, é possível identificar convergências epistêmicas nas teorias das migrações, em sua abordagem multidisciplinar, o migrante, em sua pluralidade, continua desafiando os pensadores

sociais que se ocupam em elaborar conceitos e teorias da subjetividade. Nas teorias migratórias, é muito comum perceber determinado distanciamento entre a teoria e a realidade dos sujeitos teorizados. Isso ocorre porque muitas vertentes das teorias migratórias elaboram um discurso sobre as migrações ignorando por completo os migrantes. O resultado é uma fragmentação de um conhecimento que dificilmente poderá ser recuperado em sua integridade. Após muitos anos de dedicação aos estudos migratórios, percebemos que tal fragmentação tem dificultado a percepção teórica e desafiado a construção de novos paradigmas para a ciência da dinâmica da mobilidade humana na sociedade contemporânea, ou se preferir, na pós-modernidade, como insistem alguns teóricos³⁹. Propomos realizar uma revisitação das teorias migratórias com a finalidade de identificar os pontos de convergência entre o discurso teórico produzido pelo sujeito que migra e a multiplicidade de teorias sobre a migração.

Do ponto de vista teórico, esta fragmentação não representa maiores complicações. Entretanto, do ponto de vista metodológico, revela o silêncio histórico, para não dizer a omissão, especialmente, por parte das ciências humanas, com relação ao tema das migrações, por muito tempo relegado à abordagem no campo do direito, o que resultou em formulações altamente jurídicas, legalistas e prejudiciais à compreensão do migrante nos processos migratórios. Essa interferência ainda se faz presente em boa parte das vertentes teóricas das migrações conferindo-lhes uma abordagem tecnicista ou economicista, muitas vezes ignorando a participação do sujeito nesses processos. Mas, afinal, quem é esse sujeito migrante? Por que é importante teorizar essa categoria nos estudos migratórios? Tendo por base a tentativa de compreender a Amazônia a partir de

³⁹ De maneira especial BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

suas dinâmicas migratórias, acreditamos que seja importante identificar quem são os migrantes que provocaram importantes transformações nesta região, especialmente nas últimas décadas. A multiplicidade da migração vem transformando a Amazônia em um mosaico de sujeitos multiétnicos, com novas elaborações multiculturais e novas configurações identitárias. Num contexto marcado pela sociodiversidade, os migrantes provocam importantes mudanças nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais em toda a região.

2.1 Algumas elaborações teóricas da categoria “sujeito”

Existem incontáveis inferências sobre a categoria “sujeito” nas diversas áreas do conhecimento. Estabelecemos, neste estudo, um recorte epistemológico dentro das Ciências Humanas que prioriza as abordagens que apresentam o sujeito como agente ativo e consciente de seu papel na sociedade e nas relações sociais. Acreditamos que esta abordagem pode contribuir para pensar o sujeito das migrações não como uma vítima dos processos sociais, econômicos e políticos impostos de forma arbitrária pelas políticas migratórias internacionais. Esse sujeito é o migrante, construído, de forma diferenciada, como categoria sociológica nos mais variados contextos e realidades. Tentamos, neste estudo, pensar o migrante como categoria sociológica elaborada em muitos contextos e materializada na Amazônia. A finalidade desta abordagem é identificar as características destes sujeitos nas dinâmicas migratórias da Amazônia destacando os impactos de sua ação social, política e econômica e o seu papel nas importantes transformações da sociedade.

Segundo Minayo (2001), existem dois grandes campos teóricos que condensam as abordagens do sujeito nas ciências sociais. Por um lado, estão as correntes estruturalistas que apresentam a sociedade como produtora de sujeitos.

Nesse domínio, a estrutura social é apresentada como território das permanências e o sujeito representa aquele das transformações sociais. Ou seja, o sujeito é o agente que age e transforma a sociedade sem impactar nas suas estruturas. Por outro lado, “em contraposição às correntes estruturalistas, no interior das ciências sociais, há algumas que enfatizam o lugar do sujeito e da subjetividade e, a partir daí, analisam as estruturas sociais” (MINAYO, 2001: 10). Nessa perspectiva, nas ciências sociais, a categoria sujeito está, quase sempre, relacionada à compreensão das estruturas sociais pensadas a partir da análise da subjetividade. Dessa maneira,

O conceito de sujeito (da mesma forma que o conceito de estrutura) não é consensual nas teorias sociológicas. Sujeito individual, sujeito coletivo, sujeito histórico e sujeito cultural são alguns termos que essas diversas abordagens sociológicas costumam utilizar. Os elementos comuns que parecem unificá-las são a concepção do ser humano como criador das estruturas embora estas passem a condicioná-lo; a história como produto humano e a transformação como ação humana sobre a história (MINAYO, 2001: 10).

Essa múltipla possibilidade de conceitos mencionados pela autora encontra-se vinculada às chamadas *abordagens compreensivas* que são aquelas que colocam a ação e a interação no centro da sociologia, entendendo que toda a realidade é uma construção a partir da ação social dos indivíduos e por isso possui significado e intencionalidade (MINAYO, 2001: 11). Nessa perspectiva, acrescentamos ainda a definição de Hall (1997), que nos apresenta a categoria “sujeito” como resultado de uma construção histórica em que,

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava (HALL, 1997: 11).

Percebemos, neste conceito elaborado por Hall, os elementos da abordagem abalizada pelo materialismo histórico em que o sujeito é portador de sentidos e

significados, de responsabilidades e, por fim, é agente de transformações ou “sujeito político”. Para Hall, esta abordagem é construída a partir da “teoria da articulação”, que “permite pensar como uma ideologia confere poder às pessoas, possibilitando-lhes dar sentido ou inteligibilidade a sua situação histórica sem reduzir as formas de inteligibilidade à situação social ou à posição de classes das pessoas” (Hall, 1996: 141). A teoria da articulação refere-se aos sujeitos coletivos constituídos a partir das condições objetivas articuladas pelos discursos políticos que fazem com que os sujeitos reproduzam as relações de dominação sem perder a capacidade de ressignificar as relações sociais. Segundo Marx (1997: 21), o materialismo histórico reconhece que os sujeitos não seguem na história a partir do zero. No caso dos migrantes, ao chegar à sociedade de acolhida, eles encontram condições que já estão presentes independentemente de seu advento e das respectivas circunstâncias. Os migrantes sabem bem o que isso significa quando afirmam, “eu já pensava que teria que migrar, porque todos estão migrando no Haiti. Mas, não pensava em vir para o Brasil. Agora que estou aqui, sou responsável pelo que fizer ou deixar de fazer. Tenho 19 anos, falo pouco português, mas sou responsável por estar aqui. Agora é comigo” (Entrevista n°. 31: Pesquisa de Campo 2012).

Nesse sentido, o materialismo histórico permite pensar que os migrantes intervêm de forma decisiva nos novos processos históricos porque, segundo Marx,

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como bem entendem; não a fazem sob circunstâncias que escolhem por si mesmos, mas sob circunstâncias já existentes, dadas e transmitidas desde o passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo sobre os cérebros dos vivos. E, tão logo se acham ocupados revolucionando-se a si mesmos e às coisas, criando algo que não existia antes, precisamente nessas épocas de crises revolucionárias eles conjuram ansiosamente os espíritos do passado para pô-los a seu serviço, deles obtendo nomes, gritos de guerra e roupagens a fim de apresentar essa nova cena na história do mundo num disfarce de coisa abalizada pelo tempo e numa linguagem emprestada (MARX, 1997: 21).

Partindo destes pressupostos, passamos a compreender o migrante e a migração como dois conceitos distintos. Nesse sentido, o migrante deixa de ser o objeto da análise e assume a condição de sujeito protagonista de sua condição migratória, mesmo que esta independa de sua vontade de migrar. Mesmo nas condições mais adversas das migrações compulsórias, dos deslocamentos forçados, o migrante não deixa de ser sujeito histórico capaz de intervir e transformar a conjuntura na qual está inserido. É um “sujeito sociológico”, de acordo com o pensamento de Hall (1997), capaz de refletir sobre sua condição e intervir provocando mudanças substanciais nas sociedades de acolhida conforme o relato deste refugiado:

Saí da Colômbia, em 2007, com minha esposa e quatro filhas. Não tinha nem ideia do que seria viver no Brasil. A saída foi muito rápida e não tivemos nem tempo para pensar aonde ir. Pensávamos na Guiana Francesa, mas acabamos ficando em Manaus porque foi aqui que nos deram refúgio. Hoje, estamos todos trabalhando, estudando e falamos bem a língua brasileira. Isso parecia impossível quando chegamos. Estamos bem adaptados, participamos de atividades com as pessoas daqui, especialmente, na paróquia onde moramos e fomos bem acolhidos. Participamos da Associação de Moradores e sempre procuramos dar nossa contribuição. Hoje não pensamos mais em voltar para a Colômbia. É verdade que lá tínhamos uma vida melhor, uma casa grande com terreno, bom emprego e toda a família vivia por lá. Mas, não tínhamos paz e vivíamos atordoados com a violência em toda parte. A paz, nós encontramos aqui. Isso não tem valor material. A Colômbia agora é só para passeio, para ver a família. Nosso lugar é Manaus. É aqui que estamos reconstruindo nossas vidas, nossas esperanças. Estamos vencendo devagar, mas, estamos vencendo (Entrevista n°. 67: Pesquisa de Campo 2012).

Neste depoimento, percebemos que a migração provoca mudanças importantes na vida das pessoas deslocadas. Mesmo nas situações de refúgio, elas conseguem dar sentido e significado ao deslocamento e ver o lado positivo da situação. Para Sayad (1998: 15), as migrações constituem um “fato social completo” e, por isso, cabe às ciências humanas e, em especial, às ciências sociais, a tarefa

de interpretar a migração de um modo específico, com uma metodologia apropriada e, acima de tudo, considerando o migrante também como sujeito da construção teórica. Por isso, acreditamos que seja de grande relevância levar em consideração a participação dos sujeitos deslocados na elaboração das teorias migratórias.

Enquanto o tema das migrações inflaciona os discursos jurídicos e políticos, as ciências sociais são desafiadas a abordá-lo para além do economicismo e do discurso dos historiadores, para lhe conferir um olhar sociológico na plenitude do conceito científico. De maneira geral, as ciências sociais encontram na temática das migrações a oportunidade de estudar um objeto que cria um problema teórico (SAYAD, 1998: 15) que desafia a interpretação científica numa abordagem multidisciplinar. Dessa forma, trataremos a migração e os sujeitos migrantes enquanto objetos sociológicos numa relação de interdependência com as demais áreas das ciências humanas, considerando a amplitude e a diversidade axiológica que o tema encerra.

2.2 O sujeito migrante e as teorias migratórias: uma equação necessária

De modo geral, os documentos oficiais⁴⁰ “sobre a questão migratória e sua “governança” identificam imediatamente a utilização de conceitos, categorias e modelos interpretativos onde o sujeito parece desaparecer obscurecido por “fluxos, correntes e tendências migratórias” (SPRANDEL, 2007: 35-36). Essa forma de abordagem interfere na construção do objeto sociológico da migração e na problematização da migração enquanto objeto de investigação científica. Ao considerar a migração para além dos sujeitos, perde-se a oportunidade de relacionar

⁴⁰ Tratados internacionais, relatórios das grandes conferências temáticas, estatutos e políticas migratórias oficiais especialmente aqueles inspirados ou decorrentes das orientações da Organização Internacional do Migrante – OIM ligado à Organização das Nações Unidas – ONU.

o objeto ao problema científico considerando que “todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas” (SAYAD, 1998: 15). Da mesma forma, somente pelo diálogo interdisciplinar, poder-se-á apreender as múltiplas formas de subjetividade assimiladas pelos migrantes no curso de seus itinerários. Não raro, nos tratados sociológicos sobre a questão migratória, nota-se a ausência do sujeito. Segundo Sprandel (2007: 35-36), esta é uma das chaves para “a crítica que a antropologia brasileira lança aos chamados estudos migratórios”. Na perspectiva metodológica das pesquisas sociais, essa ausência impede a análise subjetivada, que considera válida a autocompreensão do sujeito a propósito de sua condição, seus sentimentos e limites, suas reflexões, enfim, sua concepção dos processos migratórios. Nos itinerários migratórios, sujeito e sociedade apresentam-se como uma via de mão dupla, ou seja, a ida e o regresso encontram-se na mesma condição humana e social. A mesma sociedade de emigração converte-se na sociedade de imigração, dependendo de onde e de que forma estiver sendo abordada. Algo parecido ocorre com o sujeito migrante que ora emigra e ora imigra nos itinerários de ida e de retorno ou de novas idas, muitas vezes num caminho sem volta. Considerando a suma epistemológica de Galeano, que afirma que “ninguém emigra porque quer” (2008: 151), concluímos que muitas são as causas que continuam provocando as migrações em ordem crescente e deslocando sujeitos e, junto com eles, grupos e sociedades inteiras. Por isso, o cenário da mobilidade humana nos desafia a compreender os principais fatores que caracterizam as dinâmicas migratórias na Amazônia para, num segundo momento, analisar os impactos desta migração nesta sociedade.

Nos itinerários migratórios, surgem novas categorias de sujeitos fragmentados pelos cortes e recortes da migração. Entra em crise a percepção de pertencimento nacional e territorial dos sujeitos. Esta fragmentação pode ocorrer em diversos níveis, a depender das trajetórias migratórias e do grau de *desterritorialização* (HAESBAERT, 2004) a que o migrante for submetido. A conjuntura migratória resulta em novas categorias de pertencimento de identidade territorial difíceis de serem equacionadas. Um exemplo clássico dessas novas categorias é o caso dos paulistas nordestinos. São migrantes que nasceram no nordeste e foram deslocados para São Paulo, onde viveram a maior parte de suas vidas. Entretanto, não se sentem paulistas e nem são reconhecidos pelos paulistas como tais. Em se tratando das migrações internacionais, ocorre a mesma categorização, só que de forma mais fragmentada, observada em outros exemplos clássicos, como o caso dos bolivianos de São Paulo ou os peruanos do Amazonas ou ainda os brasiguaios⁴¹ e os brasileiros⁴². São muitas as categorias de sujeitos *desterritorializados* em sua condição de pertencimento social. A Amazônia está repleta destas experiências, especialmente entre os indígenas que migraram para as cidades “num processo de reconfiguração étnica” (ALMEIDA & SANTOS, 2008: 19) recriando novas territorialidades.

Na conjuntura das migrações internacionais, essas categorizações tendem a complexidades cada vez mais acentuadas. No caso dos migrantes trabalhadores internacionais, deslocados para vários países ao longo de sua existência, a

⁴¹ Termo utilizado para identificar os brasileiros da fronteira que migraram para o território paraguaio, mas, continuam vivendo como brasileiros mantendo a língua, a cultura e as mesmas técnicas de trabalho na agricultura transplantadas do Brasil para o outro lado da fronteira geopolítica. A condição de brasiguaios tem permanecido na segunda e na terceira geração de brasileiros nesta conjuntura migratória, ou seja, os filhos dos primeiros migrantes nasceram no território paraguaio, receberam registro paraguaio, mas, continuam vivendo como brasileiros.

⁴² Outro termo utilizado, desta vez, para designar os migrantes italianos que migraram para o Brasil na primeira metade do século XX e se empenharam em manter a língua e alguns fragmentos da cultura italiana em território brasileiro.

fragmentação identitária tende a apresentar-se de forma bastante acentuada, principalmente nos países onde a cidadania é consanguínea e não territorial⁴³. Estas reflexões nos conduzem a repensar a condição dos sujeitos fragmentados pela migração, portadores de importantes rupturas identificadas por Said (2003) como resultantes da experiência do exílio⁴⁴ nas suas mais variadas dimensões.

O exílio nos compele, estranhamente, a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal. Entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás, para sempre (SAID, 2003: 46).

Nessa perspectiva, podemos imaginar que todo migrante experimenta, de alguma forma, a condição do exílio. É o exílio que produz o sujeito fragmentado, distanciado, separado, entristecido, mesmo diante de outras oportunidades de distração, divertimento, novos conhecimentos e possibilidades. A casa do outro talvez não substitua a relação da pessoa com seu lar de referência e o exílio passa a interferir em sua experiência existencial. Em diferentes níveis e graus, o exílio provoca rupturas que redirecionam os projetos de vida ou até mesmo interrompem os projetos pessoais e familiares, resultando quase sempre em desalento e desesperança, recorrentes nas situações de deslocamento. O exílio remete à dimensão pessoal de uma experiência solitária, mesmo que se esteja na companhia de um grupo. Não há nada de aventura ou de romântico na odisséia do exílio (SAID, 2003). Porém, sempre será possível recomeçar, como relata esta refugiada colombiana em Manaus:

⁴³ Trataremos deste tema de forma mais específica em outra oportunidade ao longo desta tese.

⁴⁴ Said compreende por exílio todas as experiências provisórias ou temporárias de migração de conotação compulsória, ou seja, migrações não planejadas, mas, necessárias, como o deslocamento dos trabalhadores internacionais que precisam migrar para outro país e retornar ao país de origem ou seguir migrando em busca de trabalho.

Quando cheguei aqui, caí em depressão e parecia que não queria mais viver. A saída da Colômbia foi muito traumática. Depois, com o tempo, fui entendendo que, se tivesse continuado lá, teria sido muito mais traumático. Talvez eu não tivesse sobrevivido para contar essa história. É muito provável que não, pois minha irmã e muitas outras pessoas da minha família foram assassinadas pelos paramilitares na zona de conflitos onde vivíamos. Com a saída, perdemos tudo. Mas, ganhamos a vida e a oportunidade de recomeçar tudo de novo. Ainda sofro muito por causa do exílio. Não posso aceitar que pessoas de bem tenham que deixar seu próprio país, sua pátria para viver como estrangeiro em outro país. Isso ainda me dói muito. Ainda choro muito. Acho que nunca vou aceitar isso. Mas, a vida segue em frente e não podemos parar nossa vida por conta disso. É difícil, mas, é preciso continuar a vida, mesmo com tantas lembranças que ainda nos fazem chorar (Entrevista n°. 69: Pesquisa de Campo 2012).

Ainda que muitos exilados consigam recompor suas vidas no exílio, permanecem as marcas das rupturas na experiência da expulsão. Muitas teorias sobre o exílio foram escritas por exilados em terras estrangeiras, como ocorreu com Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Hannah Arendt e Georg Simmel, só para citar alguns. Esses autores se reportam à experiência do deslocamento compulsório, presente nas suas formulações teóricas carregadas de emoção e indignação de quem perdeu membros da família, parentes próximos ou distantes, amigos, companheiros de militância, livros, fotografias, documentos e tantas outras coisas ou pessoas que já não sabem mais se poderão voltar a rever algum dia. Somados a todos estes elementos, está o fator da violência, presente na maioria das situações de exílio. A dor e a indignação causadas pela separação deixam marcas permanentes na vida dessas pessoas que muitas vezes sequer tiveram o direito de se despedir daqueles que tanto estimavam. Por isso, muitos não gostam de se reportar ao deslocamento. Entretanto, não se esquecem da experiência vivida antes do exílio. Recordam as amizades, o convívio familiar, os cheiros e aromas, os temperos, as comidas, as festas e as danças com suas músicas e ritmos, as celebrações religiosas, a militância política e tantas outras experiências prazerosas

que não se apagam nos itinerários do exílio. Podemos identificar estes elementos no discurso de abertura da festa em comemoração ao dia da Independência do Haiti⁴⁵ realizada em Manaus no dia 1º de janeiro de 2012:

Hoje, nós queremos compartilhar com vocês esta sopa que nós comemos no Haiti no primeiro de janeiro para recordar a nossa independência. Tentamos preparar do mesmo jeito que fazemos lá, com os mesmos ingredientes. Ficou bem parecido. É diferente porque lá a gente come a sopa com toda a família reunida. Primeiro, a gente reza com a família, canta o hino da independência, recorda que os franceses nos mantiveram no cativo e celebramos a libertação comendo a sopa, que tem um sabor especial. Hoje, estamos comendo essa sopa com vocês, que representam nossa nova família. Mas, o sabor é diferente porque foi preparado aqui e faltam alguns temperos que a gente só consegue lá. Falta a nossa pimenta. A pimenta de vocês é muito gostosa. É verdade. Mas, a nossa pimenta dá um sabor diferente. Mas, o importante é comer a sopa junto com vocês (Entrevista n.º. 32: Pesquisa de Campo 2012).

Essas constatações lembram a complexidade dos aspectos subjetivos que podem apresentar direcionamentos totalmente opostos, ainda que vivenciados por pessoas vinculadas a um mesmo grupo social. Para Xavier (2007), existe um entreposto nos itinerários migratórios entre o lugar e o dizer:

Quando descobrimos esse entrecruzamento nos limites dilatados entre uma realidade social atual e uma realidade dos processos subjetivos, que se apreciam na experiência imigrante, estamos diante de novas considerações do conceito de *identidade* do homem contemporâneo. Sabe-se que o conceito de identidade pode ser contextualizado em vários campos do conhecimento, definindo contextos estabilizados, como pontos de ancoragem a partir de algo que funciona como parâmetro para uma definição. [...] A identidade se tece como decorrente de tais condições discursivas, aqui concebidas como uma questão sempre em aberto, em que cada dia

⁴⁵ O Haiti conquistou a Independência da França no dia 1º de janeiro de 1804. Para celebrar esse dia, prepararam sopa que era o prato por excelência da elite francesa. Comer a sopa no dia da Independência significou a mudança do lugar social: de escravos a livres. Desde então, a sopa passou a ser o prato oficial para celebrar a Independência. A sopa segue uma receita centenária que combina carnes de gado, frango e porco com macarrão e legumes. Com textura espessa e aparência colorida, o sabor é bastante típico. Na semana anterior à “festa”, distribuíram convites e contavam com a participação de muitas pessoas. Por isso, prepararam sopa para 800 pessoas. Entretanto, apenas os próprios haitianos compareceram para celebrar a independência e tomar a sopa ritual. Éramos apenas quatro convidados além dos migrantes. A decepção estava estampada nos seus rostos e se perguntavam por que as pessoas não quiseram celebrar com eles. Ao final, concluíram que era muito cedo para os brasileiros saírem de casa no primeiro dia do ano. A sopa foi servida às 09:00h da manhã. Nem por isso, deixaram de comemorar, tomar a sopa, dançar suas músicas e cantar, em alto e bom tom, o Hino Nacional do Haiti.

o ser portador de fala referencia, pelas suas possibilidades de enunciação, suas possibilidades de sujeito (XAVIER, 2007: 144).

Esses apontamentos teóricos indicam que é possível aproximar a leitura da subjetividade e o estudo dos elementos constitutivos da identidade do migrante. Nessa perspectiva, o sujeito portador da fala e do discurso sobre a migração apresenta-se como o portador de uma identidade transformada e reformulada na dinâmica das migrações. Nas etnografias realizadas em vários contextos migratórios da Amazônia, emergem elementos que corroboram a retomada do significado e do poder da fala e do discurso dos migrantes. De forma especial, esses elementos são evidenciados quando esses sujeitos são convidados a contar sua história:

Quando a história de um imigrante é ativada e representada por esse sujeito, acontecem recursos para se integrar aos cenários dispostos no cotidiano e, digamos aqui, no cotidiano imigrante, pois, sempre a memória será ativada a partir da ideia de que se está num lugar que não é o lugar de origem, assinala o lugar do estranho ou diferente. Trata-se da percepção de uma não-identidade e das suas tratativas no discurso. Ou seja, identidade e não-identidade compartilham dos mesmos caminhos, sendo que para o imigrante essa percepção é uma pressuposição ativa (XAVIER, 2007, p. 145).

Na perspectiva do sujeito, a percepção da identidade e da subjetividade confere ao migrante o poder da análise e da reflexão sobre sua própria condição humana. Ou seja, a sua “verdade” ou o seu discurso sobre a experiência vivida, a partir da bagagem intelectual da qual é portador, do seu histórico de militância ativa e efetiva nos movimentos sociais e da sua inserção na nova realidade que continua impelindo-o a realizar novas reflexões a partir nas novas experiências e dos novos interlocutores. Ou seja, sozinha a história não faz nada, porque são as pessoas reais as verdadeiras protagonistas da história (MARX & ENGELS, 2003). Os resultados da migração, especialmente nos contextos de deslocamento compulsório, não deixam de ser um novo marco tanto na vida dos migrantes como na vida da sociedade que

os acolhe e que nunca mais será a mesma depois da sua chegada (MARTINS, 2009). Quem migra se deixa transformar e, nas idas e vindas, apresenta mudanças significativas no comportamento e nas relações sociais e afetivas. Para Hatoum (2000: 16-17), quem migra transforma-se num sujeito dividido que passa a sofrer com a dualidade do que era antes de ser obrigado a partir e no que se transformou com a experiência migratória. O migrante retorna diferente, quase outra pessoa. Não se reconhece mais no irmão gêmeo que não passou pelos dissabores da migração. Os que ficaram também o recebem de forma diferente por ocasião de seu retorno depois de cinco anos. Esperavam que retornasse o mesmo que partiu. Por isso, se decepcionam com sua mudança drástica. Ignoram as transformações provocadas pela migração inesperada. Ignoram as dores e sofrimentos do exílio⁴⁶. Nem o migrante retornado se adapta novamente aos que deixara, nem os seus conseguem aceitá-lo da maneira que retorna (HATOUM, 2008)⁴⁷.

A experiência do deslocamento deixa marcas profundas na vida dos migrantes. Entretanto, mesmo naquelas experiências que ocorrem de forma inesperada, sem planejamento, sem livre decisão ou marcadas pela necessidade de migrar (SPRANDEL, 2007: 45) eles, os migrantes, exilados, refugiados ou *desplazados*⁴⁸, têm a oportunidade de construir outra história na sociedade de

⁴⁶ No romance *Dois Irmãos* Hatoum (2000), conta-se a história dos gêmeos separados pela migração forçada. Filhos de imigrantes libaneses: os gêmeos Yaqub e Omar vivem em Manaus entre 1910 e 1960. Os gêmeos nunca tiveram um bom relacionamento, o que se torna ainda mais complexo quando Yaqub é obrigado a ir para o Líbano durante a guerra. Quando volta, cinco anos depois, sente-se deslocado dentro de sua própria família. A experiência do deslocamento e do retorno é traumática para toda a família. Yaqub não consegue mais se adaptar à família nem à sociedade manauara. Migra novamente e provoca importantes rupturas no seio de toda a família.

⁴⁷ Em outro romance, escrito dez anos antes (*Relato de um certo Oriente*), Hatoum apresenta outra migrante que retorna a Manaus depois de 20 anos e busca, nas suas memórias, recompor a vida e a sociedade onde vivera na sua infância. As memórias são carregadas de ambiguidades. As recordações, ora trazem felicidade, ora desencantamento, dor, revolta e tristeza. Esse romance também evidencia o retorno traumático dos migrantes transformados pelo exílio.

⁴⁸ O vocábulo correspondente na língua portuguesa seria o termo “deslocado”. Entretanto, as instituições internacionais apresentam o termo *desplazados* como uma nova categoria migratória específica para referir ao casados colombianos em que o *desplazamiento* indica a pré-condição dos solicitantes de refúgio em outros países.

destino migratório. Sem sombra de dúvida, retomar a própria história, recordar os acontecimentos do passado, nem sempre é prazeroso para os migrantes. Entretanto, a recordação dos itinerários migratórios provoca um encontro entre o passado e o presente e contribui para que o migrante tome consciência de sua condição de sujeito histórico e passe a assumir posições mais definidas e decididas com relação à sua condição humana (ARENDETT, 1996). Nas reflexões sobre as identidades culturais na pós-modernidade Stuart Hall (1997:11) designa os migrantes como *sujeitos sociológicos* nos processos de construção de novas identidades culturais resultantes das dinâmicas migratórias que separam os sujeitos em dois estágios: o antes e o depois da migração.

[...] de acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 1997: 11-12).

Desta forma, os migrantes reelaboram suas identidades no encontro e no confronto com os novos sujeitos e contextos com os quais se deparam. Para Hall, esta dinâmica indica que não existem perdas culturais e sim reelaborações que só se tornam possível quando o sujeito toma consciência de sua realidade e contextualização. Direcionando o foco para os aspectos subjetivos dos migrantes, é possível aceder às análises e reflexões que eles obtêm do passado, “nomes, gritos de guerra e roupagens a fim de apresentar essa nova cena na história do mundo num disfarce de coisa abalizada pelo tempo e numa linguagem emprestada”, citando novamente Marx (1997). Entretanto, é importante salientar que este sujeito não está concebido no campo da teoria e sim no da práxis, de onde é capaz de subjetivar informações, através das narrativas, transformando-as em elementos teóricos de

grande relevância para a construção do conhecimento e para a sociologia dos deslocamentos compulsórios. Segundo Ricoeur (1994: 144), “as narrativas constituem somente a classe dos ‘testemunhos voluntários’ dos quais é preciso limitar o domínio sobre a história, com a ajuda destas ‘testemunhas a contragosto’, que são todos os outros vestígios familiares ao arqueólogo e ao historiador da economia e das estruturas sociais”. Enquanto ferramenta teórica, as narrativas permitem a necessária releitura dos processos migratórios apresentados sob a ótica dos próprios migrantes. A subjetivação do migrante é bastante complexa porque, diferentemente do conceito *migração*, não existe consenso nas teorias migratórias sobre o significado do conceito *migrante*. Para Sayad (1998, p.54), “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. Entretanto, nesta tentativa de reelaboração teórica da noção de migrante, nos parece necessário refletir sobre a pessoa que está por trás desta força de trabalho alçada ao mundo. Nesse sentido, faz-se necessário acrescentar a esta reflexão outras dimensões e categorias, como o poder, o saber, a verdade e o discurso que possibilitam a reelaboração necessária à construção do conceito de sujeito migrante. Buscaremos estas categorias em Foucault, no diálogo com outros autores que concordam com esta reflexão.

2.3 As teorias migratórias a partir de Foucault

No livro *Em Defesa da Sociedade*⁴⁹, Foucault nos apresenta elementos importantes para um extenso e prolixo debate em torno da temática das

⁴⁹Textos de Michel de Foucault (1926-1984) reunidos e publicados em formato de livro com o título *Em Defesa da Sociedade*; referem-se à transcrição das gravações das aulas dos cursos livres ministrados por Foucault durante os meses de janeiro a março de 1975 e 1976 no *Collège de France*. Ao todo, foram gravadas onze aulas, posteriormente transcritas e organizadas, na íntegra, para a publicação.

genealogias, pensadas como *anticiências*, as quais problematizam a centralização das relações de poder pelos discursos científicos. O autor também estuda a questão dos *saberes sujeitados e o saber histórico das lutas, as genealogias e o discurso científico* e vários outros elementos que contribuem para a reelaboração daquilo que Foucault denomina de *Teoria da soberania*. Todos esses elementos podem ser utilizados para uma revisitação das teorias clássicas da migração pensadas a partir do economicismo pós-moderno. Na compreensão de Foucault, o “marxismo subordinou o poder à economia” e este parece ser o grande problema dos estudos clássicos porque o poder não depende unicamente da questão econômica. Para além dos estudos clássicos, estão os mecanismos de poder, o poder como exercício e o surgimento de uma nova mecânica de poder. Por fim, segundo Foucault “é exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate” (2005: 14). Sobre as teorias economicistas de poder, Foucault questiona a imposição do discurso marxista e afirma: “[...] eu os vejo vinculando ao discurso marxista, e eu os vejo atribuindo aos que fazem esse discurso efeitos de poder que o Ocidente, desde a idade Média, atribuiu à ciência e reservou aos que fazem um discurso científico” (p. 15). Os diferentes mecanismos de poder a que se refere não podem ser reduzidos ou deduzidos tão somente da economia ou da política exatamente porque,

[...] apesar e através dessas diferenças, parece-me que há um certo ponto em comum entre a concepção jurídica e, digamos, liberal do poder político – a que encontramos nos filósofos do século XVIII – e também a concepção marxista, ou, em todo caso, uma certa concepção corrente que vale como sendo a concepção do marxismo. Esse ponto comum seria aquilo que eu chamaria de ‘economismo’ na teoria do poder. E, com isso quero dizer o seguinte: no caso da teoria jurídica clássica do poder, o poder é considerado um direito do qual se seria possuidor como de um bem, e que se poderia, em consequência, transferir ou alienar, de uma forma total ou parcial, mediante um ato jurídico ou um ato fundador de direito... No outro caso, claro, eu penso na concepção marxista

geral do poder: nada disso é evidente. Mas vocês tem nessa concepção marxista algo diferente, que se poderia chamar de 'funcionalidade econômica' do poder (FOUCAULT, 2005: 19-20).

Nos contextos migratórios, é possível identificar os mecanismos de poder que resultam na migração decorrente de fatos que forcem as pessoas ou os grupos sociais a deslocamentos não planejados, impostos de forma arbitrária por agentes externos, que não vislumbram o exercício da liberdade ou da livre vontade de migrar. Nos estudos migratórios contemporâneos, é possível relacionar a migração aos problemas sociais, econômicos e políticos resultantes da intervenção de diferentes mecanismos de poder. Entretanto, para além dos elementos conjunturais e contextuais, a migração também está relacionada a uma crise existencialista (BAUMAN, 2004: 178).

Desta forma, os fatores que determinam os deslocamentos migratórios estariam estreitamente relacionados aos mecanismos de poder e não poderiam ser atribuídos apenas a elementos de causas naturais ou às questões relacionadas com as guerras. Em se tratando de deslocamentos compulsórios, ou seja, forçados arbitrariamente pelos mecanismos de poder, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais numerosas (VAINER, 2001). Da ação dos mecanismos de poder nos contextos de mobilidade humana resulta a migração forçada ou compulsória, onde a ausência de alternativas impulsiona o sujeito a migrar. Ação que o obriga a colocar-se em marcha sob o peso de uma violência – “simbólica” e, ao mesmo tempo, real e concreta - praticada pelo Estado. Os diversos mecanismos de poder utilizados pelo Estado no tratamento dado às migrações funcionam de duas maneiras: por um lado, lançam mão da violência para expulsar e forçar

deslocamentos; por outro lado, utilizam-se da violência para conter a migração e impedir os migrantes de adentrar em outras fronteiras geopolíticas, que são vigiadas e controladas.

O poder, em Foucault, é relacional, visto em sua capilaridade: é a ação que se espalha formando uma imagem positiva através de relações microfísicas. É o que ele vai denominar “microfísicas do poder”. Talvez possamos encontrar nessa microfísica um modelo teórico para entender os fluxos migratórios forçados e, assim, descobrir que o que estaria controlando os fluxos migratórios e provocando, por um lado, os deslocamentos compulsórios e, por outro, o controle da vazão dos migrantes internacionais não pode ser entendido somente como um poder do Estado ou um desajuste econômico internacional. Nesse sentido, os mecanismos de poder são acionados para o erguimento de muros físicos ou políticos, com a implementação de políticas restritivas que impedem ou controlam a circulação dos imigrantes criando novas modalidades de regulamentação da circulação como Contrato de Origem⁵⁰, o Visto Humanitário⁵¹ e o Visto Temporário⁵². Estas modalidades resultam em novas categorias de migrantes nos países receptores, que

⁵⁰ São contratos de trabalhadores temporários recrutados em outros países ou continentes. Tais contratos duram de três a seis meses e, via de regra, não podem ser renovados sem o intervalo de um ano. São legitimados por acordos internacionais ou convênios com a Organização Internacional do Trabalho ou com a Organização Internacional para os Migrantes – OIM. Muitos países europeus lançam mão desta modalidade de contrato para lidar com os chamados migrantes necessários, mas, indesejados. A Espanha, por exemplo, mantém cerca de 80% da mão de obra estrangeira na agricultura básica, especialmente na produção de hortifrutigranjeiros com o contrato de origem de mulheres marroquinas e romenas, contratadas em seus respectivos países por no máximo seis meses. Terminado o contrato, as mulheres são obrigadas a retornar imediatamente a seus países.

⁵¹ Recentemente, o Estado brasileiro apresentou o Visto Humanitário para lidar com a imigração dos haitianos no território nacional com solicitação de Refúgio Ambiental. Com base no “Estatuto do Estrangeiro” (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980) excepcionalmente o Brasil, dado seu histórico de excelente país receptor de imigrantes, concede vistos temporários ou permanentes a estrangeiros cuja situação demonstre que o mesmo é vítima de violação de seus mais fundamentais direitos como pessoa humana. O Visto Humanitário é concedido a estrangeiros perseguidos por organizações ou governos autoritários, a estrangeiros cujo sofrimento, doenças ou situação particular, demonstrem a necessidade que o mesmo permaneça no Brasil, como forma de protegê-lo. O Brasil não reconhece o Refúgio Ambiental solicitado pelos haitianos. Com base nesta prerrogativa, passou a conceder aos haitianos o Visto Humanitário tendo por base a negativa de refúgio no Brasil permitindo-lhes permanecer no país por razões humanitárias.

⁵² Concedido de acordo com o Estatuto do Estrangeiro válido por 90 dias podendo ser renovado por até duas temporadas.

deles necessitam, porém não os desejam como cidadãos. Todas estas formas de regulação da circulação de migrantes podem ser compreendidas no conjunto dos mecanismos de poder apresentados por Foucault:

[...] multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2001: 89).

Algumas teorias, inspiradas no economicismo liberal neoclássico ou do determinismo estruturalista, muitas vezes ignoraram a dimensão política do fato migratório, o qual remete também a processos de dominação e não apenas a processos econômicos. O ato de migrar envolve uma série de fatores de caráter econômico, político, cultural, religioso, climático, entre outros, tanto no que tange ao deslocamento quanto no que diz respeito à nova alocação do indivíduo ou de uma coletividade (SILVA, 2001: 489). Segundo Vainer (2005), o silêncio dos teóricos, que se mostra recorrente, não elimina a exigência ética de uma explicação científica dos deslocamentos compulsórios efetuados pela força da violência institucionalizada nos sistemas econômicos vigentes. Na atualidade, percebe-se que o desenvolvimento do conhecimento científico e técnico, ao propiciar o crescimento e o aperfeiçoamento das forças produtivas, provê o sistema capitalista de um mecanismo regulador das relações de trabalho. Desta forma, "[...] se institucionaliza a introdução de novas tecnologias e de novas estratégias [...]", isto é, "[...] institucionaliza-se a inovação enquanto tal[...]" (HABERMAS, 1987: 62), cumprindo à ciência e à técnica o papel de legitimar a dominação. Essa mesma dinâmica institucionaliza os deslocamentos compulsórios de trabalhadores migrantes em vista

de suprir as necessidades do mercado imediato. Entretanto, não institucionaliza a vigência de seus direitos porque os migrantes não são reconhecidos como portadores de uma cidadania internacional ou transnacional. Considerando a teoria do Estado e os mecanismos de poder apresentados por Foucault, entendemos que os fluxos migratórios podem ser considerados como estratégias de controle do sistema produtor de mercadorias, que desloca trabalhadores para atender às exigências do capital, as quais transcendem o poder e o domínio do Estado. Isso ocorre porque, segundo Habermas (1987: 62), com o crescimento das forças produtivas, modificaram-se as atribuições do Estado. O mercado passou, de forma crescente, a intervir no planejamento da vida econômica, direcionando decisões que anteriormente cabiam à esfera política e assumindo atribuições que eram tradicionalmente da competência dos aparelhos do Estado. O mercado, por sua vez, passou a intervir diretamente na economia, assumindo, no capitalismo contemporâneo, a função de preservar as relações de produção, submetendo o Estado às determinações do capital global, com o qual busca conciliar os interesses nacionais⁵³.

Lembramos que, nesta perspectiva, o deslocamento compulsório de migrantes trabalhadores é característico do modo capitalista de produção desde seus primórdios, como está descrito nos trabalhos de Engels (2008: 131)⁵⁴. Os estudos de Engels subsidiaram, com grande propriedade, as críticas que Marx desenvolveu sobre a cumplicidade do Estado, no caso dos deslocamentos de trabalhadores para a manutenção do chamado *exército de reserva* que, na atualidade, reúne os chamados migrantes necessários e, ao mesmo

⁵³ O que vem resultando em processos de desregulamentação e dismantelamento das economias estáveis e pode ser um dos elementos que explica a atual crise internacional.

⁵⁴ A obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* foi publicada pela primeira vez em março de 1845 e tornou-se uma referência nos estudos migratórios.

tempo, indesejados nos países desenvolvidos. Esse processo de envolvimento e cumplicidade do Estado, sob a égide do capitalismo global, pode ser encontrado também nas explicações de Foucault sobre as especificidades e a maneira pela qual se articulam duas tecnologias de poder que se sobrepõem nas sociedades modernas.

Na aula de 17 de março de 1976, Foucault apresenta a *tecnologia do adestramento disciplinar e a tecnologia securacional-reguladora, as disciplinas e o biopoder*. Trata-se de dois conjuntos de mecanismos que, ao invés de se excluírem, ajustam-se, acomodam-se um sobre o outro. Nessa análise, Foucault apresenta o Estado de forma normatizada, onde a “*norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar*” (FOUCAULT, 2005, p. 302). O conjunto de normas do qual o Estado se municia permite-lhe, ao mesmo tempo, controlar a disciplina dos corpos e os acontecimentos aleatórios de uma população. É isso que Foucault define como o biopoder do Estado. O que significa que seus mecanismos cobrem a superfície que vai do orgânico ao biológico, do corpo aos sujeitos. Ao transportar a teoria de Foucault para os processos migratórios, torna-se possível analisar os mecanismos provocadores e reguladores da migração sob o controle do Estado, ou melhor, da chamada atual sociedade globalizada, onde o mesmo Estado que provoca os deslocamentos migratórios compulsórios é o que regula as políticas de criminalização do migrante em um sistema político centrado no biopoder. Uma das formas de controle identificada por Foucault é o racismo que, nos estudos migratórios, recebe a conotação de xenofobia que é a aversão ao outro, ao estrangeiro tratado como estranho, ou seja, a aversão ao imigrante. A xenofobia pode ter suas raízes no Estado porque é aplicada ao *outro* pelo simples fato dele não ser um compatriota.

Segundo Foucault, pelo racismo, introduz-se, no domínio contínuo da vida, o corte entre aquele que deve viver e aquele que deve morrer. Com o racismo, o tema da guerra das raças é inteiramente substituído pela ideia de que *"a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura"* (FOUCAULT, 2005: 305).

Na raiz das relações xenófobas, estão também os muros que impedem o ingresso dos migrantes irregulares e permitem a legitimação dos decretos de deportação, a criminalização da migração internacional e, ao mesmo tempo, a criminalização do migrante enquanto sujeito deslocado. Nelas, mesmo que de forma sutil, fundamentam-se as políticas migratórias com base nas leis de segurança nacional e tantas outras similares, estabelecidas pelo aparato do Estado para controlar e punir as migrações indesejáveis que, ao mesmo tempo, são necessárias. Ao aproximar a xenofobia do racismo, alguns pontos convergem. De acordo com as teorias de Foucault, a primeira função do racismo é

[...] fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder. De outro lado, o racismo terá sua segunda função: terá como papel permitir uma relação positiva, se vocês quiserem, do tipo; "quanto mais você matar, mais você fará morrer", ou "quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá". Eu diria que essa relação ("se você quer viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você possa matar") afinal não foi o racismo, nem o Estado moderno, que inventou. É a relação guerreira: "para viver, é preciso que você massacre seus inimigos". Mas o racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro: "se você quer viver, é preciso que o outro morra" - de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder (FOUCAULT, 2005: 307).

Nessa perspectiva, o exercício do biopoder fomenta a criminalização da migração e, conseqüentemente, a dos migrantes, e aproxima a teoria do racismo, a xenofobia e a intolerância, que se apresentam cada vez mais disseminadas nos países receptores de migrantes. Sobre essa temática, o Documento final, número

291, da Comissão do Contributo para a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa, realizada em 01 de Junho de 2001, apresenta alguns elementos conceituais que merecem ser mencionados neste estudo. Segundo esse documento, a xenofobia é um preconceito etnocentrista baseado no antagonismo, repúdio, incompreensão, desconfiança e fobia contra grupos étnicos aos quais não se pertence. A xenofobia é outra encarnação da intolerância, materializada no racismo. O termo gramatical ou vocábulo é empregado, geralmente, para descrever a hostilidade frente às pessoas que procedem de outros lugares ou países, à sua cultura, valores ou tradições. De acordo com o Documento 291, o preconceito legitima a maioria étnica dominante permitindo-lhe arbitrar medidas discriminatórias contra outros grupos étnicos. Em tempos de transnacionalização econômica e globalização sociocultural, surgiram fatos de xenofobia como os que aconteceram na Europa “integrada” e contemporânea. Enquanto cresce o número de grupos abertamente declarados racistas nos Estados Unidos, emerge também a intolerância expressa contra os migrantes dos países limítrofes, em vários países latino-americanos. Nesse sentido, a continuidade de um pensamento derivado de estruturas coloniais e a vinculação do racismo, à xenofobia e ao nacionalismo seria estabelecida por atitudes e mobilizações institucionais, pela discriminação e exclusão que promovem determinadas ideologias nacionalistas. De acordo com Foucault, a xenofobia é o resumo das diversas formas de racismo, discriminação e exclusão, associadas à busca pela homogeneidade nacional, que promovem códigos de identidade excludentes e fecham o acesso à cidadania a determinados grupos.

Uma grande relevância do Documento 291 é a sua preocupação com a proliferação de muitos grupos nacionalistas e de extrema direita, em vários países,

que fazem uso do racismo como combustível para sua mobilização e a convocação ideológica de atos contra os grupos migrantes. O referido Documento aponta que é, no mínimo, curioso que, “nesses momentos em que se difundem os benefícios da globalização e da integração regional e sub-regional, surjam uma série de ações, nos países receptores de migrantes, que se caracterizam por ser estigmatizantes, discriminadoras e racistas”. Esses estigmas pesam sobre os ombros dos migrantes, que são considerados como uma minoria a ser enfrentada, rechaçada e eliminada. Nessa perspectiva, “racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano” (FOUCAULT, 2005: 309).

Uma contribuição importante de Foucault (2005: 51) refere-se a uma nova abordagem na compreensão do sujeito em sua relação com os operadores de dominação. Trata-se de uma nova metodologia de abordagem e construção científica que inverte os parâmetros da compreensão da dominação. Ao contrário da subjetivação do sujeito nas relações de dominação, Foucault (2005: 51) propõe que “em vez de partir do sujeito (ou mesmo dos sujeitos) e desses elementos que seriam preliminares à relação e que poderíamos localizar, se trataria de partir da própria relação de poder, da relação de dominação”. O que está propondo é uma nova forma de compreender o sujeito a partir das “relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos” subordinados às relações de dominação legitimadas “em sua multiplicidade, em sua diferença, em sua especificidade ou em sua reversibilidade” (p. 51). Daí a necessidade de compreender melhor como se produz o sujeito migrante nos processos migratórios e como esses sujeitos são subjugados nas relações de dominação na dinâmica da migração internacional. Nessa perspectiva,

as migrações forçadas constituem, então, uma perversa violação aos direitos humanos. Correspondem, em sua maioria, às demandas dos países industrializados por mão-de-obra barata e sem qualificação para atuarem na agricultura, alimentação, construção civil, indústria têxtil, serviços domésticos e na área dos cuidados, na lida com pessoas doentes, idosos e crianças. Os destinos dos imigrantes, em geral, são os trabalhos sujos, perigosos, difíceis, pesados, exigentes e indesejáveis (BAUMAN, 2004: 163).

Uma análise mais profunda da dinâmica migratória poderia revelar uma série de problemas relacionados aos limites e contradições presentes na essência do atual sistema econômico baseado na concentração da renda, no lucro exacerbado, na exploração da força de trabalho, na busca obcecada pela tecnologia avançada, a despeito da exclusão eminente da mão-de-obra dispensável e descartável. É esse sistema que produz os migrantes transformados em “pilhas de lixo humano que crescem ao longo das linhas defeituosas da desordem mundial” (BAUMAN, 2004:178). Na chamada crise econômica mundial, o capitalismo vem gerando crescente desemprego, submetendo as pessoas ao subemprego, ao mercado informal de trabalho e a tantos outros problemas sociais que se escondem por trás das manobras econômicas, financeiras e legais. Neste contexto, originam-se muitos deslocamentos compulsórios, os quais, em sua maioria, são de migrantes trabalhadores, ora expropriados de suas terras, de seus postos de trabalho e emprego, ora pressionados pela falta de oportunidades, obrigados a migrar em busca de alternativas de sobrevivência numa sociedade onde as migrações “representam a parte visível de transformações invisíveis” (MILESI, 2001: 566).

No quadro internacional, as tensões vividas em torno das migrações denunciam a contradição que o sistema econômico globalizado está impondo ao mundo: ao

mesmo tempo em que o neoliberalismo propugna a livre circulação do capital, cria mecanismos de restrição à movimentação das pessoas. Nesse sentido, o capital pode circular à vontade, para auferir os ganhos proporcionados pela especulação, favorecida pela extrema dependência financeira imposta aos países empobrecidos, escravos do endividamento externo.

Por sua vez, os Estados Nacionais elaboram políticas migratórias cada vez mais restritivas e passam a funcionar como grandes prisões onde a “vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce (FOUCAULT, 2001: 166). Para a sociologia os deslocamentos compulsórios, a criminalização dos migrantes é resultado de políticas restritivas decretadas nos países que se declaram “saturados de estrangeiros”. Nesta perspectiva, a migração atual se apresenta como um fato extremamente complexo e, como afirma Heidemann (2010: 18): “[...] não é um processo possível de ser explicado, a partir de si mesmo; não é um fenômeno de uma mudança meramente cultural, na qual se demonstra um novo caráter “nômade” ou aquela “essência humana” propriamente nômade.”

Se parece difícil explicar a migração, mais complexo ainda é explicar o sujeito migrante. Diante disso, a arquitetura de poder dos Estados Nacionais dita suas regras e conceitos deterministas, criminalizando os sujeitos e condenando a migração aos porões da humanidade. Para elaborar uma crítica, faz-se necessário buscar uma “verdade” sobre o sujeito e sua condição migrante à luz das teorias foucaultianas (2005: 29) que afirmam que, constantemente [...] “somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para

funcionar”. Essa busca pela verdade é decretada pelo poder ou pelos mecanismos de poder que impõem suas verdades, permitindo que o migrante seja tratado com hostilidade, rechaço e xenofobia. Para Heidemann (2010: 18), não existe uma verdade sobre a migração. Mas Foucault (2005: 29) nos recorda que, constantemente, estamos[...] condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la.

Os discursos sobre a verdade, na dinâmica migratória internacional, vêm sendo construídos sob a diretriz da criminalização do migrante e da migração. A elaboração de tais verdades permite a *dessubjetivação* do migrante e a sua *sujeição*, nos processos migratórios, ao “poder [que] funciona e se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também exercê-lo” (2005: 35). Nos processos migratórios, os discursos sobre a verdade fazem com que as pessoas se comportem como se fossem senhores de seus percursos migratórios, assumindo sobre si toda a responsabilidade pela partida. São discursos que escondem a verdade da sujeição do indivíduo, que perde sua autonomia e se deixa conduzir pelos caminhos e descaminhos da migração. Nessa perspectiva, as políticas migratórias podem ser pensadas e elaboradas a partir daquela mesma relação que Foucault identifica entre a burguesia e os loucos: “A burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder que incide sobre os loucos” (2005: 39). O mesmo se aplica aos migrantes. Ao identificarmos o significado econômico da migração para as sociedades modernas, compreendemos os aparatos de dominação e *vigilância* contidos nas políticas migratórias restritivas e controladoras dos migrantes submetidos ao “poder disciplinar [...]” (2005: 43). E são esses discursos sobre a verdade relacionada com a migração e os migrantes que delineiam o “[...] horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas” (2005: 45). Entretanto, os discursos sobre a verdade, nas teorias migratórias, muitas vezes, seguem mediados pelo Direito⁵⁵, resultando em teorias legalistas e legitimadoras das

⁵⁵ Especialmente no que se refere à legislação migratória que, na maioria dos países, está fundada nos princípios do Direito Internacional que proíbe o ingresso de migrantes indesejados. Para assegurar o direito de não receber tais migrantes, muitos países acionam a Lei de Segurança Nacional, como é o caso dos países membros da União

políticas restritivas que apresentam o migrante como um sujeito estranho, diferente e suspeito “até que se prove o contrário”. Tais discursos contribuem para intensificar a relação de estranhamento, as atitudes xenófobas e a criminalização do sujeito migrante separado da dinâmica da migração internacional.

Mediante tais reflexões, elaboramos uma releitura dos elementos basilares das teorias migratórias, à luz da contribuição teórica de Foucault, onde nos ocupamos apenas de alguns poucos fragmentos que apontam a existência uma estreita relação entre os mecanismos de controle e as políticas migratórias. A legislação migratória, quase sempre, fundamenta-se em bases restritivas e carregadas de estigmas que pesam sobre os ombros dos grupos em situação migratória, os quais vêm cerceados os seus direitos e a limitação de sua cidadania em um processo de crescente *desciudadanización*⁵⁶ ou *subcidadania*. Esse processo é característico das modernas sociedades receptoras dos fluxos migratórios onde “[...]os índios, os negros, os camponeses, os trabalhadores da terra, os operários, os pobres da cidade, os despossuídos de terra e capital nunca foram cidadãos plenos, mas postulantes de direitos numa luta que constitui o sentido de nossa história” (SOUZA, 1993:146).

A condição de *semicidadania* é imposta aos migrantes por um conjunto de mecanismos de poder que exercem o controle permanente sobre os destinos migratórios, o que Foucault vai denominar de *vigilância* permanente. Sob constante

Europeia e até mesmo o Brasil com seu Estatuto do Estrangeiro, em vigor desde 1981. O Direito também pode ser acionado pelos migrantes, desde que estejam de acordo com as legislações dos países receptores.

⁵⁶ Na sua origem o termo “*desciudadanización*” vem sendo utilizado para explicar o processo pelo qual as pessoas perdem a confiança no Estado e nas instituições democráticas e econômicas uma vez que são cerceados ou limitados seus direitos sociais como a educação, saúde, trabalho, habitação digna e a previdência social. De forma resumida, por “*desciudadanización*” se compreende a vulnerabilidade dos direitos civis, políticos e sociais. Pode-se consultar o tema na obra de ALONSO, Luis Enrique (2000): “*Ciudadanía, sociedad del trabajo y Estado del Bienestar: los derechos sociales en la era de la fragmentación*”, em Pérez Ledesma, M. (ed.), *Ciudadanía y democracia*. Madrid: Ed. Pablo Iglesias. Outro texto importante sobre esta temática pode ser encontrado em: Campillo Poza, Inés. *La ciudadanía social. Perspectivas y propuestas feministas. VII Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración: Democracia y Buen Gobierno*. Grupo de Trabajo 22: *Mujer y Política: el papel de las mujeres en las democracias actuales*. Madrid, 2005.

vigilância, eles são inseridos num processo de *sujeição* imposto pelas sociedades receptoras dos fluxos migratórios. Essa relação de dominação e controle pode ocorrer de forma direta ou indireta. Muitas sociedades legitimam suas políticas migratórias pelos “discursos da verdade” que sustentam as “relações de poder” capazes de submeter os migrantes ao *constrangimento passivo*, minando as possíveis resistências, revoltas ou reações, com a imposição de aparatos jurídicos para a defesa da soberania dos Estados Nacionais. A atual conjuntura da mobilidade humana conduz as ciências sociais à elaboração de um modelo de cidadania transnacional ou universal. O migrante vem provocando importantes rupturas no interior das teorias sociais que convencionaram modelos de classificação dos sujeitos vinculados ao tempo, ao espaço, ao grupo que constituem, na atualidade, os

[...] principais quadros que estruturam a vida social e mesmo toda vida social e mesmo toda existência individual – existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social (é a condição da existência política) – sempre está em causa um pertencimento nacional, um pertencimento nacionalmente definido: o pertencimento a cada um a seu tempo é um pertencimento à história nacional; o pertencimento ao espaço é um pertencimento ao território nacional; o pertencimento ao grupo dos nacionais é um pertencimento à nação e à nacionalidade que lhe são comuns (SAYAD, 2000: 13).

Os mecanismos de poder utilizados para a legitimação das políticas migratórias restritivas, racistas e xenófobas se apresentam sob a forma de métodos de controle elaborados conforme a ordem dos discursos forjados no contexto de uma correlação de forças desiguais. Nessa perspectiva, as teorias foucaultianas ajudam a pensar e repensar as teorias migratórias inserindo na reflexão a condição do sujeito migrante consciente ou não dos processos de submissão, dominação e controle.

2.4 As teorias migratórias nos estudos críticossociais

Enquanto fato social e histórico, a migração faz parte da história da humanidade. Entretanto, atualmente, segundo Heidemann (2010: 19), “[...]migração e mobilidade tornaram-se duas das mais utilizadas palavras-chave das sociedades contemporâneas”. E, acrescenta ainda nesta mesma reflexão, que “[...]a situação demográfica atual do mundo inteiro é fortemente caracterizada por deslocamentos populacionais volumosos (idas, voltas e circulações) de uma ordem numérica nunca vista antes” (Ibidem). É consenso, nos atuais estudos migratórios, que “[...]uma das características mais lamentáveis é ter gerado mais refugiados, imigrantes, deslocados e exilados do que em qualquer outro período da história, em grande parte como acompanhamento e, ironicamente, consequência dos grandes conflitos pós-coloniais e imperiais” (SAID, 1999: 406).

Em termos quantitativos, o grande fator migratório que caracteriza, definitivamente, a mobilidade humana, desde a Revolução industrial, tem sido o trabalho. Segundo Gaudemar (1977:39), a mobilidade do trabalho está contida na essência do capitalismo neoliberal e funciona “[...] como axioma inevitável. Um dia móveis, outro imóveis, mas sempre submetidos à regra da acumulação do capital”(GAUDEMAR, 1977:39). Por outro lado, a imobilidade do trabalho representa, para o capitalismo, sinônimo de atraso econômico e uma estratégia contra a expansão do capital⁵⁷. Nesse sentido, ironicamente, quanto maior for a mobilidade do trabalho, maior a sensação de estabilidade econômica. Por isso, nega-se aos trabalhadores o direito à estabilidade, o direito de “[...] manter-se no lugar escolhido

⁵⁷Frequentemente, o fator de imobilidade dos povos da floresta, especialmente dos povos indígenas, tem sido utilizado nos discursos oficiais para definir a Amazônia como responsável pelo emperramento do desenvolvimento do capital. Por isso os grandes projetos hidroelétricos preveem, minuciosamente, o deslocamento de grupos e povos inteiros para executar os empreendimentos e contribuir com a expansão do capital já representado no próprio deslocamento.

e aí encontrar trabalho e condições de vida, [...] o direito de recusar um êxodo com promessas ilusórias, [...] o direito de partir sem a isso ser constrangido, assim como o de ficar” (GAUDEMAR, 1977:59).

Para os países desenvolvidos, que representam a maior demanda pelo trabalho disponibilizado nas migrações internacionais, todas as estratégias de resistência à mobilidade do trabalho representam atraso econômico mundial. Para as teorias da modernização social e econômica, a imobilidade do trabalho justifica inclusive alguns embargos econômicos impostos aos países mais pobres ou empobrecidos na dinâmica do capitalismo moderno. As teorias economicistas e desenvolvimentistas continuam legitimando esses processos de mobilidade internacional dos trabalhadores. Um dos maiores legitimadores do desenvolvimentismo economicista à custa da intervenção do Estado é o teórico inglês John Maynard Keynes (1883 – 1946)⁵⁸, para quem a mobilidade do trabalho é perfeitamente compreensível a partir da demanda internacional do emprego.

Para manter a mobilidade do trabalho numa dinâmica permanente, são utilizadas muitas estratégias de mobilização, como a lei da oferta e da demanda de trabalho, legitimada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, em suas convenções internacionais sobre os direitos dos trabalhadores internacionais e suas famílias. Desta forma, cria-se o que Heidemann (2010, 22) vem conceituando como “[...] constituição social fetichista e a formação do sujeito na sociedade moderna [...]” que cria o fascínio da migração, fazendo com que os migrantes criem serem responsáveis e livres para migrar para onde e quando quiserem. Ledo engano!

⁵⁸ A principal obra que trata da legitimação da intervenção do estado na economia é a *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (*General theory of employment, interest and money*). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992. Nesta obra, a questão do emprego é vista como questão de demandas locais e internacionais. Nesse sentido, a mobilidade humana motivada pelo deslocamento do emprego se torna perfeitamente “natural” uma vez que está em jogo o interesse econômico acima de qualquer coisa.

O fetichismo da migração (MARX, 2003) é responsável pelas estratégias de mobilização dos trabalhadores, que é vista como “[...] positiva e necessária para o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade, assim como delimita uma estratégia “racional” para a melhoria de vida do migrante e da família que o acompanha” (BRITO, 2009: 9). Desta forma, toda a responsabilidade do deslocamento, ainda que este seja reconhecidamente compulsório, recai nos ombros do migrante “[...] considerado como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar e, portanto, capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho” (BRITO, 2009: 20).

O êxtase da migração conduz o migrante aos discursos do empreendedorismo do capital humano pessoal, fazendo com que ele se veja como um “empresário de si mesmo” dotado de “liberdade” para ir e vir quando e para onde quiser oferecer sua força de trabalho. De acordo com Heidemann (2010, 29), no fetichismo da migração, o trabalhador migrante concretiza o lema da “[...] igualdade, liberdade e fraternidade [...]” enquanto libertação para o trabalho e o estabelecimento de uma nova forma de subordinação social. Nessa perspectiva, o migrante, dotado da razão *fetichizada*, se encarrega do seu próprio deslocamento, compra sua própria passagem⁵⁹, assina contratos de origem, assume todos os riscos e desafios da migração por sua própria conta. Enquanto portador da razão *fetichizada*, o migrante, de acordo com Gaudemar (1977), inverte a concepção da migração como mobilidade forçada pelas necessidades do capital e não como uma decisão individual⁶⁰. Passa, então, a conceber e buscar uma alternativa pessoal e

⁵⁹ Nos deslocamentos internacionais, os bilhetes de passagem geralmente são comprados com dinheiro emprestado ou parcelado em inúmeras vezes, o que sempre vai acarretar pagamentos de juros fazendo com que o migrante já se encontre endividado desde o seu deslocamento. Não raro, são vítimas de agências de viagem de fachada ligadas ao tráfico internacional de seres humanos que atuam em redes recrutando trabalhadores.

⁶⁰ Mesmo que o deslocamento ocorra em massa, como por exemplo, o que vem ocorrendo com os haitianos, o fetiche da migração faz com que o migrante assuma a responsabilidade pessoal e individual pelo deslocamento.

individual para um problema que é, na realidade, uma necessidade fundamental do sistema capitalista. A inversão faz parte do fetiche da migração fazendo com que o migrante se coloque naquela posição de alienação apresentada por Marx (2003), não percebendo que é o mercado internacional que depende dele e não o contrário. Ao partirem em busca de trabalho em outras regiões ou países, os trabalhadores deslocados arquitetam alternativas individuais ao desemprego e à miséria e incorrem novamente numa outra relação de dominação econômica ainda mais perversa porque priva o sujeito de direitos humanos essenciais.

2.5 A migração na Amazônia e a construção de novos paradigmas na construção do espaço e das espacialidades

O estudo das migrações, na Amazônia, vem provocando a necessidade de reelaboração de aportes teóricos que possibilitem repensar a região, numa abordagem interdisciplinar, e empreender uma crítica dos espaços “pensados”, “sentidos” e “construídos”, na perspectiva da Geografia, ou das “Geografias pós-modernas” (SOJA, 1993). Pensar a Amazônia, na perspectiva da geografia do espaço, na sua relação com as migrações, parece ser uma novidade em muitas áreas do conhecimento onde se costuma fazê-lo apenas no aspecto da “paisagem”. Essa nova perspectiva implica adotar uma abordagem dialética e valorizar o mosaico de culturas e a sociodiversidade da região. Para compreender a produção do espaço ou dos espaços múltiplos, os aportes teóricos de Edward Soja (1993) se fazem necessários, por tratar-se de uma das grandes autoridades nesta temática, em consonância com Foucault, Berger, Giddens (1995), Jameson e, sobretudo, Lefebvre (2004), Harvey (2009), Massey (2008) e Sachs (2008), dentre outros. As

reflexões de Soja nos apresentam elementos importantes para pensar a Amazônia na perspectiva do materialismo histórico e geográfico e nos desafia a repensar radicalmente a dialética do espaço, do tempo e do ser social, com a participação do sujeito migrante e da dinâmica migratória na região.

Soja (1993) desconstrói o discurso de boa parte das ciências sociais que define a geografia humana como um “mero espelho”, ou, como a chamou Marx, uma “complicação desnecessária”. Soja nos apresenta uma importante crítica ao historicismo e aos seus desdobramentos, os quais impõem limites ao alcance da geografia que, enquanto ciência da pós-modernidade, apresenta a “teoria do espaço” como chave de leitura e compreensão das sociedades a partir do modo como utilizam o espaço para finalidades sociais. As teorias da produção do espaço possibilitam elaborar algumas ponderações sobre o modo como os espaços vêm sendo ocupados e produzidos simultaneamente na Amazônia com o advento das migrações. Dentre as várias realidades que poderiam ser analisadas nesta perspectiva, optamos pelo recorte referente aos novos processos migratórios que apresentam grandes impactos na cidade de Manaus a qual se destaca na atualidade como condensadora de migrantes da Amazônia, de outras regiões do Brasil e de países vizinhos⁶¹. Os dados preliminares que levantamos para a construção dessa tese nos possibilitam acompanhar alguns aspectos da dinâmica migratória em Manaus e do modo de apreensão do espaço realizada pelos migrantes. Até então, os dados vieram à tona, mas, não haviam sido em nenhum momento analisados à luz da teoria do espaço, que é pouco explorada nos estudos migratórios.

⁶¹Escolhemos este recorte por se tratar de uma temática sobre a qual acumulamos uma gama de pesquisas ao longo dos últimos quinze anos. Recentemente, alguns fragmentos de nossas pesquisas foram publicados em forma de artigos na coletânea: SILVA, Sidney Antonio da. Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010.

Até a primeira metade do século XX, a industrialização era tida como um fator explicativo das migrações para os grandes centros urbanos. Tal visão parece não dar mais conta da multiplicidade de fatores que envolvem a dinâmica migratória, considerando que, do ponto de vista demográfico, as cidades já dispõem de um contingente de trabalhadores suficiente para abastecer as demandas do mercado de trabalho. Ao analisar a passagem de uma época de *acumulação fordista* para uma *acumulação flexível*, Harvey demonstra que as exigências sobre o trabalho e a produção nortearam a busca de novas formas de qualificação (HARVEY, 1993: 266). Nessa perspectiva, a cidade deve ser pensada não somente como o *lócus* da produção econômica, mas também, como o das contradições, dos sentimentos, da criatividade e das superações dos sujeitos em busca de novos espaços a serem consolidados nos percursos migratórios urbanos. Para Soja, “[...]as geografias pós-modernas e pós-fordistas são definidas como os produtos mais recentes de uma série de espacialidades que podem ser complexamente correlacionadas com eras sucessivas de desenvolvimento capitalista” (SOJA, 1993: 9). A “teoria do espaço” pode apresentar elementos importantes para a compreensão das novas correntes migratórias na cidade de Manaus. Os migrantes são pessoas em busca de novas espacialidades e territorializações numa conjuntura que apresenta, por um lado, um espaço pensado e imaginado, esperado pelos migrantes. Por outro lado, o que existe é o espaço real, encontrado por muitos e negado a outros. Baseado nas teorias foucaultianas, Soja salienta que:

Esses espaços heterogêneos de localizações e relações – as heterotopias de Foucault — são constituídos em todas as sociedades, mas assumem formas muito variadas e se modificam ao longo do tempo, à medida que “a história se desdobra” em sua espacialidade inerente. Foucault identifica muitos desses locais: o cemitério e a igreja, o teatro e o jardim, o museu e a biblioteca, a feira e a “cidade das férias”, o quartel e a prisão, o *hammam* muçulmano e a sauna escandinava, o bordel e a colônia. Ele contrasta esses “lugares reais” com os “espaços totalmente irrealis”

das utopias, que apresentam a sociedade de uma forma aperfeiçoada ou "virada de cabeça para baixo" (SOJA, 1993: 25).

Nessa perspectiva, as ciências humanas desenvolveram certa obsessão modernista pela história, que produziu uma ciência social na qual “o espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética” (Foucault, 1980: 70, citado por Soja, 1993: 17). A grande questão da atualidade, no entanto, é o resgate do espaço enquanto categoria de análise das novas conjunturas e espacialidades pós-modernas. O espaço não é apenas o que está posto. É muito mais. É cotidiano, é conjuntura, é revelação de realidades ocultas aparentemente, mas, que continuam subjacentes às mais variadas dimensões das novas relações sociais resultantes das novas dinâmicas migratórias. Para refletir sobre estas questões, tomamos por referência a cidade de Manaus⁶², que apresentou um crescimento rápido e vertiginoso nas últimas décadas⁶³ tornando-se a maior cidade da Amazônia e passando a enfrentar sérios problemas quanto à ocupação do espaço urbano. Segundo dados do Censo de 2000 do IBGE e de pesquisas feitas pela Prefeitura de Manaus, no período de 2000 a 2004, o município apresentava, até aquele momento, um *déficit* de, aproximadamente, quarenta e oito mil unidades habitacionais. Isto equivaleria, segundo tais pesquisas⁶⁴, a um total de aproximadamente trezentos mil cidadãos sem acesso à habitação formal ou em habitações precárias em 2004.

De acordo com Bentes (2014: 42), as duas regiões que mais concentram migrantes recentes na capital amazonense são os extremos das zonas Norte e

⁶² Por ser a maior cidade da Amazônia e uma das mais importantes no que se refere às correntes migratórias.

⁶³ Manaus se firmou no cenário econômico no começo do século XX, época áurea da borracha. Atualmente, seu principal motor econômico é o Polo Industrial de Manaus, em grande parte responsável pelo alto índice do cálculo de seu PIB, sexto maior entre as cidades do país.

⁶⁴ Especialmente da Secretaria de Estado de Planejamento e desenvolvimento Econômico disponível em www.seplan.am.gov.br.

Leste da cidade⁶⁵. Essas localidades representam a periferia da cidade, ou o que Oliveira (2005) denomina de “franjas” da cidade, as quais, no geral, representam áreas de ocupação urbana recente. Essa realidade, constatada em nossas pesquisas, ressuscita o debate sobre a dialética do espaço e o direito à cidade, negado a muitos migrantes que perambulam de um canto a outro da cidade, buscando abrigo⁶⁶ num contexto onde...

A falta ou precariedade da moradia é uma paisagem concreta e se objetiva nas ocupações às margens dos igarapés na área central e nas ocupações espontâneas na franja da cidade. A moradia nos possibilita entender as diversas relações existentes na cidade, que resultam na grande diferença socioespacial entre as várias Zonas Administrativas da cidade e nestas entre diferentes bairros e até em partes específicas de bairros. [...] As moradias precárias na cidade não são apenas manifestações das desigualdades sociais concretizadas em desigualdades socioespaciais pela falta de serviços básicos e de direitos humanos, são também sintomas de uma sociedade urbana, em que desigualdades não apenas são toleradas, como proliferam (OLIVEIRA, et al, 2005: 11).

A exclusão social, dentre inúmeros outros fatores, resulta desse processo de expansão urbana não planejada e não integrada. A relevante exclusão social e o problema ambiental na cidade de Manaus favorecem a segregação urbana em dois grandes grupos de assentamento: aqueles que se beneficiam da fronteira e os excluídos da colonização. Esta divisão está refletida na própria estrutura dos núcleos urbanos. Observa-se que a exclusão urbana é a continuidade de um processo de exclusão, que se iniciou na zona rural. Excluídos do desenvolvimento rural, muitos migrantes deixam o campo para a cidade na esperança de viver melhor, sobretudo,

⁶⁵De acordo com Bentes (2014: 42), nas Zonas Leste e Norte, as principais áreas de ocupação são os bairros: Novo Reino, Zumbi dos Palmares, Grande Vitória, Nova Vitória, Cidade de Deus, União da Vitória, Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo, Monte das Oliveiras, Nova cidade.

⁶⁶As pesquisas apontam que as regiões mais centrais são as áreas onde, historicamente, a Prefeitura atuou com maior rigor no planejamento urbano e investimentos. É onde se encontram a maioria dos bairros dotados de melhores indicadores sociais da cidade. No entanto, esta região tem perdido população, apresentando uma densidade demográfica cada vez menor, apesar da sua melhor infraestrutura e equipamentos sociais. Exceção feita às regiões de Adrianópolis, Cidade Nova e Flores, que sofreram impressionante acréscimo de população. As populações de mais baixa renda, por não terem como arcar com o custo de vida dessas áreas, acabam, assim, ocupando, irregularmente, algumas áreas nas bordas do município, mais desprovidas de infraestrutura.

para ter acesso à saúde e à educação para os filhos. Atualmente, observa-se um impasse no modelo de desenvolvimento urbano, com relação ao desenvolvimento sustentável. Assiste-se a uma devastação do meio ambiente, a poluição das águas, a multiplicação de assentamentos, onde predomina a segregação urbana. Como consequência desta exclusão, temos um *déficit* habitacional significativo na cidade de Manaus, onde o parcelamento do solo urbano levou a população migrante de baixa renda a se instalar nos interstícios dos loteamentos originais, margens de igarapés e áreas desocupadas, muitas vezes classificadas como “áreas de conservação”. Tudo isso distancia a ocupação do espaço urbano da proposta de sustentabilidade apresentada por Sachs (2008), que reclama que “[...]a melhor maneira de proteger e conservar a natureza é conciliá-la com a realização de objetivos sociais legítimos numa atitude antropocêntrica assumida e responsável”⁶⁷. Por outro lado, a cidade apreendida pelos migrantes das gerações recentes é carregada de símbolos, como o é a Amazônia, com seus mitos, lendas, encantos, signos e significados. Os migrantes continuam chegando de várias partes do interior do Estado, dos Estados vizinhos, de outras regiões do país, de países vizinhos e, atualmente, de países mais distantes como é o caso expressivo de migrantes haitianos. Nessa perspectiva a cidade assume uma nova significação e deixa de ser apenas o lugar do conflito, do sofrimento, da saudade, das frustrações e desencantos. Assume novas conotações e significados onde não aparece como um problema, mas, como a resposta ou o lugar das transformações. Ou seja, a cidade se tornou por excelência o lugar das sociedades pós-modernas (SOJA, 1993: 25).

⁶⁷ Texto *Amazônia – laboratório das biocivilizações do futuro* escrito por Ignacy Sachs em Outubro de 2008 como discussão preparatória ao Fórum Social Mundial realizado em janeiro de 2009 na cidade de Belém.

Figura 01: Mobilidade interna e interregional

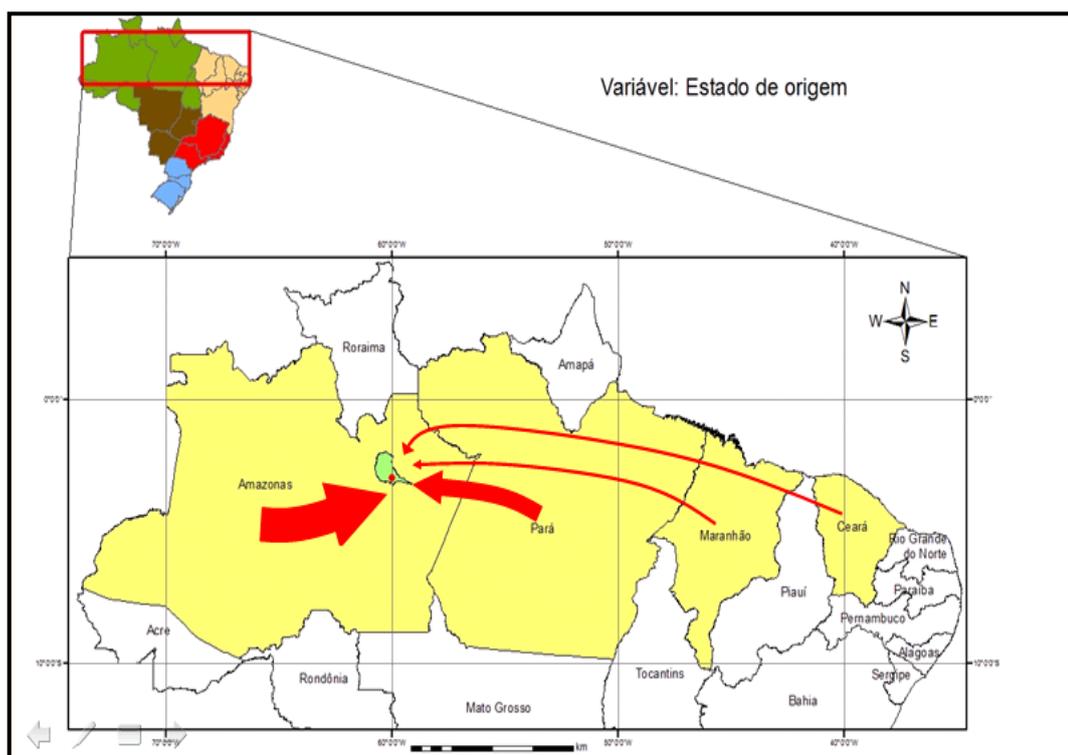


Figura 1: Estado de origem dos migrantes recentes na cidade de Manaus entre janeiro de 2010 a janeiro de 2012.

Fonte: Danielle Pereira da Costa (2010: 139).

Nossa pesquisa de campo constatou que boa parte dos migrantes que chegou a Manaus nos últimos cinco anos já passou por processos de deslocamentos anteriores e dá seguimento à busca pelo direito à cidade. Ao abordar a origem dos percursos migratórios, a pesquisa indica que os Estados que contabilizaram o maior número de registros de migrantes para Manaus foram: Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas, porém, com intensidades de fluxo diferentes (conforme a figura 1). Na sequência dos processos de deslocamento primário, sucedem os deslocamentos internos configurando uma determinada mobilidade intraurbana. Cerca de 40% dos migrantes abordados na pesquisa afirmam já ter residido em outro bairro antes do domicílio atual. Outros 38% afirmaram ter vivido em mais de quatro bairros da cidade, quase sempre percorrendo a direção dos bairros mais centrais para os bairros periféricos ou para as ocupações urbanas

recentes. Essa busca por espaço na cidade pode estar relacionada ao que Soja chama de “novas espacialidades”. Ou seja, os sujeitos circulam em busca de seu espaço definidor, de seu “lugar” na cidade. Ao ocupar vários espaços durante o dia: lugar de trabalho, compras, estudos, lazer, visitas, as pessoas seguem em busca de um espaço de referência, moradia e relações sociais aproximadas⁶⁸; o qual é o espaço do ser, do viver e do sentir, naquela perspectiva de Lefebvre do “direito à cidade” e do espaço que se torna mais que um lugar, atingindo a dimensão de cotidiano, pois, “[...] tratando-se do cotidiano, trata-se, pois, de caracterizar a sociedade em que vivemos que engendra a cotidianidade” (LEFÈBVRE, 2004: 43).

A cidade, abrigando múltiplos e variados lugares, passa a ser o grande espaço de referência dos sujeitos que com ela se identificam, onde as diferenças e divergências que emergem e se instauram não provém do sítio enquanto tal, mas do que nele se instala, reúne e a ele se contrapõe pela realidade urbana. Os contrastes, oposições, superposições e justaposições substituem os distanciamentos, as distâncias dos espaços temporais (LEFÈBVRE, 1999:117), mesmo que a dinâmica permanente da mobilidade intraurbana seja decorrente da busca por lugares de moradia e fixação.

É possível afirmar que esta continuidade da busca por “um lugar ao sol”, ou seja, do espaço de identidade e identificação, apresentada nos relatos dos migrantes recentes, é um reflexo de mudanças profundas na forma de como eles passaram a apreender a cidade. Diferentemente dos fluxos anteriores, mais de 90% dos migrantes entrevistados em Manaus afirmam que não querem mais retornar ao seu lugar de origem. Em seus depoimentos, revelam que “a saudade permanece”, mas não é condicionante para o retorno nem para a desistência da cidade. Essa

⁶⁸ O desejo de relações aproximadas pode não ser verdadeiro no interior da grande cidade. Conforme nos mostra Engels, em sua abordagem sobre as grandes cidades da Inglaterra no final do século XIX (ENGELS, 2008: 68)

nova percepção da cidade, no Brasil, tem a ver com o projeto do Ministério das Cidades que vem insistindo na prerrogativa das urbes como espaços sociais onde se oferecem condições e oportunidades equitativas aos habitantes para viverem com dignidade, independentemente das características sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade.

Essa perspectiva norteia os objetivos de muitos indivíduos, grupos sociais, organizações da sociedade, movimentos populares, instituições religiosas, partidos políticos e gestores públicos comprometidos em alcançar uma vida melhor, de felicidade, paz, harmonia e solidariedade para as pessoas, nas cidades, como prevê a Carta Mundial do Direito à Cidade⁶⁹. Entretanto, os migrantes locais, nacionais e internacionais, os refugiados, as pessoas deslocadas em consequência da pobreza, dos desastres naturais e da violência têm presença crescente nas áreas urbanas e geralmente enfrentam a exclusão na cidade de Manaus⁷⁰. As diferenças de cultura, etnia, religião, ideologia ou raça estão diminuindo em importância, mas a falta de um emprego estável, renda insuficiente e o acesso limitado aos bens e serviços ofertados são os elementos que reproduzem esse problema na cidade de Manaus. A cidade pensada dialeticamente apresenta,

Uma mediação entre a gestão urbana do Estado e a sociedade uma vez que o poder efetivo de organizar a vida urbana escapa à administração local, que desempenha tão somente 'um papel de agilizar e coordenar' uma ampla coalizão de forças, empreendida por diversos agentes sociais, se constitui numa 'densidade social' variada e conflituosa (HARVEY, 2004: 52).

⁶⁹ Carta Mundial do Direito à Cidade contém inicialmente a compreensão do direito à cidade; define o que é entendido como cidade e cidadãos da cidade. Em seguida, estabelece os princípios do direito à cidade. A Carta contém tópicos que tratam dos direitos relativos à gestão da cidade, os direitos civis e políticos da cidade e os direitos econômicos, sociais e culturais. Na parte final da Carta, são estabelecidas as medidas de implementação e supervisão do direito à cidade e os compromissos para as redes e organizações sociais, governos nacionais e locais e organismos internacionais, para a sua implementação.

⁷⁰ Em linhas gerais, a mesma dinâmica foi constatada nas demais capitais da Amazônia, especialmente em Rio Branco, Boa Vista e Belém.

Nessa mesma perspectiva, a cidade, para Lefèbvre (2004: 49), seria a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico e, por outro lado, o “urbano” seria a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento, ou seja, pelas instituições políticas com seus aparatos burocráticos⁷¹.

A participação dos migrantes nos movimentos sociais, nos grupos organizados, nas atividades institucionais e nas Organizações Não-Governamentais (ONGs) sugere que eles estão em busca de espaços de pertencimento à sociedade de acolhida. É uma forma de apreensão do “espaço de lutas” sociais que possui como ponto de partida a militância política nas diversas modalidades organizativas. Os dados estatísticos levam a crer que, quanto maior o nível de engajamento, maior é o grau de adaptabilidade nos contextos migratórios. Esse dado pode ser observado no levantamento realizado entre 2008 e 2012 pelo Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social – Sares. De acordo com os resultados desse levantamento, num universo de oitocentas lideranças populares, cerca de quinhentas se declararam migrantes que chegaram em Manaus nos últimos quinze anos.

Tabela 01: Nível de participação social e política dos migrantes recentes em Manaus

Origem migratória	Participação
Indígenas do Alto Solimões e do Alto Rio Negro	65%
Agricultores ou camponeses da Amazônia	22%
Cidades do interior da Amazônia	7%
Outros Estados de outras regiões do Brasil	4%
Migrantes Internacionais	2%

Fonte: Arquivos do Sares, 2012.

⁷¹ Uma particularidade que constatamos na cidade de Manaus e também em Boa Vista e Rio Branco, é que os agentes sociais que mais acionam os aparatos burocráticos das instituições políticas e sociais são migrantes indígenas que, ao migrar, transportam para os centros urbanos o conhecimento institucional devido à forte e permanente relação estabelecida com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e com a COIAB (Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira), desde suas aldeias.

A participação nas instituições políticas, no novo contexto da cidade, amplia a consciência política e a luta por direitos sociais, uma vez que o exercício da cidadania parece ocorrer pela via do pagamento de impostos, consumo e lazer. Nessa perspectiva, o trabalho e o valor gerado por eles se transformam na mediação que baliza o pertencimento à cidade, já que muitos não possuíam qualquer forma de renda no lugar de origem. Este é o caso de muitas mulheres que passaram da situação de dependência para a condição de assalariadas⁷². Diante destas constatações, compreendemos que a inserção dos migrantes nas diversas instâncias organizativas da cidade não é um processo de fácil entendimento e, tampouco, homogêneo, especialmente no que concerne ao mercado de trabalho. No caso de Manaus, em linhas gerais, os migrantes não dispõem de qualificação adequada para atender às exigências do mercado de trabalho. A falta de qualificação profissional acaba por orientar grande parte deles para atividades de baixa remuneração e pouca valorização social. Vale notar, contudo, que aqueles que vieram de outros Estados do país apresentam um nível de escolarização maior do que os oriundos do interior do Amazonas. Este diferencial reflete diretamente no tipo de trabalho desenvolvido por eles bem como no seu nível de renda que, em geral, é maior do que o dos amazonenses. Entretanto, a inserção no mercado de trabalho é fundamental para a aquisição da experiência de pertencimento dos migrantes à sociedade de acolhida. Quem chega encontra os que já estão na cidade e passa a compreendê-la como uma estrutura integrada de vida, trabalho, mobilidade e não como um aparato burocrático estável, trancafiado nos escritórios e gabinetes institucionais.

⁷² A pesquisa afere a ocorrência, em Manaus, a feminização das migrações, uma vez que 56% dos migrantes entrevistados são constituídos de mulheres, que aparecem como chefes de família, trabalhadoras, mães e lutadoras. Trataremos a temática da feminização da migração nesta tese em um capítulo específico.

Ao relacionar os resultados desta pesquisa às análises socioeconômicas, percebemos que o acesso à renda não significa necessariamente melhoria das condições de vida. Constatamos que a maior parte dos migrantes recentes vive nos bairros mais afastados do centro da cidade, nos quais o acesso à moradia se dá via processo de ocupação do solo urbano, geralmente denominado pela mídia local como “invasões”⁷³. Ao conseguir o tão almejado espaço de moradia, o desafio seguinte é a construção de suas residências que, em geral, se dá pelo processo de autoconstrução ou pelo tradicional mutirão⁷⁴. Na busca permanente por novas espacialidades, os migrantes recentes buscam engajar-se politicamente em alguma forma de organização que lhes permita o acesso à terra de moradia como direito social. Uma das causas da frequente mobilidade dentro da cidade, apontada pelos entrevistados, é a busca por moradia. Se, por um lado, a ocupação de uma área urbana, afastada do grande centro, pode solucionar o problema do aluguel, por outro, cria novos desafios, como a falta de infraestrutura básica, o transporte deficiente, a insegurança, entre outros acessos negados aos que vivem nas periferias ou nas “franjas” da cidade. Nesse sentido, permanecem as lacunas na dialética do espaço urbano, conforme o relato de uma migrante na periferia de Rio Branco:

Hoje eu tenho minha casinha pra morar com minha família. É uma área feia, é verdade. Todo ano a enchente alaga tudo por aí perto da gente. Mas, o importante é que agora é a nossa casa. Eu já morei pra tudo enquanto é canto nessa cidade pagando aluguel por doze anos desde que viemos do interior da Boca do Acre. E vou te dizer uma coisa: é muito sofrimento. Essa vida de viver pra aqui e pra acolá não é vida, é padecimento. Tudo o que a gente ganhava era empregado no tal do aluguel. Enquanto a gente não encontra o lugarzinho da gente, pra construir a casinha da gente,

⁷³ O termo “invasão” é uma categoria de atribuição. Ao denominar de “invasoras” as pessoas que lutam por moradia, as instituições locais permitem a criminalização dos migrantes e da luta pelos direitos sociais.

⁷⁴ Organização de ajuda mútua entre parentes e vizinhos constatada no meio rural brasileiro em momentos específicos, como o plantio da lavoura, a limpeza da plantação e a sua colheita. Sobre esta temática no contexto amazônico, ver: Witkoski, A. C. *Terras, Florestas e Águas de Trabalho*. Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus, EDUA, 2007.

parece que a gente não se sente do lugar. Agora sim, eu me sinto dessa cidade porque tenho um pedacinho de terreno para construir minha casinha. Devagarzinho, a gente vai construindo. Ainda falta muita coisa porque só faz um ano que a gente tá pra cá. Mas, se Deus quiser, daqui para o ano vamos aumentar a casa. Só de não estar mais gastando com aluguel já é uma grande vantagem (Entrevista n°. 17: Pesquisa de Campo 2012).

Para compreender essa conjuntura, numa outra abordagem distinta daquela defendida pela sociologia crítica ou pelas correntes marxistas, as geografias pós-modernas de Soja (1993) apresentam a compreensão do espaço enquanto realidade flexível e em constante processo de transformação. Nessa mesma lógica, refletindo sobre a estrutura e a ação na produção do espaço, Gottdiener (1997) destaca que a perspectiva analítica da produção do espaço compreenderia a organização socioespacial não como uma estrutura conceitual ultrapassada das formas espaciais da cidade, mas como consequência direta das relações entre processos econômicos, políticos e culturais. Para este autor,

A ação do espaço abstrato fragmenta *todos* os grupos sociais, e não apenas o menos poderoso, de tal forma que a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas de comunhão em favor da privacidade do lar. Os vizinhos se tornam cada vez mais estranhos devido à falta de experiências comuns, apesar da aparência superficial de civilidade entre eles, à medida que a rede pessoal de transportes substitui a comunidade localizada do passado com suas relações sociais outrora densas. As novas áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo – os *shopping centers*, bares de solteiros, parques de diversão e quintais suburbanos (GOTTIDIENER, 1997: 271-272).

Esta abordagem de Gottdiener possibilita uma releitura da sociedade, vista sob o prisma do espaço, ou seja, a sociedade, enquanto real e concreta, está situada e localizada no tempo e, principalmente, no espaço. Por outro lado, a reflexão é direcionada ao espaço ocupado, construído e gestado, pela sociedade.

O conflito de classes, a reprodução do trabalho, a reprodução das relações de produção, a acumulação de capital, a formação de crise etc. já não são manifestações do capitalismo que podem ser

analisadas como se ocorressem no espaço, como mostraram os marxistas; ao contrário, são sobre o espaço. Dizem respeito às relações espaciais exatamente como envolvem relações entre capital, trabalho e mudança tecnológica (GOTTIDIENER, 1997: 273).

Nessa perspectiva, o espaço social e urbano converte-se em produto e produtor de relações de produção e de reprodução de uma dada sociedade. Ou seja, espaço e sociedade são consubstanciais. Por isso, revisitar o conceito de espaço torna-se fundamental, principalmente, porque as relações sociais de produção têm uma existência baseada na dimensão espacial, pois uma das dimensões fundamentais das relações sociais de produção, segundo Soja (1993), é o espaço onde são projetadas de forma concreta. Esta dinâmica promove o encurtamento das distâncias, associado a uma importante compressão espacial e temporal decorrente, sobretudo, do desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e transporte onde os espaços são sobrepostos e subjacentes. Em busca do direito à cidade, os migrantes transformam-se em agentes sociais comprometidos com um projeto de sociedade resultante de um processo de construção de novas espacialidades, dando novo sentido ao pertencimento dos espaços, que não são dados e, sim, conquistados numa dinâmica permanente de participação e intervenção social. Conforme o relato de uma militante do Movimento Orquídea de Mulheres na Luta por Moradia em Manaus, a inserção nos movimentos sociais ocorre por uma questão de identificação com a causa da luta mediante as necessidades apresentadas nos processos migratórios.

Eu sou indígena Tikuna, do Alto Solimões. Saí da aldeia ainda menina e morei em muitos lugares. Fui para Tabatinga, depois Coari, depois vim para Manacapuru e, finalmente, no final de 2000, vim para Manaus. Durante cinco anos, morei aqui, em vários bairros, sempre mudando de casa por causa do aluguel. Entrei num relacionamento com uma pessoa que trabalhava numa empresa em Coari. Me mudei com ele pra lá, em 2003. Com o final do relacionamento, voltei para Manaus, em 2008. Foi nesse tempo que

conheci o Movimento Orquídea de Mulheres na Luta pela Moradia. Eu estava morando de aluguel e ingressei no movimento para tentar conseguir uma casa. Foi assim, o movimento apareceu para mim como uma necessidade que eu tinha naquele momento. Não demorou e eu consegui a casa. A minha casa! Agora, eu luto junto com as outras mulheres para garantir a elas a tão sonhada casa. [...] Eu penso assim: uma pessoa só deixa de ser migrante quando ela mora na sua própria casa e tem o direito de conviver com seus vizinhos, seu bairro, sua cidade. Enquanto ela vive assim, jogada de um canto pro outro feito cachorro sem dono, ela continua como migrante, que é uma pessoa errante até encontrar o seu lugar na sociedade. Por isso, hoje eu luto para que outras mulheres encontrem seu lugar na sociedade. É muito triste viver assim sem um lugar. Eu falo por experiência (Entrevista n°. 56: Pesquisa de Campo 2012).

Este relato, carregado de subjetividades, indica a necessidade de rever as teorias migratórias a partir da compreensão dos migrantes sobre a questão do espaço, especialmente no que se refere ao direito ao espaço urbano. Por outro lado, revisar o conceito de espaço, à luz das teorias migratórias, significa romper com os velhos conceitos e categorias fixos e estáveis. Significa estabelecer rupturas e rever o espaço e as novas espacialidades como produtos e resultados da sociedade situada numa relação de consubstancialidade revelada pelas dinâmicas migratórias. Relacionar esse debate teórico ao tema das migrações possibilita uma nova leitura dos processos migratórios recentes e a compreensão da cidade não apenas como lugar de sofrimento e frustração dos migrantes, mas, acima de tudo, como espaço de realização de direitos, especialmente o Direito à Cidade, e da construção de novas espacialidades. Ao serem projetados para novos espaços, os migrantes passam a elaborar novas dinâmicas de pertencimento, mesmo diante da hostilidade e dos mecanismos de exclusão social. São eles, os migrantes, que denunciam a fragilidade das instituições políticas que não asseguram os direitos essenciais tais como o da moradia digna e a cidadania, cujo acesso tem sido negado a tanta gente.

Estas reflexões nos levam a pensar que a cidade, por sua própria atividade, provoca e instiga os migrantes a saírem da condição de assistidos e a avançar para a condição de cidadãos forjando estratégias de conquista do espaço urbano e a sua transformação em espaço coletivo e agregador. Essas análises descortinam novos paradigmas para os estudos migratórios na Amazônia, especialmente no que concerne à pesquisa desses eventos nas capitais de seus Estados. Abre-se aí uma proposta interdisciplinar considerando o desafio multidisciplinar, as geografias pós-modernas e a revisitação do espaço como importante chave de leitura e interpretação das novas espacialidades que resultam da inserção dos novos fluxos migratórios. Todos estes elementos são importantes para compreender a Amazônia a partir de suas dinâmicas migratórias. Nelas, múltiplos rostos se aglutinam em busca de “um lugar ao sol” nessa sociedade onde querem cultivar as raízes da dignidade humana.

Capítulo III

NOVAS DINÂMICAS DA MIGRAÇÃO INTERNANA AMAZÔNIA

CONTEMPORÂNEA: PERFIL MIGRATÓRIO E ANÁLISES INTERDISCIPLINARES

Eu venho de longe, eu sou do sertão.
Sou Pedro, sou Paulo, Maria e João.
Eu faço a cidade, mas, não moro, me arranjo
Plantei e colhi, mas, não como, sou anjo?

Eu venho da terra sem distribuição,
Eu sou do cansaço sem compensação
Eu venho da fome, da seca e da dor.
Eu sou do trabalho e não tenho valor.

Eu sou brasileiro, mas, sou estrangeiro.
E agora me digam se eu tenho direito,
Se sou cidadão ou por Deus não fui feito?

(Frei Domingos dos Santos)

Nesse capítulo, daremos continuidade às reflexões sobre a migração na Amazônia para contribuir com elementos teóricos que nos permitam apresentar algumas características do perfil migratório na região. Tomaremos por base as informações oficiais do último levantamento censitário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os dados levantados na pesquisa de campo realizada entre 2010 e 2014 e algumas abordagens teóricas.

A avaliação dos resultados iniciais da pesquisa levou-nos a revisar os referenciais em que havíamos nos apoiado até então⁷⁵. Adotaremos como fundamento de nossas razões, os estudos neocoloniais na América Latina que apontam as migrações como processos capitalistas pós-coloniais, como "reflexos"

⁷⁵ Participaram do exame de qualificação, além do professor Dr. Nelson Matos de Noronha, presidente da banca e orientador do trabalho, a professora Dr^a. Francilene dos Santos Rodrigues da Universidade Federal de Roraima - UFRR, o professor Dr. Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e a professora Dr^a. Carmem Lussi da Organização Internacional para as Migrações. A orientação para reformulação do segundo capítulo a partir dos estudos de Immanuel Wallerstein foi especialmente da Profa. Dr^a. Francilene dos Santos Rodrigues que é estudiosa do referido autor.

da grande crise mundial e dos processos de transformação social, política, econômica e cultural, especialmente na extensa obra de Immanuel Wallerstein⁷⁶, que norteará boa parte de nossa abordagem.

Abordaremos a temática das novas dinâmicas de mobilidade humana na Amazônia não apenas numa perspectiva histórica que considera a "história política feita por indivíduos", mas, como sugere Wallerstein (1999: 45), uma "história social" levando em consideração uma construção subjetiva do objeto, que não pode ser descrito com neutralidade, mas, numa perspectiva relacional. Segundo o autor

[...] as unidades de análise mais adequadas para a realidade social são aquilo a que chamo "sistemas históricos". O que entendo por sistema histórico está implícito no próprio nome. Trata-se de um sistema na medida em que assenta numa divisão do trabalho que é contínua e que lhe permite não só a subsistência, como também a auto-reprodução. As fronteiras do sistema são uma questão empírica que se resolve achando os limites da divisão do trabalho concreto. É certo que todo o sistema social possui necessariamente vários tipos de instituições que efetivamente orientam ou constroem a ação social, de tal modo que os princípios básicos do sistema sejam cumpridos, na medida do possível. Podemos, se quisermos, designar estas várias instituições como sendo econômicas, políticas e socioculturais, mas tais designações são, de fato, impróprias, dado que todas as instituições atuam de modo tal que são ao mesmo tempo políticas, econômicas e socioculturais e não poderiam ser eficazes se assim não fosse (WALLERSTEIN, 1995: 11).

Como afirma o referido autor, "[...] os objetos históricos precisam ser construídos a partir de uma "história global" ou "história social total" racionalmente demonstradas e que permitem a explicação de uma determinada sequência de acontecimentos" (WALLERSTEIN, 1999: 45). Nessa perspectiva, "[...]o migrante representa um itinerário epistemológico" (SAYAD, 1998: 15) e as migrações inserem-se na categoria que Wallerstein define como "história social total".

⁷⁶Wallerstein é um fiel propagador da tradição braudeliana e contribui com os estudos pós-colonialistas indicando uma nova concepção de história que é ao mesmo tempo teórica e metodológica no terreno da economia, da ciência social e da história. É considerado um dos mais importantes reformuladores das Ciências Sociais na pós-modernidade

Na Amazônia, encontramos um terreno fértil para o entendimento da elaboração da "história social total" a partir das dinâmicas migratórias que se processam na região desde o período pré-colombiano, ora atenuadas, ora intensificadas a partir dos processos econômicos e políticos e da recente mobilidade entre os países amazônicos (ARAGÓN, 2009: 29). Dessa maneira, as migrações formam parte do sistema histórico pensado por (WALLERSTEIN, 1995: 11) porque se assentam na racionalidade da "divisão do trabalho e na sua auto-reprodução" enquanto sujeitos em permanente processo de deslocamento resultado das conjunturas econômicas, políticas e socioculturais que as provocam no tempo e no espaço.

A migração na Amazônia, além de constituir-se como elemento importante da "história social total", também pode ser entendida como um "fato social total" como sugere Sayad (1998: 16), o que nos permite entender "[...] a sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica [...] e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento [...]".

Para as ciências sociais, a mobilidade humana ou a dinâmica migratória representa uma chave de leitura e de entendimento das relações de dominação presentes no interior de uma sociedade (SAYAD, 1998: 16). Segundo Wallerstein (1999: 45) a migração representa uma importante característica da desregulamentação da chamada "economia-mundo capitalista" e é resultado do crescente processo de "desruralização" da sociedade moderna que, "[...] cada vez mais, caminha para novos processos de urbanização onde se fazem presentes as contradições fundamentais do sistema-mundo". Via de regra, as migrações evidenciam as dificuldades que as sociedades modernas, inclusive a Amazônia,

apresentam ao lidar com as questões relacionadas com as desigualdades sociais, a concentração do lucro e o monopólio das decisões políticas, a começar, pela ausência de políticas migratórias efetivas mediante as demandas crescentes de novos fluxos migratórios em toda a região (ARAGÓN, 2009: 13).

Segundo Freitas (2011: 11) "[...] o deslocamento de populações é, por si só, um fato social, político e econômico". Nesse sentido, é possível afirmar que, também na Amazônia, "[...] as migrações envolvem todas as dimensões da sociabilidade e se constituem em fato social total" (FREITAS, 2011: 17) evidenciando as contradições do capitalismo contemporâneo, desde as fronteiras até o epicentro do controle político e econômico polarizado na capital do Estado do Amazonas. A identificação, seguida da análise, do perfil migratório na Amazônia, por sua vez, pode vir a contribuir para o entendimento dos novos processos sociais, culturais, políticos e econômicos da região numa "era de transição, numa visão de longo prazo da trajetória do sistema mundo", na chamada nova fase do capitalismo mundial (WALLERSTEIN, 2003: 71-92).

Considerando as migrações como "história social total" (WALLERSTEIN, 1999, p.45) e "fato social total" (FREITAS, 2001: 17)⁷⁷, aplicados à Amazônia, apresentamos alguns elementos que contribuem para traçar o perfil da migração na região e, por conseguinte, propomos algumas análises, sempre numa abordagem interdisciplinar, das migrações, à luz dos estudos pós-coloniais sugeridos especialmente por Wallerstein (2002), Sayad (1998) e Aragón (2009).

Para entender as atuais dinâmicas migratórias na Amazônia, é importante considerar as três principais categorias de análise que Wallerstein (1999: 45) identifica como propulsoras da crise econômica mundial relacionada à elevação dos

⁷⁷ Nessa mesma perspectiva Sayad (1998:16) utiliza a denominação "fato social completo" para referir-se ao fato social total na concepção Durkheimiana.

custos de reprodução da economia-mundo capitalista: "a *desruralização*, os limites ecológicos e a democratização". Outrossim, a *desruralização* nos coloca diante de três grandes eixos da sociedade moderna que são os processos de acelerada urbanização, os problemas ambientais resultantes desses processos e a questão política. Todos esses elementos encontram-se interconectados e, de acordo com Wallerstein (1999), só podem ser analisados de maneira profunda a partir do diálogo interdisciplinar. Ousamos, então, aplicar essas três grandes categorias de análise propostas pelo referido autor, para melhor compreender a mobilidade humana na Amazônia assumindo a interdisciplinaridade como elemento coadunante da abordagem.

3.1 Os paradoxos da *desruralização* na Amazônia e seus impactos nas dinâmicas migratórias contemporâneas

O que Wallerstein (2002) denomina de *desruralização* está para além do êxodo rural, largamente debatido na Europa a partir do final do século XVIII e no Brasil a partir da década de 1950. Sobre essa temática, Martins (2000: 19) enfatiza que "[...] a luta pela terra atrai e polariza um conjunto bem maior de descontentamentos sociais, políticos e ideológicos [...]" resultando em intensos conflitos agrários. Entretanto, a categoria êxodo rural, amplamente aprofundada por Martins (2000), não abrange o movimento inverso, ou seja, a migração de retorno da cidade para o campo, como prescreve a categoria *desruralização*, pensada por Wallerstein (2002).

Não se trata apenas do deslocamento do campo para a cidade, mas, acima de tudo, da mudança de paradigmas, de um modo de vida rural, para um modo de

vida urbano, analisada a partir das categorias espaço e tempo onde a história e a ciência social se confundem e se complementam (WALLERSTEIN, 2002: 455). O autor em questão compreende os processos de *desruralização* relacionados com o problema da propriedade da terra e da crise estrutural afirmando que,

O aparecimento da economia-mundo capitalista veio alterar profundamente esta situação, criando novos entraves à utilização da terra para fins agrícolas. [...] A alteração mais importante imposta pelo sistema-mundo moderno foi o estabelecimento de uma base legal sistemática para o chamado direito de propriedade da terra. Por outras palavras, criaram-se regras que determinavam que uma pessoa ou entidade empresarial podia “possuir” terra diretamente. A posse de terra – ou seja, os direitos de propriedade – significava que se podia utilizar a terra da forma que se quisesse, e que só se estava obrigado às limitações específicas impostas pelas leis do Estado soberano dentro do qual esta unidade de terra se situava. A terra sobre a qual uma pessoa tinha direito de propriedade era terra que podia legar aos seus herdeiros ou vender a terceiros ou entidades empresariais (WALLERSTEIN, 2010:2).

Seguindo a orientação do referido autor, compreende-se que a *desruralização* fornece elementos que contribuem para um maior entendimento acerca da mobilidade humana na sociedade moderna, onde, contrariamente ao que muitos pensam, os diversos deslocamentos nem sempre seguem o itinerário campo – cidade, podendo-se observar outras dinâmicas, como a circulação entre cidades de pequeno porte⁷⁸. Para melhor compreender o atual processo de *desruralização* na Amazônia, é mister percorrer, mesmo que de forma muito breve e resumida, os antecedentes históricos que promoveram a reocupação⁷⁹ estratégica da região desde o final do século XIX até o início do século XXI. De acordo com Celso Furtado (2005: 131), a reocupação demográfica da Amazônia encontra-se para além da

⁷⁸ Especialmente aquelas pequenas cidades nas cercanias das grandes fazendas de lavouras, principalmente de café, onde os trabalhadores rurais moram na cidade, mas, deslocam-se diariamente para o trabalho na vizinha área rural.

⁷⁹ O termo "reocupação" refere-se ao fato da Amazônia ser ocupada milenarmente pelos povos indígenas. Em respeito a essa ocupação autóctone, utilizamos o termo reocupação sinalizando processos posteriores à presença indígena na região.

intensificação do trabalho extrativista no curto período da economia gomífera⁸⁰ que deslocou centenas de milhares de migrantes trabalhadores para a Amazônia entre o final do século XIX e início do século XX numa dinâmica migratória inter-regional com predominância da presença nordestina⁸¹.

A partir da década de 1960, foi iniciada uma nova fase dos programas de desenvolvimento do governo brasileiro para a estratégica exploração econômica da região amazônica, num processo em que,

O foco do planejamento de desenvolvimento regional foi deslocado para a região relativamente isolada do norte do país. O órgão responsável pelo planejamento regional na Amazônia, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foi restabelecido depois de tentativas falhas do seu precursor, SPVEA, em implementar os objetivos econômicos do governo militar, fixados no modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento econômico. A nova região de planejamento, a “Amazônia legal”, com cerca de 5 milhões de km², consiste nas florestas tropicais da planície amazônica e da encosta do Brasil central, região que representa 59% da área total do país. A “Operação Amazônia”, organizada como tirocínio militar, mobilizou fundos públicos e privados. A intenção era mostrar a habilidade do novo sistema político em levar adiante o desenvolvimento como uma potência-líder do “terceiro mundo” por meio de novas estratégias para explorar o seu potencial econômico mesmo em regiões com condições naturais adversas e sérios problemas logísticos (KOHLHEPP, 2002: 37).

A conjuntura política na segunda metade do século XX insere novamente a Amazônia no cenário nacional como uma estratégia econômica. De acordo com KOHLHEPP (2002), a Amazônia foi apresentada ao mundo como a região de maior interesse econômico dos governos militares, os quais haviam adotado o objetivo de

⁸⁰O chamado “ciclo econômico da borracha” é definido por Furtado (2005: 131) como a base para a primeira tentativa efetiva de ocupação da região amazônica. No início do século XX, a indústria automobilística financiou a criação de cidades inteiras (as *companycities*), com o objetivo de incrementar a extração da borracha em toda a Amazônia. Com a decadência da economia gomífera, a ocupação demográfica da região entrou em letargia até meados da década de 1960 quando se iniciou uma nova dinâmica demográfica com os projetos de desenvolvimento agrário e com a Zona Franca de Manaus.

⁸¹De acordo com Celso Furtado (2005: 131), em sua obra *Formação Econômica do Brasil*, entre o final do século XIX e início do século XX, a borracha estava destinada a transformar-se na matéria-prima de maior expansão no mercado mundial. Diante da escassez de mão-de-obra que se apresentava, em concorrência direta com a ascensão da produção de café no Sudeste, deu-se um verdadeiro êxodo de população da Região Nordeste, em fuga do decadente modelo de exportação da cana-de-açúcar, para a Região Norte. A esse movimento migratório Furtado denominou Transumância Amazônica.

ingressar no cenário mundial pela via dos grandes projetos estratégicos de desenvolvimento econômico, para os quais convergiam o interesse e a cobiça nacional e internacional. Para justificar os investimentos federais e despertar os interesses privados internacionais, a reocupação demográfica tornou-se estratégica. Enquanto nas demais regiões brasileiras processavam-se intensos deslocamentos das áreas rurais para as cidades, na Amazônia iniciava-se um processo tardio de ocupação da famosa "fronteira agrícola", pelo qual se atribuiu à região um novo significado geopolítico "[...] em âmbito global como a grande fronteira do capital natural" (BECKER, 2005: 72), a partir da década de 1960. É nessa conjuntura que a Amazônia passa a ser inserida no cenário nacional e latino-americano.

A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação *sociedade-natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana (BECKER, 2005:72).

A referida autora chama a atenção para o horizonte dos projetos de desenvolvimento baseados na estratégia de crescimento econômico fundada no paradigma da infinitude dos recursos naturais. Nessa perspectiva, a estratégia de repovoamento orientar-se-á por esse preceito em duas grandes frentes: uma, agrária e, a outra, urbano-industrial. Nesse sentido, concomitante à criação da Zona Franca de Manaus, no final da década de 1960, outros programas de ocupação da fronteira amazônica foram levados a cabo. A partir da década de 1970, a ocupação da Amazônia vai ser o resultado de diversos projetos nacionais pensados na lógica da Lei de Segurança Nacional, em pleno Regime Militar, que tinham como objetivo

interligar a Amazônia às demais regiões do país e facilitar a implementação de amplos projetos de desenvolvimento agrário ou de intensificação da atividade agrícola voltada para a exportação. Os dados históricos ou as pesquisas de economia e sociologia mostram que, em decorrência desse modelo de reforma agrária, ocorreram o avanço da fronteira agrícola, a emergência do grande latifúndio e a da monocultura (FURTADO,2005).A estratégia para facilitar e induzir os colonos⁸² para a ocupação primária da fronteira agrícola foi a criação de grandes estradas que interligavam a Amazônia às demais regiões do país, especialmente a Rodovia Transamazônica⁸³ (BR-230),a BR-163 ligando Cuiabá/MT a Santarém/PA e a BR-364 que interliga a capital do Mato Grosso a Rio Branco, capital do Estado do Acre, recortando todo o norte do Mato Grosso, atravessando o Estado de Rondônia de sul a norte. As grandes rodovias favoreceram os planos nacionais de ocupação e integração da Amazônia desencadeando importantes transformações ao longo de seus traçados transversais e diagonais em detrimento de grande destruição do cerrado e de áreas de floresta de transição, principalmente nos estados do Mato Grosso e Rondônia. Ao longo dessas grandes estradas e rodovias, iniciavam-se os novos processos de ocupação da Amazônia numa sobreposição de colonos em áreas milenarmente habitadas por inúmeros povos indígenas de diferentes etnias.

A partir do final de década de 1970 e no decorrer de toda a década seguinte, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) encarregou-se de deslocar para a Amazônia milhares de migrantes expropriados de suas terras no sul

⁸² Diferentemente da categoria agricultor ou camponês que encontra-se ligada à terra num projeto social, político, econômico e cultural, numa profunda relação de pertencimento, o colono liga-se à terra na perspectiva econômica da exploração dos recursos, sem necessariamente comprometer-se com a relação de pertencimento à terra. Manteremos o uso da categoria colono porque essa é a utilizada pelo INCRA nos seus projetos de "colonização" e reforma agrária, o que dá a entender o grau de relação utilitária da terra.

⁸³Classificada como *rodovia transversal* iniciando seu traçado no município de Cabedelo na Paraíba, recortando os estados da Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e chegando ao seu ponto final no município de Lábrea, no sul do Amazonas

e sudeste do país, conforme estava previsto no programa POLONOROESTE do Governo Federal⁸⁴, atendendo a três objetivos básicos na região:

Objetivo econômico, ou seja, promover a agricultura, como meta de aumentar a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para a exportação; *objetivo demográfico*, isto é, frear o êxodo rural e reorientar, para a Amazônia, o fluxo que se dirige para as grandes metrópoles do Sudeste; por fim, o *objetivo social*, que era diminuir as tensões sociais provocadas pelo latifúndio no Nordeste e pelo minifúndio no Sul do país (PASSOS, 2007: 105-106).

O terceiro objetivo apresentado pelo referido programa, segundo a análise de Passos (2007), aponta a transposição do histórico problema da terra no Brasil para a fronteira amazônica. Ou seja, os migrantes foram incluídos num processo de deslocamento arbitrário que previa empurrar para o norte, as tensões sociais resultantes dos conflitos agrários no sul e no sudeste do país. Quase todos desprovidos de recursos, dependentes quase que totalmente da assistência do governo federal, os migrantes sulistas adentraram a floresta a partir das clareiras abertas pelas grandes estradas e rodovias federais e instalaram-se em glebas⁸⁵ e lotes⁸⁶ nos quais o acesso só era possível através das picadas⁸⁷ abertas precariamente no meio da floresta.

⁸⁴De acordo com informações disponibilizadas no site do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA (www.ibama.gov.br/resex/oropreto/hist.htm) o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE, foi um projeto financiado pelo Banco Mundial em 1981, na ordem de US\$ 411 milhões, que se encarregou da construção e pavimentação da BR 364, acelerando ainda mais o processo migratório, transformando radicalmente em menos de 10 anos, quase toda a estrutura social, cultural e ambiental no norte do Estado do Mato Grosso e em todo o território do Estado de Rondônia. O documento original previa orientar a colonização em uma área de 410 mil Km², entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia. O Polonoroeste se propunha também a assentar comunidades de pequenos agricultores embasada na agricultura auto sustentada, com atendimento básico nas áreas de saúde, educação, escoamento da produção, protegendo a floresta e garantindo a manutenção das terras e das culturas das comunidades indígenas. Entretanto, na sua vigência, esse Programa fomentou os mais altos índices de desmatamento de toda região. De uma área de 1.217 Km², em 1975, passou para 30.046 Km² em 1987, e apesar de todos os recursos financeiros investidos, esteve longe de atingir os objetivos propostos, e pode ser considerado um desastre tanto do ponto de vista ambiental quanto social.

⁸⁵ Nome dado pelos técnicos do INCRA aos espaços destinados aos assentamentos antes da divisão do terreno em lotes.

⁸⁶Vocábulo herdado do sistema Feudal, adaptado ao contexto de assentamentos agrários no Brasil. Refere-se à parcela de terreno agricultável que cabe a cada colono assentado. Nas áreas de assentamento da Amazônia, em geral, o colono recebia um documento que indicava a gleba onde estaria o seu lote identificado por uma numeração em ordem crescente partindo do centro da gleba no formato dos raios do sol.

Essa primeira fase de repovoamento, não raro, vai ser caracterizada por uma relação tensa com a floresta, com o clima tropical, e com as intempéries naturais próprias da região e com os povos autóctones. A falta de conhecimento por parte dos migrantes os levou a reproduzir na região as mesmas técnicas utilizadas na agricultura de suas regiões de origem, o que vai resultar em um verdadeiro desastre ecológico caracterizado pelo desflorestamento indiscriminado, comercialização ilegal da madeira, utilização das técnicas de queimada em preparação do solo para o plantio, dentre outras. Os primeiros migrantes vivenciaram as experiências do estranhamento e do enfrentamento face às condições ambientais da região resultando em enormes prejuízos para ambas as partes. Segundo Passos (2007), é difícil calcular quantos milhares de agricultores sucumbiram às doenças tropicais⁸⁸, aos acidentes com a derrubada ou queimada da floresta, aos ataques de animais selvagens ou peçonhentos, aos conflitos entre grileiros, posseiros, garimpeiros e indígenas⁸⁹. Ao redor dos assentamentos promovidos pelo INCRA, com o apoio, inclusive, de empresas colonizadoras privadas ou terceirizadas⁹⁰, foram

⁸⁷ Caminho aberto no meio da floresta com o auxílio de facão ou terçado, machado ou foice que servem para cortar os troncos das árvores e abrir um estreito trilho por onde passa-se somente à pé.

⁸⁸ Especialmente a malária, que dizimou assentamentos inteiros, como o ocorrido, em meados da década de 1980, nos municípios de Jacundá e Ariquemes, no Estado de Rondônia. T tamanha catástrofe tornou-se tragicômica, entrando no imaginário popular com referências cômicas aos dois municípios. O primeiro, localizado nas imediações da área inundada para a construção da Hidroelétrica de Tucuruí, às margens da Rodovia Paulo Fontelles (PA-150), por causa do altíssimo índice de malária, mereceu a suma popular com uma referência ao nome do município: "... pela manhã, Jacundá; ao meio dia, já com febre; à noite, já com Deus". Da mesma forma, o município de Ariquemes, localizado às margens da BR-364 (distante 198 km de Porto Velho, no Vale do Jamari), por causa do alto índice de mortes por malária, foi apelidado de "Alitremes", numa referência aos tremores próprios da febre malárica.

⁸⁹ Como veremos no final desse capítulo, os territórios indígenas foram arbitrariamente ocupados com os projetos de colonização do Governo Militar colocando em confronto direto os agricultores e os povos que milenarmente habitavam a região. O resultado disso tudo foi a dizimação quase completa de povos e etnias inteiras. Do lado dos agricultores, também houve baixas, mas, ao que tudo indica, em menores proporções. Todo esse processo seria de inteira responsabilidade do Estado Nacional que nunca assumiu a sua parcela de responsabilidade nesse genocídio pós-colonial.

⁹⁰ Como é o caso emblemático da Empresa de Colonização Comércio e Indústria - COLNIZA, criada no sul do Brasil, com o objetivo de fazer parte do projeto de colonização da Amazônia. Foi uma das empresas contratadas pelo INCRA para promover a colonização no noroeste do Estado do Mato Grosso, trazendo centenas de milhares de colonos do sul para os assentamentos no noroeste do Mato Grosso. Em 1998, a forte presença da colonizadora na região fez com que a sigla fosse materializada dando nome ao município que faz limite com o sul do Amazonas e Rondônia. Em 2007, foi considerado o município mais violento do país pelo Mapa da Violência

surgindo as pequenas cidades, para onde os filhos da primeira e segunda geração de agricultores começaram a se deslocar, dando lugar a uma segunda ocupação agrícola da região, desta vez pelos grandes empresários do agronegócio, o que parecia já estar previsto no programa Polonoroeste, desde a década de 1980, quando começaram a ser

Desenvolvidas inúmeras pesquisas para a obtenção de sementes de soja adaptadas às condições *edafoclimáticas*[...]onde a produção de grãos – a soja, em especial – vai conquistando grande importância no cenário econômico [...] uma agricultura fortemente voltada para a produção de grãos com vistas ao mercado externo.Com os incentivos governamentais e grandes investimentos do setor privado ocorreu o processo de modernização agrícola com grande utilização de máquinas no plantio e colheita das lavouras o que gerou, conseqüentemente, expulsão de mão de obra, antes empregada nestas funções. Ou seja, no que tange aos impactos sociais desta modernização do campo na região,configuram-se o desemprego, a miséria e o inchaço da pobreza (massa dos excluídos) dos novos centros urbanos na área de expansão da fronteira agrícola (PICHININ, 2007:72).

A partir do início da década de 1990, observa-se, na contramão do tardio êxodo rural, especialmente no sul do Estado do Amazonas, noroeste do Mato Grosso, praticamente toda a extensão de Rondônia, norte e noroeste do Pará e boa parte de Roraima, a entrada maciça das grandes empresas do agronegócio ligadas principalmente ao monocultivo da soja, milho e arroz. Os grandes empresários desse negócio altamente lucrativo instalaram-se na Amazônia graças aos incentivos e financiamentos dos governos estaduais que promoveram os programas de desenvolvimento agrícola na região e investiram em importantes pesquisas para o desenvolvimento de variedades de cultivares adaptadas às condições regionais (PICHININ, 2007). No Estado do Amazonas, a produção de grãos foi incentivada pelo Programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento, na região sul do Estado, em áreas de campos naturais, especialmente nos municípios de Apuí, Humaitá,

realizado pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Para maiores informações, consultar www.colnizanews.com.br.

Canutama, Manicoré e Lábrea. Juntamente com a produção de grãos, observa-se o crescimento de investimentos na pecuária extensiva em todo o sul do Amazonas, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Pará. Observa-se que nos últimos dez ou quinze anos, a pecuária vem instalando-se também em municípios próximos de Manaus como Autazes, Careiro do Castanho e Presidente Figueiredo. Não por acaso, também esses municípios passaram pelos mesmos processos de reforma agrária com o reordenamento da ocupação fundiária voltada para agricultura familiar especialmente no final da década de 1980 e início da década seguinte. A recente expansão agropecuária data da segunda metade da década de 1990, a qual também obedeceu a mesma estratégia utilizada no sul do Estado e nos Estados vizinhos: na primeira fase, a reforma agrária justifica a redistribuição da terra; na segunda fase, o latifúndio vem ganhando espaço, comprando os lotes ou expropriando os agricultores. Na sua grande maioria, endividados com os financiamentos privados, os agricultores entregam suas terras e deslocam-se para as periferias das cidades. Esse processo transforma a floresta em latifúndio e abre espaço para o agronegócio baseado na monocultura ou monocultivo e na expansão da pecuária extensiva. Considerando esse rápido histórico da reocupação da Amazônia, na perspectiva do avanço da fronteira agrícola, identificamos vários fluxos migratórios relacionados somente com esse fator de ordem social, política, econômica e histórica, que promoveu, e continua promovendo, importantes deslocamentos, num contexto onde "[...] a noção de desenvolvimento rural estão associados o crescimento da agricultura capitalista, a expropriação dos pequenos produtores e o êxodo rural" (FERNANDES & RAMALHO, 2001: 239). Soma-se ao avanço da fronteira agrícola o concomitante advento da Zona Franca de Manaus

também responsável por intensos deslocamentos migratórios, ainda perceptíveis na atual conjuntura (SILVA; COSTA e OLIVEIRA, 2011: 197).

Todos esses elementos contribuem para explicar, ao menos em parte, os processos recentes de *desruralização* e da migração inversa que acenam para as profundas mudanças nos itinerários migratórios na Amazônia, conforme podemos identificar na narrativa de alguns migrantes, como é o caso do Nilson⁹¹, 26 anos:

Eu sou de Goiânia. Estudei agronomia na Universidade Federal de Goiás. Terminei a graduação em 2010 e logo fui contratado por essa empresa para trabalhar com as máquinas na plantação de soja aqui no sul do Amazonas. São máquinas modernas, todas computadorizadas, que exigem alto grau de conhecimento técnico. Eu sei operar todas as máquinas, desde a preparação do solo para o plantio, até a colheita e o armazenamento. Tudo exige conhecimento técnico. É preciso saber programar o maquinário agrícola com precisão. Esse trabalho me fez migrar da cidade para o campo. Desde então, só permaneço mais tempo na cidade quando estou de férias, uma vez por ano. No mais, vivo aqui no campo, aplicando os conhecimentos adquiridos na cidade. Ganho relativamente bem e, por enquanto, não pretendo voltar para a cidade (Pesquisa de Campo, n.º. 662, 2013).

A narrativa sugere, por um lado, a modernização da agricultura na Amazônia. Por outro lado, apresenta os novos sujeitos sociais na contramão dos movimentos migratórios. Wallerstein (2002: 455) sugere que a *desruralização* têm se convertido em uma questão social necessária para explicar as importantes mudanças e alterações no modo de vida rural que abrange a sociedade como um todo e está presente também na Amazônia. Ao contrário do conceito tradicional, a *desruralização* não significa a perda da importância do setor agrícola. Pelo contrário, reafirma-o em detrimento da descaracterização da vida no campo, que vem se confundindo com os valores da modernidade mediante novas configurações de

⁹¹ Nome fictício atribuído ao jovem migrante entrevistado durante 40ª Feira de Exposição Agropecuária do Amazonas realizada de 06 a 15 de Dezembro de 2013 no quilômetro 5,6 da Rodovia Manoel Urbano (AM 070) no município de Iranduba, a 22 quilômetros de Manaus.

tempo e espaço, na metamorfose da *ruralidade*, como podemos identificar nesse outro depoimento de um jovem trabalhador⁹²:

Eu trabalho aqui, no meio da floresta e dos rios. Vim do Rio de Janeiro no final de 2010 e ainda estou me acostumando. É interessante porque a gente praticamente vive aqui, mas, é como se esse lugar fosse uma cidade. A nossa linguagem técnica é a linguagem da cidade. A nossa alimentação, os alojamentos, o sistema de vida, tudo imita a cidade. A gente que faz pesquisa em laboratório, quase nem percebe que está tão distante da cidade, a não ser à noite, quando vamos para o alojamento. Mesmo assim, seguimos conectados, falamos ao celular, assistimos TV. Até o nosso lazer é urbano. Fisicamente, a gente está na zona rural, na floresta e no meio do rio. Mas, é só isso mesmo. De resto, a gente nem percebe que está tão longe da cidade (Pesquisa de Campo, n°. 663, 2013).

A declaração do jovem trabalhador ilustra bem os paradoxos da *desruralização* e da migração inversa na Amazônia intimamente relacionada aos novos processos de reestruturação produtiva (POCHMANN, 1999), que são inseparáveis dos limites ecológicos e da democratização. As metamorfoses do trabalho, observadas no espaço rural, são responsáveis por um movimento migratório relativamente novo na Amazônia. Se, por um lado, observa-se o abandono do campo pelo caminho da cidade, por outro lado, a reestruturação do trabalho rural ou agrário resulta em um novo movimento migratório de trabalhadores especializados (ABRAMOVAY, 2003) nas áreas específicas da mineração, produção agrícola, pesquisas científicas, dentre outras especialidades. Observa-se, então, que a dinâmica migratória vem indicando uma mudança importante na nova população rural em alguns setores da Amazônia, conforme indica parte da narrativa a seguir:

Eu vim embora da Transamazônica porque lá a gente produzia bastante, mas não tinha como vender os produtos, que ficavam apodrecendo no lote. Junto com meu marido, participei muitos anos da Associação dos Pequenos e Médios Agricultores da Comunidade da Nova Conquista II. Isso ajudou muita gente a não abandonar os lotes. Mas, depois que meu marido morreu na vigésima malária, tudo

⁹² Um jovem de 24 anos que trabalha na Província Petrolífera de Urucu, base de operações Pedro de Moura, no município de Coari, localizado a 650 quilômetros a sudoeste de Manaus.

ficou mais difícil. Eu aguentei ainda mais dois anos e meio. Mas era muito sofrimento. Até que entrei em contato com meu irmão, que morava aqui no Vale do Sinai e vim com minhas filhas. Vendi o lote para um criador de gado que acabou com tudo e plantou capim para as vacas. Uma tristeza. Perto do meu lote, tudo está virando pasto. Os paulistas é que estão por lá criando gado e ficando rico. A gente, mais pobre, vende o lote baratinho pra eles. São eles que dizem o preço e paga a gente e manda sair logo. Eu vendi no domingo, na segunda fui pra Itaituba pra descontar o cheque no banco, e, de lá mesmo, vim embora pra Manaus. Não deu nem pra me despedir dos vizinhos⁹³ (Pesquisa de campo n°. 555, dezembro de 2012).

No entendimento de Maria Rita, a migração para a cidade parecia ser a única alternativa viável para uma família, que tentou, por décadas, sobreviver da agricultura familiar e de subsistência. Inúmeras são as situações em que as distâncias, as dificuldades de acesso e a ausência de políticas de sustentabilidade forçam os agricultores à migração em situações extremas agravadas por doenças ou morte. Não obstante, a narrativa de Maria Rita aponta a variável gênero⁹⁴ como uma característica importante observada na *desruralização* sugerida por Wallerstein (2001). A nova reestruturação do trabalho rural, ressaltada por Abramovay (2003), parece, em muitos setores, priorizar o trabalho masculino, principalmente na agricultura mecanizada, na pecuária intensiva, nas mineradoras e nas plataformas de exploração de petróleo. As famílias são deslocadas e dão lugar a novos movimentos migratórios onde o sexo masculino parece predominar. No caso da Maria Rita, o espaço que antes era habitado por cinco mulheres, ela e suas quatro filhas, passa a receber, no máximo, um tratador de gado, prioritariamente do sexo masculino e, não necessariamente morador da localidade. O mesmo se repete no caso dos deslocamentos de grupos familiares obrigados a abandonar extensas áreas destinadas a grandes projetos governamentais ou da iniciativa privada. Nas

⁹³ Maria Rita (nome fictício) tem 34 anos e 4 filhas. Há dois anos e meio, reside no Loteamento Vale do Sinai, próximo do Conjunto Manoa, no Bairro Cidade Nova. Trabalha como diarista realizando faxinas em residências no centro da cidade.

⁹⁴ No terceiro capítulo, trataremos desse tema de forma mais específica abordando a temática da feminização da migração.

pesquisas de campo, observamos que o processo de *desruralização*, na Amazônia, caracteriza-se pelo deslocamento do núcleo familiar, onde quase sempre há predominância do sexo feminino, dando lugar a uma nova ocupação do espaço, formada na sua quase totalidade por novos trabalhadores, do sexo masculino. Ou seja, "sai" o núcleo familiar, quase sempre à caminho da cidade (DURHAM, 1973), e "entra" no seu lugar, um operário ou no máximo dois novos trabalhadores.

No que se refere à *desruralização* na Amazônia, nossas análises indicam que há uma disparidade entre o deslocamento do campo para a cidade e a migração inversa da cidade para o campo. De acordo com nossa pesquisa de campo, numa média geral, para cada 10 pessoas deslocadas do campo para a cidade, existe uma média 2,5 pessoas na migração inversa, o que corresponderia a 25% de retorno ao campo⁹⁵. Ainda de acordo com os depoimentos citados anteriormente, na migração inversa, temos um universo de trabalhadores especializados, alguns inclusive com alto grau de formação na área da biologia⁹⁶, geologia⁹⁷, ciências agrárias⁹⁸, engenharias e tecnologias⁹⁹, que promovem uma migração inversa diferenciada. Em muitos casos, são migrantes temporários que não têm um projeto de vida vinculado ao mundo rural da Amazônia. Realizam trabalhos pontuais que os vinculam à área rural apenas por um tempo determinado. Muitos se encontram condicionados a

⁹⁵ Campo refere-se, nesse contexto, à zona rural que pode estar relacionada a diversas categorias de grupos humanos que ocupam a floresta, as áreas agricultáveis nas áreas de várzea ou "terra-firme", os arredores das cidades ou núcleos urbanos, assentamentos regularizados, seringais e áreas de ocupação tradicional, reservas indígenas ou de proteção ambiental, as áreas mais longínquas, isoladas pelas distâncias, obstáculos naturais ou simplesmente ignoradas pelas políticas de sustentabilidade na região.

⁹⁶ Atuando nos grandes centros de pesquisa tais como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, o Instituto Mamirauá, o Instituto Piagaçu, o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio e outros institutos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente - MDA e ao Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama.

⁹⁷ Engenheiros, técnicos e especialistas em geologia, geoprocessamento, radiologia ou radiação, ou seja, os profissionais da geologia trabalham em conjunto com geógrafos, sismólogos ou geofísicos, físicos especialistas em minérios e radiação, dentre outros profissionais.

⁹⁸ Principalmente os técnicos e especialistas que atuam nas instituições de regularização agrária, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nas instituições vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, na sua maioria agrônomos ou engenheiros agrícolas e florestais, agrimensores, cartógrafos, cientistas sociais, geógrafos, dentre outros.

⁹⁹ Especialmente na área de petróleo e gás e na mineração.

contratos de trabalho temporário, o que inviabiliza a permanência na região quando o contrato termina e não é renovado. Outros se deslocam para a Amazônia com a finalidade de adquirir experiência em uma área específica que favoreça a busca futura de novas oportunidades de trabalho em outras regiões do Brasil, muitas vezes no lugar de origem. Ou seja, são profissionais que migram para "fazer currículo"¹⁰⁰ e, terminado o período de experiência, também denominado de "período probatório", deslocam-se novamente para outras regiões, não necessariamente para a zona rural¹⁰¹. Dessa forma, a etapa vivida no campo passa a ser encarada como uma breve aventura ou uma experiência a mais na vida, já que o migrante em questão não estabelece um projeto migratório definitivo da cidade para o campo.

De acordo com os dados que levantamos em algumas frentes de trabalho, existe um significativo nível de *desruralização* e migração inversa, especialmente em áreas de construção de grandes projetos de infraestrutura¹⁰², nas plataformas de petróleo e gás¹⁰³, nas principais mineradoras¹⁰⁴, nas grandes fazendas de gado e sojas e nos setores ligados ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação¹⁰⁵.

¹⁰⁰ Como ocorre com certa frequência nos concursos públicos para docentes do ensino superior, tanto em nível estadual como federal. Passado o período probatório no final de três anos, muitos dos docentes submetem-se a novos certames nas suas regiões de origem ou em outras regiões e abandonam a Amazônia.

¹⁰¹ Em outras regiões do Brasil como o sul e o sudeste, em muitas situações, é perfeitamente possível morar na cidade e deslocar-se diariamente para o trabalho no campo sem a necessidade de residir no local do trabalho. Essa modalidade de trabalho é perfeitamente possível, quando o local de trabalho estiver localizado relativamente próximo da cidade. Essa possibilidade é praticamente inviável na Amazônia por causa das distâncias.

¹⁰² Especialmente as grandes construções como a Ponte Rio Negro, o Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira (UHE Jirau e Santo Antônio) e do Rio Xingu (UHE de Belo Monte), a construção e ou ampliação das grandes rodovias.

¹⁰³ Especificamente, a Província Petrolífera de Urucu, base de operações Pedro de Moura, no município de Coari.

¹⁰⁴ Trabalhamos aqui com dados levantados na Vila de Pitinga (localizada a 300 km de Manaus) no município de Presidente Figueiredo, na Região Metropolitana de Manaus, onde atua a Mineração Taboca na exploração dos minérios de cassiterita e columbita, dentre outros. Também coletamos dados entre os funcionários da Mineradora Alcoa que atua na exploração de bauxita no município de Juriti, no oeste do Pará.

¹⁰⁵ Nesse caso, os dados foram coletados entre trabalhadores e pesquisadores que atuam no Instituto Mamirauá, que gerencia a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, localizada a 600 km a oeste de Manaus, na região do curso médio do rio Solimões entre os municípios de Uarini, Fonte Boa e Maraã, com acesso pelo município de Tefé. Outros dados também foram coletados junto ao Instituto Piagaçu que atua na gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus nos municípios de Anori, Beruri, Codajás, Coari e Tapauá localizados nos interflúvios Purus-Madeira e Purus-Juruá. A terceira instituição que fez parte do

Todos esses setores, ligados ao desenvolvimento agrário da Amazônia, são nichos da migração inversa e representam áreas e espaços ocupados por cidadãos que enfrentam grandes dificuldades de adaptação e inserção na realidade rural. Por sua vez, nem sempre as instituições empregadoras estão preocupadas com a referida inserção. Aliás, em muitos casos, tal inserção ou adaptação à sociedade local não faz parte do projeto da empresa ou entidade contratante. Observamos essa realidade nos setores da mineração. As grandes empresas ligadas ao setor adotam estratégias que não só dificultam o processo de adaptação e de inserção na comunidade local, como também inviabilizam, propositalmente, tal processo. Um exemplo clássico do rechaço à sociedade local, num determinado processo de *desruralização*, foi observado durante a pesquisa de campo realizada na Vila de Pitinga, município de Presidente Figueiredo, na Região Metropolitana de Manaus. Trata-se de um povoado em área rural, localizada a 320 km de Manaus, no meio da Reserva Indígena Wamiri-Atroari. A vila foi criada pela Mineração Taboca, em 1982, e contou com todo o suporte do Estado e do Governo Federal para sua instalação. Seu início resultou de intensos conflitos com os povos da etnia Wamiri-Atroari¹⁰⁶ e, desde então, estabeleceu-se uma relação de completa hostilidade entre os moradores e o povo indígena que vive nos seus arredores. Da mesma maneira, a relação de tais moradores com a cidade é quase inexistente por se tratar de um regime de trabalho intensivo e por causa da burocracia imposta pelos gestores da

levantamento de dados foi o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio que é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, que atuam no gerenciamento do Parque Nacional de Anavilhanas, no município de Novo Airão, na Região Metropolitana de Manaus.

¹⁰⁶O Comitê da Verdade, encarregado de levantar os casos de desaparecimento, tortura e assassinatos, durante o Regime Militar no Brasil, reuniu um extenso processo que denuncia o massacre de mais de três mil Wamiri-Atroari, durante a abertura da BR 174 e a instalação da Mineração Taboca na região. Trataremos dos conflitos ambientais na sequência desse capítulo em uma abordagem mais específica e apropriada.

mineração como mecanismo de controle das entradas e saídas dos moradores e de visitantes.

O resultado disso tudo é um processo de isolamento que dificulta o sentimento de pertencimento dos migrantes trabalhadores com a sociedade de acolhida. Os moradores, especialmente aqueles que vivem em sistema de alojamento coletivo, não se sentem pertencentes nem ao povoado, nem à sociedade local. Trata-se de um espaço rural moldado ao padrão citadino. Na vila, encontram-se os bens e serviços de assistência básica aos moradores que somam cerca de três mil e quinhentas pessoas. Nesse caso específico, a intensa mobilidade é uma característica local. Oficialmente, não existe uma política de rotatividade contínua dos trabalhadores, mas, na prática, a mobilidade é intensa. Na pesquisa de campo, observamos que uma média de 20% dos trabalhadores da Vila de Pitinga é oriunda de outras áreas de mineração em outras regiões do país. Sabe-se que essa rotatividade ocorre de forma significativa como um modelo padrão de alternância de trabalhadores com a finalidade de corresponder às necessidades da empresa que às expectativas dos trabalhadores, especialmente aqueles com formação de nível superior¹⁰⁷. Nesse caso, a migração inversa ocorre em larga escala e verifica-se uma intensa mobilidade, nem sempre espontânea, porque, em muitos casos, a transferência dos trabalhadores está relacionada à demanda de uma filial ou outra empresa do mesmo ramo. O caso da Vila de Pitinga é um exemplo clássico da ausência da convivência com a sociedade local, o que gera uma situação de isolamento e a permanente hostilidade que, nesse caso específico, parece ser recíproca porque também a sociedade local não estabelece laços de convivência com a vila, como se pode averiguar no relato da Nonata, 51 anos:

¹⁰⁷ Principalmente os físicos, químicos, biólogos, engenheiros, geólogos e aqueles das áreas tecnológicas com certo grau de especialização nas áreas específicas.

Eu moro na Vila desde o início de 2000. Recém havia terminado o curso de Serviço Social em Belo Horizonte quando me inscrevi numa lista de recrutamento da mineradora. Logo fui chamada. Nos primeiros anos, quase nunca saía da Vila porque não tinha para onde ir. Falavam tão mau de Manaus que eu nem tinha vontade de ir lá para conhecer. Figueiredo era sinônimo de atraso e não havia nada para se ver no município. A gente conseguia resolver tudo por aqui e quando se precisava lidar com direitos trabalhistas ou assistência em caso de morte, acidentes ou outros sinistros, a gente falava diretamente com Curitiba ou Belo Horizonte. A mineradora tinha e mantém uma política de independência e autonomia. A gente não precisa nem de Presidente Figueiredo nem de Manaus para quase nada. Eu fui para Presidente Figueiredo pela primeira vez a convite da Irmã Umbelina quando fiquei viúva e entrei em depressão. Ela era minha amiga aqui da Igreja de Santa Bárbara e quis me ajudar a superar aquele luto difícil. Foi aí que eu comecei a visitar a cidade e conhecer outras pessoas amigas dela. Hoje eu gosto de passear na cidade, visitar as amigas nos finais de semana. Mas, só de vez em quando. No máximo uma vez por mês. A gente aqui não tem o costume de se afastar da Vila fora das férias (Pesquisa de Campo, n°. 593, 2013).

No referido relato, a experiência da Nonata remete à rotina dos moradores da Vila de Pitinga que se mostrou marcada pela independência e pelo isolamento dos centros urbanos locais num regime que beira ao confinamento. Na Vila, os moradores são separados pela ocupação profissional ou pelo grau de instrução, como numa estratificação social. Trata-se de uma modalidade de relações na qual os administradores da empresa exercem um papel decisivo na estratificação daqueles trabalhadores em classes ou estamentos na Mineração Taboca. De acordo com Marx (2008: 28-34; 48)"[...] os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e estabelecem as classes inferiores de acordo com a divisão do trabalho".

Na divisão de classes da Vila de Pitinga, os profissionais de alto padrão, com formação específica na área da mineração, especialmente os físicos, geólogos, biólogos, engenheiros graduados e pós-graduados, vivem separados dos demais na Vila "A". Além do salário, recebem proventos da empresa para a moradia, água, luz,

gás e telefone. O transporte público, assistência básica à saúde e educação para os filhos é gratuito. Na Vila "B", é possível encontrar os profissionais com formação técnica ou tecnólogos especialistas em perfuração, instalações, mecânica, informática, radioatividade, enfermagem, saúde pública, professores do ensino fundamental e médio, dentre outros. Também recebem auxílio à moradia, transporte, água, luz, gás e telefone. Na Vila "C", encontram-se os operários de áreas que exigem menos capacitação tais como motoristas operadores de máquinas, construtores de edificações, especialmente os túneis. Nos alojamentos coletivos, vivem os "mineradores", ou seja, aqueles que lidam mais diretamente com a exploração do minério.

Essa organização social reproduz o arquétipo da estratificação pensada por Marx, quando este sugeriu que, no modo de produção capitalista, "[...] na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas que as separam umas das outras, e de modo hostil, opõem ao seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, aquelas formam uma classe" (MARX, 1997: 127). O modelo de estratificação social determinado pela ocupação dos trabalhadores observado na Vila de Pitinga parece se reproduzir, da mesma maneira, no complexo Minerador de Carajás, operado pela Mineradora Vale¹⁰⁸ nos municípios de Paraupabas e Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará. Essa dinâmica também pode ser observada na atividade da Mineração Alcoa, no município de Juriti, no oeste do Estado do Pará. Observamos, igualmente, esse

¹⁰⁸A Vale atualmente é uma empresa mineradora privada. Foi criada como a Estatal Vale do Rio Doce por um decreto do Governo Getúlio Vargas em 1º de junho de 1942. Já foi considerada a segunda estatal mais importante do Brasil privatizada em 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Figura entre as maiores empresas produtoras de minério do mundo.

modelo entre os trabalhadores na Vila de Balbina¹⁰⁹, formada por funcionários que atuam na gerência, administração e funcionamento da UHE de Balbina (RODRIGUES, 2013).

Esses e outros processos de *desruralização* e migração inversa observados em nossa pesquisa, tanto empírica quanto teórica, nos conduzem à hipótese de que os mesmos acarretam grandes prejuízos no que tange ao sentimento de pertencimento social, que é um dos conceitos mais tradicionais da sociologia e uma das maiores preocupações de Wallerstein (1995: 9):

Diz-se que vivemos dentro de sociedades e que delas fazemos parte integrante. É princípio geralmente aceito que existem muitas sociedades, mas (tal como o termo é usado) cada um de nós será membro de apenas uma delas e, quando muito, membro visitante de uma outra. Mas, quais são as fronteiras dessas sociedades?

Nessa perspectiva, identificamos, tanto na *desruralização* quanto na migração inversa, observadas em várias regiões da Amazônia, uma enorme dificuldade de integração social e adaptação à sociedade de destino migratório, com impactos diretos e indiretos na elaboração de novos "processos identitários" ou a "construção de novas identidades", como sugere Silva (2012: 258-259). Por um lado, a rotatividade de trabalhadores alternando experiências vivenciais entre o campo e a cidade, impede que os mesmos elaborem processos de identidade e identificação com a sociedade. São eternos "membros visitantes" (WALLERSTEIN, 1995) que passam a vida num interminável sistema de rotatividade, num permanente deslocamento, entre sociedades prejudicando a inclusão social, a emancipação, o

¹⁰⁹ Localizada no Município de Presidente Figueiredo, no Km 75 da AM 240, também conhecida como Estrada de Balbina, que se inicia no Km 103 da BR 174. A Vila de Balbina compõe a extensa área da Eletrobrás na região central do Amazonas.

sentimento de pertencimento, o exercício pleno da cidadania, a construção da identidade¹¹⁰ e o direito à diversidade étnico-cultural.

A *desruralização* representa, além disso, uma enorme dificuldade que a Amazônia enfrenta no âmbito dos processos de urbanização. Assim como a *desruralização* e a migração inversa têm ocorrido sem o devido planejamento, a urbanização segue no mesmo padrão observado nas informações estatísticas e nos resultados da nossa pesquisa de campo. Considerando os dados quantitativos, de modo especial aqueles fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em sua última contagem demográfica realizada em 2010, a população da Amazônia apresentou um aumento considerável nas últimas décadas, chegando, em algumas cidades, a duplicar os indicadores¹¹¹. Mesmo levando em consideração inúmeras experiências bem sucedidas e a garantia, a todo e qualquer cidadão, nas sociedades democráticas, do direito de ir e vir, como no nosso caso, nossa análise indica que a *desruralização* e a migração inversa na Amazônia parecem contribuir para a manutenção e até mesmo para o acirramento de tensões e conflitos históricos que são resultados da relação de hostilidade e estranhamento entre os migrantes e a sociedade de acolhida (SILVA, 2012: 267). Observamos, porém, que as tensões e os conflitos não se restringem apenas às áreas rurais, uma vez que se reproduzem ou se trasladam também para as áreas urbanas, o que revela o paradoxo observado na analogia entre o "progresso" e o "atraso" econômico

¹¹⁰ De maneira especial, a identidade étnica.

¹¹¹ Segundo os resultados do IBGE/2010, embora o crescimento médio da população nas áreas de influência dos grandes projetos na Amazônia, entre 2000 e 2010, tenha sido de 22,95, houve municípios com alta pressão demográfica, o que se deve, em grande medida à explosão de empreendimentos relacionados à área da mineração ou à instalação de grandes projetos, como a construção das grandes Hidroelétricas, malhas portuárias e plataformas de petróleo e gás. O caso do município de Canaã, pertencente ao complexo minerador de Carajás, no Estado do Pará, é um exemplo dessa explosão demográfica muito acima da média, apresentando um crescimento de 88,3%, saltando de 10.921 mil habitantes em 2000 para 20.570 habitantes em 2010. Os maiores índices de crescimento populacional previstos pelo IBGE para o quinquênio 2010 a 2015 são dos municípios de Parauapebas(107,3%), Ourilândia(139,1%), Canaã(197,9%), Marabá(81,2%), Eldorado(67,2%) e Curionópolis(77,2%), todos localizados no Estado do Pará.

(WALLERSTEIN, 2002: 213) que representa o conteúdo de um intenso debate numa região onde "progresso" está relacionado tão somente ao crescimento econômico sem levar em consideração o desenvolvimento social, político, cultural da sociedade. Tal paradoxo representa uma oportunidade ímpar para rever o papel das ciências sociais nesse contexto específico de migrações e conflitos sociais, onde se revelam as contradições dos paradigmas migratórios pautados pelo conceito de que o "progresso" estaria na cidade. Ou seja, uma das principais motivações ou implicações que levam ao abandono do campo e à busca pela cidade se dá pela expectativa do migrante que acredita que vai encontrar melhores condições de vida na cidade que representa, na sociedade moderna, o lugar por excelência do "progresso".

No caso da *desruralização* na Amazônia, observa-se que uma parcela importante dos migrantes, uma média de 25%, de acordo com os dados da pesquisa de campo, não consegue a tão almejada ascensão social nos primeiros cinco anos após o deslocamento do campo para a cidade. Em muitas situações, a condição econômica tende a piorar significativamente nos primeiros cinco anos, agravada pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o que justifica uma parcela importante dos migrantes estar inserida no trabalho informal. Alguns desses elementos podem ser observados na narrativa do Sr. Geraldo, 56 anos, morador da comunidade Lago Azul, na Zona Norte de Manaus:

Eu vim do interior do município de Apuí, junto com minha família, no início de 2009. Desde o início de nossa chegada no assentamento, nossa gleba foi muito castigada pela malária. As dificuldades de cultivo do café eram imensas. Não dava para produzir quase nada e o que a gente tinha trazido do sítio que vendemos na Linha Itapirema, no município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, se acabou logo. Passamos muitas dificuldades, mas, sempre tinha o que comer. Era uma macaxeira que a gente plantava, a carne de uma caça, um fruta que a gente colhia na floresta, mais a castanha, o açaí. Fome a gente nunca passou. No Apuí, teve tempo da gente não ter como mandar os meninos para a escola porque não tinha roupa

direito para eles. Mas, nunca faltava o que comer. Aqui em Manaus, minha senhora, foi onde eu vim conhecer a fome. Aqui, não tem por onde correr. Se não tiver dinheiro, passa fome mesmo. É muito triste um pai de família que já foi quase fazendeiro, não ter de onde tirar o sustento da família. Tem hora que bate o desespero, mas, a gente segue na luta porque tenho uma manada de cinco pra terminar de criar. E o mais triste é a gente ouvir o povo daqui chamando a gente de invasor. Mas, eu penso que invasor mesmo é o fazendeiro que tomou o meu sítio e empurrou a gente para esse lugar (Pesquisa de campo nº446, 2013).

De acordo com Silva (2010: 8), as migrações nos ajudam a "pensar" as contradições do processo de urbanização na Amazônia, onde os migrantes são vistos "[...] não raras vezes, por grupos econômicos e formadores de opinião locais como 'invasores' e gente de 'baixa cultura', que pouco ou nada contribuem para o enriquecimento cultural da cidade [...]", o que abre precedentes para se repensar as migrações para além das teorias econômicas. Tendo como referência os novos processos sociais e econômicos presentes na Amazônia, entendemos que as migrações nessa região não podem ser compreendidas apenas com o suporte das teorias econômicas. Nessa perspectiva, apresentamos algumas possibilidades de aprofundamento da dinâmica das migrações.

Se, no século passado, as migrações internas que tiveram como principal destino o Sudeste brasileiro, eram entendidas pelas teorias econômicas como consequência do processo de industrialização que lá se deu, atraindo populações rurais para as cidades, hoje, tal teoria parece não dar mais conta de explicar esse fenômeno, em razão das mudanças ocorridas no sistema produtivo em nível global, o qual descarta cada vez mais força de trabalho, seja ela especializada ou não. Da mesma forma, outras teorias que focavam o âmbito social da migração, analisando-as como parte do "equipamento cultural tradicional" e como única possibilidade de melhorar as condições de vida, também apresentam os seus limites, uma vez que a mobilidade espacial parece garantir cada vez menos a tão sonhada mobilidade social (SILVA, 2010: 8-9).

A análise dos novos processos migratórios elaborada por Silva (2010) nos aponta os limites das teorias econômicas e sociológicas aplicadas aos estudos migratórios desvinculadas do diálogo interdisciplinar. Nesse sentido, apresentamos a

desruralização e a migração inversa na Amazônia como uma área dos estudos migratórios que necessita do suporte das diversas ciências humanas, especialmente a antropologia e a geografia como condição para se obter uma compreensão do referido contexto migratório. Por sua vez, os limites apresentados pelas teorias econômicas para a análise da *desruralização* e a migração inversa na Amazônia colocam-nas em discordância face à definição de progresso enquanto conceito bastante acionado nas ciências sociais para explicar dinâmicas migratórias. Nesse contexto específico e, quiçá, em muitos outros, as teorias do progresso, das quais as ciências sociais encontram-se cativas, não são suficientes para entender e explicar as dinâmicas migratórias e o seu significado na Amazônia.

O progresso se tornou a explicação fundamental da história do mundo e a base racional de quase todas as teorias de etapas. Mais do que isso, se tornou o motor de toda a ciência social aplicada. Dizia-se que estudávamos ciência social para melhorar a compreensão do mundo social, pois assim seria possível acelerar o progresso de maneira mais judiciosa e segura em toda a parte (ou pelo menos remover os obstáculos em seu caminho). As metáforas de evolução ou desenvolvimento não foram apenas tentativas de descrever; foram também incentivos pra prescrever. A ciência social se tornou conselheira (empregada?) dos formuladores de políticas (WALLERSTEIN, 2002: 213-214).

No caso concreto do atual processo de *desruralização* na Amazônia, os migrantes seriam então os "obstáculos" removidos do caminho do progresso pensado para a região sem levar em consideração o seu modelo de sociedade, nem tampouco o entendimento das sociedades sobre seu modo de vida na floresta ou nos arredores dos grandes lagos e rios. O paradoxo da *desruralização* consiste, então, no conceito de progresso aplicado à Amazônia. Ao deixar a floresta, o sítio, o lote de terra firme ou a área de várzea para ir em busca do *progresso* na cidade, a maioria dos migrantes se depara com a frustração e o desencantamento porque a cidade não corresponde aos ideais de *progresso* tão almejados. Por outro lado, o

campo representa o progresso para os investidores do agronegócio, da mineração e exploração de outros recursos naturais em escala comercial.

Nesse contexto, o paradoxo da *desruralização* consiste na ação elaborada pelos migrantes. Numa ponta encontramos aquele que sai do campo em busca do progresso na cidade, que representa a grande maioria dos deslocados, quase sempre relacionados com a pequena agricultura familiar e o extrativismo animal e vegetal em escala de subsistência. Na outra ponta, encontramos aquele que sai da cidade em busca do progresso no meio da floresta e nos arredores dos grandes rios e lagos da Amazônia onde instalam-se grandes complexos hoteleiros do chamado turismo ecológico, grandes projetos de mineração e exploração dos diversos recursos naturais, criação de piscicultura em cativeiro, grandes fazendas ligadas ao agronegócio, só para citar algumas.

O paradoxo da *desruralização* e a migração inversa colocam em confronto duas categorias específicas de migrantes: aqueles que saem do campo em direção à cidade, quase sempre sem um projeto migratório, e aqueles que saem da cidade em direção ao campo, muitas vezes previamente alicerçados por um projeto migratório provisório e, majoritariamente, com contrato de trabalho, ainda que temporário. A primeira, de acordo com os critérios das teorias econômicas, representa um obstáculo ao desenvolvimento; a segunda, de acordo com essa mesma corrente teórica, representa o progresso para o campo porque estaria relacionada com o processo de modernização da agricultura. Grosso modo, percebemos que o migrante deslocado do campo para a cidade, por representar um entrave para o desenvolvimento do progresso no campo, continuará sendo um obstáculo porque se trata da mesma pessoa que, ao se transferir para a cidade, não altera sua categoria social, ou seja, "a mobilidade social não ocorre de forma

automática" como afirma Silva (2011: 9). A recíproca parece não se aplicar à migração inversa da cidade para o campo.

Nas cidades da Amazônia, de forma especial nos grandes centros urbanos, é fácil identificar os deslocados do campo. De modo geral, deslocam-se de forma precária, sem planejamento prévio e, por conseguinte, sem economias, o que dificulta recomeçar a vida em novos contextos onde é preciso ter dinheiro para toda e qualquer situação. A ausência do projeto migratório pode vir a retardar a adaptação ao novo contexto fazendo com que a pessoa, mesmo estando na cidade, não se sinta parte dela. Seus referenciais continuam sendo aqueles da pequena comunidade, aldeia ou agrupamento humano. Apresenta dificuldades e déficits em vários sentidos, principalmente, no que se refere ao nível escolar, a capacidade de locomoção dentro das cidades e a capacitação para o mercado de trabalho. Essas três exigências são fundamentais para viver na cidade e representam as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes internos na Amazônia. Para os migrantes da segunda categoria, previamente adaptados à comodidade e à maior facilidade de acesso aos bens e serviços nas grandes cidades, as dificuldades são outras, bem distintas. Muitos apresentam resistência à adaptação aos códigos culturais da zona rural e sentem falta dos apetrechos tecnológicos eminentemente citadinos. Outros reclamam da falta de academias de ginástica, de boates ou bares que proporcionem a regularidade da vida noturna, das compras no *shopping* ou de espaços vinculados ao conceito da vida urbana.

Observamos que, tanto na migração do campo para a cidade quanto na migração inversa, existe um grau diferenciado de dificuldades e de adaptabilidade. Entretanto, identificamos que há, entre aqueles que migram da cidade para o campo, um desejo permanente de voltar à cidade de origem. Entre os entrevistados,

cerca de 93% daqueles que realizaram o caminho da cidade para o campo apresentam o desejo eminente de retornar à suas cidades. Para esses, não resta dúvida de que o projeto migratório é temporário e não há indícios de uma "opção" pela vida rural, o que implicaria mudanças radicais no estilo de vida citadina. Quando tais migrantes são oriundos de cidades de outras regiões do país, principalmente das grandes cidades da região sul e sudeste, o grau de inadaptabilidade aos esquemas da vida rural são ainda maiores. Nesse grupo, o desejo eminente de retorno chega a 98%. De fato, a grande maioria dos migrantes que reocupam e reordenam o espaço outrora ocupado por agricultores, extrativistas, seringueiros, pescadores, só para citar algumas categorias, tende a regressar a suas cidades de origem ou ir para outras cidades, em uma média de cinco a oito anos. Por se tratarem de trabalhadores com contratos temporários, não cultivam por assim dizer, uma opção pelo "modo de vida do camponês amazônico" (WITKOSKI, 2007: 111).

Foi identificada uma permanente rotatividade de migrantes trabalhadores num interminável vai-e-vem de especialistas nas diversas áreas do conhecimento e das novas tecnologias, demandados nas frentes de trabalho nos mais variados contextos rurais da Amazônia. Uma questão que mereceu desta que durante a realização da nossa pesquisa de campo foi a identificação de uma significativa presença da juventude na migração inversa. Uma média de 46% dos entrevistados tem entre 24 e 29 anos, o que indica que muitos trabalhadores com qualificação são ainda muito jovens, o que significa o início de carreira para um contingente importante desses migrantes. Isso pode estar relacionado também ao imaginário que se tem da Amazônia a partir da juventude sedenta por novas experiências e horizontes. Passado o tempo da curiosidade, a tendência é o regresso para as cidades de

origem ou para outras cidades amazônicas quase sempre priorizando aquelas de maior porte.

3.2A categoria *limites ecológicos*, de Wallerstein, e sua relação com a migração interna na Amazônia

Ao debate em torno da temática da *desruralização* na perspectiva de Wallerstein (2002:114), acresce-se a questão dos *limites ecológicos*, apresentado pelo referido autor, como uma categoria cuja análise indica que as migrações contemporâneas evidenciam o paradoxo constituído pela problemática da organização social, historicamente assentada nos pilares da liberdade e da igualdade. Para o autor, trata-se de uma problemática que desafia o pensamento social contemporâneo, que parece estar muito aquém desse debate e, por isso, permite que a disputa entre dois campos teóricos antagônicos escape à análise sociológica. Por um lado, principalmente no campo da sociologia do direito, há certa insistência em manter e expandir as liberdades asseguradas a determinadas classes e categorias sociais vinculadas à livre circulação daqueles que detém o poder econômico nas sociedades modernas. Para esses, o direito de ir e vir está assegurado e não representa um problema nem ameaça alguma para a sociedade. Por outro lado, no campo da sociologia política e econômica, as migrações representam e acenam para a supressão das liberdades constituindo-se como um problema na sociedade contemporânea. Para Wallerstein (2002: 155), as migrações atuais evidenciam a complexidade do estudo da mudança social e desafiam o pensamento sociológico a refletir sobre qual sistema social queremos construir. Para compreender esta e outras questões que desafiam o pensamento social

contemporâneo, o referido autor nos propõe três categorias de análise que sinalizam, dentre outras dimensões, a importância da reconstrução das ciências sociais. A primeira categoria a que se refere o autor está relacionada ao campo teórico-intelectual. Aí se encontra a necessidade proeminente do conhecimento para além das superfícies, que permite identificar o caráter *histórico-mundial* dos fatos sociais onde a migração pode representar uma possibilidade de conexão entre os mesmos.

Segundo Wallerstein (2002:155-157), a compreensão da mudança social encontra-se compartimentada, o que resulta em significativos prejuízos para as ciências sociais no campo da produção do conhecimento. É preciso entender os fatos sociais para além da parte visível e plausível, como ocorre com o *iceberg*. Para isso, é preciso mergulhar fundo nas questões sociais mediante o predomínio das formulações sincrônicas da mudança social. Nesse sentido, as migrações emergem como a parte visível do *iceberg* ou como um contraponto nas análises das mudanças sociais porque, ao mesmo tempo que são sintomas das mudanças, também são provocadoras de tais mudanças, o que exige das ciências sociais uma análise aprofundada e menos compartimentada e pontual. A segunda categoria de análise proposta por Wallerstein (2002:157) refere-se ao "campo moral" e exige critérios de decisão no que tange aos rumos do sistema social. Para o autor, é preciso decidir para qual direção queremos que o "sistema-mundo" se mova quando consideramos a questão ambiental. No conceito sistema-mundo, a unidade de análise proposta por Wallerstein corresponde a uma "[...] determinada zona espaço-tempo, num certo mundo que envolve múltiplas unidades políticas e culturais, e cujo o nexos são as atividades e as instituições que operam segundo uma lógica sistêmica" (WALLERSTEIN 2002:157). A lógica sistêmica define-se, segundo o

autor, em função da forma de organização da vida econômica, quais sejam: recíproca, redistributiva ou de mercado.

Ao apresentar a migração como um fato histórico na Amazônia, é possível incluí-la na compreensão do sistema histórico pensado por Wallerstein (2002:167). Assim sendo, enquanto fato social constante, as migrações contribuem para uma permanente mudança social num processo de urbanização bastante precária que tem se desenvolvido, sem levar em consideração os aspectos ambientais, salvo algumas raras exceções. Os problemas ambientais vêm desde a retirada da cobertura vegetal, do lixo acumulado em lugares inadequados, da falta de tratamento das águas e da poluição do ar, resultante das queimadas e das diversas indústrias, até a ocupação de áreas de risco e de proteção ambiental. Esse modelo de assentamento transforma a questão ambiental, em grave limitação ao desenvolvimento urbano uma vez que

O desenvolvimento do capitalismo ocidental transformou a cidade em lugar privilegiado para a localização da indústria, do comércio e dos serviços, ou seja, um lugar de produção e trocas. Os centros urbanos passaram a ser polos irradiadores de mercadorias e tecnologia e, conseqüentemente, de valores ideológicos e culturais, reforçando uma distinção dicotômica entre a cidade e o campo. Esta dicotomia tem funcionado como uma lógica explicativa fundante da realidade social, que ora contrapõe os dois polos, ora subordina, incondicionalmente, o rural ao urbano. Historicamente, as reflexões e elaborações sobre a modernidade exacerbaram esta dicotomia, especialmente através do estabelecimento de uma estreita identificação entre urbano e moderno, de um lado, em oposição ao rural e tradicional, de outro. Mais recentemente, as discussões em torno da globalização e da pós-modernidade têm mantido esta mesma racionalidade, provocando ou aprofundando a exclusão do rural das representações e explicações do real, pensado sob a ótica da modernidade. As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais têm sido interpretadas a partir de uma visão centrada na importância da indústria (dimensão setorial) e da cidade (dimensão geográfica), relegando um espaço residual ao mundo rural e seus significados (SAUER, 2003: 224).

Percebe-se um rompimento efetivo e afetivo entre a vida rural e a cidade que passou a ser representada como o lugar privilegiado do desenvolvimento econômico

(SAUER, 2003). Ao mesmo tempo, a cidade representa também o lugar de diluição das contradições e diferenças entre o rural e o urbano num contexto onde a modernização capitalista parece estar completa, mesmo que de modo relativo. Essas questões contribuem para identificar qual é o perfil dos migrantes na Amazônia, tanto aqueles que deixam o campo e se encaminham para as cidades, como aqueles que percorrem o caminho inverso. Tal análise remete a um ponto de partida ainda não mencionado ao longo do estudo que estamos apresentando: a questão da propriedade da terra na Amazônia. Embora esse não seja, nem de longe, o tema de nossa tese, suas interfaces implicam direta e indiretamente o tema das migrações internas na região. Alguns elementos presentes no relato do João Pedro, 46 anos, migrante do interior do município de Humaitá, desafiam as análises sociológicas da referida temática:

Eu sou filho da terceira geração de seringueiros do Seringal Paraíso, no município de Humaitá, à margem direita do Rio Madeira. Meu pai ainda pegou o final do tempo do corte. Depois restou a castanha e a pesca. A gente foi vivendo disso sem muitos apereios porque tinha pra quem vender os produtos [...] A gente pensava que o lugar onde a gente vivia era nosso porque nunca conhecemos outro dono da propriedade. Até que um dia, e não faz muito tempo, chegou um moço dizendo que era o representante do proprietário das terras. Disse que a tal da escritura estava na pasta. Na verdade, ninguém viu nem leu o documento. O homem disse que se a gente quisesse continuar morando na comunidade, até que poderia. Mas, só seria dono na casinha mesmo. De resto, a gente não poderia mais coletar castanha, nem pescar porque o dono não permitia. De início, a gente pensou que era brincadeira um negócio daquele. Mas, não passou muito tempo e apareceram os capangas do tal do fazendeiro. Cada vez que pegava alguém no castanhal, tomavam tudo e ameaçavam todo mundo, era mulher, criança, idoso. A mesma coisa começou a acontecer com a pesca. Começou a chegar barco grande pra pesca de arrastão. Aí não teve mais jeito. Como é que ia viver sem poder plantar, nem caçar, sem a castanha e sem o peixe? Casa eu tinha, mas, e o resto? A situação foi ficando muito feia até que um dia vimos que não tinha mais jeito [...] E hoje a gente vive aqui sem casa, sem-terra, sem nada. Só o que tenho é a minha saúde para trabalhar e sustentar minha família. Por isso a gente vive nesse apereio (Narrativa n°. 432 - Pesquisa de Campo 2013).

A narrativa indica algumas das modalidades de expropriação e expulsão dos seringueiros. As análises econômicas apontam que os tempos mudaram e que a extração da seringa não faz mais parte da economia de subsistência dos ainda chamados seringueiros. Entretanto, outras modalidades de extrativismo vegetal ou animal, representam estratégias de permanência e sobrevivência nos antigos seringais (WITKOSKI, 2007: 111). Boa parte de tais territórios vem se transformando em Reservas Extrativistas. Porém, essa estratégia não significa que os seringueiros estão imunes aos conflitos e tensões na relação com grileiros e fazendeiros o que inevitavelmente vem resultando em intensos deslocamentos para as cidades.

Embora para alguns estudiosos os conflitos pareçam fato novo ou recente na Amazônia, a verdade é que as resistências são fatos muito antigos na região e datam dos primórdios tempos da colonização na tensa relação entre os povos autóctones e os agentes colonizadores. Mais tarde, ainda no primeiro ciclo da economia da borracha, as tensões continuaram e na atualidade atingem níveis sem precedentes, como o que vem ocorrendo no sul do Amazonas e no noroeste do Estado do Pará. Segundo Canuto, et. all (2013: 7-8),

Como em anos anteriores, os conflitos ganham em intensidade nas áreas para onde o capital avança, sobretudo a Amazônia. Diferentemente do restante do Brasil, onde o número de expulsões e despejos diminuiu em relação a 2012, na Amazônia ocorreu o inverso: o número de famílias expulsas cresceu em 11%, e o de famílias despejadas em 76% (passaram de 1.795 para 3.167). Também teve crescimento acentuado de 126%, o número de famílias com casas destruídas, e as com bens destruídos 19%. O Acre destacou-se pelo aumento de 1.038% em relação ao número de casas destruídas. Passou de 26 para 296. Também no Acre, a atuação de pistoleiros ou de milícias armadas mais que quadruplicou: de 90 famílias afetadas por ações de pistoleiros em 2012, este número saltou para 380. Na Amazônia, se concentram 20 dos 34 assassinatos, 174 das 241 pessoas ameaçadas de morte, 63 dos 143 presos, e 129 dos 243 agredidos. Das Populações Tradicionais que, em 2013, foram vítimas de algum tipo de violência, 55% se localizavam na Amazônia.

De modo geral, os conflitos encontram-se relacionados com questões muito complexas e de difícil resolução como a questão da posse da terra, do direito de propriedade e da proteção dos recursos.

Há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos. Com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento (BECKER, 2005:72).

Na raiz dos os conflitos, encontramos a disputa de grupos que representam interesses antagônicos. De um lado, encontram-se os grupos que insistem na permanência de um "modo de vida do camponês amazônico" (WITKOSKI, 2007: 111) baseado na relação de interação e interdependência com a natureza e seus recursos assumindo uma atitude de permanente defesa e proteção dos meios de sobrevivência. Do outro lado, estão os grupos formados pelos interesses econômicos ou os grandes investidores que estabelecem uma relação de apropriação dos recursos naturais baseada nos valores da economia. De acordo com Menezes (2011: 131),

Desde a década de noventa vem se delineando na região a marcante presença de dois vetores de redefinição do perfil político-territorial da região, manifestos, por um lado, na forte presença do socioambientalismo, expresso na difusão de ONGs e na explosão de territorialidades legitimadas seja pela presença e mobilização de povos e práticas tradicionais. Por outro lado, percebe-se o avanço da fronteira do desmatamento, expresso na dinamização de empreendimentos agropecuários e hidrelétricos e que se inscrevem nas novas estratégias empresariais articuladas para tornar a região do Purus uma faixa de produção de *commodities* como pecuária, grão, madeira e energia.

É consenso entre os estudiosos que os conflitos geram deslocamentos e adensam os processos de *desruralização* na Amazônia. Entretanto, parece não existir ainda um entendimento acerca da categoria conflito que pudesse oferecer bases teóricas para o aprofundamento da questão, principalmente nos estudos migratórios. De acordo com Wallerstein (2010), a raiz dos conflitos pode estar relacionada ao problema do direito de propriedade. Segundo o autor,

A questão essencial é que o direito de propriedade sobre a terra é basicamente uma questão política encapotada por uma camada de verniz legal. O direito de propriedade da terra poderá ou não ser autorizado pelas autoridades legais, que estão assim a tomar uma decisão política. Neste aspecto, a famosa máxima de Proudhon “a propriedade é um roubo” é sem dúvida a descrição mais apropriada do direito de propriedade de terra (WALLERSTEIN 2010:4).

Por se tratar de uma questão eminentemente política, de acordo com o referido autor, o conflito é gerado também no âmbito das relações políticas que determinam, em suma, a quem pertence ou não pertence a terra. Na Amazônia, essa tensão parece ainda mais complexa porque não há um entendimento sobre a formalidade da propriedade da terra ou a sua essencialidade. Para os povos autóctones, a terra é um direito intocável e não haveria, em suma, a necessidade de se oficializar o direito de uso e propriedade da terra. Por isso, historicamente não deram o devido valor aos documentos ou papéis que comprovassem o direito de propriedade. Para melhor entender a caracterização dos conflitos socioambientais e sua estreita relação com a questão da propriedade da terra e com as migrações compulsórias, decidimos transcrever, a título de exemplificação, alguns fragmentos da pesquisa de campo¹¹² realizada em algumas comunidades da Reserva de

¹¹² Essa parte da pesquisa foi realizada no final de 2011 e fez parte de uma pesquisa maior, coordenada pelo Departamento de Educação do Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social - SARES, instituição coordenada e financiada pela Companhia dos Jesuítas na Amazônia. O objetivo da referida pesquisa, da qual fizemos parte, era mapear os três contextos amazônicos (sul do Amazonas, noroeste do Pará e norte de Rondônia) mais afetados pelos conflitos socioambientais identificando suas causas e impactos sociais, políticos e econômicos. Na

Desenvolvimento Sustentável - RDS Piagaçu-Purus¹¹³ na segunda metade de 2011. Na área de abrangência da RDS Piagaçu-Purus, existem cerca de oitenta comunidades rurais podendo somar uma média de três mil pessoas¹¹⁴ que vivem na região sobrevivendo do extrativismo animal e vegetal, ou seja, a caça, a pesca e a coleta dos frutos da floresta¹¹⁵. Praticam a economia de subsistência desenvolvendo atividades agroecológicas tais como as roças coletivas de mandioca e outros cultivos de primeira necessidade, dentre eles o cheiro verde, feijão de corda ou de praia, maxixe, abóbora ou jerimum, couve, jambu, pimenta de cheiro, cará, inhame e outras variedades de tubérculos. Até então, as atividades agroecológicas foram responsáveis pela permanência dos povos indígenas na referida região. O mesmo se passou com as chamadas *comunidades ribeirinhas*, que aqui denominamos *camponeses da várzea*, aí instalados desde a primeira metade do século passado.

As comunidades estão quase todas localizadas às margens dos rios e lagos, e representam os povos que, após a derrocada da economia da borracha¹¹⁶,

oportunidade, gostaria de agradecer à *Pórticus*, instituição ligada à Companhia de Jesus - os Jesuítas, que financiou essa pesquisa e possibilitou outros estudos de campo que realizamos nas fronteiras da Amazônia.

¹¹³A RDS Piagaçu-Purus criada através do Decreto Estadual nº. 23.723 de 05/09/2003, está localizada na bacia do baixo Rio Purus, distante cerca de 220 km de Manaus, adjacente a área da Reserva Biológica Federal do Abufari. Com uma área de 1.008.167ha, abrangendo os municípios de Anori, Beruri, Coari e Tapauá, numa extensa área de alta importância biológica, a RDS Piagaçu-Purus conta com grande diversidade de ambientes, fauna e flora e abriga uma rica sociodiversidade de povos indígenas e camponeses.

¹¹⁴Os próprios moradores se auto-definem em duas categorias: indígenas e ribeirinhos. A segunda categoria representa a quinta, sexta ou sétima geração de migrantes nordestinos instalados na região por ocasião da economia da borracha. Mesmo tendo observado que o grupo se auto-define como ribeirinhos, por uma questão de opção teórica, continuaremos nos referindo aos mesmos como camponeses da várzea ou da Amazônia, numa referência aos estudos de Witkoski (2007).

¹¹⁵Sobre o processo de reocupação da região do Purus, há inúmeros estudos, dentre os quais destacamos Euclides da Cunha em sua obra "À margem da História" (São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006) e Agnello Bittencourt que comenta que "os retirantes eram indivíduos torturados pela calamidade do estio, os quais se dirigiam aos rincões destaplanície então ainda virgem, na sua maior longitude. Sofrendo tantas vezes a perda de entes extremos, aniquiladas suas propriedades, roídos pela saudade da aldeia natal, maltrapilhos, famintos, mas resignados e corajosos, cearenses em sua maioria, afrontavam a distância, a imensidade da floresta, a correnteza do rio, os selvagens e as intempéries em busca de alternativas de sobrevivência" (BITTENCOURT, 1973: 17).

¹¹⁶Com o declínio da extração do látex, os antigos seringueiros deslocaram-se do interior dos grandes seringais que não ofereciam condições de salubridade e sobrevivência e realocaram-se estrategicamente às margens dos rios e lagos que favoreciam o cultivo de alimentos e a pesca, retornando ao interior da floresta apenas para caçar e coletar frutos, especialmente o açaí e a castanha que são muito frequentes em toda a região.

permaneceram na região e aprenderam dos povos indígenas¹¹⁷ as técnicas do cultivo nas áreas de várzea. Por mais de um século, os camponeses da várzea estabeleceram uma relação de autonomia e interdependência com a floresta, rios e lagos por onde podiam circular livremente praticando a caça e a pesca de sobrevivência, coletando os frutos da floresta até a criação da unidade de conservação materializada na RDS Piagaçu-Purus no final de 2003. Em várias narrativas, tanto os indígenas como os *camponeses* contam que, a partir de 2004, as comunidades passaram a sofrer os impactos da presença do Estado através dos gestores da RDS. Em muitos casos as equipes de gerenciamento das unidades de conservação são formadas por consórcios de pesquisadores, quase sempre ligadas a grandes instituições de pesquisas tais como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Instituto de Pesquisas Mamirauá, Instituto Piagaçu, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio e outros institutos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente - MDA e ao Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama.

Com predominância de biólogos, ecólogos, engenheiros florestais e naturalistas, os consórcios de pesquisadores pouco ou quase nada entendem da sociodiversidade da região, o que faz com que cometam erros primários na relação com os povos circunscritos na RDS Piagaçu-Purus. Para os gestores, o mais importante é o desenvolvimento de pesquisas biológicas e o controle do uso dos recursos naturais através dos Planos de Utilização em Unidades de Conservação, o que implica restringir e controlar as atividades de pesca, de caça e de outras formas de extrativismo. A restrição ao extrativismo ou o seu manejo sustentável vem

¹¹⁷ Segundo Witkoski (2007), especialmente os Omágua e os Kokama da região do Alto Solimões são especialistas milenares nas técnicas de cultivo nas várzeas e foram os responsáveis pela transmissão desse conhecimento aos camponeses da várzea que se instalaram na região a partir do período da borracha. Segundo o referido autor a técnica do plantio nas várzeas começou nessa região e aos poucos foi sendo disseminada para outros grandes rios e lagos da Amazônia.

resultando em uma tensão permanente entre moradores e gestores da reserva. Observamos que, em situações extremas de restrição ao extrativismo animal, alguns moradores vêm-se forçados a migrar para as cidades próximas ou para Manaus em busca de alternativas de sobrevivência.

Segundo Wallerstein (1999: 246) o Estado é cúmplice ou omissivo nas situações de migração forçada porque “[...] para resolverem as dificuldades recorrentes das estagnações cíclicas, os capitalistas fomentam em cada ocasião uma desruralização parcial do mundo [...]” onde a Amazônia aparece como uma das últimas fronteiras. Isso ocorre porque, cada vez mais, a capacidade dos Estados de definir e gerir políticas ambientais nacionais vem sofrendo intervenções do projeto neoliberal baseado na globalização da cultura consumista pouco preocupada com os impactos. Nesse sentido, é evidente que esses novos processos econômicos provocam

[...] novos fluxos migratórios, porém de caráter e forma diferenciados em relação àqueles ocorridos no período da economia gomífera, os quais provocaram transformações nas relações tradicionais de uso e posse da terra e dos recursos naturais. Em poucos anos, a rápida introdução de contingentes populacionais étnicos e culturalmente diferentes e as “novas” formas de relações capitalistas produziram conflitos fundiários, expulsão de caboclos ribeirinhos de suas terras e êxodo rural dos novos imigrantes que ali haviam há pouco chegado, assim como de antigos moradores (SOUZA, 2000: 27).

Trata-se de um paradoxo socioambiental que, para Sachs (1986), seria a passagem de uma “civilização do ser” para uma “civilização do ter” num processo de intensas e profundas mudanças e conflitos. Em se tratando dos impactos socioambientais, os povos da floresta permanecem à mercê da própria sorte porque as “[...] intervenções institucionais, necessárias para enfrentar e atenuar os conflitos socioambientais em geral, apresentam-se ineficientes por não contarem com um aparato de Estado capaz de intervir de forma contumaz” (SOUZA,

2000:27). Localizados no caminho dos grandes projetos, na sua grande maioria, determinados, financiados ou apoiados pelo próprio Estado, muitos camponeses e indígenas são deslocados para as grandes cidades, onde a única coisa que permanece "[...] é o bucólico, a nostalgia da natureza, a utopia da comunidade agrária, tribal, indígena, passada, pretérita, remota, imaginária [...]" (IANNI, 1997: 63).

Na pesquisa de campo observamos que as diversas formas de organização social, tais como a participação nos movimentos socioambientais, na comissão pastoral da terra, no movimento indígena, nas redes de agricultores tradicionais e muitas outras formas de associativismo e engajamento político, tem se apresentado como alternativa à migração porque promove o fortalecimento do grupo. Por outro lado, a participação nos referidos espaços de engajamento social e político, também pode representar o acirramento do conflito socioambiental. Isso ocorre porque os grupos passam a estudar mais sobre seus direitos e a acionar a lei em favor de seus legítimos interesses. Nessa perspectiva, buscamos na *teoria social do reconhecimento*, de Parsons, algumas pistas para tentar examinar as características do conflito social nesse referido contexto, tendo por base as reflexões de Axel Honneth (2014)¹¹⁸ que amiúde afirma que,

Em algumas de suas análises, Talcott Parsons, como se fosse um descendente sociológico de Hegel, descreveu o estabelecimento das sociedades modernas como um processo de diferenciação de diversas esferas de reconhecimento recíproco. Em sintonia com William I. Thomas e George H. Mead, a categoria “reconhecimento”, que assumiu um papel chave nestes trabalhos, deve assinalar quais são os impulsos motivacionais que movem os membros de uma sociedade a assumirem obrigações sociais: cada pessoa está, como diz Parsons, interessada primariamente na manutenção de uma forma de “auto-respeito”, que, por seu turno, depende do

¹¹⁸Especialmente em seu texto *Barbarizações do conflito social: lutas por reconhecimento ao início do século 21*. Traduzido do alemão por Luiz Gustavo da Cunha de Souza e Emil A. Sobottka. Porto Alegre: Revista Civitas (PUCRS) v. 14, n. 1; p. 154-176. jan.-abr. 2014.

reconhecimento de parceiros de interação que sejam, por seu lado, reconhecidos (HONNETH, 2014:155).

A *teoria social do reconhecimento*, desenvolvida por Parsons, encontra-se dividida em dois momentos específicos: numa primeira fase, contribui para a descrição dos conflitos sociais tais como eles se apresentam. Numa segunda fase, estabelece critérios de análise para além do que se está apresentado no conflito. Para a descrição dos conflitos sociais proposta na primeira fase, pode-se adotar diversas metodologias de abordagem que vão desde a descrição minuciosa até as etnografias altamente requintadas com os métodos desenvolvidos pela antropologia. A segunda fase já é mais exigente porque depende de outras categorias teóricas para a elaboração de uma análise mais criteriosa dos fatos apresentados ou levantados na etapa da descrição. Em linhas gerais, a *teoria social do reconhecimento*, de Parsons, resulta de uma metodologia de análise dos conflitos sociais aplicada pela sociologia numa perspectiva interdisciplinar em estreito diálogo com os "sistemas históricos" propostos por Wallerstein (1995: 11), compreendidos a partir das instituições políticas, econômicas e socioculturais. Axel Honneth (2014: 155), conclui que a análise do sistema econômico e das relações de produção caracterizadas pela generalização e diferenciação de suas normas constitutivas seria insuficiente para analisar o conflito social sem considerar o desenvolvimento do sistema do direito moderno. Ou seja, no sistema do direito moderno estaria a chave de leitura para o aprofundamento da questão do conflito social nas mais diversas realidades e contextos contemporâneos, uma vez que

Em sua análise do capitalismo industrial moderno, o complexo institucional do direito moderno representa para Parsons, de certa forma, a esfera de reconhecimento menos problemática, mais pobre em conflitos. Os sistemas modernos do direito honram a promessa do universalismo moral que lhes é inerente através de uma generalização e uma concretização sucessiva do *status* de cidadão, possivelmente sempre impulsionada mas não permanentemente

acompanhada por lutas sociais. Se um grupo até então excluído for incluído na relação de direito positivada, protegida pelo estado, se um fator de discriminação for compensado através de igualdade jurídica, então nesta esfera podem prosperar, com expectativas confiáveis de legitimidade, relações recíprocas de respeito igualitário [...]. O sistema do direito moderno representa uma estrutura institucional “relacional”, relativamente robusta, na qual graças à generalização de suas normas fundamentais os sujeitos são sucessivamente incluídos na medida em que eles, mediante a aceitação do princípio simbolicamente articulado, aprendem a estimar-se como pessoas iguais e livres (HONNETH, 2014:155).

Enquanto categoria de análise, o sistema do direito moderno não pode estar desvinculado do sistema econômico e das relações de produção, dos elementos históricos, geopolíticos e culturais. Entretanto, deparamo-nos com um complexo paradoxo já que o sistema do direito moderno pauta-se no princípio das relações recíprocas de respeito igualitário considerando a sociedade como um conjunto de pessoas iguais e livres.

Para o sistema do direito ancorado no princípio da cidadania igualitária, Parsons conta com um desenvolvimento que de modo geral transcorreria linearmente, que asseguraria a um círculo sempre crescente de pessoas direitos de acesso a e de participação em cada vez mais subsistemas [...] assim para praticamente todos os membros adultos das sociedades modernas, espelhados nos direitos à liberdade, à associação e à participação, se tornaria gradualmente possível gozar de um auto-respeito rudimentar, fundado na consciência da autonomia privada reciprocamente admitida e amplamente protegida pelo estado. Com o que Parsons não contou em seu esquema relativamente otimista de progresso são dois desenvolvimentos que talvez não sejam contrários, mas pelo menos intervenientes, que hoje fazem parecer muito mais difícil de conceber a relação jurídica igualitária como uma jorrante e desimpedida fonte de auto-respeito para todos os cidadãos e cidadãs (HONNETH, 2014:165-166).

Em se tratando de contextos como o da Amazônia, onde boa parte da sociedade encontra-se longe do princípio da cidadania e dos direitos igualitários, o sistema do direito moderno estaria a serviço tão somente de uma determinada parcela da sociedade, no nosso caso, a chamada elite econômica e a classe política. Entretanto, mesmo em se tratando da Amazônia, é o sistema do direito moderno que

é acionado para o julgamento dos conflitos nas instâncias jurídicas do país. Contraditoriamente, se aplica o princípio da igualdade de direitos e cidadania num contexto onde a riqueza e os bens econômicos não são apropriados pela maioria de seus habitantes, o que favorece a predominância das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas (BENTES, 2014: 42). Por isso, no caso da intervenção do judiciário para o julgamento dos conflitos, o resultado não poderia ser diferente: o Estado e as elites econômicas quase sempre levam vantagem sobre os povos indígenas e os camponeses da Amazônia considerados, na relação com o judiciário, ainda na condição de sub-cidadania.

Desde a colonização, os grupos mais afetados nos conflitos socioambientais em toda a Amazônia são os povos indígenas que na atualidade representam os principais fluxos da migração forçada, especialmente no noroeste do Estado do Pará, norte do Mato Grosso e de Rondônia e no sul do Amazonas. Bem por isso, percebe-se que o conflito socioambiental seria uma forma de resistência aos deslocamentos compulsórios e uma tentativa de acionar o direito, para além do poder do Estado e do judiciário, como uma possibilidade de ser percebido como um instrumento de justiça e democracia nas mãos dos cidadãos e da sociedade. Ao acionar o direito como instrumento de luta em defesa dos interesses coletivos, os povos indígenas representam os anseios de toda a sociedade que aposta no direito como a expressão da autocompreensão e da autodeterminação dos cidadãos e em favor da cidadania.

3.3 Democratização emigração compulsória no contexto indígena na Amazônia

A *democratização* é terceira e última categoria de análise que tomamos de Wallerstein (2002) para aprofundar a temática da dinâmica migratória interna na Amazônia. A compreensão dessa categoria apresenta-nos importantes pistas para seguir aprofundando a temática do conflito socioambiental envolvendo os povos indígenas e sua estreita relação com os deslocamentos compulsórios na região caracterizando a dinâmica da migração interna como um contexto de grande relevância para os estudos da mobilidade humana. Para Wallerstein (2002), a definição de *democratização* enquanto o *acesso livre e igual para todos* encerra uma enorme contradição porque, enquanto termo conceitual há muito vinculado ao neoliberalismo, foi apropriado pelo sistema mundial moderno, o sistema capitalista totalmente

Baseado na prioridade da acumulação incessante de capital. Um sistema desse tipo é necessariamente desigual, certamente polarizador, tanto econômica como socialmente. Ao mesmo tempo, a própria ênfase na acumulação tem um efeito profundamente equalizador. Coloca em questão todo e qualquer *status* obtido ou mantido com base em qualquer outro critério, inclusive todo critério adquirido mediante afiliação. Esta contradição ideológica entre hierarquia e igualdade, estruturada nos próprios fundamentos do capitalismo, criou dilemas, desde o começo, para todos os privilegiados no interior deste sistema (WALLERSTEIN, 2002:123).

Dessa maneira, a *democratização* passa a ser compreendida no campo de lutas pelo direito ao *acesso livre e igual para todos* uma vez que a igualdade não está garantida, nem teórica, nem metodologicamente. Num contexto marcado pelo direito mínimo, resultado da luta organizada dos diversos grupos e seguimentos sociais na Amazônia, a *democratização* é uma luta legítima, especialmente para aqueles grupos historicamente alijados das garantias sociais, políticas e econômicas. Os movimentos sociais passam então, a ser uma espécie de *termômetro* que serve para mensurar o grau das lutas permanentes e raras conquistas. Nessa perspectiva, compreendemos que por sua intensidade e

emergência, a questão do conflito socioambiental nas áreas indígenas merece especial atenção por se tratar de um processo de resistência que vem atravessando décadas na luta por uma *convivência* com a Amazônia. Ou seja, do ponto de vista econômico, o modo de vida dos povos indígenas da Amazônia representa uma alternativa ao modo de vida capitalista, o que poderia significar uma afrontada a determinados setores da sociedade que consideram os povos indígenas como um estorvo ao progresso. Seria essa a raiz do conflito socioambiental na Amazônia? Pode ser que sim. Mas, há outras *raízes* que continuam desafiando as reflexões ora apresentadas nesse breve estudo. É nessa perspectiva que identificamos que o enrijecimento do conflito socioambiental também vem provocando intensos fluxos migratórios dos povos indígenas para as cidades na Amazônia. Entretanto,

As causas, os motivos, as dinâmicas, as lógicas que prescindem ao deslocamento dos índios em direção às cidades são diversos. Eles dependem de fatores que, em geral, escapam do controle das pessoas ou dos grupos étnicos. Dentre eles se encontram, além do problema da legalização das terras indígenas e da autonomia territorial correspondente, a busca de oportunidades de estudo e de trabalho, assim como a disponibilidade de bens e de serviços em relação aos quais a dependência é crescente [...] são fatores importantes da emigração dos índios em direção às cidades (JARAMILLO BERNAL, 2010:187).

Entretanto, além desses fatores ora apresentados por Jaramillo Bernal (2010), com os quais concordamos plenamente, há que se acrescentar, como já mencionamos anteriormente, as consequências dos confrontos e embates permanentes com os diversos agentes políticos e econômicos envolvidos direta ou indiretamente na execução arbitrária dos grandes projetos de desenvolvimento econômico na região, incluindo os impactos das unidades de conservação nas suas variadas modalidades conforme prevê o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação ¹¹⁹. Segundo os informes periódicos do Conselho Indigenista Missionário – CIMI ¹²⁰, desde meados da década passada, o Governo Federal já sabia de antemão que mais de duzentos empreendimentos do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC interfeririam direta ou indiretamente em terras indígenas, nas quais se encontram 21 povos isolados. Os impactos dessa intervenção, vem resultando em intensos conflitos socioambientais e deslocamentos de famílias, grupos e aldeias inteiras, ora para as periferias das grandes cidades, ora para o interior da floresta numa atitude desesperada de luta pela sobrevivência.

Destruição ambiental, apoiada e estimulada pelos programas governamentais de desenvolvimento com a expansão do agronegócio, a extração madeireira, a exploração mineral e a ocupação desordenada empurram os índios cada vez mais para o interior da floresta. Soja, arroz e biodiesel; concessão de exploração florestal e mineral; projetos hidrelétricos e abertura de estradas; muito mais do que novos modelos de desenvolvimento regional e nacional, são estes os atuais responsáveis pelo desenvolvimento amazônico às custas da floresta em pé e do desperdício de saberes produzidos por sistemas de conhecimentos nativos (índios e populações tradicionais) menosprezados por uma lógica desenvolvimentista pseudocientífica (OLIVEIRA NEVES, 2013:51).

Como acena Oliveira Neves (2013), a lógica do desenvolvimentismo não respeita a lógica dos povos indígenas e das populações tradicionais e ao longo das décadas o projeto desenvolvimentista na Amazônia continua promovendo o silencioso e impiedoso genocídio e o etnocídio de grupos inteiros, bastando estar no

¹¹⁹ Nesse setor é importante ressaltar que também os camponeses ou agricultores são igualmente afetados, como já mencionamos na primeira parte desse capítulo.

¹²⁰ O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. O objetivo da atuação do Cimi foi assim definido pela Assembleia Nacional de 1995: “Impulsionados(as) por nossa fé no Evangelho da vida, justiça e solidariedade e frente às agressões do modelo neoliberal, decidimos intensificar a presença e apoio junto às comunidades, povos e organizações indígenas e intervir na sociedade brasileira como aliados (as) dos povos indígenas, fortalecendo o processo de autonomia desses povos na construção de um projeto alternativo, pluriétnico, popular e democrático”. Informações disponíveis no site oficial: www.cimi.org.br.

caminho do progresso ou oferecer qualquer tipo de resistência. Para Silva (2012), é importante observar e identificar as estratégias de avanço dos grandes projetos na Amazônia como processos de negociação entre os países para incrementar o comércio multilateral ou a integração econômica sul-americana que tem como ponto de partida a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA. Nota-se que Indígenas, ribeirinhos, extrativistas, jovens, grupos de mulheres, ONGs, camponeses, integrantes do Ministério Público Federal, pesquisadores(as) e muitos outros segmentos sociais têm oferecido renhida oposição a esses empreendimentos e a tudo o que é associado a eles. Entretanto,

Em meio a muitas controvérsias sobre a necessidade ou não das usinas Santo Antônio e Jirau serem construídas a vida e as obras seguem. Projetos como as hidrelétricas do Madeira caracterizam-se por sua capacidade de reordenar completamente os territórios onde são executados, redefinindo seus usos e formas de ocupação, além de incorporá-los a um sistema econômico mais amplo de base internacional. No caso em questão, a intenção é favorecer a expansão de atividades econômicas cujos produtos têm grande aceitação no mercado exterior, como a pecuária, a exploração da madeira e o cultivo da soja. Isto sem falar nas iniciativas relacionadas à exploração mineral, inclusive petróleo e seus derivados, além dos agrocombustíveis. Por outro lado, o Complexo Rio Madeira vai facilitar a exportação da produção do agronegócio do Centro-Oeste brasileiro aos mercados asiático, europeu e norte-americano, assim como facilitará a importação de produtos químicos utilizados em larga escala nos monocultivos da soja e do algodão, entre outro (SILVA, 2012: 104).

No processo de instalação de tais projetos de desenvolvimento econômico da região, os povos indígenas são, sem sombra de dúvida, o seguimento social mais impactado. De acordo com o referido autor, os conflitos socioambientais fazem parte das estratégias de controle, por parte do Estado e da iniciativa privada, dos territórios e dos recursos naturais da região. Os conflitos socioambientais estariam então, vinculados ao paradoxo da lógica da globalização capitalista imposta de forma arbitrária aos moradores da região onde

O reordenamento do território provocado por este novo momento de expansão acelerada do capital na Amazônia, a partir do aprofundamento da articulação entre os capitais nacional e internacional e tendo como base material a execução de grandes projetos de infraestrutura voltados à conformação de redes logísticas conectando a América do Sul, tende a provocar mudanças (SILVA, 2012: 106).

Atualmente, dentre os projetos ou obras responsáveis pelos deslocamentos compulsórios mais intensos de indígenas na Amazônia, destaca-se a construção das barragens de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira que compreende todo o sul do Amazonas e o norte do Estado de Rondônia. As obras em andamento já vêm impactando diretamente as terras indígenas demarcadas e reconhecidas e os grupos de índios isolados ao longo do Rio Madeira e Purus. No atual período de intensas chuvas desde os primeiros meses de 2014, as barragens, ainda em construção, já são responsáveis por extensas áreas de alagamento de vários municípios localizados às margens dos rios Madeira e Purus. Somente as hidroelétricas do complexo do jirau e os projetos Área de Limitação Administrativa Provisória na região do entorno da BR-319 no Amazonas - ALAP, afetam direta e indiretamente dezenas de povos indígenas, dentre eles, destacamos o Povo Apurinã que habita ao longo do rio Purus e seus afluentes; os Jarawara que vivem na região do médio Purus¹²¹; ainda no Purus encontram-se os Juma¹²²; os povos Katurina e Katukina¹²³. Esses e muitos outros povos indígenas tiveram suas terras e aldeias

¹²¹ Desse povo sabe-se que são importantes extrativistas com vistas também pra o mercado onde comercializam a castanha-do-Brasil, o látex, óleo de copaíba e sorva.

¹²² O povo Juma representa um dos maiores índices de migração compulsória para as periferias de Manaus. Podem ser encontrados em maior quantidade nos bairros Jesus Me Deu, Monte das Oliveiras, Águas Claras e no Parque das Nações.

¹²³ Recentemente o Povo Katukina foi amplamente divulgado na mídia internacional por ter sido vítima do missionário Warren Scott Kennell, de 45 anos, condenado no dia 28 de janeiro de 2014 a 58 anos de prisão pela Corte dos Estados Unidos por abuso sexual de meninas dessa etnia. Segundo a agência independente de notícias amazoniareal.com.br o referido missionário trabalhou durante seis anos, de 1995 a 2001, em um posto da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) na aldeia Sete Estrelas, onde vivem índios katukina e yanawawá, no sudoeste do Amazonas e noroeste do Acre. Com dupla cidadania (brasileira e norte-americana), Kennell recebeu um nome indígena, Arô, circulava em várias aldeias da região e sabia falar fluentemente a língua katukina. Segundo a coordenação da MNTB, Kennell foi detido no aeroporto de Orlando, na Flórida, Estados Unidos, no dia 13 de

impactadas direta ou indiretamente pelos grandes projetos em desenvolvimento na Amazônia. De acordo com Morin (2004: 118) "[...]o abandono do progresso garantido pelas 'leis da história' não é o abandono do progresso, é o reconhecimento de seu caráter incerto e frágil. A renúncia ao melhor dos mundos não é de forma alguma a renúncia a um mundo melhor [...]". Nessa perspectiva, a resistência dos povos indígenas ao modelo de "progresso" determinado pelo projeto capitalista seria a reafirmação do direito de outro modo de vida não capitalista, o que irrita profundamente os detentores do poder político e econômico na região. Ainda de acordo com Morin (2004, p. 117), na conjuntura atual, "[...] não existe progresso assegurado, mas uma possibilidade incerta, que depende muito das tomadas de consciência, das vontades, da coragem, da oportunidade [...]" transformadas em obsessão pela iniciativa privada, e não bastasse, também pela classe política que corresponde aos interesses econômicos.

Ainda nessa região do rio Madeira, mais recentemente, encontra-se mergulhado num conflito sem precedentes o povo da etnia Tenharim. Divididos em três grupos ou aldeias, os Tenharim vivem no curso médio do rio Madeira, tendo suas aldeias recortadas pela BR - 230 - Rodovia Transamazônica, nos arredores dos municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí no sul do Amazonas, que representa uma região estratégica importante para os grandes projetos econômicos, especialmente no que se refere ao agronegócio (SILVA, 2012: 106). Os Tenharim sobrevivem aos conflitos socioambientais desde a colonização e a tensão permanente agravou-se desde a década de 1970, quando iniciaram as obras de abertura da BR - 230, a Rodovia Transamazônica. Entretanto, nas últimas décadas,

Dezembro de 2013 ao desembarcar de uma viagem proveniente de Manaus (AM) portando imagens e filmagens pornográficas de crianças katukinas. A prisão foi efetuada pela agência ICE (*Immigration and Customs Enforcement*), integrada no Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos, que apura crimes de pedofilia.

tornaram-se alvo de uma onda de violência orquestrada pelos latifundiários, comerciantes e políticos da região cobiçada e disputada por madeireiros, garimpeiros, latifundiários e grandes empresários do agronegócio, que se utilizam de meios legais para defender seus interesses econômicos.

O conflito recente envolvendo os Tenharim agravou-se após a morte do cacique da Aldeia *Kampinhu'hu*, Ivan Tenharim, com 55 anos de idade, no dia 03 de Dezembro de 2013. Segundo informa Gilvan Tenharim¹²⁴, filho do cacique, Ivan Tenharim foi encontrado com várias escoriações pelo corpo às margens do km 180 da Rodovia Transamazônica no dia anterior à sua morte. Não fosse o histórico de intensos conflitos e ameaças, por parte dos fazendeiros e comerciantes da região que se opõem ao pagamento do pedágio na altura da aldeia Marmelos, tudo não passaria de mais um acidente de trânsito, dentre os inúmeros que vêm ceifando vidas nas aldeias Tenharim. Entretanto, as circunstâncias da morte não foram esclarecidas pela polícia e os familiares não se conformaram com a versão de acidente. A partir do enterro do líder Tenharim, os povos indígenas da região começaram a cobrar as providências legais da polícia local para apurar as circunstâncias da morte. Sem conseguir despertar o interesse da justiça, os grupos das três aldeias seguiram buscando justiça. Para agravar sistematicamente o quadro das tensões, na tarde do dia 16 de Dezembro de 2013 três moradores de Humaitá, Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Ribeiro, teriam sido supostamente sequestrados e assassinados quando trafegavam pela Transamazônica na altura da Aldeia Marmelos.

Desde então, mesmo sem provas oficiais e sem localizar os corpos das vítimas, as três aldeias passaram a sofrer inúmeras retaliações, permanecendo

¹²⁴Texto baseado nas informações coletadas no Blog Oficial da FUNAI de Humaitá-AM e nas declarações do Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

isolados e acuados. As crianças não podiam mais sair para ir à escola e os adultos tiveram que se refugiar no interior das aldeias para evitar confrontos diretos com os revoltosos da cidade que passaram a tocaiar os índios. Desprovido do amparo do Estado e constantemente colocado à mercê das interpretações judiciais e da opinião pública, o povo Tenharim passou a ser vítima direta de ataques por parte da população dos municípios de Manicoré, Humaitá e Apuí que se uniram para exigir justiça no caso do desaparecimento dos três homens. Após o trágico episódio da morte do cacique Ivan Tenharim, o indigenista e coordenador regional da Funai no Madeira Ivã Bocchini¹²⁵, passou a ser hostilizado pelos fazendeiros e políticos locais por causa de um texto publicado no Portal da Funai no qual alertava as autoridades sobre o risco de recrudescimento dos conflitos após a morte do referido cacique, caso a justiça não tomasse as devidas providências para esclarecimento das circunstâncias da morte. Os fazendeiros, comerciantes e políticos dos três municípios vizinhos, Humaitá, Manicoré e Apuí tomaram as declarações de Ivã Brochini como uma afronta e começaram uma ampla campanha nas redes sociais pressionando a Funai para a exoneração do funcionário de seu cargo em Humaitá, o que ocorreu no início do mês de janeiro de 2014 por determinação da então presidente da entidade Maria Augusta Assirati. Numa verdadeira demonstração de violência, após o desaparecimento dos três homens brancos, surgiram vários grupos armados que começaram os ataques às aldeias Tenharim, incendiando as casas das famílias e as instalações da Funai no município de Humaitá¹²⁶.

Por sua vez, o Governo Federal também exibiu seu poder de força para esclarecer as circunstâncias do desaparecimento dos três homens, o mesmo não foi

¹²⁵ Para aprofundar o tema sugere-se a leitura da Coluna Sociedade da Revista Carta Capital publicada em 09 de fevereiro de 2014 em entrevista ao indigenista Ivã Bocchini, coordenador da Funai exonerado por causa da pressão dos fazendeiros e políticos da região.

¹²⁶ Na noite do dia 16 de janeiro o prédio da sede regional da Funai, com alguns carros e um barco foram incendiados pelos vândalos.

observado nas investigações das circunstâncias da morte do cacique nem na apuração dos responsáveis pelo vandalismo nas instalações da Funai e nas aldeias Tenharim.

A título de exemplificação, fatos como esse demonstram a parcialidade do judiciário brasileiro quando estão em questão os direitos dos povos indígenas e dos não-indígenas. Convocadas pelos políticos locais, especialmente os prefeitos e vereadores, numa demonstração de força sem precedentes na Amazônia, juntas, as polícias civil e militar, a Força Nacional e a Polícia Federal, somando um total de mais de 600 homens, fecharam o cerco aos Tenharim até encontrar os corpos dos desaparecidos enterrados no território indígena.

Mesmo sem provas suficientes, o filho do cacique Gilvan Tenharim e os parentes Gilson, Domiceno, Valdinar e Simeão Tenharin foram presos no dia 30 de janeiro e tiveram a prisão temporária convertida em prisão preventiva no dia 31 de março de 2014. Presos, os Tenharim negam a participação no crime e alegam que os três homens foram assassinados por madeireiros interessados em jogar a opinião pública contra os índios a fim de liberar as terras demarcadas para o garimpo e outras atividades de exploração comercial dos recursos naturais na região. Entretanto, essa versão não encontra ecos nas instâncias da justiça. Enquanto isso, os índios continuam presos à revelia da justiça. O conflito envolvendo os Tenharime a postura da maioria dos políticos locais em favor dos empresários, comerciantes, fazendeiros e madeireiros, em prejuízo dos indígenas, reativa o ranço da discriminação, do racismo e de todas as formas de intolerância. A sociedade, quase inerte, assistiu por cerca de três a quatro meses seguidos, uma verdadeira campanha da mídia local e nacional contra o povo Tenharim, acenando para uma campanha contra todos os povos indígenas indiscriminadamente. Poucos foram os

meios de comunicação que atentaram para os interesses econômicos e políticos que estavam por trás do conflito e se posicionaram em favor dos povos indígenas.

No Congresso e no Senado Federal, não faltaram discursos inflamados contra os povos indígenas mediante o ensejo do conflito que se transformou em estratégia de manipulação dos grupos que historicamente se posicionam contrários as demarcações de terras e as políticas indígenas. Digno de nota foi o pronunciamento da então senadora Kátia Abreu do PMDB do Estado do Tocantins e presidente da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária. No site Canal do Produtor a senadora atacou diretamente a Funai, afirmando que se trata de uma instituição desnecessária que só se ocupa com os "privilégios" dos índios que nada contribuem para o progresso da sociedade. No seu artigo, a senadora afirma:

Note-se que os Tenharim são uma prova viva da ficção ideológica na qual vive a Funai. O cacique morreu em um acidente de moto, veículo que as famílias da aldeia têm na porta da frente. Todas as moradias possuem internet e muitos dos indígenas vivem e trabalham nas cidades da região. [...] Os índios não precisam de mais terras tampouco da Funai. Bastariam os programas sociais que o governo federal oferece ao conjunto da população, como o Bolsa Família e incentivos para a agricultura¹²⁷.

A exemplo da senadora, muitos outros políticos e comentaristas dos jornais e revistas dos principais veículos de comunicação impressa ou televisiva, aproveitaram a ocasião para declarar seu racismo em pronunciamentos inflamados, carregados de fúria e verdadeiras ofensas aos povos indígenas¹²⁸ deslegitimando sua organização e sua condição humana. Uma das consequências da campanha contra os povos indígenas é a criminalização das etnias e dos movimentos sociais

¹²⁷ O artigo completo da Senadora Kátia Abreu, intitulado "Ideologia cega" encontra-se disponível no site: www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/artigos/ideologia-cega publicado no dia 21/01/2014.

¹²⁸ Como o artigo intitulado "O arco, a flecha e o avião" do colunista Demetrio Magnoli publicado *Folha de São Paulo* no dia 11/01/2014 onde afirma que "Redefinir-se como indígena tornou-se uma estratégia destinada a obter segurança fundiária, cotas preferenciais e privilégios extraordinários". Artigo completo disponível em www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2014/01/1396275-o-arco-a-flecha-e-o-avião.

indígenas. No outro extremo do conflito, identificamos a continuidade da criminalização dos índios também nos destinos migratórios, observado nas periferias de Manaus como se percebe na narrativa da Iracy, 38 anos¹²⁹:

Quando eu vi que tocaram fogo em tudo perto da aldeia, pensei cá comigo que já era hora de fugir. O Raimundo não quis vir comigo. Falou assim: "mulher pega os curumim¹³⁰ e vai pra Manaus. Fica lá nos parentes. Quando a situação melhorar você volta". Aí eu vim pra Humaitá e lá pequei o Alecrim¹³¹. Foi a primeira viagem pra Manaus. A Fátima tava me esperando, mas, me assustei com o tamanho da cidade e com tantas luzes. Entramos no ônibus do Jesus me deu e foi outra viagem até chegar aqui. A Fátima é nossa parente e mora aqui no quintal da Maria Juma. [...] Dia desses a vizinha veio perguntar se os Tenharim costumam matar gente por qualquer coisa. Fiquei com medo porque ela estava com uma cara muito zangada. A Maria Juma disse que é melhor não deixar os curumim na rua porque podem machucar eles se souberem que são nossos filhos. Eu vivo aqui com medo, mas, o Raimundo disse pra não voltar ainda não (Pesquisa de Campo. Entrevista n° 937, março de 2014).

A situação de Iracy seria a situação de qualquer outro migrante em situação de vulnerabilidade social, não fosse o fato de carregar os estigmas da condição de migrante, mulher, pobre e indígena, fugindo da violência na aldeia e vitimada por outras modalidades de violência na cidade. Hostilizada por sua identidade indígena, conta-nos que, quando suas crianças brincam na frente da casa da Maria Juma, ouve as vizinhas proibindo suas crianças de se "misturarem com os filhos da índia". De acordo com os estudos migratórios, se aplicarmos o conceito de nação indígena, a situação de Iracy configuraria a situação de refúgio ou exílio, o que lhe garantiria, de antemão, a proteção do Estado, o que não se aplica à sua condição extremamente vulnerável.

¹²⁹ Obtivemos a informação, através de colegas antropólogos que estudam a questão indígena em Manaus, de que uma Tenharim se refugiara do conflito no Bairro Jesus Me Deus, um bairro da periferia localizado no extremo da Zona Oeste da cidade às margens da Estrada Torquato Tapajós. Decidimos ir ao seu encontro para conferir se estava em segurança e como se sentia na situação de diáspora ou exílio.

¹³⁰ como alguns índios e camponeses denominam as crianças.

¹³¹ Comandante Alecrim é o nome do barco que realiza o transporte de passageiros e mercadorias entre Manaus e Porto Velho, através do rio Madeira fazendo paradas para embarque e desembarque nas cidades de Novo Aripuanã, Nova Olinda, Borba, Manicoré e Humaitá.

A casa onde encontramos Iracy Tenharim pertence a uma mulher da etnia Juma, a Maria que passou a ser conhecida na comunidade por "Maria Juma". Perguntada se sofria algum tipo de discriminação pelo fato de ser índia, Maria reclama:

Eu acho que sofro discriminação sim e de várias formas. Me diga a senhora se isso não é discriminação: aqui no Jesus Me Deu não me chamam pelo nome. Por exemplo, quando alguém pede uma referência logo a pessoa diz "fica lá no final da rua, do lado da casa da índia". Sabe, eu sou costureira, mas, ninguém diz "a casa da costureira". Eu não me importo porque tenho orgulho de ser índia. Mas, eu sei que quando falam "a índia" não estão me valorizando pelo que sou. Estão mesmo é me menosprezando. É assim que eu sinto porque quando falam "lá vem a índia", falam com desprezo como se eu fosse inferior às outras mulheres (Pesquisa de Campo. Entrevista n° 938, março de 2014).

Nota-se que Maria vive no Bairro Jesus Me Deu desde sua ocupação em 2002. Ela veio direto do rio Purus para a casa de parentes na periferia de outro bairro, o Santa Etelvina. Conta-nos que migrou por causa dos conflitos socioambientais no rio Purus, o que revela que se trata de um fato bastante antigo. A discriminação, baseada no racismo, acompanha os índios onde quer que estejam, o que faz com que muitos, em contexto urbano, neguem a sua identidade indígena para não serem novamente estigmatizados (JARAMILLO BERNAL, 2010: 184).

Na raiz do conflito estaria também a crise da "ecologia e os custos capitalistas de produção", o que para Wallerstein (2002: 111-140) representa um caminho "sem saída" na realidade atual. Bem por isso, faz-se necessário conceituar melhor o que denominamos conflitos socioambientais na Amazônia para melhor compreender o conflito envolvendo os povos indígenas.

Cuidando para não cair na armadilha das vãs definições, observa-se que muitas são as teorias sobre conflito que indicam tratar-se da oposição de interesses, sentimentos e ideias no campo de lutas e disputas de toda ordem. Entretanto, no

caso da Amazônia, é necessário aprofundar a questão do conflito para além dos conceitos e definições. É preciso identificar as causas ou as raízes do conflito, especialmente no que diz respeito aos conflitos que denominamos socioambientais envolvendo os povos indígenas e as populações tradicionais de agricultores ou camponeses da várzea. Autores como Silva (2012) e Oliveira Neves (2013), dentre outros estudiosos, concordam que na raiz dos conflitos envolvendo os povos indígenas, não raro, encontram-se os interesses econômicos que acionam estratégias de criminalização dos povos indígenas, quase sempre em desvantagem no confronto com os representantes dos grandes projetos políticos e econômicos em pleno desenvolvimento na região. Silva (2012:155) destaca, porém, outra variável pouco considerada nos estudos da produção dos conflitos e tensões, que é o papel da ciência na Amazônia, especialmente no que se refere à produção e ao emprego das novas tecnologias. A inserção dessa categoria nos discursos políticos e empresariais é recorrente na região. Não raro, tal discurso é produzido e disseminado desde a academia que aponta que o paradoxo entre meio ambiente e desenvolvimento econômico passaria necessariamente pela tecnologia. Muitos seguimentos da academia, especialmente no campo das ciências naturais e agrárias e nas faculdades de tecnologia, argumentam que a sustentabilidade será consequência do uso adequado de novas tecnologias, do investimento em educação e pesquisa. Note-se que nesse paradigma, sustentabilidade estaria necessariamente vinculada ao conceito de *progresso econômico*.

Ocorre que o *progresso* constituído nos primórdios do capitalismo – e que se faz presente com muita força – tem-nos levado a impasses cada vez mais severos ao promover o estreitamento das opções possíveis, o acirramento dos conflitos, a consolidação de uma crença quase religiosa na capacidade da ciência e da técnica de reverter a difícil situação em que nos encontramos, bem como transforma o risco de desaparecermos enquanto espécie numa possibilidade inquietante (SILVA, 2012: 155).

Nessa perspectiva, é oportuna a reflexão de Morin (2004: 99) que nos recorda que desde “[...]o século XIX, a fé no progresso era guiada pela certeza de que os desenvolvimentos da ciência, da técnica, da economia, só podiam eliminar a barbárie da história humana e assegurar o triunfo da civilização[...]” segundo o modelo ocidental eurocêntrico. Para Morin o conceito de progresso encontra-se envolto em grandes contradições, uma vez que

O progresso científico permitiu a produção e, hoje, a proliferação da arma nuclear, assim como de outras armas de morte em massa, químicas ou biológicas. O progresso técnico e industrial provocou um processo de degradação da biosfera. A mundialização do mercado econômico, sem regulação externa nem verdadeira autorregulação, criou novas pequenas ilhas de riqueza, mas também zonas crescentes de pobreza, como na América Latina e na China; ela suscitou e suscitará crises em série, e sua expansão se efetiva sob a ameaça do caos. Os desenvolvimentos da ciência, da técnica, da indústria, da economia, que doravante propulsam a nave espacial Terra, não são regulados nem pela ética nem pelo pensamento(MORIN, 2011:7).

O debate ora apresentado por Morin (2004) abre-nos precedentes para relativizar os discursos anti-indigenistas que acusam os povos indígenas e as populações tradicionais da Amazônia de representarem um *entrave* para o avanço do *progresso* na Amazônia. Encontramos nesse paradigma um importante paradoxo entre o conceito de *progresso* para os povos indígenas e os demais povos tradicionais da Amazônia e o conceito de *progresso* para as elites econômicas. Enquanto, para os primeiros, o *progresso* significa a garantia da sobrevivência em condições plenas e o alcance de uma convivência baseada numa relação de respeito e interdependência com a natureza sem prejuízos para nenhuma das partes, para outros, o *progresso* significa tão somente o avanço da economia, a dominação e o controle da exploração comercial dos recursos naturais. Enquanto

para os primeiros, *progreso* significa *bem viver*, para os outros, significa *viver bem*, ou seja, adquirir coisas, competir no mercado, ter poder de compra, possuir posses e propriedades.

Seguindo esse mesmo pensamento, Eduardo Gudynas (2011) aponta que os conflitos socioambientais que caracterizam um estado permanente de tensão na relação com os povos indígenas têm a ver com o modo de vida não capitalista adotado e assimilado milenarmente por esses povos. Segundo Gudynas (2011:8), enquanto conceito, o *bem viver* não significa ausência do *progreso* e nem atraso proposital. Pelo contrário. Significa alternativa ao desenvolvimento baseado na lógica desenvolvimentista neoliberal ou neocolonial. As alternativas à sociedade neoliberal, ao mercado e ao consumo exacerbado podem contar com as inovações tecnológicas de ponta, desde que estejam ao serviço da vida com qualidade e dignidade para todos os seres vivos sobre a terra. Nesse sentido, o conflito com os povos indígenas seria então,

[...] um conflito de paradigmas civilizatórios. Enquanto para o paradigma ocidental *civilizar* significa homogeneizar todos os povos e sociedades ao modelo de vida capitalista, para os povos ameríndios significa *Sumak kawsay*, de origem quéchua, que revela um paradigma civilizatório de equilíbrio com o ciclo da *Pachamama*, nossa Mãe Terra (GUDYNAS, 2011: 8).

Segundo Gudynas (2011: 8), o conceito do bem viver acena para um antigo preceito dos povos ameríndios antes da chegada dos colonizadores. Evocava uma inter-relação de equilíbrio e interdependência entre os seres humanos e a natureza numa permanente atitude de responsabilidade, de cuidado e proteção da sociobiodiversidade, em função de uma *civilização* justa, solidária e sustentável. "Ou destruimos a natureza e nos afundamos com ela, ou nos salvamos através de uma nova forma de relação em que a vida dos seres humanos e de toda a natureza

esteja em primeiro lugar [...]." (GUDYNAS, 2011: 8). Ainda para o referido autor, "[...] ao invés de insistir com os *desenvolvimentos alternativos*, se deveriam construir *alternativas ao desenvolvimento* (seguindo as palavras do antropólogo colombiano Arturo Escobar)". Continuando, Gudynas (2011:11), afirma que "[...] o Bem Viver aparece como a mais importante corrente de reflexão elaborada na América Latina nos últimos anos[...]", uma alternativa ao pensamento ocidental, quiçá naquele mesmo direcionamento de Boaventura de Sousa Santos (2009) que nos aponta "uma epistemologia do sul baseada na reinvenção do conhecimento e na emancipação social".

Alhures, na outra extremidade do conflito, segundo Gudynas (2011), encontra-se o paradigma civilizatório neoliberal que, com o tempo, vem desenvolvendo um ritmo tão acelerado de *crescimento* que é incapaz de acompanhar o ritmo da natureza. Totalmente subordinado ao lucro e à acumulação de capital, o conceito de desenvolvimento do paradigma civilizatório neoliberal apresenta-nos um modelo de *progresso* que tudo devora, tudo devasta, tudo contamina para garantir maior riqueza. Daí a panaceia do crescimento como remédio para todos os males, o que se contrapõe à defesa e proteção do meio ambiente (GUDYNAS, 2011:12). A insistência no paradigma do bem viver tem provocado a ira das elites econômicas na Amazônia e uma das maneiras de se arrefecer o avanço das resistências organizadas, é a criminalização das estratégias de organização dos movimentos sociais dos povos indígenas. Enquanto estratégia de dominação e enfraquecimento da luta organizada, a criminalização dos povos indígenas orienta-se pelo racismo dissimulado e sutilmente revelado nos discursos e nas atitudes, conforme mencionado anteriormente. O racismo representa, então, mais uma base conceitual do conflito indígena na Amazônia. Contudo, na raiz do

racismo e da discriminação aos povos indígenas, encontra-se um passado colonialista que continua se reproduzindo na conjuntura atual, através de seus representantes legítimos, de forma especial, a conservadora aristocracia rural e a elite econômica.

No caso de Humaitá, a articulação dos fazendeiros, madeireiros, comerciantes e garimpeiros contra o povo Tenharim representa uma parcela importante da sociedade que não reconhece os direitos dos povos indígenas, tratando-os ainda como empecilho para o *progresso* econômico, dando continuidade ao projeto colonialista que perdura por séculos na América Ameríndia num contexto onde...

[...] A expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005: 228).

A perspectiva de Quijano (2005), encontra-se também na Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa, realizada em Durban, 2001¹³² a qual reconhece que o racismo, a discriminação e todas as formas de intolerância representam a continuidade do

¹³² A Declaração de Durban (2001) representa um dos instrumentos internacionais de maior relevância para o enfrentamento ao racismo, discriminação, xenofobia e todas as formas de intolerância. Trata-se de um instrumento legítimo que contribui para a defesa dos Direitos Fundamentais dos Povos Indígenas e Tribais, numa referência à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho aprovada em 1989.

colonialismo que se reproduz nas instituições atuais demarcando as relações de dominação. Logo em seu Artigo II, a Conferência de Durban (2001: 24) busca definir e conceituar o racismo identificando-o como a base das outras formas de discriminação, xenofobia e intolerância. Mesmo sem mencionar os elementos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais que corroboram para a definição, a referida conferência reconhece que...

O racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexa ocorrem com base na raça, na cor, na ascendência ou na origem nacional ou étnica e que as vítimas podem sofrer formas de discriminação múltiplas ou agravadas com base em outros fatores conexos como o sexo, a língua, a religião, a opinião política ou outra, a origem social, a fortuna, o nascimento ou outra situação¹³³.

O referencial raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica esteve na base do projeto colonizador e norteou todas as estratégias de controle e dominação dos povos colonizados. Ele continua norteando o projeto de sociedade de muitos dos representantes do neocolonialismo no atual projeto neoliberal que considera, ainda hoje, os povos indígenas como povos subjugados e inferiores. Ao buscar identificar as fontes, causas, formas e manifestações contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e todas as formas de intolerância conexa, a Declaração de Durban (2001: 27), em seu Artigo XIV, reconhece que

[...] o colonialismo conduziu ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância conexa, e que os africanos e pessoas de ascendência africana, pessoas de ascendência asiática e povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam a ser vítimas das suas consequências. Reconhecemos o sofrimento causado pelo colonialismo e afirmamos que este deverá ser condenado qualquer que seja o tempo ou o lugar em que tenha acontecido e haverá que evitar que se repita. Lamentamos ainda que os efeitos e a subsistência destas estruturas e práticas estejam entre os fatores que contribuem para as desigualdades sociais e econômicas que persistem em muitas partes do mundo contemporâneo.

¹³³Declaração de Durban (2001) parágrafo introdutório.

De acordo com Quijano (2005: 228), as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Dessa maneira, o colonialismo vem determinando que ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, sejam estruturalmente associados ao modelo neoliberal, que representa

[...] A culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005: 227).

Para o autor em questão, o conceito de raça, determinado a partir da experiência colonialista europeia, reflete uma das várias estratégias de controle da relação de dominação baseada na perspectiva eurocêntrica¹³⁴. No seu Artigo XX a Declaração de Durban (2001) reconhece que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexa estão entre as causas subjacentes dos conflitos armados e são, muitas vezes, uma das suas conseqüências, o que se aplica no caso dos conflitos envolvendo os povos indígenas na Amazônia.

Os Artigos XXII e XXIII da Declaração de Durban (2001: 29-30) referem-se aos povos indígenas e expressam uma especial preocupação com a negação social

¹³⁴Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes sejam, sem dúvida, mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005: 236)

dos seus valores culturais e a resistência do Estado e suas instituições ao reconhecimento da sociodiversidade das nações indígenas e lamenta

Pelo fato de, em alguns Estados, as estruturas ou instituições políticas e jurídicas, algumas das quais foram herdadas e se mantêm hoje em dia, não corresponderem às características multiétnicas, pluriculturais e plurilinguísticas da população e, em muitos casos, constituírem um importante fator de discriminação que resulta na exclusão dos povos indígenas.

Nessa perspectiva, o colonialismo encontra-se também na raiz dos conflitos socioambientais envolvendo os povos indígenas que se posicionam em defesa do direito ao modo de vida baseado no conceito do Bem Viver. A Declaração de Durban também identifica a herança colonialista como fator determinante para a elaboração das atuais estratégias de subjugação dos povos indígenas e para a perpetuação da discriminação. Não por acaso, tais estratégias estão muito presentes nos atuais processos de criminalização dos povos indígenas e na negação dos seus valores e direitos constitucionais na Amazônia.

Para Oliveira Neves (2013), a origem dos conflitos indígenas na Amazônia estaria também relacionada com a origem da propriedade privada e dos modelos produtivos na região. Segundo o referido autor,

Os diferentes modelos produtivos que sustentaram os diferentes momentos extrativistas narram uma trágica história de relações interétnicas cujo saldo pende desfavoravelmente para os povos indígenas, com o extermínio total de inúmeros povos e a luta de alguns poucos remanescentes para a reconquista e o reconhecimento de seus direitos de continuarem existindo como sociedades distintas no interior de um Estado autoritário. A demarcação das terras para a formação de seringais marca, na segunda metade do século XIX, o início do processo de apropriação privada das terras na Amazônia, sendo subtraídas das áreas de ocupação indígena grandes faixas de terra que passaram a constituir os seringais. A partir desta data os povos indígenas foram submetidos a um processo continuado de expropriação territorial que se estende até os dias atuais (OLIVEIRA NEVES, 2013: 250).

Sem sombra de dúvida o modelo produtivo com base na propriedade privada, extremamente divergente do modelo produtivo dos indígenas, baseado no uso coletivo da terra, provocou e continua provocando uma relação de estranhamento e enfrentamento no interior da Amazônia. Como dissemos antes, trata-se de paradigmas divergentes que resultam em confrontos diretos ou indiretos. Oliveira Neves (2013) sustenta ainda que os conflitos estariam relacionados também com as formas de ocupação territorial na atualidade, vinculadas aos grandes projetos econômicos desenvolvimentistas. Com relação às formas de ocupação contemporâneas, Oliveira Neves (2013: 252) afirma que,

Estas se distinguem do seringalismo e das frentes extrativistas anteriores pelo seu caráter industrial, marcado mais pelo uso intensivo de equipamentos e maquinarias do que pelo contingente de mão de obra envolvido na sua atividade produtiva. Contudo, as frentes contemporâneas de exploração econômica (agropecuária, extrativismo madeireiro e mineral) são ainda mais excludentes da população indígena do que as frentes extrativistas (de drogas do sertão, de caucho e da seringa), tendo introduzido na Amazônia o processo absoluto de apropriação da terra e de controle de acesso aos recursos naturais.

Na perspectiva da ocupação territorial, há que se considerar ainda que o atual conflito socioambiental seja o resultado tardio das consequências do Programa de Integração Nacional criado pelo Decreto-Lei nº1106, de 16 de julho de 1970, em pleno período militar, e assinado pelo Presidente Médici. Tal programa, altamente neocolonialista, em sua época, disseminou lemas que ainda hoje povoam, de forma irresponsável, o imaginário popular, especialmente da classe ruralista, que continua afirmando, sem nenhum critério, base teórica ou conceitual, que "há muita terra para pouco índio", sem querer entender que

A questão da dimensão das "terras indígenas" remete ainda a outra questão conceitual na qual a expressão "continuidade de vida", entendida como uma "continuidade dinâmica" atribui um sentido muito mais realista às lutas indígenas pela garantia de suas terras.

Ao contrário de outras expressões, como “sobrevivência física” ou “permanência física e cultural”, que poderiam sugerir uma ideia de simples repetição, de estagnação e de imobilismo sociocultural conduzindo à visão arcaica de que aos índios deveriam ser destinados espaços territoriais restritos para uma simples reprodução física e cultural. O entendimento acerca da continuidade dinâmica da vida indígena indica a necessidade de “terras indígenas” que lhes sejam suficientes para a continuidade étnica num cenário em que as tensões e disputas pela terra tendem a aumentar na medida em que os diversos segmentos da população nacional se acercam das terras ocupadas pelos índios (OLIVEIRA NEVES, 2013: 237).

O entendimento da terra como propriedade privada e não como bem destinado a favorecer a convivência apresenta-se como um grande entrave na relação entre índios e camponeses amazônidas com os políticos, fazendeiros e grandes empresários do agronegócio. Para os primeiros, a terra é uma "*nhandereko-há*" que na língua Nheengatu, ou *língua geral amazônica*, significa identidade étnica ou "jeito de ser na nossa casa". A terra significa o *lócus* da organização social e política, lugar da produção e transmissão do *etnoconhecimento* que não pode ser reduzido a um lugar comum, mas encontra-se em todos os lugares da floresta (OLIVEIRA, 2012:121). Para esses, a terra não é propriedade, é lugar e espaço vivencial; não é terreno nem gleba, é *lócus* e território vivenciado, sentido e imaginado; é o lugar do agroextrativismo, da pesca, da festa, dos jogos, das danças. Já para os fazendeiros e grandes empresários do agronegócio, a terra só tem sentido para a produção da riqueza, a qual requer intervenções importantes no espaço da floresta para torná-la agricultável, transformando *nhandereko-há* em loteamentos de terras ou fazendas com proprietários específicos, fixados com base em posse ou direito de propriedade. Essa mudança radical no entendimento do significado da terra no sistema capitalista pode ser considerada uma das dimensões mais importantes do conflito socioambiental na Amazônia e uma das principais causas do deslocamento dos povos que sentem-se invadidos, acudados,

amedrontados com tamanha intervenção nos seus territórios e na sua "*nhandereko-há*". Para Martins (1980: 136-137), "a terra está se convertendo numa relação social que é ao mesmo tempo uma relação de dominação, isto é, uma relação política. Por isso, a existência e o ser do índio estão sendo alcançados por essa relação social" marcada pela dominação e pelo controle político dos grandes empresários, fazendeiros, madeireiros e garimpeiros.

Percebe-se que a tensão na relação entre índios e não-índios não se limita às aldeias, mas, no caso dos deslocamentos compulsórios, segue com eles também para as cidades, conforme analisa Jaramillo Bernal (2010: 185),

A presença indígena, nas comunidades urbanas do Amazonas e precisamente em Manaus, tem sido uma constante desde o momento em que se estabeleceu a colônia. Na realidade, foram os conquistadores e os colonizadores que se instalaram em locais 'ocidentais' que já estavam maciçamente habitados pelos nativos. Esse fato, reconhecido pela última Constituição do Brasil (1988), sob a figura do *direito original* à posse das terras pelos índios, não conseguiu se traduzir nas decisões políticas e legais eficazes que garantiriam às populações indígenas do Brasil o pleno uso de seus bens, em especial, a posse dos seus territórios ancestrais. A situação dos índios urbanizados é ainda mais anormal, na medida em que, nem legalmente, nem politicamente, eles foram considerados verdadeiramente como indígenas.

Nesse debate proposto por Jaramillo Bernal (2010), encontramos duas categorias importantes para a análise da condição do índio na Amazônia: a identidade e o território. Por um lado, a questão *da identidade indígena* que não se limita ao terreno da aldeia, ou seja, a Maria continua sendo Juma, mesmo morando na cidade. Isso gera uma tensão nas relações urbanas ou urbanizadas que resistem ao reconhecimento do índio na cidade respeitando a sua identidade cultural. Não raro, como no caso da Iracy Tenharin, a categoria indígena é acionada no contexto urbano não no campo do reconhecimento e da valorização, mas, muito pelo contrário, é acionada para a discriminação. Por outro lado, a categoria *território*

também apresenta-se como um elemento importante para se compreender as novas dinâmicas dos migrantes indígenas nas cidades da Amazônia, num intenso processo de “reconfiguração étnica [...] principalmente através de manifestações sucessivas de construção de uma existência coletiva” (ALMEIDA e SANTOS, 2008:19) presente também no contexto urbano.

A territorialidade dos índios na cidade exige uma nova compreensão do antigo conceito de território pensado em linha contínua ou em pequenas ilhas. Nos deslocamentos da aldeia para a cidade, o índio carrega o território consigo e o deslocamento não significa necessariamente o “fim dos territórios” (HAESBAERT, 2004: 344). Nessa perspectiva, deparamo-nos com a concepção de multiterritorialidade e com a reestruturação do espaço geográfico em *múltiplos territórios* desterritorializados para a criação de novas territorializações nos espaços urbanos. De modo geral, as novas territorializações dos povos indígenas nos contextos urbanos ocorrem de forma precária e, na maioria das situações, ocupam espaços em áreas de riscos, às margens dos igarapés poluídos ou nas áreas de ocupações urbanas nas periferias das cidades nas quais.

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004: 344).

Na perspectiva apresentada por Haesbaert (2004), a dimensão política do conceito da desterritorialização aparece associada a uma debilidade do Estado no sentido de garantir a permanência dos grupos nos seus respectivos territórios sem a necessidade de passar pela experiência do deslocamento e da transposição das

fronteiras territoriais sem um projeto migratório. A experiência do território vivido e transportado com o índio que migra para a cidade indica que a identidade indígena não termina com a migração, pelo contrário, permanece com o índio migrante e, na maioria das vezes, reforça-se no contexto urbano. Tudo isso remete a importantes mudanças ocorridas no espaço urbano da Amazônia caracterizado pela existência de territórios múltiplos. Nessa perspectiva, é perfeitamente possível que haja múltiplos territórios, de natureza funcional e simbólica, material e virtual e, ao mesmo tempo, a sobreposição de territórios no espaço urbano da Amazônia a partir das migrações internas, especialmente dos povos indígenas e dos camponeses amazônidas (OLIVEIRA, 2008:25).

De acordo com os dados levantados em nossa pesquisa de campo, juntas, essas duas categorias migratórias representam um percentual de 63% das migrações internas na Amazônia nas últimas décadas. Os outros 37% seriam migrantes mobilizados entre as cidades. Por fim, o paradoxo da desruralização na Amazônia consiste exatamente nessa incongruência dos deslocamentos compulsórios e na reterritorialização precária das populações rurais, sejam elas trabalhadores rurais, agricultores, camponeses ou indígenas, nas cidades, especialmente nas grandes cidades, na sua grande maioria desprovidas de políticas migratórias capazes de atender e assistir essas populações nas suas mais variadas necessidades existenciais garantindo-lhes um processo de adaptação e pertencimento à cidade.

Não raro, os migrantes sentem-se excluídos dos bens e serviços, dos direitos de acesso e privados do exercício pleno da cidadania no destino migratório. Isso faz com que a tensão que os acompanha desde o deslocamento se mantenha e retarde os processos de adaptação fazendo com que muitos se sintam migrantes mesmo

depois de passados cinco, dez, vinte anos desde o primeiro deslocamento. Perceberemos essa mesma tensão e essa mesma dificuldade de reterritorialização precária na análise da dinâmica da feminização da migração na Amazônia e ainda na migração internacional na região, que seguem nos próximos capítulos.

Capítulo IV

A FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS NOVAS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS

Elas estão chegando
pelas portas e janelas, avenidas e vielas.
Chegando como um vento forte,
chegando com vida e norte,
chegando para questionar,
chegando pra mudar.
Chegando sempre com doçura,
chegando com muita cintura,
chegando para encantar,
chegando pra alegrar.
Chegando pra sarar as juntas,
chegando pra juntar as forças,
chegando para construir,
chegando pra prosseguir.
Chegando para questionar,
chegando pra mudar,
chegando pra encantar,
chegando pra alegrar.

Valdomiro de Oliveira,
Marcos Gianelli e Francisco Esvael
(Goiânia – GO, 1985)

Algumas abordagens atualizadas dos estudos migratórios na Amazônia indicam uma crescente feminização da migração na região¹³⁵. Este "fenômeno de ordem mundial" (ENGLE, 2005: 26) vem provocando importantes mudanças nos paradigmas dos estudos dos deslocamentos populacionais que, quase sempre foram investigados na Amazônia sob a perspectiva da migração de trabalhadores eminentemente masculinos¹³⁶. Antes, porém de adentrar à temática amazônica, apresentamos algumas tessituras referentes às abordagens conceituais da *feminização* da migração enquanto categoria analítica importante nos estudos de gênero e nas teorias migratórias.

¹³⁵ Especialmente os dados do Censo Demográfico 2010.

¹³⁶ Um dos estudos mais importantes desta temática foi sistematizado por Marcel Hazel, (org.). *Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual na Amazônia*. Belém: Txai/OIT/Emaus, 2003.

4.1 Conjecturas a cerca da *feminização* da migração

Do ponto de vista qualitativo, a *feminização* da migração indica que a mulher passou a ganhar maior evidência nas dinâmicas migratórias. Isso não significa que antes elas não migravam e sim que passaram a ser contabilizadas e mensuradas pelos indicadores das migrações enquanto dinâmica específica. Entretanto, o conceito “[...] *feminização* pode ser usado para indicar uma mudança com viés de gênero, uma ação, um processo de se tornar mais feminina, mais comum ou intensa entre as mulheres ou em domicílios chefiados por mulheres [...]” (MEDEIROS & COSTA, 2008: 115). Os estudos de Yannoulas (2011:22) insistem que a *feminização* “é a ação ou efeito de feminizar, tornar feminino e refere-se ainda ao conceito de *feminização* das profissões e ocupações, a que correspondem metodologias e técnicas diferentes para a coleta e análise de informação: *significado quantitativo ou feminização*”.

Do ponto de vista conceitual, a feminização pode referir-se ao “[...] aumento do peso relativo do sexo feminino, na composição de uma categoria social [...]” (YANNOULAS, 2011: 22). Nessa perspectiva, o termo *feminização* refere-se à desigualdade de direitos sociais entre homens e mulheres como ocorre com os estudos sobre a *feminização* da pobreza onde “[...] o conceito ‘*feminização*’ representa a ideia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens” (NOVELLINO, 2004: 76). Enquanto conceito analítico, a *feminização* também é utilizada nas relações de trabalho, para justificar o trabalho precário ou “para identificar tarefas qualificadas e não qualificadas” (SOUZA-LOBO, 1991: 150-151), justificando a precarização das condições do trabalho parcial das operárias assalariadas. Para Comanne e Toussaint(1998: 6) “[...]a opressão das

mulheres é para os capitalistas um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho”. Nesse sentido, a feminização do trabalho revela-se estreitamente relacionada à condição de pobreza de boa parte das mulheres trabalhadoras.

Miranda (2009:24) entende “[...] a feminização da migração como o resultado de uma recomposição do capital à escala mundial [...]” onde as mulheres passaram a ocupar os novos postos de trabalho em novos setores da sociedade, principalmente o trabalho de tempo parcial¹³⁷, o trabalho temporário na agricultura, a prestação de serviços sexuais e o trabalho na área dos cuidados aos idosos e crianças. A *feminização* está relacionada, ainda, com a condição da mulher reinterpretada por muitos autores como uma “[...] condição subjugada nas relações de dominação de gênero[...]” (NOVELLINO, 2004: 76) reproduzidas também nas composições migratórias.

Nas teorias migratórias, o termo *feminização* começou a ser utilizado na Europa na década de 1970, quando as políticas migratórias passaram a ser mais restritivas. No contexto europeu, as mulheres passaram a “[...] dominar os fluxos de entrada, apesar de serem minoritárias em termos de *stock* de imigrantes” (MIRANDA, 2009: 23).

Um dos primeiros estudos sobre a temática da *feminização* da migração, considerado uma referência clássica fundamental, foi escrito por Mirjana Morokvasic, e publicado em 1984, com o título: *Birds of passage are also women*¹³⁸. Sem eu estudo, Morokvasic (1984) observa que “[...] a partir da década de 1980, nos países

¹³⁷ Na conjuntura de crise econômica, o contrato de trabalho de tempo parcial foi o segmento de emprego que mais abriu vagas na última década. O trabalho doméstico representa a maior incidência nesse setor. O contrato de trabalho de tempo parcial exime o contratante de metade dos encargos sociais e diminui responsabilidades previdenciárias. Isso explica, em parte, a conversão de muitas vagas de trabalho integral em parcial.

¹³⁸ Trata-se do capítulo introdutório da coletânea *mulheres na migração* publicado em 1984 pela Revista Migrações Internacionais da Universidade de Paris. MOROKIVASIC, Mirjana. 1984. *Birds of Passage are also women*. *International Migration Review*. Vol XVIII number 4. (886-907). Salvo engano, não encontramos este texto traduzido para o português. Existem inúmeras citações referentes ao trabalho de Morokvasic reconhecendo-a como uma das pioneiras da temática da feminização da migração.

do norte da Europa, o número de mulheres migrantes superava o dos homens, obrigando os estudos migratórios a considerar a variável de gênero nas abordagens das migrações internacionais” (MOROKIVASIC, 1984: 886). Em outro texto, Morokvasic (2003) acena que “[...]as mulheres sempre migraram, mas, nem sempre foram contabilizadas estatisticamente” nas teorias migratórias. A referida autora chama a atenção para os movimentos migratórios de mulheres em contextos específicos, muitas vezes marcados pela guerra, pelas epidemias, pela fome, catástrofes naturais ou crises econômicas e políticas. Segundo a autora, nesses contextos, quase sempre é a mulher, na condição de mãe, filha, irmã ou esposa, que “encabeça” o deslocamento mediante situações de emergência que colocam em risco a vida da família. O reconhecimento do papel desempenhado pela mulher em contextos migratórios, aos poucos, “[...] vem provocando importantes rupturas nos paradigmas das teorias migratórias baseadas na Economia, na Sociologia e na História que apresentavam as mulheres economicamente inativas e indiferentes às dinâmicas migratórias” (MIRANDA, 2009: 23).

De acordo com Casas e Garson (2005:2), até a década de 1980, nas teorias migratórias, predominava a ideia de que o migrante típico era o homem e a migração feminina era alvo de pouca atenção. Para Morokvasic (1984: 888), essa predominância está estreitamente vinculada ao modelo de família patriarcal, onde o homem figurava como o chefe de família e responsável pelo sustento do lar, conseqüentemente, autor e sujeito dos projetos migratórios quase sempre familiares.

Referindo-se às teorias de Morokvasic (2003), Peres (2012: 55) afirma:

É preciso reconhecer que as mulheres sempre migraram; teorias migratórias, no entanto, não levavam em conta diferenciais por sexo que incorporam a mulher como migrante propriamente dito: diferentes trajetórias e estratégias migratórias, uso diferenciado de redes sociais, reconfiguração de papéis de gênero principalmente

através da inserção em mercados específicos de trabalho. A condição de acompanhante ou migrante tardia, em função da trajetória migratória de um homem da família – pai, marido, irmão –, para recomposição familiar, foi a posição ocupada pelas mulheres na maioria das perspectivas de análise até o fim do século XX.

Atualmente, boa parte das considerações sobre a feminização das migrações, nas teorias migratórias refere-se aos dados quantitativos. Entretanto, segundo Miranda (2009: 23), o “discurso da feminização da migração pode ser explicado não apenas por um aumento real no número de mulheres nos fluxos populacionais, mas também pela aceitação do conceito de mulher migrante”. Tal aceitação confere à mulher outro “lugar” social e político nas coordenadas das migrações, deixando de ocupar o lugar secundário na perspectiva da dependência e assumindo os riscos e as responsabilidades da condição de mulher e migrante. Para Miranda (2009: 23), a feminização da migração vem se convertendo em uma importante característica que “define a atual era das migrações” estreitamente relacionada ao reordenamento dos novos postos de trabalho e à prestação de serviços em escala mundial e mais expressivamente nos países da União Europeia e nos Estados Unidos. Os primeiros tratados da feminização da migração referem-se aos dados da migração europeia, entretanto, segundo os dados da Organização Internacional para as Migrações – OIM, parceira das Nações Unidas – ONU, em seu escritório no Brasil, esta é uma tendência em escala mundial.

Para uma melhor compreensão da dinâmica da *feminização* da migração, os estudiosos classificam os fluxos migratórios por categorias específicas, de acordo com algumas variáveis levando em consideração as diferentes trajetórias e estratégias migratórias elaboradas pelas mulheres ou identificadas no seu perfil migratório; a participação diferenciada das mulheres migrantes nas redes sociais; a reconfiguração de papéis de gênero nos fluxos migratórios e os novos e específicos

mercados de trabalho (PERES, 2012: 55). Na sequência, abordaremos algumas destas variáveis.

4.2 As principais variáveis da feminização de migração

A partir da aceitação do “conceito mulher migrante” (MIRANDA, 2009: 23), os estudiosos passaram a contemplar a “[...] variável gênero, incluindo a participação feminina no processo migratório e na teoria geral das migrações”¹³⁹ com suas nuances e especificidades. Entretanto, ainda são poucos os estudos que consideram a variável gênero na abordagem da mobilidade humana, principalmente no que se refere às análises estatísticas e as pesquisas quantitativas que continuam insistindo na categoria “migrante” sem a preocupação com suas especificidades.

Numa coletânea de artigos sobre gênero e migração, Mirjana Morokvasic afirmava que “Os Pássaros de Passagem também são mulheres”, sugerindo que a participação das mulheres nas migrações internacionais tem sido negligenciada por pesquisadores e formuladores de políticas públicas, ou que estas têm sido representadas de maneira estereotipada como “dependentes passivas”. Assim, embora muitas vezes os dados sobre os contingentes de mulheres aparecessem nos estudos, suas experiências, vivências, trabalhos, ficavam encobertos na categoria “migrante”, considerada *gender-blind*. De fato, até recentemente, a migração internacional era majoritariamente tratada como um fenômeno que envolvia particularmente os homens. Essa maior visibilidade numérica das mulheres contribuiu para questionar sua invisibilidade enquanto sujeito nos movimentos populacionais e, a partir das críticas das teóricas feministas, estudos recentes buscam compreender a articulação entre relações de gênero e migração. Portanto, não se trata de reconhecer a importância proporcional das mulheres ou sua contribuição econômica e social nos processos de migração e adaptação, mas de considerar como os discursos e as identidades de gênero se redefinem nesses processos (ASSIS, 2007: 695-696).

¹³⁹ RAMOS, Maria da Conceição Pereira. Migrações e gênero – trabalho, empreendedorismo e discriminações. Florianópolis: Anais do 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina, 23 a 26 de agosto de 2010. Texto completo disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278297633_ARQUIVO_ComunicacaoFlorianopolisMCPR.pdf. Acesso em 01/12/2012.

A negligência em relação à variável “gênero” nos estudos migratórios evidencia a relação de dominação reproduzida também nas formulações teóricas. Ao ignorar a contribuição das mulheres nos fluxos migratórios, os Estados Nacionais também descaram desse fato em suas intervenções e políticas públicas específicas. Por outro lado, a variável gênero oferece uma importante contribuição para as análises do novo perfil do migrante contemporâneo nas suas mais variadas situações. Ou seja, as relações de gênero podem definir novas representações nos contextos migratórios que vão muito além das cifras contábeis e das estatísticas. Trata-se de uma variável importante que “[...] nos instiga a lançar um olhar mais arguto à maneira como homens e mulheres se inserem nas novas dinâmicas migratórias contemporâneas” (ASSIS, 2007: 696). Os estudos das relações de gênero em consonância com as teorias migratórias contribuem para “[...] mostrar como as mulheres articulam as redes de migração e as alterações das relações familiares e de gênero” (ASSIS, 2007: 746) nas situações de migração internacional. Isso leva a concluir que a mulher migrante de hoje não é a mesma de tempos atrás. Ela mudou com os tempos e a experiência migratória contribuiu para estas mudanças tornando-a mais independente, autônoma, protagonista, em algumas realidades e contextos e, contudo, mais dependente, dominada e explorada, em outras realidades.

Kosminsky (2007) insere a categoria “gênero” combinada com as abordagens das questões étnicas e culturais, assinalando que “[...] na década de 1990, os temas ‘família’ e ‘gênero’ foram incorporados aos estudos migratórios” e isso provocou importantes rupturas e, conseqüentemente, significativas mudanças resultantes de três motivos:

Em primeiro lugar, o aumento do número de mulheres imigrantes. Assim, um dos aspectos que definem a “nova imigração” [...] é o seu grande contingente feminino. Em segundo lugar, a crescente influência do feminismo acadêmico, que coloca a experiência da mulher no centro da produção do conhecimento. Finalmente, a presença de um grande número de mulheres imigrantes tem acarretado implicações políticas relevantes, no sentido de reivindicações por melhores moradias e por mais extensivos serviços de assistência social, tornando-as o centro da pesquisa (KOSMINSKY, 2007: 786).

Nessa perspectiva, a variável “gênero” contribui para a mudança do lugar social da mulher nas pesquisas migratórias. Ela começa a ser deslocada das margens periféricas para o centro das pesquisas que “[...]traçam um quadro da inserção das mulheres de diferentes origens étnicas e nacionais em diferentes contextos e situações, sugerindo um olhar mais crítico e atento para a feminização das migrações internacionais e todas as suas consequências sociais, culturais e políticas” (ASSIS, 2007: 697).

4.2.1 A crise econômica mundial e o reordenamento internacional do trabalho

Outra variável importante, que contribui para a compreensão da *feminização* da migração internacional, está relacionada à questão da crise econômica mundial e, conseqüentemente, ao que Antunes (1999) denomina de “reordenamento internacional do trabalho”. O paradigma norteador dessa noção é o materialismo histórico dialético, a partir da economia política em Marx (ROCHA, 1999: 153) que compreende o reordenamento do trabalho como consequência da crise econômica internacional relacionada com o modo capitalista de produção. Na perspectiva de Marx, especialmente em *O Capital* (2008: 638), a crise está relacionada com a expansão do capital financeiro e a derrocada do “pleno emprego” que determina a precarização do trabalho afetando a composição da oferta de crédito no

[...] jogo entre as tendências e as contra-tendências à descida da taxa de lucro, momento da afirmação das tendências e, simultaneamente, condição de sua negação. Deste ponto de vista, as reduções do investimento, do emprego e dos rendimentos apresentam-se como manifestações concretas da própria crise e não como a sua causa (Mendonça, 1990:225).

Para Rosa de Luxemburgo (1977), o capital financeiro prevê a crise como mecanismo ou estratégia de expansão do capital que inclui ainda “[...]a troca de mercadorias e a economia monetária, a livre concorrência, a lei capitalista dos salários e o exército industrial de reserva, [...] as variações de preço e as crises que conduzem, quer diária quer periodicamente, a um equilíbrio entre a produção cega e caótica e as necessidades da sociedade” (LUXEMBURG, 1977: 342). A equação do capital financeiro revela a contradição existente entre o carácter social da produção e o carácter privado da apropriação nos moldes capitalistas. Segundo Marx (2008:640), “[...] a razão última de todas as crises reais continua sendo sempre a pobreza e a limitação do consumo das massas em face do impulso da produção capitalista: o de desenvolver as forças produtivas como se tivesse apenas por limite o poder absoluto de consumo da sociedade”. A contribuição de Marx sobre a compreensão da variável mercado de trabalho internacional implica um amplo debate em torno da categoria *trabalho* que sofreu importantes transformações, a partir da chamada *revolução tecnológica* das últimas décadas. Tais transformações implicam em mais trabalhadores deslocados e colocados à disposição do capital internacional. Nessa perspectiva, temos dois movimentos migratórios: o migrante deslocado e o capital internacional que funciona como agente de deslocamento. “Foi no séc. XIX que as noções de produtividade e de mobilidade do trabalho tomaram uma forma axiomática mais consistente” (ROCHA, 1999: 153) e passaram a nortear as novas teorias migratórias.

De acordo com os estudos de Gaudemar (1976), um dos maiores expoentes sobre a temática da mobilidade do trabalho, o deslocamento do migrante trabalhador quase sempre é arbitrário porque não é precedido de um projeto migratório. Essa prerrogativa indica que a mobilidade do trabalho não é uma decisão do trabalhador e sim uma determinação das leis de mercado. O migrante é deslocado em busca de trabalho, porque não encontra trabalho aonde vive ou porque busca melhores salários oferecidos em outros países. Segundo Gaudemar (tradução nossa), “a mobilidade do trabalho pode ser aqui entendida como a mobilidade dos homens (capitais humanos) quanto como mobilidade dos seus serviços (dos seus trabalhos)”. Ainda para o autor,

Sendo mobilidade dos homens ela é, portanto, mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômico (migrações, formações profissionais...). Sendo mobilidade dos seus trabalhos, mantendo-se os próprios homens “imóveis” e conduz assim a formas cotidianas da divisão e da organização do trabalho, à circulação dos trabalhadores no interior de um mesmo espaço de trabalho (Gaudemar, 1976:113).

Nessa perspectiva teórica marxista, o migrante é, ao mesmo tempo, capital e portador de trabalho. Na condição de capital, o migrante se deslocará para onde seu preço for máximo e sempre na expectativa do pleno emprego. Enquanto sujeito portador de um trabalho (serviço) potencial, o migrante é deslocado para onde permitir o maior lucro do capital daquele que o emprega ou, de forma mais geral, pela maximização do lucro global (ROCHA,1999: 155). Desta forma, a mobilidade do migrante, na condição de trabalhador deslocado para o trabalho, não é uma dinâmica espontânea. O deslocamento coloca o trabalhador à disposição do mercado, de acordo com as suas exigências. Seguindo a análise de Gaudemar, o migrante se converte em um novo exército de reserva mais volátil, mais flexibilizado e vulnerável. Diferentemente do trabalhador local, que é regido pelas leis

trabalhistas, o migrante trabalhador é dirigido pela legislação migratória internacional, quase sempre restritiva e coercitiva. De acordo com Antunes,

Desde o início da reestruturação produtiva do capital vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo *taylorista* e *fordista*. Este proletariado vinculado aos ramos mais tradicionais vem dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais, herança da fase *taylorista/fordista*. Há, entretanto, outra muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de *trabalho precarizado*. São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. Com a desestruturação crescente do *Welfare State* nos países do Norte e aumento da desregulamentação do trabalho nos países do Sul, acrescidos da ampliação do desemprego estrutural, os capitais implementam alternativas de trabalho crescentemente “informais”, de que são exemplo as distintas formas de terceirização (ANTUNES, 2008:10).

Essa desregulamentação do trabalho nos moldes capitalistas vem abrindo caminhos para uma inserção cada vez mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho internacional. Há que se reconhecer que uma parcela importante de mulheres tem alcançado níveis elevados do pleno emprego. Entretanto, segundo Antunes (2008:10), uma média de 60% das mulheres inseridas no mercado de trabalho estão submetidas ao trabalho precarizado, ao subemprego e outras formas “informais” que revelam uma tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo. Segundo Antunes,

Trata-se do aumento significativo do trabalho feminino em diversos países avançados e também na América Latina, onde também foi expressivo o processo de feminização do trabalho. Esta expansão tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, onde os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo em relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais (ANTUNES, 2008:10).

Na perspectiva do reordenamento internacional do trabalho, o maior espaço para o trabalho feminino é o setor da prestação de serviços, especialmente o trabalho na agricultura e o trabalho doméstico. O ponto em comum nessas duas modalidades de trabalho é o contrato temporário e o subemprego que absorve grande percentual de migrantes internacionais com contratos baseados na modalidade “trabalho flexível” apresentado teoricamente como

Um termo abrangente usado para descrever a sobreposição de campos de: Mudanças na natureza do emprego— movem-se essencialmente para uma maior variedade e flexibilidade nos padrões de trabalho; Mudanças na tecnologia— permitem a realização do trabalho em diferentes modos [...] O “trabalho flexível”, têm como pano de fundo, a operacionalidade do conceito de flexibilidade aplicada ao trabalho, isto relevando o aspecto de incidência que lhe dá visibilidade (LENCASTRE, 2006: 16-17).

Ainda de acordo com Lencastre (2006: 17), as políticas migratórias dos países da União Europeia e dos Estados Unidos assumem a modalidade do trabalho flexível para mediar a quase totalidade dos contratos internacionais de trabalho reservados aos migrantes. O mesmo autor (2006: 17) sustenta que, o “trabalho flexível” se ajusta à modalidade da flexibilidade temporal do trabalho, baseada no horário flexível. Essa modalidade permite que o trabalho seja realizado em horários que melhor se ajustam ao empregador e ao empregado permitindo que os trabalhadores assumam dois ou mais contratos ou subcontratos temporários de trabalho em consonância com seu tempo de trabalho, o que permite a muitos migrantes trabalhar em dois ou três turnos diários de trabalho, sem tempo para descansar e refazer as energias. Na modalidade do “trabalho flexível”, a legislação internacional do trabalho, mediada pela OIT, admite e normatiza a “[...] flexibilidade dos contratos, com base no contrato flexível, o que significa que os trabalhadores

firmam os contratos e as respectivas renumerações por vias não *standard*, ou não convencional” (LENCASTRE, 2006: 17).

Outra característica da legislação baseada no “trabalho flexível” é a “flexibilidade da localização”, que pode ser a casa do empregado ou alguma pequena oficina de trabalho montada no quintal da sua casa ou em algum espaço comunitário¹⁴⁰. Em muitos casos, a “flexibilidade da localização” aproveita-se de espaços de iniciativas comunitárias relacionadas a projetos como os de economia solidária ou grupos alternativos de geração de trabalho e renda. Dessa maneira, as empresas, além de serem isentas dos encargos trabalhistas, que teriam que assumir em caso de contrato convencional, ainda ganham o *status* de “empresas solidárias com os migrantes” pelo fato de criar “alternativas de trabalho e renda” para os grupos vulneráveis¹⁴¹, o que lhes garante, dentre outras, abatimentos nos impostos. A nova legislação do “trabalho flexível” permite ainda a “flexibilidade das tarefas”, exigindo que os trabalhadores sejam polivalentes aptos a empreender e realizar uma variedade de tarefas de acordo com as necessidades¹⁴² da empresa contratante. Essa nova legislação trabalhista é o que permite às empresas contratantes a sublocação de trabalhadores migrantes com contratos temporários ou subcontratos.

A legislação do “trabalho flexível” legitima o contrato temporário ou a subcontratação de uma média de 83% dos migrantes trabalhadores na agricultura,

¹⁴⁰ Como o que ocorre em várias empresas produtoras de morangos na Província de Huelva, na região da Andaluzia na Espanha, que encomendam a fabricação de caixinhas para a embalagem e comercialização dos morangos aos migrantes que trabalham em oficinas improvisadas em suas próprias casas ou em espaços comunitários de instituições que trabalham com o atendimento aos migrantes. As empresas fornecem o material: madeirite, grampeadores industriais e os rótulos para que os trabalhadores possam montar as caixas de acordo com os moldes estabelecidos e entregá-las prontas para embalar os morangos. Os trabalhadores trabalham por produção. Ou seja, ganham por cada caixa fabricada.

¹⁴¹ Isso pode ser constatado na maioria das empresas conveniadas com a Fundação CEPAIM – Consórcio de Empresas Solidárias com os Migrantes. Leia-se a respeito: WWW.cepaim.org.

¹⁴² É o que ocorre com muitas migrantes da África Subsaariana que vivem em Cartaya, na Província de Huelva - Espanha, que trabalham pela manhã nos canteiros de morangos, pela tarde no setor de embalagens e, à noite, vão para casa ajudar o marido ou as companheiras que trabalham fabricando caixinhas para embalagem da fruta em casa, no abrigo coletivo ou numa sala cedida por uma instituição de apoio aos migrantes. Mais informações sobre esta modalidade de “trabalho flexível” para os migrantes podem ser encontradas no site: www.cepaim.org.

dos países da União Europeia, destes, 72% são mulheres¹⁴³. A aquisição de mão-de-obra dos migrantes através da legislação do “trabalho flexível”, principalmente na Europa, corresponde ao que Friedmann (1993) denomina de novas e modernas “regiões agroindustriais” voltadas para a produção e comercialização de frutas e hortaliças, seguindo as orientações de reformulação da lógica capitalista da “globalização agroalimentar”. Esta nova modalidade de produção de alimentos “frescos” ou *in natura* vem se ampliando de acordo com a nova divisão internacional do território das regiões agroindustriais baseada na relação norte X sul presente também nos países da União Europeia (FRIEDMANN,1993).

De acordo com o relatório *Tendências Mundiais de Emprego Juvenil em 2012*, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, a contratação de trabalhadores migrantes baseada no “trabalho flexível” permite o contrato de trabalho temporário ou parcial, o que corresponde a uma média de 70% do trabalho no setor agroalimentar nos países da União Europeia¹⁴⁴. A maioria dos migrantes trabalhadores da agroindústria ingressa nos países da União Europeia portando Visto de Permanência por três meses, podendo ser prorrogado por até seis meses, baseado no Contrato de Trabalho Temporário tramitado nos países de origem¹⁴⁵, especialmente na África Subsaariana.

As trabalhadoras e os trabalhadores temporários e sazonais em todas as áreas, especialmente na agricultura, muitas vezes são forçados a competir uns com os outros para o benefício dos

¹⁴³ Esses dados estão disponíveis nos relatórios da Fundación CEPALM no site <http://cepaim.org/programa/que-hacemos/igualdad-de-oportunidades-entre-mujeres-y-hombres/>

¹⁴⁴ Dados do “Boletín OPAM (*Observatório permanente Andaluz de las Migraciones*) Número 16 - Diciembre 2012. Disponível em: http://www.juntadeandalucia.es/justiciaeinterior/opam/sites/default/files/DOC/Boletin_OPAM_16_Diciembre_2012.pdf. Acessado em 02 de janeiro de 2012 às 23:45h.

¹⁴⁵ Os “Contratos de Origem” são realizados por empresas especializadas no recrutamento de recursos humanos que identificam, em outros países ou continentes, os trabalhadores de maior interesse da agroindústria. No caso dos países da União Europeia, contrato de origem, via de regra, é realizado por empresas especializadas em oferecer ao mercado comprador de Trabalho Temporário, Serviços Terceirizáveis e seleção de pessoal. Segundo os informes da Fundación CEPALM, a maioria dos trabalhadores temporários na Europa desde 2005 é proveniente da África Subsaariana, especialmente do Marrocos.

empregadores, levando à separação laboral entre os migrantes documentados legalmente *versus* os irregulares que não possuem visto de permanência por tempo de trabalho; aqueles com contratos *versus* aqueles sem; os nacionais *versus* os estrangeiros... A carga de trabalho nestas áreas de produção já não é determinada ou controlada pelas leis da agricultura, mas apenas pelos pedidos e respostas do "mercado" de distribuição, levando à incerteza e insegurança temporárias (tempo trabalhando salários variáveis aleatórias...). A enorme necessidade de trabalho nestas áreas e a produção precária que aumentaram em algumas partes da Europa levaram à invenção de novas políticas de imigração, uma evolução do direito comunitário que vem corroer os direitos humanos e o trabalho nacional. Cabe mencionar a Diretiva de Retorno, aprovada em 2008 que permite que imigrantes indocumentados e menores podem ser detidos por até 18 meses em centros de detenção de migrantes antes do processo de deportação¹⁴⁶.

Para Alvarez (2009: 23), os trabalhadores temporários ou de tempo parcial trabalham por temporadas de acordo com os ciclos da agricultura. Por isso, esse tipo de contrato é amplamente utilizado no setor da agroindústria que necessita de mão-de-obra intensiva em determinados períodos da produção, especialmente na colheita das frutas e hortaliças. Terminado o período mais intensivo da colheita, os trabalhadores são dispensados. As empresas agroindustriais economizam com a dispensa dos trabalhadores. É mais vantagem dispensar e recontratar no período da colheita que manter os trabalhadores com pleno emprego.

Para a OIT a feminização da migração está estreitamente relacionada com o crescimento do trabalho temporário e do trabalho de tempo parcial nas sociedades industrializadas. São trabalhadoras necessárias em determinado tempo da produção e dispensadas no período seguinte, o que as obriga a retornar aos seus países de origem. Por outro lado, também segundo a OIT, muitas trabalhadoras migrantes são freqüentemente encaminhadas para o trabalho doméstico e de prestação de cuidados, nos chamados setores "invisíveis" onde "[...] muitas vezes não estão

¹⁴⁶ Extraído do artigo 92: "Temporeras y temporeros, migraciones y agricultura" do Boletim da Coordenação Europeia da Via Campesina, publicado no terceiro bimestre de 2009, disponível no site: <http://www.eurovia.org/spip.php?article92>. Acessado em 03 de janeiro de 2012.

protegidas pela legislação trabalhista no país de destino” (OIT, 2012). Esta situação pode contribuir para um elevado número de casos de exploração e abusos. Entretanto, “[...] a migração pode contribuir para o reforço das capacidades das mulheres, que assim adquirem novas qualificações, mais autoestima e uma maior independência econômica”. Segundo o Relatório Anual (2013) da OIT, cerca de “[...] 52 milhões de pessoas no mundo – a maioria mulheres – estão empregadas como trabalhadores domésticos”¹⁴⁷ e, deste total, cerca de 63% são migrantes internacionais.

Aos trabalhadores domésticos frequentemente se exige que trabalhem mais horas que outros trabalhadores e em muitos países não desfrutam do mesmo direito ao descanso semanal que outros trabalhadores. Junto à falta de direitos, a dependência extrema de um empregador e a natureza isolada e desprotegida do trabalho doméstico podem torná-los vulneráveis à exploração e ao abuso (POLASKI, 2013)¹⁴⁸.

De acordo com o relatório anual da OIT (2013), dos 52,6 milhões de trabalhadores domésticos no mundo, 83% são mulheres e mais de 1/3 delas são migrantes. O referido relatório afirma ainda que a precária situação legal dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e sua falta de conhecimento do idioma e das leis locais os tornam especialmente vulneráveis às práticas abusivas, como a violência física e sexual, o abuso psicológico, a falta de pagamento dos salários, à escravidão por dívida e às condições de vida e de trabalho impróprias (OIT, 2013)¹⁴⁹. Todas estas questões contribuem para a condição de vulnerabilidade das migrantes trabalhadoras domésticas, levando-se em consideração que,

¹⁴⁷Trabalhadores domésticos em todo o mundo: Estatísticas globais e regionais e a extensão da proteção legal. Relatório da Organização Internacional do Trabalho lançado no dia 09 de janeiro de 2013, disponível em: <http://www.onu.org.br/mundo-tem-mais-de-52-milhoes-de-trabalhadores-domesticos-calcula-oit/> acessado em 09/01/2013 às 23:55h.

¹⁴⁸ Declaração da Subdiretora-Geral da OIT, Sandra Polaski por ocasião do lançamento do relatório 2013, supracitado.

¹⁴⁹ Destaques do relatório anual da OIT comentados pela Subdiretora-Geral Sandra Polaski, por ocasião do seu lançamento em 09 de janeiro de 2013 no Escritório da OIT em Brasília.

No quadro da globalização e das mudanças no mercado de trabalho, assistimos ao crescimento das migrações internacionais femininas e da sua importância ao nível econômico, social e laboral. As mulheres ganham maior independência e empoderamento no projeto migratório. As mulheres migrantes são agentes de mudança e de desenvolvimento nos países de origem e de acolhimento, onde contribuem para diferentes transformações e inovações. No entanto, discriminações por gênero e etnia colocam as mulheres migrantes em posição desvantajosa no mercado de trabalho (RAMOS, 2010: 2).

Ainda segundo Ramos (2010), as mudanças no mercado de trabalho, nas últimas décadas, contribuíram para a generalização do trabalho feminino migrante. A referida autora insiste que a inserção das mulheres nas fileiras do trabalho internacional revela algumas especificidades do perfil migratório das trabalhadoras internacionais reconhecidas não apenas na prerrogativa do reagrupamento familiar. Na dinâmica do trabalho internacional, elas surgem na qualidade de migrantes autônomas, inseridas nos mercados de trabalho formais e informais e estão fortemente representadas na mobilidade de trabalho pouco qualificado e altamente qualificado. Por outro lado, o trabalho doméstico oferecido em larga escala às migrantes internacionais, especialmente nos países da União Europeia e nos Estados Unidos, revela a dinâmica migratória de mulheres dos países periféricos para os chamados países centrais, onde vão ocupar o nicho do serviço doméstico (ASSIS, 2007: 697). Esta constatação é amplamente debatida por Gregorio Gil (2007: 699), que analisa as diferenciações das representações de gênero, parentesco e sexualidade, traçando um novo perfil da migração internacional a partir da variável "gênero".

Considerando-se a inserção das trabalhadoras migrantes na lógica da reprodução do capital internacional, ao negligenciar a contribuição feminina, as teorias migratórias reproduzem a mesma relação de dominação perfilada nas sociedades baseadas nos processos hierarquizados das relações de trabalho onde

os homens são revelados como os grandes produtores de mercadorias e as mulheres como meras reprodutoras. Atenta às lacunas das teorias migratórias em relação ao reconhecimento da *feminização* da migração, Gregorio Gil (2007) situa-se

Na perspectiva crítica feminista no estudo da migração, na tentativa de encontrar quadros teóricos, categorias e metodologias que nos permitem restaurar a agência para as mulheres venho incorporar a categoria de análise de gênero como uma maneira de revelar os processos de hierarquização social que se sustentam na produção e a naturalização da diferença sexual. Nesse sentido, uma das minhas primeiras contribuições foi revisar os marcos teóricos que vinham guiando a teoria antropológica na análise da migração. Foi a partir de tal revisão que eu pude compreender de que forma as abordagens histórico-estruturais conferidas à categoria classe e a compreensão das migrações laborais funcionam como forma de transferência de trabalho para o setor capitalista nos países desenvolvidos (receptores de migrantes) que haviam negado a categoria de análise de gênero. Assim, as mulheres migrantes aparecem como seguidoras dos homens 'produtores', subestimando e ignorando seu envolvimento não só na economia como trabalhadoras inseridas no mercado, mas, também a sua contribuição, inclusive econômica, no âmbito do trabalho 'reprodutivo' (GREGORIO GIL, 2007: 700).

Este novo debate proposto por Gregorio Gil torna clara a urgência da elaboração de uma nova convenção internacional do trabalho onde se leve em conta a participação das mulheres de forma específica e não apenas vinculada à classe trabalhadora de forma generalizada. Para a autora,

A estratégia da divisão sexual do trabalho no contexto do mercado internacional pode ser identificada em vários setores. Manifesta-se na criação de trabalhos específicos para homens e para mulheres nas empresas de capital transnacional situadas nos países em vias de desenvolvimento, nos setores do turismo, manufaturas, alimentação, eletroeletrônico, têxtil e de prestação de serviços (GREGORIO GIL, 2007: 700).

Nessa perspectiva, mesmo que o trabalho doméstico represente a inserção de uma maioria das trabalhadoras migrantes no mercado de trabalho, é preciso considerar outros nichos do trabalho internacional também ocupado por elas. Além das implicações nos países de destino das migrantes trabalhadoras internacionais, é

preciso também considerar as implicações nas sociedades de origem muitas vezes marcadas pela falência das políticas do Estado do Bem-Estar Social. As interfaces da migração que envolve as sociedades de destino e origem são amplamente analisadas por Lisboa (2007:805) que nos apresenta

Uma discussão sobre os fluxos migratórios de mulheres que deixam os países periféricos movendo-se em direção aos países de Primeiro Mundo para trabalhar como empregadas domésticas. Ocorre nesse processo uma verdadeira globalização da assistência, formando-se inclusive cadeias entre mulheres de diferentes nações, classes e etnias. As principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho e estudo e conquista da independência em relação à opressão e à violência.

Uma das preocupações de Lisboa é com a contenção dos fluxos migratórios femininos. A autora nos coloca frente à discussão sobre as causas e consequências das migrações e aponta que a busca pelo trabalho internacional encontra-se estreitamente relacionada com a crise do emprego nos países de origem que não conseguem assegurar a seguridade social e sanar as necessidades básicas das mulheres. Em contrapartida, o trabalho em outros países contribui, de certa maneira, para sanar determinadas deficiências das sociedades de origem das migrantes trabalhadoras. Entra em questão o debate sobre as remessas, bastante evidenciado nas teorias migratórias. Segundo Lisboa, a *feminização* da migração está relacionada com,

Um expressivo crescimento nos fluxos migratórios de mulheres em nível global, que saem de seus países de origem para trabalhar como cuidadoras, enfermeiras, assistentes de serviços domésticos ou prostitutas nos países de Primeiro Mundo, atendendo a demandas que se configuram como alternativas de geração de renda para mulheres no mercado informal. Esses processos migratórios geralmente são resultantes de uma complexa rede de relações decorrentes dos contextos socioeconômicos e culturais, tanto dos países de origem como dos países receptores. Parte das migrações de mulheres dos países periféricos para os países centrais é incrementada e financiada por governos locais, processo altamente vantajoso na medida em que as migrantes enviam remessas

significativas de dinheiro em moeda estrangeira para as suas famílias que permanecem no local (LISBOA, 2007: 806).

O envio das remessas representa a extensão das responsabilidades assumidas pelas trabalhadoras migrantes que deixam nas sociedades de origem parte da família que depende direta e indiretamente do trabalho destas mulheres. A obrigatoriedade do envio das remessas funciona também como uma forma de contenção da tensão permanente a que são submetidas as migrantes na condição de trabalhadoras internacionais inseridas no mercado formal e informal do trabalho. Mediante a eminência do retorno fracassado ou a oposição às condições de exploração da força trabalho a que são submetidas, as mulheres recordam-se da obrigatoriedade do envio permanente das remessas. Muitas migrantes sabem que do seu trabalho dependem muitas pessoas, especialmente os filhos em idade menor. Quando deixam os filhos ou os parentes dependentes nos países de origem, as trabalhadoras se veem mais “liberadas” para o trabalho, o que pode facilitar a submissão à exploração da sua força de trabalho no país estrangeiro. Quando os filhos estão na companhia da mãe no exterior, o desafio é conciliar o trabalho externo e as responsabilidades domésticas o que faz com que se submetam, muitas vezes, a uma dupla e até mesmo tripla jornada de trabalho. Nessas condições de subemprego e de exploração do trabalho, as migrantes veem cair por terra a expectativa do pleno emprego.

4.2.3 A indústria internacional do sexo

De acordo com os estudos de Engle (2005: 26), outra variável importante que contribui para a compreensão da *feminização da migração* é o crescimento da

indústria internacional do sexo. Para esta autora, tal crescimento representa um paradoxo num contexto de crescente crise econômica. No capítulo XIII de O Capital, Marx (2008) apresenta a indústria como um conceito moderno que faz parte integrante do modo de produção capitalista nos processos de transformação de matéria-prima em produtos elaborados de modo intensivo no interior das fábricas. Por sua vez, tudo o que é produzido na fábrica é automaticamente inserido no mercado, o qual se encarrega de promover a circulação das mercadorias. “Importa vendê-las, realizar seu valor em dinheiro e converter de novo esse dinheiro em capital, repetindo continuamente as mesmas operações” (MARX, 2008:657). Nessa perspectiva, a indústria representa um elemento central no modo de produção capitalista e, como tal, se adapta aos tempos e aos novos mecanismos de produção e circulação de mercadoria.

Após a Revolução Industrial no final do século XVIII, a indústria ganha novos significados convertendo-se no mecanismo central da dinâmica da demanda do mercado e da oferta de mercadorias.

Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo põe idealmente o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade. Cria os objetos da produção em uma forma ainda subjetiva. Sem necessidade nenhuma de produção. Mas, o consumo reproduz a necessidade (MARX, 2011: 47).

Para Marx, a quantidade da demanda determina a intensidade da oferta e a manutenção da indústria em funcionamento. Entretanto, para incrementar o funcionamento da indústria e seus lucros, o mercado precisa gerar novas demandas de necessidades de produtos. Isso ocorre porque, na moderna sociedade capitalista, “[...]a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2008:57). É nesse contexto

que se origina a *indústria internacional do sexo* com sua diversidade de produtos apresentados ao mercado como resposta à demanda crescente de consumo. Na indústria internacional do sexo (MATEI, 2011, 27), a criação das necessidades de novos produtos é fundamental para a manutenção da produtividade e a garantia dos lucros gerados pela circulação das mercadorias. A indústria do sexo controla “[...]as atividades de prestação de serviços sexuais no amplo campo do complexo afetivo-sexual no qual se registram múltiplas formas de intercambio para a satisfação das necessidades humanas de afeto, cuidados pessoais e relações sexuais” (AGUSTÍN, 2001:534). Nessa perspectiva, a indústria do sexo vem se modernizando para manter aquecido o mercado por ela produzido. Surgem novas modalidades de produtos numa ampla rede de consumo.

Para Engle (2005: 38), o crescimento da indústria do sexo desafia a racionalidade do capitalismo porque, enquanto boa parte do mundo capitalista moderno, amarga uma crise econômica sem precedentes, este setor apresenta o maior crescimento de todos os tempos numa diversificada oferta de produtos que mantêm o mercado em pleno aquecimento. Os produtos vão desde a prestação de serviços sexuais nas mais variadas modalidades, passando pela indústria dos filmes pornográficos e produtos eróticos, até a literatura¹⁵⁰. Uma das novidades neste mercado é a inserção do público feminino na condição de consumidoras em potencial dos produtos oferecidos pela indústria do sexo. Entretanto, no centro do

¹⁵⁰ Dentre os produtos que mais ganharam o mercado estão as redes de “sex shop”, a produção cinematográfica da pornografia e a literatura erótica com a novidade dos livros que, de longe, vem superando as revistas que, por muito tempo dominaram esse segmento. O exemplo mais atual deste produto de mercado, e talvez o maior representante da literatura pornográfica de todos os tempos, é a tríade da escritora britânica Erika Leonard James (1963): “Cinquenta tons de cinza”, “Cinquenta tons mais escuros” e “Cinquenta tons de liberdade” que se tornou o *bestseller* erótico com maior vendagem dos últimos tempos, voltado especialmente para o público feminino. Foi transformado em filme para melhor apresentar os “brinquedos eróticos” de grande vendagem nos chamados Sex Shop e em toda a Indústria e Comércio de Produtos eróticos em nível mundial. No Brasil, o grande destaque deste mesmo segmento da indústria erótica é a dobradinha *De Pernas Pro Ar 1 e 2*, que, segundo os críticos do cinema, lotou as bilheterias dos cinemas nacionais nas duas versões em 2010 e no final de 2012 e início de 2013.

debate, encontra-se também a *feminização da migração* tendo em vista que a indústria do sexo promove e controla os lucros gerados pela exploração da prostituição que ainda representa cerca de 68% dos produtos em circulação na referida indústria onde 83% das prostitutas são migrantes (MATEI, 2011: 25). Segundo o relatório anual da Rede Espanhola contra a comercialização de Pessoas (2012), que trabalha com base nas informações de 26 organizações internacionais¹⁵¹, anualmente, cerca de 1 milhão de migrantes que chegam à Europa são cooptadas pela indústria do sexo para a prostituição. Deste total, 95% são mulheres e 90% delas circulam como mercadoria, pelas casas noturnas, clubes e bordéis, na Espanha, Itália, Grécia, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça e Portugal.

A exploração da prostituição na indústria do sexo segue a mesma lógica de qualquer outra atividade comercial convencional. As redes de prostituição funcionam como intermediadoras da locação dos serviços sexuais procurando as mulheres que interessam aos comerciantes do ramo da prostituição. As empresas locadoras dos serviços sexuais muitas vezes são as mesmas que recrutam trabalhadores migrantes de outros ramos como a agricultura e o trabalho doméstico. A diferença é que aos migrantes contratados para o trabalho temporário, as empresas locadoras oferecem um contrato de trabalho. O mesmo não ocorre com as mulheres recrutadas para a prostituição. Simplesmente não existem contratos. Existe uma dinâmica de rotatividade dos serviços sexuais naquela mesma lógica da legislação do “trabalho flexível” que permite ao locador dos serviços, pagar às locatárias por serviços prestados eximindo-se de qualquer modelo de contratação formal, criando a falsa ideia de autonomia na prestação de serviços. De acordo com o informe da

¹⁵¹ Especialmente as instituições ligadas à Organização das Nações Unidas – ONU: a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Organização Internacional para os Migrantes – OIM, a Organização das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR e a Anistia Internacional, dentre outras.

Rede Contra o Tráfico de Pessoas (2012), os proxenetas que trabalham com a exploração dos serviços sexuais das migrantes inserem-se na dinâmica do mercado convencional atendendo à demanda dos clientes que definem e determinam o perfil das prostitutas o que provoca uma permanente “renovação e atualização da mercadoria”. Por causa dessa dinâmica, as mulheres passam a circular, na condição de mercadoria sexual, de um clube para outro, através das empresas locadoras que promovem uma circulação cíclica por quase todo o continente europeu em perder o controle da mercadoria e mantendo seus lucros.

Para Matei (2011: 77), “[...] o tempo médio de uma prostituta em uma casa especializada em prostituição no circuito europeu gira em torno de 28 dias. Depois deste período, a mulher é repassada para outra casa do ramo a fim de promover e garantir a renovação da mercadoria” já que no mercado do sexo a novidade é o que garante a demanda do produto. Ainda segundo Matei (2011: 93), as brasileiras representam a maior circulação nas casas especializadas na exploração da prostituição principalmente no circuito Espanha, Itália, Grécia, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça e Portugal quando são revendidas em média a cada 21 dias de permanência em cada local de prostituição. A ausência completa de qualquer tipo de contrato de trabalho coloca as migrantes em situação vulnerável no mercado da prostituição e, ao mesmo tempo, representa maior lucratividade aos setores especializados na exploração da prestação de serviços sexuais. Estas três variáveis¹⁵² representam importantes categorias teóricas de análise que contribuem

¹⁵² Deixaremos de lado a categoria *refugiadas* para não adentrar uma temática que merecerá uma abordagem mais específica que realizaremos em outra oportunidade ao longo de nossa tese. Entretanto, também vale mencionar que os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR indicam que pelo menos metade das pessoas deslocadas no mundo são mulheres adultas e crianças. Sem contar com a proteção de seus lugares de origem, seus governos e, em muitos casos, de estruturas familiares tradicionais, as mulheres encontram-se com frequência em situações de vulnerabilidade. Enfrentam os rigores de longas jornadas a caminho do refúgio, perseguição ou indiferença oficial e com frequência sofrem abuso sexual,

para um maior entendimento da temática da feminização da migração em nível mundial identificado, talvez em menores proporções, também, nas dinâmicas migratórias da Amazônia.

4.3 A Feminização da Migração na Amazônia como categoria de análise

Enquanto categoria de análise, a *feminização da migração* pode nos fornecer elementos importantes para uma releitura das dinâmicas de deslocamento e povoamento da Amazônia.

Os primeiros dados que chamaram a nossa atenção para a dinâmica da *feminização da migração* na Amazônia resultam de uma pesquisa sobre as mudanças no percurso de migrantes urbanos realizada em Manaus, durante os meses de julho a setembro de 2008¹⁵³. Na referida pesquisa, identificamos que 52% dos migrantes com até cinco anos de residência em Manaus eram mulheres (COSTA, 2010: 131). Essas informações impulsionaram algumas tentativas de análise da dinâmica migratória na região, bem como nos motivaram a dar seguimento a esta investigação, de forma mais ampla, na nossa tese de doutorado que vem confirmando esta realidade. Os indicadores da feminização da migração desafiam os estudos migratórios a reformular seus parâmetros numa região onde, até o momento, as análises da conjuntura da migração haviam sido pautadas pelos deslocamentos masculinos (HAZEL, 2006: 5). Na perspectiva de Hazel (2006), o

inclusive quando já chegaram a um lugar aparentemente seguro (<http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/dmr-20110/>).

¹⁵³A referida pesquisas faz parte de um levantamento proposto pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CESEM, realizado em nove capitais do Brasil, como parte de uma ampla investigação sobre as mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos nos últimos nove anos. Os resultados foram publicados em dois volumes: SILVA, Sidney A. Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010; Dutra, Délia da S. et. all. (org.) Vidas em Trânsito. Brasília: CSEM, 2001. Participamos da referida pesquisa na condição de pesquisadora e publicamos os resultados nas duas referidas publicações.

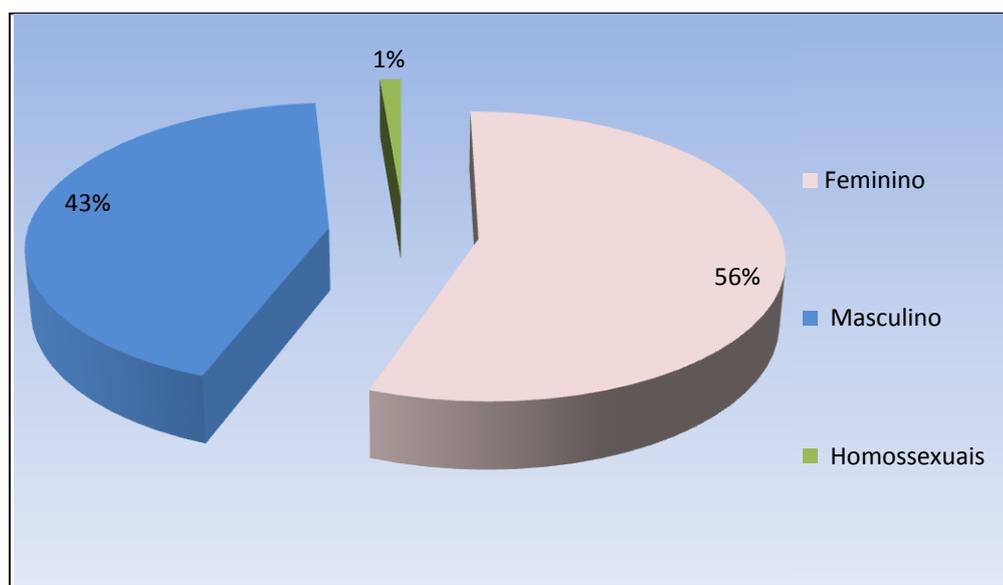
papel secundário atribuído às mulheres na dinâmica migratória da Amazônia parece conferir-lhes uma atitude passiva e de vulnerabilidade. Na perspectiva dos estudos de gênero, tentaremos identificar os elementos externos que fragilizam a condição da mulher nesta região, retomando um pouco da história desta dinâmica e levando em consideração alguns elementos de ordem social, cultural, política e econômica.

Nas pesquisas de campo que realizamos, entre 2011 ao início de 2013, para a construção da nossa tese doutoral, identificamos uma acentuada mobilidade das mulheres nas mais variadas categorias migratórias da Amazônia a partir dos resultados quantitativos. Num universo de 933 formulários, até agora aplicados aos migrantes em várias cidades da Amazônia, 522 pessoas se identificaram como sendo do sexo feminino, 402 do sexo masculino e 12 entrevistados se identificaram como sendo homossexuais. A representação em percentuais pode ser identificada no gráfico 01. Entretanto, os números podem não significar muito nessa perspectiva de abordagem teórica e análise qualitativa porque, mesmo que a metodologia tenha sido baseada na pesquisa de amostragem, identificamos algumas nuances que relativizam os resultados quantitativos. A primeira questão a ser levada em consideração nesta relativização é o fato da pesquisa nos domicílios ter sido realizada, em muitos casos, em dias e horários que favorecem mais a presença da mulher no domicílio. A outra questão fundamental é que muitos formulários também foram aplicados durante a realização de eventos e atividades organizados por algumas instituições de atendimento aos migrantes que favoreceram uma maior participação das mulheres, ora por serem direcionados a elas, ora por elas apresentarem maior interesse e possibilidades de participação ¹⁵⁴. Por isso,

¹⁵⁴ Em Brasília (AC) e em Tabatinga (AM), por exemplo, aplicamos os questionários e realizamos as entrevistas por ocasião das oficinas de acolhida e integração dos migrantes realizadas pela Cáritas e pela Pastoral da Mobilidade Humana, respectivamente. A maioria das pessoas que acorreram às atividades eram mulheres.

apresentamos os resultados, mas acenamos que, isoladamente, eles não podem dar conta de afirmar a feminização da migração na Amazônia. Ou seja, os resultados quantitativos necessitam de outros elementos para corroborar com as análises.

Figura 02: Identificação sexual dos migrantes segundo a auto-definição



Fonte: Pesquisa de Campo 2011-2013.

A crescente migração feminina na Amazônia pode ser identificada em várias dinâmicas nos âmbitos intrarregional, intra-estadual, internacional e transfronteiriço, que envolve principalmente os deslocamentos motivados pela busca de trabalho e melhores condições de vida. Na dinâmica internacional e transfronteiriça, os principais fluxos são formados por peruanos, colombianos, venezuelanos, bolivianos e haitianos, que adentram as fronteiras do Brasil na Amazônia em direção às suas grandes cidades¹⁵⁵ ou para Estados de outras regiões do país¹⁵⁶. Este fluxo é formado principalmente pelos chamados “migrantes econômicos”, que são deslocados em busca de trabalho, de estudo e qualificação profissional ou, ainda,

¹⁵⁵ Os levantamentos indicam que 70% dos migrantes internacionais que ingressaram na Amazônia nos últimos cinco anos concentraram-se na cidade de Manaus.

¹⁵⁶ Em muitos casos a Amazônia funciona apenas como a porta de entrada no território nacional. O objetivo dos migrantes, nestes casos, é seguir viagem para outras regiões do Brasil.

por causa dos conflitos internos ou de crises econômicas que se abatem sobre seus países.

Os resultados de nossa pesquisa indicam que, atualmente, a mobilidade mais acentuada na Amazônia é caracterizada pelos deslocamentos intrarregionais e intraestaduais: a chamada migração interna, que mobiliza pessoas oriundas de vários municípios do interior dos Estados em direção às capitais e grandes cidades. Nesta dinâmica, Manaus continua apresentando a maior concentração de migrantes nas últimas décadas entre as cidades da região. A migração interna vem sendo caracterizada majoritariamente pelo deslocamento da área rural para os centros urbanos Witkoski(2007). Os deslocamentos dessas regiões resultam de inúmeras questões que afetam diretamente a conjuntura socioeconômica, ambiental e política dos municípios do interior da Amazônia, os quais são desassistidos pelas instituições do Estado e, conseqüentemente, passam a sofrer os impactos dos problemas socioambientais. No caso específico das mulheres camponesas, tal deslocamento pode apresentar inúmeras causas ou motivações.

Outra categoria de migrantes internos é formada pelos povos indígenas, cujos membros são pressionados a deslocarem-se de suas comunidades diretamente para as cidades e aí protagonizam diversas “[...] manifestações sucessivas de construção de uma existência coletiva [...] que consistem em atos de mobilização étnica que expressam a consciência da identidade indígena” (ALMEIDA & SANTOS, 2008: 19-20).

Ao analisar estas categorias de migrantes internos e internacionais constatamos que os mesmos representam os maiores movimentos migratórios na

Amazônia¹⁵⁷ e identificamos um acentuado percentual de mulheres, o que nos induz a suspeitar de que as mulheres indígenas e as ribeirinhas seriam as maiores responsáveis pela feminização dos fluxos de migração aqui estudados. Cada vez mais a mulher e não o homem é quem parte em busca de trabalho, estudo, assistência à saúde dos filhos, ou ainda, para escapar dos conflitos e da violência doméstica. Em muitos casos, elas migram direto para as cidades mais próximas das aldeias ou das comunidades ribeirinhas. Em outras situações, são deslocadas para as grandes cidades, especialmente as capitais. Muitas conquistam autonomia econômica com o emprego na cidade e aí constituem novas famílias. No caso das mulheres indígenas, há muitos trabalhos que indicam esta crescente migração, tais como os estudos de Torres (2005), Costa (2005), Pantoja (2008) e Bernal (2009). As organizações indígenas da Amazônia são um bom indicativo da presença das mulheres nas fileiras da migração. A maioria dos movimentos indígenas listados na Amazônia surgiu por iniciativa das mulheres que foram as pioneiras deste processo. Os movimentos indígenas mais antigos foram fundados por elas e se converteram em importantes redes de articulação das migrantes em Manaus. Dentre as principais redes, destacam-se a Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé – AMISM; a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro – AMARN e a Associação dos Artesãos Indígenas da Amazônia Brasileira, só para citar alguns. Todas estas organizações surgiram entre as décadas de 1980 e 1990 e foram iniciativas das mulheres indígenas residentes em Manaus¹⁵⁸. Este contexto “retrata bem a presença de migrantes indígenas na cidade e a prevalência das mulheres” (BERNAL, 2009: 35).

¹⁵⁷ Segundo os dados levantados na Pesquisa coordenada pelo GEMA em 2008, 50% da migração atual é constituída por ribeirinhos e indígenas deslocados dos municípios do interior para a capital do Amazonas. Deste percentual, 53% é constituído de mulheres que migraram sozinhas, especialmente as indígenas.

¹⁵⁸ Trataremos esta temática de maneira mais específica no capítulo dedicado à análise da migração indígena.

De posse dos resultados da pesquisa de campo e tendo como referência as conjecturas da feminização da migração em nível internacional, optamos por tentar aproximar as análises, mesmo cientes das disparidades das conjunturas e contextos analisados. Nessa perspectiva, buscamos nas referências, os pontos de convergência que poderiam também servir de base para aprofundar a temática na Amazônia, levando em consideração os indicativos incipientes do levantamento quantitativo.

4.3.1 A variável das questões de gênero e as relações de dominação aplicadas à feminização da migração na Amazônia

À luz dos estudos de gênero, identificamos que quando as mulheres assumem o protagonismo da migração na Amazônia, ou seja, quando são elas que decidem pelo deslocamento e suas consequências, esse “poder de decisão” precisa, no mínimo, ser problematizado ou relativizado. É preciso questionar, primeiramente, por que elas têm o direito de decidir pela migração ao passo que lhes falta o direito de não ter que migrar. Na pesquisa de campo, identificamos que há também numerosas situações em que as mulheres migram para fugir da opressão masculina e da violência doméstica. Para estas, partir significa um ato de liberdade. Ao migrar, livram-se do domínio e da opressão do pai, do marido, do irmão mais velho, do tio, do padrasto e assim por diante. Ao romper com estas amarras opressoras, as mulheres rompem também com o legado do patriarcado (SAFFIOTI, 1987). O problema é que, muitas vezes, migram levando consigo numerosos filhos, o que agrava as dificuldades para começar a vida no destino migratório, conforme podemos confirmar na entrevista da Janete, 39 anos:

Eu nasci na Selva Peruana. Sou indígena. Fui mãe aos 11 anos. Aos 16 já tinha 4 filhos e foi quando meu companheiro me levou da aldeia para a cidade de Santa Rosa na fronteira com Brasil e Colômbia. O pai das crianças nos abandonou por causa de outra mulher e sumiu no mundo. Fui morar com minha madrinha em troca de casa e comida. O padrinho começou a me molestar e logo a madrinha percebeu e me expulsou da casa dela. Fui para Tabatinga. Foi difícil porque não sabia falar brasileiro. Lá o padrinho seguiu me perseguindo. Sofri muita violência e abuso sexual da parte dele. Até que um dia resolvi vir para Manaus para fugir daquilo. Peguei as crianças e fui para o porto. O dono do barco recreio disse que eu podia embarcar trabalhando de cozinheira para pagar as passagens. Foi assim que vim para Manaus. Logo que cheguei foi muito difícil porque as crianças eram muito pequenas e não tinha como deixá-las para trabalhar. Às vezes eu as levava comigo quando saía vendendo verduras nas casas. Era difícil porque eu não podia deixar elas sozinhas para trabalhar. Não tinha creche e eu não podia pagar ninguém para cuidar delas. Foi muito difícil (Entrevista n.º. 68: Pesquisa de Campo 2012).

Numa sociedade erguida sob os resquícios do patriarcado que representa um “sistema fundamentado nas relações baseadas na desigualdade entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1987), em caso de separação do casal, os filhos ficam, salvo raras exceções, sob a guarda e a responsabilidade das mulheres. Mais que um direito materno, esta prática pode representar uma imposição jurídica que desobriga o homem das responsabilidades paternas. Esta linha teórica pode converter-se em uma importante chave de leitura para uma melhor compreensão desta realidade na Amazônia. Entretanto, as relações de dominação podem ocorrer também em outros contextos familiares onde a migração pode representar uma alternativa à opressão dos pais sobre as filhas como ocorreu no caso de Fátima, 23 anos, entrevistada no Bairro Monte das Oliveiras, Zona Norte de Manaus:

Eu nasci numa família de ribeirinhos às margens do Rio Juma no município do Apuí. Minha família é uma mistura de nordestinos com índios [...]. Somos sete filhos: 3 meninos e cinco mulheres. Lá não tinha escola nem meios para estudar. A gente sobrevivia do que plantava e colhia. Também se podia caçar e coletar frutos na floresta, pescar. A vida era simples e sofrida, mas, a gente gostava de lá. Minha família continua lá. Eu vim embora para Manaus na cara e na coragem. Vim só com a roupa do corpo e com o dinheiro do barco que minha mãe conseguiu para eu viajar escondido do meu pai que

tinha combinado meu casamento com um homem muito mais velho que chegou por lá num assentamento do INCRA. Eu não queria me casar, mas, meu pai disse que já estava passando da idade com 18 anos. Eu entrei em desespero porque o noivo era muito bruto, desses homens que antes de casar já querem maltratar as mulheres. Então, conversei com a mãe e ela se lembrou de uma prima que vivia aqui no Monte das Oliveiras. Ela não tinha o endereço, mas, disse, “não deve ser muito grande, minha filha, você chegando lá, procura que acha”. Eu achei. Mas, foi muito difícil. Pensava que o bairro ficava perto do porto. Nossa! Levei um susto quando vi que a cidade era um monstro de grande! Depois de dois dias que cheguei, bati na porta da Igreja dos Remédios. O padre me mandou com as irmãs da pastoral do migrante. Aí elas me trouxeram até o bairro e, através da igreja de novo, localizei a prima da minha mãe. Ela me recebeu, me ajudou a encontrar trabalho de diarista e me matriculou no supletivo do EJA (Escola de Jovens e Adultos). Já estou quase concluindo o ensino médio e tenho fé em Deus que vou vencer e penso muito em trazer as minhas irmãs para morar comigo aqui em Manaus, pois, a vinda pra cá significa a liberdade para gente como nós que vive sob a dominação do pai (Entrevista n.º. 229: Pesquisa de Campo 2012).

Neste depoimento, podemos identificar vários níveis das relações de dominação sendo reproduzidas a partir dos “arranjos” familiares ou nas relações de parentesco. Há quem afirme que “*no Amazonas não houve um Estado patriarcal*” (COSTA, 2005: 52) e sim relações patriarcais que se desenvolveram no âmbito familiar levando a reproduzir na sociedade os ditames do patriarcado. Este tipo de relação possibilitou um Estado Patrimonial, ou seja, uma modalidade de dominação tradicional que se caracteriza pelo autoritarismo dos homens sobre as mulheres. Dominação que a elas impõe pesados fardos e responsabilidades familiares legitimadas pela legislação (COSTA, 2005: 52-53), que determina, por exemplo, que a guarda dos filhos, em caso de separação, seja delas e não dos pais. Na maioria das situações, as mulheres assumem, sozinhas, a responsabilidade pela criação e a educação dos filhos o que libera os homens de suas obrigações paternas.

Segundo Costa (2005), o que houve na Amazônia foi o patrimonialismo burocrático, alicerçado na tradição de privilégios e no clientelismo os quais avançaram para o período da Economia da Borracha (1879-1912)¹⁵⁹, onde o moderno surgiu sob a influência do tradicional e o sensível predominou sobre o racional. Por outro lado,

¹⁵⁹ A Economia da Borracha é também definida como 1º Ciclo Econômico da Amazônia, o qual teve seu auge entre 1879 a 1912, tendo uma sobrevida entre 1942 a 1945, durante a II Guerra Mundial. Esse ciclo econômico foi, quase que na totalidade, gerenciado por companhias europeias, especialmente francesas e inglesas, que transpuseram para a Amazônia as técnicas e costumes do patriarcado ocidental.

[...] o patrimonialismo marcado pelo binômio: tradição-arbítrio, com caráter tradicional e não religioso, na força dos costumes colocados pelos portugueses, prevaleceu também a troca de favores, ou seja, a mediação entre o privilégio e o direito. A prática do paternalismo associada ao patrimonialismo até hoje persiste. Exemplo disso eram os presentes distribuídos pelo presidente da Província quando visitava algum interior da Amazônia, levando uma variedade de brinquedos, vestidos, colares, tesouras, agulhas para mulheres e crianças (COSTA, 2005: 60).

Seguindo estas análises de Costa, compreendemos que o Estado patrimonialista foi legitimado pelas práticas do coronelismo e o compadrio¹⁶⁰, entre outras, que ainda se fazem presentes e dominam as relações sociais e políticas da região. Por muito tempo, vigorou na Amazônia uma relação de trocas onde era comum os regatões¹⁶¹ fazerem acordos com os “principais” tuxauas dos grupos indígenas para obter índios a fim de vendê-los aos fazendeiros como escravos. Os homens eram levados e comercializados como escravos e as mulheres e crianças ficavam à mercê dos abusos e exploração sexual dos agentes colonizadores. Ainda, segundo Costa (2005), O republicanismo, que visava à descentralização política e econômica do Estado, acabou gerando o clientelismo e servindo ao interesse do poder tradicional dos quais os coronéis faziam parte. As instituições da justiça foram cegas aos direitos de mulheres e crianças índias e mestiças quando permitiu que os brancos regatões e os altos funcionários públicos fossem impunemente agraciados com mulheres e crianças raptadas, presas ou “doadas”. Isto garantiu a continuação da antiga prática que, no Império, fora exercida pelos chamados “juizes de órfãos”, apoiada por uma legislação que permitia e não apenas favorecia, mas, sobretudo,

¹⁶⁰ Coronelismo: fato social e político típico da República Velha, caracterizado pelo prestígio de um chefe político e por seu poder de mando; o Compadrio é a prática política onde os elementos considerados inferiores e dependentes submetiam-se ao senhor da terra pela proteção e persuasão. Se por um acaso houvesse alguma resistência de alguma parcela dos apadrinhados, estes eram expulsos da fazenda, perseguidos e assassinados impunemente. Muitas vezes juntamente com toda a sua família para servir de exemplo aos outros afilhados.

¹⁶¹ Donos das regatas: pequenas embarcações que percorriam os rios da Amazônia levando mercadorias e trazendo produtos extrativistas para negociar na cidade. Os regatões determinavam os preços das mercadorias conferindo-lhes um valor muito elevado em relação ao que era pago pelos produtos extrativistas, especialmente a castanha, açaí, pescado e outros produtos de grande comercialização nos mercados das grandes cidades.

oficializava o tráfico de crianças da Amazônia para a Europa¹⁶². Esse modelo de Estado mostrou-se altamente nocivo à vida das mulheres, deixando-as vulneráveis e “à mercê da barganha política e da troca de favores que às vezes envolvia o compromisso sexual” (COSTA, 2005: 57).

Segundo Pateman (1993), existe certa ascendência dos direitos masculinos sobre os direitos femininos à medida que...

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de “lei do direito sexual masculino”. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1989:16-17).

Saffioth (2004) argumenta que o patriarcado não se limita aos domínios do privado: ele avança sobre o espaço público, que, para ele (o patriarcado), não tem muita relevância. Segundo a autora, o patriarcado dissemina suas práticas, hierarquias e estruturas de poder por toda a sociedade civil e, ao mesmo tempo, impregna também o Estado (SAFFIOTH, 2004: 35). Esse processo histórico patrimonialista do início do colonialismo, que se estendeu para a época dos coronéis, da “Política dos governadores” ou “Pacto Oligárquico”, favoreceu o sistema

¹⁶² Esse histórico explica que o tráfico de pessoas na Amazônia não é nenhuma novidade.

da troca de favores que propiciavam o rapto, a prisão e adoção de crianças e mulheres em nível nacional e internacional¹⁶³.

Nesta construção patriarcalista, as mulheres da Amazônia, não raro, são vistas como detentoras de certa autonomia, com a maternidade privilegiada, não necessariamente vinculada ao casamento, com a sexualidade “mais liberada”, o que lhes confere um “poder decisório” acentuado no âmbito da família. Ou seja, a maternidade lhes confere determinados privilégios de decisão, uma vez que culturalmente os filhos são sinônimos de poder. Estas características são utilizadas para a construção de estereótipos impostos às mulheres amazônicas, especialmente aqueles que as caracterizam como lascivas e permissivas à prostituição (HAZEL, 2006:5). O resultado deste histórico de herança patriarcal é o processo de “coisificação” das mulheres, transformadas em objeto de posse, dominação e controle social reproduzido também nas dinâmicas migratórias. Estes elementos podem ser uma das explicações para a relativização das relações estáveis nos moldes tradicionais do matrimônio. Ou seja, elas aprenderam a não esperar muito de seus maridos ou companheiros e a não tolerar violência por parte deles. Quando percebem que não podem mais contar com os maridos ou companheiros, elas reúnem os filhos e partem em busca de outras experiências e alternativas ingressando nas fileiras da migração, conforme o relato de Izabel, 33 anos, moradora de Tabatinga:

Esse que estou agora já é o sexto casamento. Na verdade eu nunca casei *no papel* com nenhum deles, nem quero casar com esse. Eles sempre vão embora mesmo. Homem é tudo igual. Tanto faz ficar com um ou com outro. As duas meninas maiores são filhas do segundo que era peruano. Os outros não duraram muito tempo. Com esse de agora tenho os dois meninos e vou parar por aqui. Não quero mais filhos porque logo esse daí também se *engraça* com

¹⁶³ Essas práticas caracterizam o tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual e comercial desde os remotos tempos da colonização na Amazônia.

outra mais nova que eu e vai embora. Aqui em Tabatinga não vai ser diferente. É sempre assim e sobra pra gente criar os filhos. É assim mesmo. Eu já rodei por toda essa fronteira desde que vim de Iquitos, no Peru. A gente não pode se prender a homem nenhum porque, no final, a gente sempre tem que ir embora para não *penar* nas mãos deles (Entrevista n°. 85: Pesquisa de Campo 2012).

Na pesquisa de campo, encontramos muitas mulheres com histórias de vida parecidas com a de Izabel. Este depoimento indica que muitas mulheres se veem forçadas à migração para escapar da violência doméstica. Nessa perspectiva, a migração pode ser compreendida como um importante processo de mudanças em que o simples ato de migrar para outra cidade, região ou mesmo para outro país indica uma atitude de autonomia e resistência das mulheres que experimentam importantes processos de ruptura e transformação nas relações sociais e afetivas a partir da experiência migratória. Em muitos contextos amazônicos, a migração representa uma atitude de coragem de inúmeras mulheres que, desde muito jovens, assumem grandes desafios e responsabilidades que as tornam protagonistas de sua própria história numa atitude de autonomia e libertação.

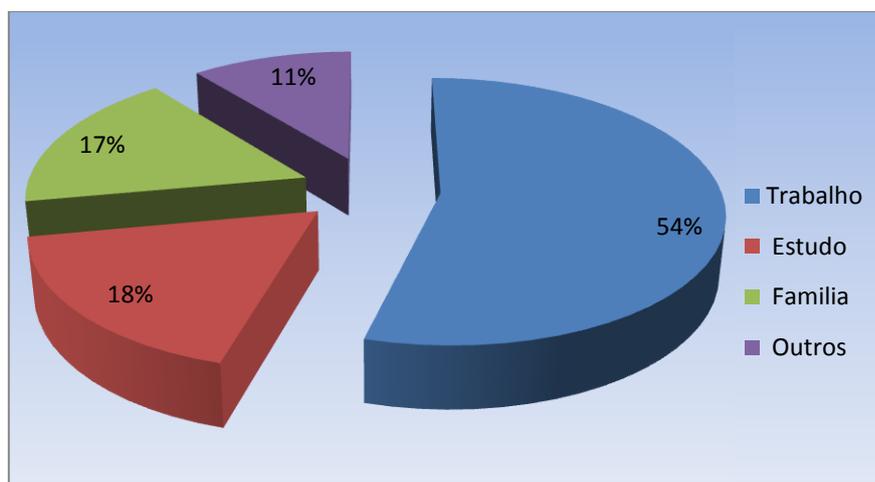
4.3.2 A crise econômica mundial, o reordenamento internacional do trabalho e a feminização da migração na Amazônia

Em diferentes proporções, a crise econômica mundial também afeta a Amazônia “[...] imprimindo em sua gente as angústias e inquietações na busca de uma vida melhor” (REIS, 2012: 83). Essa incessante busca por uma vida melhor é o que vem promovendo diversos deslocamentos de mulheres em toda a Amazônia. Na perspectiva do reordenamento internacional do trabalho, identificamos três movimentos migratórios concomitantes: os que se deslocam de outros países e de outras regiões do Brasil em busca de trabalho nos grandes centros urbanos da

Amazônia; os que se deslocam no interior da própria Amazônia das áreas rurais para as áreas urbanas ou das pequenas cidades para as cidades maiores e, por último, identificamos também um movimento significativo de mulheres que emigram para outros países, sempre em busca de trabalho e melhores condições de vida. Em busca de “melhoras” na linguagem utilizada por muitas delas. Esses três movimentos localizam as mulheres em esferas distintas nos movimentos migratórios e, por conseguinte, no mundo do trabalho onde “[...] como parte integrante do sistema produtivo, são sujeitos vivos do sistema simbólico do trabalho, o qual é tido como um fator de maturação, status e desenvolvimento social para elas [...]” (TORRES, 2012: 63).

Nos deslocamentos internacionais e interregionais, a feminização da migração aparece de forma bastante acentuada. Elas migram de forma independente, quase sempre sozinhas. Na maioria dos casos, vêm para a Amazônia tendo em vista um posto de trabalho melhor do que o que tinham no país ou na região de origem como podemos observar na figura 02.

Figura 03: Principais motivos da Migração Feminina



Fonte: Pesquisa de Campo 2011-2013.

Na pesquisa de campo, identificamos também muitos casos de pesquisadoras, estudantes de áreas específicas que migraram para a Amazônia numa dinâmica de intercâmbios de conhecimentos como está sendo proposto por agências de financiamento de pesquisas da região, principalmente a Fundação de Amparo à Pesquisa na Amazônia, que possui um programa especial voltado para a Fixação de Pesquisadores no Amazonas e o programa de Pesquisadores Visitantes¹⁶⁴ que propõe a residência temporária de pesquisadores de outras regiões ou países. Da mesma forma que as pessoas vêm para a Amazônia por causa dos estudos, há também muitos casos de emigração por causa dos estudos como ocorreu com Patrícia, 27 anos, aluna do curso de Doutorado da Universidade de Lyon, na França.

Eu sou natural de Manacapuru. Terminei o Ensino Médio, na Escola Estadual José Kallil Assaf, em 2005. Em 2006, fui para Manaus fazer o curso de Graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas. Terminei o curso no final de 2009 e, no natal daquele ano, fui convidada para ir para França para trabalhar como babá da filha de uma professora que conheci num congresso de educação que participei no Rio de Janeiro. Essa professora havia morado em Manaus e me deu várias referências. Quando voltei, conversei com algumas professoras da UFAM que a haviam conhecido e me parecia uma pessoa do bem. Eu aceitei o convite de trabalho porque havia a possibilidade dela conseguir uma bolsa para eu fazer mestrado e doutorado na Universidade de Lyon. E assim foi. Primeiro eu aprendi um pouco o francês. Depois, em 2008, eu consegui começar o mestrado com uma bolsa. Dei sequência ao doutorado no mesmo programa e já estarei finalizando no final de 2013, se Deus quiser! Mas, por enquanto, não pretendo voltar para o Amazonas. Só a passeio. Eu conheci o Pierry e nos casamos no ano passado. Eu deixei o trabalho na casa da Dominique porque comecei a trabalhar numa escola de educação infantil. Estou bem e pretendo continuar por lá (Entrevista n°. 332 - Pesquisa de Campo 2012).

Na maioria das entrevistas, percebemos que a mobilidade motivada pelos estudos está estreitamente relacionada à questão da formação para o trabalho. Trata-se de um deslocamento que atinge mulheres especialmente na faixa etária

¹⁶⁴ Para maiores informações consultar o site: <http://www.fapeam.am.gov.br/programas>.

entre 20 e 39 anos, que representam 80% desta modalidade. Identificamos também que há muitos casos de deslocamento para avançar nos estudos universitários e de pós-graduação nas capitais dos Estados da Amazônia, mas um contingente significativo de migrantes desloca-se por falta de condições de estudos nos lugares de origem, como nos relata Vanuza, de 25 anos.

Eu me mudei para Rio Branco porque, em Boca do Acre, não dava para seguir com os estudos. Viemos eu e meu irmão. Ele não conseguiu trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Abandonou no primeiro ano. Eu continuei. Já estou terminando o curso de jornalismo e pretendo continuar em Rio Branco porque já estou trabalhando na área. Minha Família continua em Boca do Acre. Minha vontade era trazer todo mundo pra cá porque lá as coisas são muito difíceis. Mas, minha mãe não concorda. Quando a saudade aperta, a gente vai passar uns dias com eles. E assim seguimos na luta (Entrevista n°. 122 - Pesquisa de Campo 2011-2013).

Os dados quantitativos de nossa pesquisa indicam que as mulheres possuem um grau de escolaridade bem mais elevado que os homens. Na faixa etária dos 30 aos 39 anos, 54% delas já possuem ou estão cursando o Ensino Superior. No caso dos migrantes do sexo masculino, apenas 32% deles estão nesse mesmo patamar. Em tese, isso garantiria um nível de trabalho e salário mais elevados. Entretanto, muitas mulheres com curso superior, para conciliar as tarefas domésticas e o atendimento aos filhos pequenos, trabalham no regime de tempo parcial, o que resulta num salário muito inferior ao dos homens. Isso ocorre principalmente porque,

A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. É acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder. É assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração e opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002: 35).

As relações de exploração e opressão a que se refere Hirata (2002) podem ser identificadas em diversos setores nas esferas do trabalho na Amazônia. Elas

materializam as relações de dominação construídas e naturalizadas historicamente na região.

O trabalho da mulher no seringal incorpora uma sobrecarga de atividades que vai da coleta do látex e defumação aos afazeres domésticos, como cuidar da casa, família, roça e das criações domésticas. Embora o trabalho da mulher no cotidiano do seringal não ficasse em nada a dever ao trabalho executado pelo homem, a estrutura da sociedade do seringal não admitia o contrato de trabalho enquanto seringueira e, em consequência, não era permitido o seu cadastramento no Barracão e movimentação de conta no mesmo. Neste sentido, todas as ações da mulher eram contabilizadas de forma indireta, através do nome de seu companheiro, mesmo que este não estivesse mais vivo. Esta situação inviabiliza a aposentadoria das mulheres na categoria de seringueiro, com direito a receber dois salários mínimos (Nascimento, 1998: 2).

Essa negação aos direitos trabalhistas das mulheres seringueiras, agricultoras, pescadoras, extrativistas, artesãs e tantas outras categorias relacionadas ao mundo rural ou às “terras, florestas e águas de trabalho”, como prefere Antônio Carlos Witkoski (2007:202), converte-se num fator de deslocamento compulsório de milhares de mulheres que “rumam para a cidade” (DURHAM,1984) em busca de outras experiências e relações de trabalho, crendo que a migração significa um fator de transformação ou de mudança. Nem sempre o deslocamento confere aos migrante a tão sonhada mobilidade social, podendo ocorrer, inclusive, uma confusão no cômputo de valores da qualidade de vida determinados pelas instituições encarregadas de medir o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH¹⁶⁵. O relato de Dionízia, 49 anos, é um exemplo desta situação:

Eu pensava que a mudança para Manaus seria uma mudança na minha vida. Mas, não foi bem assim. Lá no interior, eu tinha o peixe

¹⁶⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: o grau de escolaridade considerando a média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada. A Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes. Esse item tinha por base o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*, no entanto, a partir de 2010, ele foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, que avalia praticamente os mesmos aspectos que o PIB, no entanto, a RNB também considera os recursos financeiros oriundos do exterior. E o Nível de saúde baseado na expectativa de vida da população; reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

fresco todo dia, a macaxeira e a farinha de mandioca. Tudo que eu plantava, eu podia comer com minha família. Era mais difícil conseguir dinheiro, mas, estando aqui em Manaus, nesse suplício, a gente entende que nem tudo o dinheiro compra. Não compra segurança, não compra felicidade, não compra a paz. [...] E aqui, eu ganho salário trabalhando no distrito, mas, tem muita boca para sustentar. O dinheiro não dá pra nada. Aqui, não é qualquer roupa que serve para você sair para comprar uma coisa que precisa nas lojas do centro. [...] Tudo é muito caro e só eu trabalho. No interior, todo mundo trabalhava, desde os pequenos até os mais velhos. Aqui, sou só eu para tratar de todo mundo. Não aguento mais. Nesses quatro anos, eu não vivi. Eu padeci nessa cidade. Isso aqui não é vida. É só sofrimento. A gente não tem sossego, não se diverte. É tanta coisa que a cabeça parece que não vai aguentar (Entrevista n°. 35 - Pesquisa de Campo 2013).

Na perspectiva do reordenamento internacional do trabalho, em menores proporções, vem ocorrendo em Manaus, desde a implantação da Zona Franca, no final da década de 1960, o que vem ocorrendo na Europa e nos países desenvolvidos. Criou-se a falsa ideia que a renda maior representa melhor qualidade de vida. O que nem sempre corresponde a uma realidade. Segundo um relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE¹⁶⁶, realizado em Maio de 2011, de acordo com a variação percentual do saldo acumulado entre janeiro e maio de 2011 em relação a 2010, Manaus foi a capital brasileira que apresentou maior dinamismo na geração de vagas de emprego no setor de atividade econômica, Serviços, a Indústria de Transformação e a Construção Civil. Segundo o DIEESE, esses setores apresentaram um saldo positivo em 2011 de 57,9% maior que o verificado no mesmo período no ano anterior, sendo que, para cada 10 vagas de emprego geradas em toda a Amazônia, 7 delas estão ligadas ao setor da Indústria de Transformação, especialmente o setor das empresas de montadores de equipamentos eletrônicos localizadas em Manaus,

¹⁶⁶ Análise do Mercado de Trabalho Formal em Manaus em maio de 2011: relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, solicitado pelo Observatório do Trabalho de Manaus e pela Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEMTRAD. Alguns dados deste relatório podem ser encontrados no site: http://geo.dieese.org.br/manaus/estudos/mensal_2011_05.pdf.

onde a renda média dos trabalhadores, por ocasião da admissão, é de R\$ 697 reais. Essas novas vagas, entretanto, não correspondem ao pleno emprego, pois a grande maioria está convertida em trabalho de tempo parcial, o que poderia justificar a maior incidência das mulheres ocupando as vagas.

Outro fator importante, apresentado no relatório do DIEESE é a rotatividade dos trabalhadores no mercado formal, configurando um nível muito baixo de tempo de permanência do trabalhador manauara no último emprego. Segundo o relatório, mais de 50% dos trabalhadores permaneceram menos de ano no último emprego, e mais de 75%, menos de dois anos. Tomando por base estas referências, identificamos um importante contraste na abertura de novas vagas, ou seja, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho absorve novos trabalhadores, ocorrem as demissões e a rotatividade das vagas. Essa dinâmica transforma-se num incentivo à migração de trabalhadores tendo em vista que os dados veiculados pelos meios de comunicação são aqueles relacionados com a abertura de novas vagas, o que configura a falsa impressão de que há vagas sobrando para os migrantes trabalhadores. O problema da baixa permanência nos postos de trabalho atinge diretamente as mulheres, especialmente aquelas no setor de serviços e com contratos de tempo parcial. Isso ocorre porque as despesas das empresas com os encargos sociais nos processos demissionários são relativamente mais baixos. Identificamos este procedimento na trajetória de emprego de Rayana, 27 anos, há 5 anos vivendo em Manaus, já mudou de emprego cinco vezes, sempre sendo demitida antes de completar um ano de trabalho. Houve até caso de demissão e readmissão na mesma empresa em duas ocasiões:

Desde que cheguei em Manaus no final de 2007, fui trabalhar no Distrito. Por causa disso, não consegui realizar meu objetivo de continuar os estudos realizando uma graduação na área da administração. Eu até tentei. Me matriculei duas vezes numa

faculdade privada, mas, não deu para continuar com os estudos por causa da instabilidade no emprego. Funciona assim, eu consigo a vaga e começo a trabalhar. Sempre tem as crises nas empresas. Aí, eles dão férias coletivas e, logo em seguida, começam as demissões. Nós, mulheres, sempre somos as primeiras a ser mandadas embora. Ficam aquelas que têm mais tempo de casa. Mas, como é que vamos atingir mais de cinco anos de casa se, a cada seis meses, nos demitem? É cansativo porque a gente tem que estar sempre correndo atrás de novas vagas. Vagas tem, e muitas, mas, ninguém fala das demissões. Se abrem novas vagas, é porque mandam a gente embora sem motivo algum. Aí, o próprio encarregado ou o gerente de produção, indica a gente para o RH de outra empresa. E a gente fica assim, feito pião bolando de uma empresa para outra. Quando começa a se adaptar, lá vem a conversa de sempre, e, quem são as primeiras da fila? Nós mulheres. Os homens ficam lá, tranquilos, e nós, feito loucas atrás de começar tudo de novo. Tem muitas mulheres nessa situação. Mas, pelo que estou vendo é assim mesmo. É assim que funciona o emprego no Distrito (Entrevista n°. 36 - Pesquisa de Campo 2011-2013).

O caso de Rayana foge um pouco à regra da maioria das mulheres que chegam em Manaus em busca de trabalho, no distrito, na atualidade. O emprego imediato, segundo Torres (2005...), foi muito comum nas décadas de 70 e 80. Depois disso, o ingresso nos postos de trabalho tem demorado um pouco mais. Há muitos casos de mulheres que ficam desempregadas e encontram muitas dificuldades para voltar ao mercado de trabalho. Em muitos casos, elas são realocadas no setor do comércio, que é um segmento que tem apresentado certa estabilidade na abertura de vagas. Entretanto, também faz parte do mesmo modelo de trabalho flexível que não oferece segurança e estabilidade aos trabalhadores, principalmente as mulheres.

Para Bentes (2011:30), a concentração dos recursos econômicos e das vagas de trabalho na Capital do Amazonas, que concentra também 51,11% da população de todo o Estado, resulta em grandes contrastes nos indicadores socioeconômicos da Amazônia, o que também pode explicar a convergência dos movimentos

migratórios para a cidade de Manaus, onde se concentra uma média de 35,21% dos migrantes de toda a região.

De acordo com os indicadores demográficos apresentados por Bentes (2011:34), a concentração de população migrante na cidade de Manaus corrobora a tese da feminização da migração na Amazônia: “Manaus tem mais da metade dos habitantes pertencentes ao sexo feminino (51,24%) contra 48,76% que pertencem ao sexo masculino”. Esse indicativo acena para a validação, pelo menos em parte, de nosso levantamento de campo, no qual se aponta um percentual de 13% de mulheres a mais que os homens na conjuntura da mobilidade na Amazônia. A maioria delas (56%), justifica o seu deslocamento pela busca de trabalho. Nesta perspectiva, considerando que a maioria das vagas de trabalho concentra-se em Manaus, é fato que os corredores migratórios convergem para Manaus.

Outro elemento importante nesta variável do reordenamento internacional do trabalho é a questão do ingresso das mulheres no trabalho doméstico e no setor de prestação de serviços, onde, na prática, os termos dos contratos de trabalho são flexíveis. O ingresso nesse setor foi identificado entre as migrantes com menor nível de escolaridade. Uma média de 17% das migrantes com nível de escolaridade abaixo do ensino médio trabalha ou já trabalhou no setor de serviços, no trabalho doméstico ou no segmento de consultoria de vendas, que tem apresentado um crescimento importante em toda a Amazônia. A figura da vendedora autônoma ou consultora de vendas no setor de cosméticos, jóias e utensílios domésticos vem apresentando um crescimento vertiginoso no segmento do trabalho flexível na região. Aquilo que deveria representar apenas uma entrada de renda extra para a família, cada vez mais representa a única renda familiar entre as migrantes, especialmente as recém-chegadas. Em decorrência das dificuldades de ingresso no

mercado de trabalho formal, pela falta de experiência, seja por não preencher as exigências do mercado, ou por ser o único setor de trabalho aonde as estrangeiras em situação de documentação irregular podem ser inseridas sem maiores complicações, o setor de vendas avulso em domicílio através de catálogos vem se convertendo na experiência de primeiro emprego de muitas migrantes em situação de deslocamento recente. Em vários relatos, identificamos essa realidade. É o caso de Gladiz, 26 anos, migrante peruana em Brasiléia, região transfronteiriça no sul do Acre:

Eu sou formada em arquitetura na *Universidad San Marco*, em Lima, mas, no momento eu não tenho emprego. Por isso, estou trabalhando como consultora de vendas da “Natura”. Minha prima, que veio um ano antes de mim, já era consultora e conseguiu me cadastrar. Dá para viver, mas, é complicado. Quando as vendas caem, não dá nem para garantir o mínimo para o aluguel do quarto e a comida. Eu penso em continuar nesse ramo só até conseguir outra coisa melhor. Ou também, as vendas poderiam continuar como uma entrada extra porque a gente vai ficando experiente e pode aumentar os rendimentos. Mas, no momento, está difícil mesmo. Já estou completando um ano no Brasil e não consegui economizar nem para comprar a passagem para ir para São Paulo, que era o meu objetivo principal (Entrevista nº. 116 - Pesquisa de Campo 2013).

Praticamente em todas as cidades onde realizamos a pesquisa de campo, encontramos migrantes atuando nessa atividade de venda avulso. Em Tabatinga, entrevistamos Dejanira, 32 anos, colombiana que afirma o seguinte:

Olha, eu tenho comercializado de tudo um pouco no Brasil. Eu morei em Tefé, em São Paulo de Olivença e em Tabatinga. Resolvi ficar aqui (em Tabatinga) porque foi onde obtive maiores lucros com as vendas. Sabe, as pessoas gostam de comprar pelos catálogos e revistas. De maneira especial, as mulheres gostam desse tipo de compra porque não precisam sair de casa. A gente vai de casa em casa mostrando as revistas e fazendo os pedidos. A maioria das minhas vendas são para as mulheres. Tem alguns homens que compram algumas coisas a cada dois meses, mas, é pouco e não influencia muito no total das vendas. As mulheres gastam muito mais e por isso vou ao encontro delas para vender perfumaria, toda qualidade de cosméticos, adereços e mercadorias variadas de acordo com as comemorações como, por exemplo, coisas para o natal, carnaval, produtos eróticos e outras coisinhas. Sabe de uma

coisa, nesses catálogos tem de tudo! Eu estou muito bem com as vendas. Tenho me adaptado bem a esta forma de trabalho enquanto continuo sem visto de permanência. Você sabe que, sem documentos, não empregam a gente nem para os serviços domésticos ou para cuidar de idosos ou de bebês. Além disso, eu me formei em contabilidade na Universidade Xaveriana de Bogotá na Colômbia. Tenho experiência administrativa a meu favor e sei trabalhar bem com as vendas. Estou bem nesse trabalho e dá para ganhar até bem (Entrevista n.º. 67: Pesquisa de Campo 2012).

Tendo por base a modalidade de trabalho flexível previsto no novo ordenamento internacional do trabalho, as empresas caracterizadas como companhias de capital aberto do ramo dos cosméticos, jóias, perfumarias e artigos de vestuário, cama, mesa e banho podem aderir à estratégia de venda avulsa com a locação de revendedoras autônomas. Segundo informações de uma das maiores representantes deste segmento no Brasil, a Natura, as mulheres representam 95% do setor de vendas, o que significa um rendimento para a empresa na casa dos R\$ 4,9 bilhões¹⁶⁷ isentos dos encargos sociais e das prerrogativas trabalhistas, já que as revendedoras autônomas ganham por comissão do produto vendido na casa de, no máximo, 3,11%. A maioria das migrantes que trabalha nesse ramo do comércio ocupa todo o seu tempo disponível e vai conciliando também com o trabalho doméstico, a atenção aos filhos e, em alguns casos, até mesmo os estudos, com as vendas dos produtos. Em condições parecidas com essa modalidade de trabalho autônomo das revendedoras ou consultoras, encontram-se aquelas que estão vinculadas ao trabalho doméstico. Em nossa pesquisa de campo, constatamos que 66% das migrantes que trabalham como domésticas na Amazônia não têm carteira assinada e nenhum tipo de contrato de trabalho. A maioria trabalha como diarista em mais de uma casa por semana. Identificamos que existe nesse setor uma rede de

¹⁶⁷ As informações no site da Natura (www.natura.com.br) revelam que a empresa conta com 1,421 milhão de consultoras, sendo 1,175 milhão no Brasil e cerca de 246 mil no exterior, na sua grande maioria mulheres, que disseminam a proposta de valor da empresa aos consumidores..

referências onde uma trabalhadora recomenda a outra para as “patroas”, promovendo uma circulação da atividade doméstica nos moldes da informalidade, sem garantias trabalhistas nem seguridade social para as trabalhadoras. Nessa modalidade, encontramos uma diversidade de prestação de serviços realizados pela mesma pessoa, o que pode ser ilustrado no relato da Sebastiana, 38 anos, entrevistada em Manaus:

Em 2008, eu larguei o meu companheiro lá em Envira e vim para Manaus a convite de minha irmã que já vive aqui há uns quinze anos. Vim com minhas três filhas e fomos todas trabalhar com as patroas que a minha irmã já conhecia porque ela trabalha com isso há muitos anos, desde que veio para Manaus pelo mesmo motivo. Então, é assim, na segunda, eu dou faxina na casa da D. Vânia, na Floriano Peixoto; na terça, eu fico de companhia para a vovozinha da Estela, na Ponta Negra; na quarta-feira de manhã, eu faço faxina na casa da D. Beth, no Aleixo e de tarde eu vou para a casa da Estela pajear a filhinha dela para ela poder ficar de plantão no hospital. Fico com a Priscilinha até a quinta-feira. Nesse dia, eu descanso porque a “bichinha” está com um ano e meio e não dá sossego, sabe, está naquela fase de brincar e mexer em tudo. Na sexta-feira, eu volto na casa da D. Vânia para fazer de novo a faxina e já fico lá para passar a noite com a mãe dela, a D. Naide, para a zeladora dela folgar. Volto para casa, no Santa Etelvina, no sábado, no final do dia, de um jeito que nem me aguento de tanto cansaço. Eu tiro R\$ 70 reais por diária. Vale a pena esse trabalho, mas, fico pensando que quando ficar mais velha e não aguentar mais, o que será de mim? Não vou poder me aposentar nem nada. Isso me preocupa, mas, como não tenho estudos nem outras experiências de trabalho para buscar outra coisa, por enquanto é assim mesmo que vou ficando (Entrevista n°. 34 - Pesquisa de Campo 2011-2013).

Experiências como a desse relato indicam que a flexibilidade do trabalho vem sendo acionada na modalidade das diárias, o que impede a contratação das empregadas domésticas, como prevê a legislação trabalhista¹⁶⁸, negando-lhes os direitos sociais previstos em lei. Por um lado, se reconhece a existência da exploração do trabalho. Por outro lado, para muitas migrantes, essa é a única modalidade de trabalho a que têm acesso, principalmente nas capitais e nos

¹⁶⁸Art. V do Decreto n° 71.885, de 9 de março de 1973, e art. 29, § 1º, da CLT atualizado pela Lei 11324 de 19 de julho de 2006 e pelo Projeto de Lei Complementar 302 de 2013.

maiores centros urbanos. A reprodução dessa modalidade de trabalho doméstico, alheia à legislação trabalhista, vem sendo propiciada através das redes migratórias formadas eminentemente pelas mulheres.

4.3.3 A variável da indústria internacional do sexo e sua intersecção com a feminização da migração na Amazônia

Tomando por base essa variável, compreendemos que, na Amazônia, a chamada indústria do sexo vem sendo historicamente delineada num contexto onde muitas mulheres perderam sua dignidade passando a ser consideradas como mera mercadoria ou como objeto de exploração sexual. Segundo Loureiro (1982), com a exploração do látex, entre 1860 e 1910, mais de trezentos mil trabalhadores foram recrutados do nordeste do Brasil para a Amazônia nos moldes do tráfico humano¹⁶⁹. Num primeiro momento, foram aliciados os homens, denominados pelo Estado Nacional como “soldados da borracha”. Em seguida, começou o aliciamento de mulheres, que eram recrutadas em outras regiões e submetidas à condição de prostituição com a finalidade de conter as tensões e conflitos entre trabalhadores e patrões no interior dos seringais (LOUREIRO, 1982). É difícil estimar a quantidade de mulheres aliciadas e recrutadas para a Amazônia nesse período em que se disseminou também em toda a região as chamadas “capturas” das mulheres indígenas com a mesma finalidade (Pantoja, 2008: 80). Durante todo o período da Economia da Borracha, a concepção da Amazônia como lugar selvagem justificou a ação dos raptos, os quais consideravam a mulher “encontrada” na selva como

¹⁶⁹ O Tráfico consistia no aliciamento e transporte dos trabalhadores que eram mantidos em regime de confinamento no interior dos seringais sob endividamento permanente que implicava no pagamento das taxas de viagem e na aquisição de instrumentos de trabalho, de alimentos e materiais de primeira necessidade tais como remédios, roupas, utensílios domésticos e artigos de higiene pessoal.

uma “selvagem sem dono”, passível de ser levada como “objeto achado” ou “capturada pelo laço” (PANTOJA, 2006:80). As mulheres “capturadas” eram submetidas a toda espécie de exploração sexual, inclusive as crianças:

Depois de capturada na correria ocorrida em 1911, no Rio Envira, a menina Nehanáwa que se chamaria Regina foi levada junto com sua irmã mais velha para o *barracão* que era a sede do seringal. Lá se encontraram com a velha madrastra, que também havia sido capturada junto com a filha caçula, uma criança de colo. A destinação de cada uma das quatro foi imediatamente decidida. [...] a irmã mais velha foi destinada ao chefe da *correria*, um seringueiro por nome Joaquim Paraíba. Viveram juntos alguns poucos anos no Envira, tempo em que a cabocla Nehanáwa teve dois filhos (PANTOJA, 2006: 79).

A prática de captura de mulheres na floresta perdurou durante todo o período da Economia da Borracha e permanece no imaginário popular como prática “naturalizada” desde os primórdios da colonização. A “naturalização” dessa prática contribuiu para a construção do estereótipo da “permissividade à prostituição”. Como no processo de captura havia pouca possibilidade de resistência, fuga ou enfrentamento à violação sexual, as capturadas eram submetidas a uma perversa relação de dominação estabelecida pelo uso da força e do poder masculino. Esses processos conferiram à mulher um papel secundário nas dinâmicas migratórias da Amazônia. De acordo com Pantoja (2006: 79), a prática do rapto caracterizou um período de intensos deslocamentos forçados das mulheres nos quais as vítimas não tinham chances de resistir. Segundo a referida autora, a ausência de resistência não indica abnegação das mulheres raptadas. Elas eram capturadas ainda muito pequenas, “muitas eram ainda crianças de colo” (PANTOJA, 2006: 79-80).

Em um importante trabalho antropológico realizado com os povos das ilhas da Melanésia, Marilyn Strathern (2006) nos apresenta algumas pistas para compreender a sutileza das relações de dominação nas relações de trabalho e

trocas cerimoniais anteriormente estudados por Mauss (1974), as quais nos indicam que que “[...]a troca cerimonial e as normas de reciprocidade que a acompanham apresentam-se de uma forma que mistifica relações de poder” (STRATHERN, 2006: 226). Para a autora, “[...]não se deve subestimar que as exigências postas às mulheres são consequência das operações dos homens” (STRATHERN, 2006: 241). Relacionando a situação das mulheres na Amazônia aos estudos desta antropóloga, compreendemos que a prática do aliciamento, recrutamento, rapto e captura de mulheres não se deu por acaso nessa região. Foram operações pensadas e decididas pelos homens numa relação desigual de poder e dominação muitas vezes legitimado teoricamente¹⁷⁰. Muitas mulheres capturadas nos seringais, não raro, depois de serem usadas e abusadas sexualmente por determinado período de tempo, foram abandonadas à própria sorte no meio da floresta, pois seus raptos retornavam com suas mulheres “legítimas” para outras regiões. Quando as vítimas eram abandonadas nas proximidades das suas aldeias, algumas conseguiam reencontrar o caminho de casa. Entretanto, este não era o destino da grande maioria das mulheres (PANTOJA, 2006: 80) que, uma vez perdidas na floresta, eram novamente raptadas e forçadas à prostituição nos barracões dos seringais para garantir sua sobrevivência e a de seus filhos.

Vários depoimentos recolhidos por Pantoja (2006: 82) indicam que o drama do rapto, do aliciamento e recrutamento que marcou a história das mulheres na Amazônia fez delas pessoas fortes, autônomas e independentes. Isso fez com que elas transmitissem às gerações futuras um legado de resistência e de construção de estratégias de sobrevivência juntamente com seus filhos sem depender

¹⁷⁰ Os escritos de muitos viajantes e sertanistas criaram um imaginário estereotipado sobre as mulheres indígenas que passaram a ser vistas como mulheres permissivas à prostituição, “dadas ao sexo selvagem”, exóticas, exuberantes e fáceis de serem conquistadas com pequenos presentes e agrados, o que pode ser conferido no texto *O ciclo do ouro negro*, de Vianna Moog (1936).

economicamente dos “maridos” ou companheiros. Na análise dos depoimentos, Pantoja (2006: 82) acredita que a experiência do rapto, que permanece na memória de muitas mulheres indígenas, passou a funcionar como uma espécie de “blindagem sentimental” fazendo com que as relações afetivas fossem, ao longo do tempo, sendo relativizadas pelas gerações subsequentes. Essa consequência, aparentemente irrelevante, apresenta importantes agravantes em relação à reprodução da violência doméstica, onde as mulheres não reagem conforme prevê a lei ¹⁷¹ porque “acostumaram-se” a relevar as diversas formas de agressão, principalmente a violência simbólica e psicológica.

Esse importante trabalho de Pantoja (2006) indica que a indústria do sexo não é novidade na Amazônia e está muito presente nos históricos da migração de muitas mulheres, marcadas pela exploração e abuso sexual. Nessa perspectiva, acreditamos que a indústria do sexo continua muito presente na Amazônia e vem adotando estratégias mais atualizadas, adaptadas às formas modernas de exploração da condição da mulher em situação de prostituição. Tomando como referência a reflexão sobre a indústria do sexo em nível internacional e tentando aplicar essas análises aos casos da Amazônia, identificamos algumas situações de inserção das migrantes no mercado sexual nas várias cidades onde realizamos nossa pesquisa de campo. Em Rio Branco, recolhemos algumas informações importantes na Cáritas Diocesana, que desenvolve um trabalho de acolhida permanente aos migrantes e atende casos específicos. Em Tabatinga, as informações foram recolhidas junto à Equipe de Pastoral da Mobilidade Humana da

¹⁷¹ A Lei Maria da Penha - Lei 11340/06 de 7 de agosto de 2006 aplica-se a todas as mulheres em território nacional, independentemente de sua nacionalidade. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo oitavo do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Tríplice Fronteira Brasil, Peru, Colômbia. Trata-se de uma instituição ligada às dioceses dos três países. A equipe descreveu várias situações de migrantes que são aliciadas pelas redes de exploração sexual comercial na região e, inclusive, muitas delas são enviadas para outros países na condição de prostitutas. A equipe relatou o caso de Gizela, 19 anos, migrante peruana, que deixou uma carta agradecendo à coordenadora da pastoral, Ir. Patrícia, pela acolhida e atendimento e comunicando que estava indo de viagem para o Suriname para trabalhar como prostituta em uma região de garimpo a convite de um brasileiro que ela conhecera em Tabatinga¹⁷².

Da mesma forma, em Manaus, identificamos muitas migrantes trabalhando em situação de prostituição sob a justificativa de não conseguir outro tipo de trabalho e por esse parecer uma alternativa provisória. É o caso de Carla, 19 anos, migrante de Borba, entrevistada na casa da tia no bairro União da Vitória em Manaus:

Logo quando cheguei para morar com minha tia, eu procurei trabalho, mas, não consegui nada. Como eu já tinha feito alguma coisa desse tipo lá em Borba, resolvi conversar com uma vizinha da tia que trabalhava na Remulus. Ela falou: “olha, você até que é bonitinha, pode encontrar alguma coisa lá, mas, presta atenção que é barra pesada, viu”. Mesmo assim eu quis tentar. Quando foi de noite eu fui com ela para a boate. Ela facilitou a minha entrada. Nos primeiros dias não deu nada. Até que um dia apareceu um programa e daí pra frente sempre tem aparecido. Eu frequento lá quase todas as noites e está dando para sobreviver. Só não está dando para estudar porque fico lá à noite e não tenho ânimo para frequentar o Ensino Médio pela manhã. Acho que vou tentar o supletivo. Quem sabe assim aparece outra coisa e eu deixo essa vida (Entrevista n°. 134 - Pesquisa de Campo 2011-2013).

O relato de Carla chama nossa atenção pela pouca idade da garota inserida no mercado sexual por força da migração. O relato revela também as redes de referências amplamente acionadas pelas migrantes em todas as modalidades de busca de trabalho na Amazônia. Quase sempre há um contato prévio, uma pessoa

¹⁷² Optamos por não aprofundar a temática do tráfico de mulheres na Amazônia para não correr o risco de estender demais o tema e perder o foco da nossa tese. Para aprofundar essa temática indicamos outro trabalho mais específico: TORRES, Iraildes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de. Tráfico de Mulheres na Amazônia. Florianópolis: Mulheres, 2012.

conhecida, ou alguém da família nas referências pessoais. Por fim, nos parece que as variáveis utilizadas em nível internacional para facilitar o entendimento da feminização da migração encontram ressonância também na Amazônia. Existem ainda muitos outros elementos que contribuem para a compreensão da condição das mulheres migrantes na Amazônia e que serão aprofundados no próximo capítulo, com outros enfoques.

Capítulo V
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DAS MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS NA AMAZÔNIA

O que faz andar a estrada?
É o sonho.
Enquanto a gente sonhar
a estrada permanecerá viva.
É para isso que servem os caminhos,
para nos fazerem parentes do futuro.

Mia Couto
- Terra Sonâmbula, 2007

Na última fase de sistematização dos dados coletados na pesquisa de campo e dos dados fornecidos pelas instituições, nos deparamos com uma gama de informações que parecia humanamente impossível de organizar. Foi nesse tempo de angústia e tensão extrema que retomei a leitura de um dos estudos mais completos da sociologia das migrações, o texto "A Imigração" de Sayad (1998). A releitura desse texto encorajou-me a reescrever o último capítulo da tese conferindo-lhe mais "alma", ou seja, trazendo para dentro do texto as vidas, as cores, os sonhos e esperanças, as lutas cotidianas, os signos e significados dos migrantes estrangeiros na Amazônia, dando

[...] voz àqueles que dela são mais cruelmente despossuídos, auxiliando-os por vezes, tanto com seus silêncios quanto com suas perguntas, a encontrar as palavras, a reencontrar, para contar uma experiência que a contraria completamente, os dizeres e os provérbios da sabedoria ancestral, as "palavras da tribo" que descrevem seu exílio, *elghorba*, como um ocidente, uma queda nas travas, um desastre obscuro. Isto sem jamais instituir-se como portavoz, sem jamais se valer da palavra dada, como o fazem tantos

defensores impudentes das boas causas, para dar lições ao exhibir bons sentimentos (BOURDIEU, 1998: 9-10)¹⁷³.

Foi justamente a releitura do texto de Sayad que inicia-se com esse prefácio iluminador de Pierre Bourdieu que encorajou-me a retomar o texto e devolver aos migrantes, na forma da escrita, um pouco do tanto que eles me ofereceram nos últimos anos nas pesquisas de campo, participando um pouco das suas vidas, das suas festas e celebrações, abrindo-me a porta de suas casas e de seus corações. Parece-me que é o mínimo que eu poderia fazer. Sentindo-me um pouco mais segura do que gostaria de escrever e do significado de conferir ao texto uma "alma" mais coerente com os meus princípios de pesquisadora, reorganizei o texto adotando a mesma metodologia do Sayad (1998) que é a "descrição com discrição" a partir da experiência de uma observadora que ora lança um olhar distante dos fatos e acontecimentos, ora aproxima-se do objeto de pesquisa relendo e interpretando os signos e sinais, os gestos e os significados dos interlocutores da pesquisa.

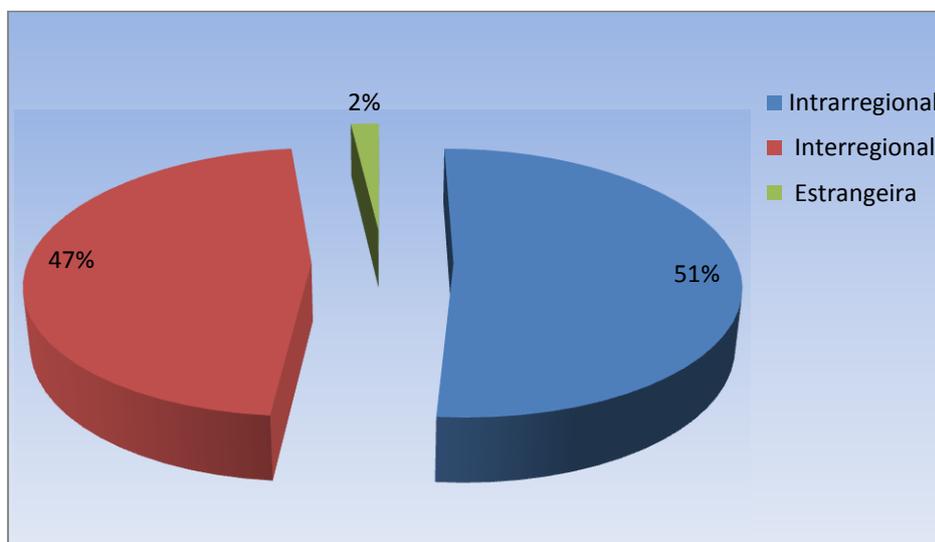
Dentre os diversos imigrantes de origem estrangeira que vivem na Amazônia, optamos por apresentar alguns fragmentos de experiências mais intensas, sem necessariamente considerar a posição que ocupam no ranking quantitativo dos fluxos migratórios ou o tempo de migração. Os grupos foram escolhidos não pelo grau de afinidade na relação estabelecida com eles no decorrer da pesquisa, mas, pela relevância de cada um no exercício de interpretação das migrações internacionais na Amazônia. Nessa perspectiva optamos por descrever um pouco da contribuição dos japoneses, dos colombianos, e dos haitianos que atualmente

¹⁷³ Pierre Bourdieu assina o prefácio da obra A Imigração de Abdelmalek Sayad destacando tratar-se ele de um arguto examinador do problema da imigração enfatizando a 'discrição e dignidade' do autor, da sua 'correção de tom' e do 'pudor que emprega com seus interlocutores', os imigrantes argelinos radicados na França, em Paris, Nanterre e Saint-Denis. Os interlocutores de Sayad, afirma Bourdieu, confiam profundamente no sociólogo que interpreta a imigração como 'um fato social completo'.

encontram-se espalhados por toda a Amazônia e representam um pouco da migração internacional que "tornou-se hoje um fenômeno de relevância mundial tanto para os países de destino como de origem ou de trânsito, o que requer uma melhor gestão e não somente medidas de controle" (ARAGÓN, 2009:5).

Traçando um paralelo entre a nossa pesquisa de campo, o levantamento realizado por Aragón (2009) e os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, atualizados e divulgados em 2013, chegamos a uma estimativa aproximada da situação migratória na Amazônia que revela uma intensa mobilidade intrarregional¹⁷⁴ chegando à casa de 16% da população e interregional somando uma média de 17% da população. A circulação ou permanência de migrantes de outros países na região corresponderia segundo as estimativas a 2% da população total da região, conforme a figura abaixo:

Figura 04: Migrações na Amazônia nos últimos dez anos



Fonte: IBGE (2013); Aragón (2009) e Pesquisa de campo (2010-2014)

¹⁷⁴Dado referente à migração dos municípios do interior para as capitais ou grandes centros urbanos da Amazônia, com ênfase à situação específica de Manaus.

De acordo com nossa pesquisa de campo, 98% da migração na Amazônia referem-se aos deslocamentos internos. Nos capítulos anteriores, tentamos aprofundar de alguma maneira essa temática. Nesse esse último capítulo, nos toca apresentar e sistematizar a cifra dos 2% correspondentes à migração internacional na região. De acordo com os dados censitários do IBGE (2013), em nível nacional, tivemos um importante crescimento de 86,7% da imigração internacional no Brasil nos últimos dez anos, passando de 143.644 em 2000, para 286.468 em 2010. E os países com maior participação foram Estados Unidos (51.933), Japão (41.417), Paraguai (24.666), Portugal (21.376) e Bolívia (15.753). A exceção dos Estados Unidos, os demais países não figuram na Amazônia com crescimento relativo da migração internacional, o que justifica uma análise específica dos dados da região, conforme apresentamos na sequência.

Na primeira parte do capítulo, apresentamos algumas cifras quantitativas que consideramos de maior relevância para a compreensão das dinâmicas migratórias internacionais na Amazônia e, na segunda parte, observamos o que nos dizem os números, ou seja, para além das cifras, a vida dos migrantes internacionais na Amazônia e o que isso significa para os estudos da região.

5.1 Levantamento quantitativo das migrações internacionais na Amazônia

Iniciamos esse levantamento logo no início dos estudos doutorais, em 2010, solicitando à Delegacia de Polícia de Imigração - Delemig, do Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Amazonas, algumas informações sobre a circulação de migrantes internacionais no Amazonas, a solicitação de

refúgio e de vistos de permanência de migrantes estrangeiros nos últimos cinco anos¹⁷⁵.

No que se refere aos dados sobre a circulação temporária de estrangeiros na região, excluída a movimentação pelo turismo, a Delemig oferece-nos dados bastante expressivos para a análise da permanência com estadas curtas destinadas a prestação de trabalho temporário, participação em eventos especialmente relacionados aos negócios nas empresas internacionais ou transnacionais instaladas na região, intercâmbios de estudos, pesquisas, realização de reuniões de cunho político ou empresarial, assinaturas de convênios, trabalho religioso missionário, dentre outras justificativas de viagem. Nossa proposta é analisar, no quadro de cada um dos cinco anos do recorte, as estatísticas com suas incongruências escolhendo um ou dois pontos, dentre as diversas informações para uma abordagem mais aprofundada, dando mais sentido e significado aos números.

5.1.1 Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2007 no Amazonas.

Nesse primeiro quadro podemos observar uma intensa mobilidade de migrantes internacionais no Amazonas, tendo por base os dados fornecidos pela Delemig a partir dos registros do Sistema de Tráfego Internacional indicando as entradas e saídas no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. Os dados organizados na tabela 01 indicam intensa mobilidade de migrantes norteamericanos que parecem representar mais da metade desse tipo de mobilidade no Amazonas.

¹⁷⁵ Encaminhamos o Ofício 001/2010 em 13 de Maio de 2010. Passados dois anos da solicitação sem retorno, solicitamos vistas ao pedido protocolado com o nº. 08240.020738/2012-14, e em 24 de janeiro de 2013, obtivemos resposta da DELEMIG com os dados solicitados. Entretanto, nos enviaram as informações referentes apenas ao quinquênio 2007 a 2011 que representa nossa base de análise quantitativa.

Tabela 02: Entradas e saídas
via Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em 2007

Período: 01/01/2007 a 31/12/2007				
Origem	Entradas	%	Saídas	%
Estados Unidos	2.907	54,96	6.046	59,73
Venezuela	411	7,77	490	4,84
Coréia do Sul	193	3,65		
Japão	171	3,23	252	2,49
Colômbia	167	3,16	251	2,48
Canadá	136	2,57	229	2,26
Alemanha	136	2,57	224	2,21
China			197	1,95
México	125	2,36	193	1,91
Grã-Bratânia	82	1,55	239	2,36
Panamá	68	1,29		
Cuba			181	1,79
Outros	893	16,88	1.123	17,99
Total	5.289	100%	10.123	100%

Fonte: Ofício nº. 440/2013 - Delemig/DREX/SR/SR/DPF/AM - páginas 4-6
Dados Organizados pela pesquisadora, 2014.

Algumas variáveis dos dados fornecidos pela Delemig são merecedores da nossa análise, especialmente em se tratando das incongruências referentes à discordância entre os dados que indicam a entrada de migrantes, 5.289, e aquele referentes à saída, 10.123, o que seria quase o dobro das entradas.

A disparidade entre as entradas e saídas de um ano para o outro, pode indicar que no ano de 2007 saíram muitos migrantes que se encontravam em solo brasileiro e mais especificamente na Amazônia, na modalidade de estadas curtas. Essa informação parece estar relacionada principalmente à quantidade de vistos para contrato de trabalho temporário concedido a executivos do alto escalão das empresas transnacionais com filiais na Zona Franca de Manaus.

De acordo com o Guia do Investidor da Zona Franca de Manaus publicado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas - Seplam, em 2011, o contrato de trabalho temporário de

estrangeiros¹⁷⁶ é largamente praticado no Polo Industrial de Manaus - PIM, e é destinado especialmente a executivos que desejam acompanhar e fiscalizar os investimentos estrangeiros ou ainda para execução de trabalhos específicos. Tal visto de trabalho temporário segue os trâmites legais¹⁷⁷ baseados no regime de investimento estrangeiro no Brasil que considera como capital estrangeiro "o pertencente a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, incluídos bens, máquinas e equipamentos que ingressam no país para o emprego no processo produtivo e/ou na prestação de serviços, bem como recursos financeiros ou monetários, aplicados na atividade econômica"¹⁷⁸.

O visto de trabalho temporário concedido a estrangeiros na Zona Franca de Manaus prevê a contratação de tempo integral com dedicação exclusiva, trabalho parcial ou prestação de serviços através de cooperativas devidamente credenciadas e regulamentadas pela legislação trabalhista.

Os dados da primeira tabela revelam ainda a existência de concessão de visto de trabalho para curtas temporadas, aplicados a grupos inteiros de estrangeiros como é o caso dos coreanos. De acordo com as informações da Delemig, no ano de 2007, ingressaram no Amazonas 193 migrantes provenientes da Coreia do Sul, sendo que nesse ano, não foi registrada nenhuma saída dos mesmos. A presença de trabalhadores e executivos coreanos nas empresas do PIM é percebida nas reuniões e eventos relacionados com a Zona Franca. Entretanto,

¹⁷⁶ Concedido em primeira instância por até 6 meses, podendo ser estendido até o prazo máximo de dois anos. De acordo com os princípios legais, após seu término, o empregador precisa aguardar o intervalo de 6 meses para contratar o mesmo trabalhador que, necessariamente terá que retornar ao seu país de origem para aguardar a nova etapa de contratação.

¹⁷⁷ Lei nº 6.815, de 19 de Agosto de 1980; Decreto 86.715, de 10 de Dezembro de 1981; Resoluções e Portarias disponíveis no site: www.mte.gov.br/trab_estrang/leg_default.asp. O Contrato de trabalho temporário de Estrangeiros no PIM está resguardado pela Constituição Federal (art. 7º) e pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452/43).

¹⁷⁸ Encontra-se no final da apresentação do Guia do Investidor da Zona Franca de Manaus (2011) a chamada para o investimento estrangeiro: *Venha investir no Amazonas, um estado que concilia crescimento econômico com preservação ambiental!*

muitos executivos estrangeiros, permanecem no Amazonas sem conversão do visto de entrada pelo visto de trabalho temporário aproveitando-se da possibilidade de permanência por 90 dias ininterruptos permitidos pela legislação. É importante considerar esse fator quando se analisa a disparidade entre as entradas e saídas de migrantes internacionais nos dados coletados.

Já os dados de Cuba que registraram 181, o que representa 1,79% das saídas, sem informação de entradas no mesmo ano, pode referir-se ao término do contrato dos médicos com residência temporária contratados pelas universidades e outras instituições de pesquisa na qualidade de professores e cientistas da saúde. Tais profissionais são amplamente requisitados por instituições de pesquisas como o Instituto de Medicina Tropical que desenvolve importantes pesquisas sobre as doenças tropicais na Amazônia e demandam os pesquisadores cubanos por reconhecerem o seu conhecimento nessa área como uma referência mundial. O mesmo se aplica à demanda de pesquisadores cubanos especializados em estudos na área imunológica. Além disso, muitos médicos cubanos dedicam-se ao atendimento à saúde nos municípios do interior do Amazonas. Entretanto, pode haver outros migrantes cubanos em situações adversas com visto expiado em 2007, o que poderia explicar a saída sem referências à entrada. O inverso poderá ser identificado também nos anos subsequentes.

Outro indicativo que desperta a atenção para as análises é o caso da Argentina porque foram registradas 263 entradas no ano de 2007 e a Delemig só vai registrar saídas de argentinos no ano de 2010, ou seja, com prazo de estada prorrogado para muito além do permitido por lei que seria de 2 anos. Uma explicação razoável para essa discrepância poderia estar relacionada com a entrada por vias aéreas e a saída por vias terrestres, o que seria bastante improvável

considerando-se as dificuldades e limitações nesse tipo de transporte de passageiros. Ainda assim, a saída teria que ser registrada em alguma fronteira devendo ter sido informado à Delemig - AM, o que parece não estar ocorrendo. Outra possibilidade seria o ingresso nos países vizinhos depois de uma rápida estada no Amazonas através de outros meios de transporte, no caso, o terrestre para a Venezuela e demais países do Caribe ou o fluvial com destino à Colômbia, Peru, Equador, Bolívia ou outro país andino. Entretanto, não conseguimos averiguar nenhuma dessas hipóteses, permanecendo em aberto o debate sobre o destino de tais migrantes.

No decorrer da pesquisa de campo nos deparamos com alguns argentinos trabalhando em situação irregular ou no mercado informal de trabalho. Mas, não identificamos indícios de formação de redes de trabalhadores irregulares ou algo similar. O que se sabe é que eles se encontram diluídos em toda a Amazônia como o caso do artista plástico *Carlos*, 56 anos, que desde 2007 mora no município de Presidente Figueiredo onde construiu uma gigantesca imagem de Nossa Senhora Aparecida na Praça da Igreja Matriz da cidade. Segundo o artista, a sua estada no Brasil está irregular desde 2005 quando ingressou por Manaus. Desde então, vive se escondendo da fiscalização da Polícia Federal e realiza pequenos trabalhos de arte e arquitetura para sobreviver. Trabalha sob encomenda ou oferece sua arte aos turistas e visitantes do município de Presidente Figueiredo onde tem contato permanente com os turistas, seus principais compradores.

O argentino Carlos não dispõe de alternativas para a regularização e a sua situação é bastante complexa. Não pode acionar o visto de permanência com base em prole brasileira porque já é pai de seis filhos, todos argentinos e não pretende ter mais filhos na altura dos seus 56 anos. Está casado e sua esposa é argentina, o que

o impede de acionar o direito de permanência com base em matrimônio com cônjuge brasileira. A alternativa seria então o visto temporário de trabalho, o que implicaria a tramitação no país de origem. No momento, distante milhas de quilômetros da fronteira argentina, isso parece completamente impossível. Em 2009, Em 2009, o Governo Luiz Inácio Lula Da Silva, através do Decreto Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009 concedeu anistia¹⁷⁹ aos estrangeiros em situação irregular no país. Seria aquela a grande chance do Carlos. Mas, afortunadamente, havia viajado a Venezuela para realizar um trabalho encomendado por um turista que conheceu em Presidente Figueiredo e, quando retornou, o prazo para dar entrada ao processo havia terminado. Por isso não se inscreveu e aguarda ansioso uma nova oportunidade de anistia prevista para 2019 ou 2020, segundo o CNIg. Enquanto isso, Carlos segue com sua vida de artista envolvendo também os filhos no trabalho, ora na confecção das peças, ora na venda avulso de obras nas imediações das principais cachoeiras de Presidente Figueiredo.

5.1.2 Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2008 no Amazonas.

No ano de 2008, chama a atenção alguns fluxos de saída sem histórico da entrada registrada no mesmo ano, ou seja, a mesma dinâmica observada com os migrantes cubanos na tabela anterior se aplica também aos migrantes alemães, porém, as motivações destes últimos podem estar mais relacionadas com o ingresso de profissionais da arte, especialmente da música clássica e erudita, uma vez que o corpo de profissionais que compõem a orquestra filarmônica do Estado do

¹⁷⁹Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009 Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.

Amazonas conta com expressiva contribuição de migrantes alemães. Também esses profissionais permanecem no Amazonas com visto de trabalho com contratos temporários que variam de 6 meses a 2 anos.

Tabela 03: Entradas e saídas
via Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em 2008

Período: 01/01/2008 a 31/12/2008				
Origem	Entradas	%	Saídas	%
Estados Unidos	10.627	50,42	9.939	50,66
Venezuela	2.600	12,34	2.480	12,64
Equador	936	4,44	343	1,75
Canadá	656	3,11	602	3,07
Colômbia	543	2,58	599	3,05
Japão	525	2,49	427	2,18
México	462	2,19	398	2,03
Coréia do Sul	385	1,83	260	1,33
Grã-Bratânia	373	1,77	404	2,06
Alemanha			299	1,52
Outros	3.705	17,58	3.869	19,72
Total	21.075	100%	19.620	100%

Fonte: Ofício nº. 440/2013 - Delemig/DREX/SR/SR/DPF/AM - páginas 8-10
Dados Organizados pela pesquisadora, 2014.

O que ainda chama a atenção nas informações registradas no ano de 2008 é a diferença relativa entre a entrada e a saída configurando um total de 1.455 migrantes que não apresentaram a saída à medida da sua entrada. Esses dados podem referir-se à situação de migrantes com visto de trabalho temporário prorrogado conforme analisamos na primeira tabela ou confirmar nossa hipótese de que há uma quantia expressiva de estrangeiros permanentes na Amazônia para comandar os negócios relacionados direta ou indiretamente à Zona Franca de Manaus. Conforme Seráfico & Seráfico (2005:108),

A Operação Amazônia e a Zona Franca podem ser vistas como momentos iniciais e decisivos de um processo que apontava no sentido da transição de um projeto de capitalismo nacional para outro de capitalismo associado e, no limite, de capitalismo transnacional, em que a dinâmica econômica e os centros decisórios estão fora do país.

Prova disso é a constante presença de profissionais e executivos que permanecem na região com estadas prolongadas a fim de coordenar, fiscalizar os negócios e providenciar o envio permanente das remessas tendo em vista que geralmente não há restrições para as remessas de lucros ao exterior¹⁸⁰.

Outra possível explicação para a estada prolongada de estrangeiros na Amazônia pode estar relacionada com outras modalidades de visto temporário que poderá ainda ser concedido

A quem não vem em definitivo ao país, mas que necessite permanecer por um período longo e determinado, com objetivo de: viagem cultural, missões de estudo, viagens de negócios, na condição de artista, desportista, estudante, cientista, professor, técnico ou profissional, sob regime de contrato com particular ou a serviço do Governo Brasileiro, correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira, ministro de confissão religiosa. Para este tipo de visto, o estrangeiro deve obter, precedentemente, uma Autorização de Trabalho junto às autoridades brasileiras que uma vez aprovada, o estrangeiro poderá requerer a concessão do visto. Ramificações do visto temporário: para viagens de negócio de curto prazo: Nessa hipótese, os visitantes não poderão, em hipótese alguma, trabalhar ou receber qualquer tipo de remuneração. Terá validade de até 90 dias, a contar da primeira chegada ao Brasil, podendo ser utilizado para várias entradas no país durante este período. Uma prorrogação por mais três meses poderá ser obtida na Polícia Federal, antes do vencimento do prazo. O visto de negócios de curto prazo poderá ser solicitado por pessoas que precisam vir ao Brasil para tratar de negócios antes de obter a autorização de trabalho e o visto apropriado (viagem preparatória para visto temporário ou permanente); o visto de negócios de curto prazo poderá ser solicitado por pessoas que precisam vir ao Brasil para tratar de negócios antes de obter a autorização de trabalho e o visto apropriado (viagem preparatória para visto temporário ou permanente). Visto temporário para profissionais com contrato de trabalho com empresa brasileira: Disponível aos estrangeiros que estarão temporariamente empregados em empresa brasileira, que necessita de conhecimentos não encontrados no Brasil. Para sua concessão é necessário comprovar qualificação e/ou experiência profissional compatíveis com a atividade que irá exercer¹⁸¹.

Quase todas as exigências apresentadas como condição de concessão de visto temporário indicam a predileção pelo "migrante ideal" largamente analisado por

¹⁸⁰ Desde que sejam declaradas, através da página do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br).

¹⁸¹ Essas informações foram retiradas do Estatuto do Estrangeiro - Lei 6.815, 19 de agosto de 1980, Artigos XII a XXI, e compiladas nessa disposição no Guia do Investidor na Zona Franca de Manaus (2011: 6).

Koifman (2012:224). Ou seja, "ideal" é aquele migrante geralmente ligada a uma instituição, pública ou privada, que o envia por uma temporada curta, com a responsabilidade de repatriá-lo assim que cessada a necessidade de sua permanência no território brasileiro. O "migrante ideal" seria aquele portador de formação superior ou de reservas econômicas suficientes para se manter no território brasileiro sem a necessidade de recorrer à assistência por infortúnios ou adversidades econômicas. A teoria do "migrante ideal" apresentada por Koifman (2012:224) estaria vinculada ao quadro das teorias das migrações voluntárias que

[...] Têm suas bases nas ciências jurídicas, no campo do direito. Teoricamente, a migração voluntária implica num projeto migratório planejado e decidido livremente pelo sujeito, pela família ou pelo grupo social que se desloca de um lugar para o outro. Nessa abordagem se encontram as correntes migratórias que são impulsionadas pelo *livre arbítrio*, um dos baluartes da Revolução Francesa, não importando o nível da migração, seja ela interna ou internacional. Determina, não só um conceito de migração, mas também uma modalidade migratória que vem diminuindo, em ordem aritmética, nas últimas décadas. É possível perceber a aplicação deste conceito, dentre outras, pelas instituições internacionais de ajuda humanitária. Só para citar alguns exemplos, em vários relatórios da ONU, a migração é apresentada como fenômeno "naturalizado". Sob este conceito as instituições da ONU desenvolvem sua política de ajuda e intervenção humanitária em todos os âmbitos das migrações. Em seus relatórios, destaca que a migração voluntária é uma resposta livre das pessoas e grupos afetados por tragédias humanitárias. [...] As teorias das migrações voluntárias apontam a falta de responsabilidade política dos estados nacionais para com os deslocamentos humanos compulsórios. Sob a justificativa de que migrar é um ato de responsabilidade ou vontade pessoal, todas as suas implicações permanecem no campo pessoal. É como se não houvesse mecanismos políticos e interesses econômicos que atuam direta e indiretamente nos deslocamentos que são eminentemente compulsórios, ou seja, o ato de vontade camufla a necessidade de migrar dos sujeitos e dos grupos sociais (OLIVEIRA 2008: 34-35).

O controle da entrada e estada do "migrante ideal" segundo Koifman (2012:224) está estreitamente relacionado com o registro das entradas e saídas regulares, como o que ocorre no banco de dados da Delemig - AM. Sucede que, num contexto marcado pelas injustiças sociais, pelas desigualdades econômicas,

pelos conflitos e crises humanitárias, é difícil sustentar a tese das migrações voluntárias. O que os dados da Delemig apresentam reforçam uma tentativa do Estado no sentido de um controle legal das entradas e saídas permitidas ou assistidas pela legislação migratória.

Nota-se, porém, que mesmo em se tratando de vistos regulares com entradas e saídas dentro da permissão legal, pode-se ocorrer a migração compulsória. É o caso do jovem norte-americano *Vicent*, 26 anos, que afirma ter passado dois anos com visto de trabalho temporário prestando serviços numa escola de língua inglesa no centro de Manaus onde era responsável pela tramitação dos intercâmbios de brasileiros nos Estados Unidos com a finalidade de aperfeiçoar a língua inglesa. *Vicent*, afirma que se "sentiu pressionado a submeter-se a esse trabalho temporário por falta de oportunidades nos Estados Unidos". Por se tratar do primeiro emprego, "é difícil", afirma o jovem, "encontrar trabalho no Estado da Califórnia". Segundo Heidemann (2004: 28), "cerca de 10% da população mundial, enfim, migra atualmente para se salvar dos pavores econômicos e de suas consequências. Desemprego em massa e pauperização tornaram-se condição estrutural do mundo contemporâneo".

Situações como a de *Vicent*, evidenciam que, se o jovem houvesse tido oportunidade de trabalhar no seu próprio país, não teria se submetido à experiência do trabalho temporário num país estrangeiro que não fazia parte de seu projeto migratório. O jovem necessitou migrar para ingressar num mercado de trabalho que não lhe confere garantias de emprego no regresso ao país de origem ao término do seu visto de trabalho temporário. Ou seja, "os migrantes não constituem mais um "exército industrial de reserva", mas, sim, integram um "lixo social" de difícil reciclagem humanística" (HEIDEMANN, 2004: 28).

Considerando essas características, mesmo que as condições de saída e retorno estejam amplamente garantidas e amparadas pela legislação, os fatores que determinaram a migração e os sentimentos do migrante mediante o fato migratório, caracterizam-na como compulsória. Essa tensão gerada mediante a necessidade de migrar descaracteriza a migração voluntária e dá margens à interpretação da migração forçada ou compulsória que ocorre sistematicamente na Amazônia às margens do controle oficial.

Na Amazônia, pode-se considerar migração compulsória boa parte dos migrantes que, de acordo com as informações da Delemig apresentadas na tabela 02, ingressam no país em situação regular e, após o término da estada prescrita na lei migratória, permanecem no país em situação irregular. Também ocorrem casos de entrada e permanência irregular, o que trataremos também ainda nesse capítulo. Em ambas as situações, a circunstância de irregularidade migratória é um fato político e indica que o migrante pode não ter tido alternativas para permanecer no seu país de origem e a migração surge como um fator de expulsão e de negação ao direito e ao sentimento de pertencimento social.

5.1.3 Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2009 no Amazonas.

Os registros apresentados pela Delemig - AM no ano de 2009, apresentam como novidade o registro da entrada e saída de migrantes do Peru e da Austrália. Esse último, no entanto, aparece com uma cifra expressiva de 316 saídas, sem indícios do registro da entrada dos mesmos nos dois anos anteriores. Tal cifra pode

ter sido ocultada ou diluída naquela coluna onde estão dispostos os países com índice de entrada menor que 1% ao ano.

Tabela 04: Entradas e saídas
via Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em 2009

Período: 01/01/2009 a 31/12/2009				
Origem	Entradas	%	Saídas	%
Estados Unidos	11.975	49,14	12.813	54,28
Venezuela	2.156	8,85	1.647	6,98
Grã-Bratãha	1.836	7,53	796	3,37
Japão	1.072	4,40	1.006	4,26
Canadá	871	3,57	909	3,85
Colômbia	693	2,84	740	3,13
Alemanha	568	2,33	566	2,40
Coréia do Sul	424	1,74	410	1,74
França	414	1,70		
Peru	370	1,52	398	1,69
Austrália			316	1,34
Outros	3.991	16,38	4.004	16,96
Total	24.370	100%	23.605	100%

Fonte: Ofício nº. 440/2013 - Delemig/DREX/SR/SR/DPF/AM - páginas 11-13
Dados Organizados pela pesquisadora, 2014.

Os dados referentes ao Peru, no entanto, convidam a análises mais pormenorizadas, uma vez que se trata de um índice de migração irregular historicamente expressivo na Amazônia. Considerando que os dados fornecidos pela Delemig referem-se à entrada por via aérea, escapam ao levantamento quantitativo o controle da entrada da grande maioria dos migrantes que ingressam no país pelas vias fluviais, especialmente pelos rios Solimões e Javary e seus afluentes nas proximidades de Tabatinga (conforme a figura 05).

Dada a proximidade entre os dois países, as relações transfronteiriças, a regularidade do transporte fluvial e o baixo custo das passagens, boa parte das entradas e saídas de peruanos através dos rios navegáveis da Amazônia brasileira não passa pelo controle da Delemig na fronteira, o que favorece o ingresso irregular. Contudo, há que se reconhecer a enorme dificuldade para se quantificar o

contingente de migrantes peruanos vivendo na Amazônia brasileira em situação irregular.

Figura 05: Mapa das principais vias fluviais entre o Brasil e o Peru



Fonte: Atlas Geopolítico da Pan-Amazônia
(os recortes e destaques são responsabilidade da pesquisadora)

Num amplo estudo realizado entre 2000 e 2002 pelo então Instituto de Estudos da Amazônia - IESAM, vinculado à Fundação Joaquim Nabuco, os pesquisadores Carlos Augusto dos Santos, Marília Brasil e Hélio Moura, estimavam que aproximadamente 40 mil peruanos viviam em situação irregular na Amazônia no período da pesquisa, enquanto apenas uma média de 4 mil encontrava-se registrado regularmente no Consulado Geral do Peru em Manaus (SANTOS, et all, 2001: 479-488). De acordo com os referidos pesquisadores, os migrantes em situação irregular encontravam-se espalhados e diluídos em toda a Amazônia, inseridos no mercado de trabalho informal. Já aqueles que se encontravam regularizados com permanência temporária ou definitiva, na sua grande maioria eram profissionais ligados à área da saúde ou pesquisa científica. Muitos dos quais portavam visto de trabalho temporário e prestavam serviço nos municípios do interior da Amazônia, principalmente nos Estados do Pará e Amazonas. Ainda segundo os referidos autores, historicamente, os governos e em especial os prefeitos dos municípios do

interior da Amazônia encontram muitas dificuldades para deslocar profissionais brasileiros da área da saúde para trabalhar no interior. Para muitos, os municípios, especialmente os mais distantes das capitais, são sinônimo de atraso e de limitações no crescimento profissional e certo preconceito ainda paira sobre os profissionais que se deslocam para os municípios ou comunidades do interior. A principal justificativa para não trabalhar no interior, apresentada pelos próprios profissionais da saúde, refere-se ao pouco espaço para se multiplicar as atividades e contratações. A multiplicidade de contratos e plantões médicos é muito recorrente na capital dos estados onde, principalmente os médicos, são disputados pelo Serviço Único de Saúde e ao mesmo tempo pelos hospitais e clínicas privadas. Além disso, todas as possibilidades de residência médica, especialização ou pós-graduação encontram-se centralizadas nas capitais contribuindo para que muitos profissionais da área resistam ao deslocamento para o trabalho. A esses profissionais está totalmente garantido o direito de "não migrar". O mesmo não se aplica aos mesmos profissionais de nacionalidade peruana que não dispõem das mesmas condições e facilidades de contratação e empregabilidade no seu país.

Depois desse estudo dos pesquisadores do IESAM, registramos o nosso trabalho de conclusão do curso de graduação e bacharelado em Ciências Sociais realizado na Universidade Federal do Amazonas¹⁸², onde estudamos de maneira mais aprofundada os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos propulsores do deslocamento compulsório, especialmente na Selva Peruana e novamente nos debruçamos sobre a temática da situação irregular da maioria dos migrantes

¹⁸² Com o título: Abordagens preliminares sobre a migração internacional e o caso dos peruanos em Manaus, a pesquisa de monografia foi defendida no dia 13 de dezembro de 2004, tendo como banca examinadora o orientador Prof. Dr. Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto (presidente) e os membros: Prof^ª. MSc. Marília Carvalho Brasil e o Prof. Dr. Pery Teixeira do Departamento de Economia da UFAM.

peruanos espalhados pela Amazônia e as dificuldades encontradas para a regularização.

Outro trabalho significativo do ponto de vista da análise da migração peruana na Amazônia é a dissertação de mestrado da Alessandra Rufino Santos realizada no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia em 2013¹⁸³. Nesse trabalho a pesquisadora paira novamente sobre a situação dos peruanos na Amazônia, de maneira especial concentrados na cidade de Boa Vista, capital de Roraima e aprofunda a questão das

Negociações identitárias dos peruanos que migraram para a cidade de Boa Vista entre os anos de 1990 a 2010. Para investigar esse fenômeno partiu-se da hipótese de que as relações de amizade e de parentesco influenciam o processo migratório de peruanos e impactam as negociações identitárias vivenciadas por eles. [...] Os interlocutores da pesquisa foram homens e mulheres de nacionalidade peruana, entre 18 e 72 anos, que se deslocaram em períodos diversos e que exercem distintas atividades profissionais, como comerciantes, médicos e professores. A luz das teorias dos estudos migratórios e identitários foi possível compreender como os migrantes peruanos negociam suas identidades, segundo suas experiências migratórias. [...] Nesse contexto, as redes familiares e de amizade dos migrantes peruanos fortalecem os referenciais significativos do lugar de origem, bem como a condição de sujeito migrante (SANTOS, 2013: 9).

De acordo com os dados da Delemig, entre meados da década de 1990 até aproximadamente o final de 2005, os peruanos representavam a principal demanda pelo visto de permanência com base em prole ou matrimônio contraído com cônjuge brasileiro. Essa constatação representa uma das possíveis explicações para as entradas e estadas irregulares até a oportunidade da regularização através da via da legislação, já que esse fluxo migratório não corresponde ao auspício do "migrante ideal" por não corresponderam às exigências impetradas a essa categoria. Isso ocorre especialmente porque,

¹⁸³ A dissertação com o título "Migração de Peruanos em Boa Vista" foi orientada pelo Prof. Dr. Ernesto Renan de Melo Freitas Pinto e contou com a presença das professoras Marilene Corrêa da Silva Freitas (PPGSCA/UFAM) e Francilene dos Santos Rodrigues (PPGSF/UFRR) na composição da banca examinadora.

A maioria quantitativa dos migrantes peruanos que vivem na Amazônia apresenta algumas características em comum: são originários da Selva Peruana; apresentam um histórico anterior de migração interna no Peru e, não raras vezes, também nos municípios do interior do estado do Amazonas; muitos não possuem qualificação profissional de acordo com as exigências do mercado de trabalho formal; muitos apresentam nível de estudos relativamente baixo; alguns se identificam como pertencentes a etnias indígenas; muitos migram acompanhados de toda a família, com uma média de três filhos, em busca de qualquer tipo de trabalho e de melhoras nas condições de vida; submetem-se a qualquer situação de trabalho que lhes proporcione algum ganho para garantir o sustento da família; não raro submetem-se a situações de exploração no trabalho favorecida pela situação de permanência irregular (OLIVEIRA, 2008: 206).

De modo geral, os migrantes peruanos que ingressam no país de forma irregular, assim permanecem até surgir a oportunidade de regularização através das duas modalidades anteriormente mencionadas. Entretanto, na pesquisa de campo, identificamos que visto de permanência com base em prole brasileira é ainda o mais acionado pelos peruanos. Poderia ser porque aparentemente parece ser mais simples de ser tramitado. No entanto, a exigência das escolas públicas pela documentação das crianças no ato da matrícula, faz com que os pais sintam-se quase que obrigados a regularizar a sua situação migratória para poder obter o registro de nascimento dos filhos que os necessitam para estudar.

Os dados que nos foram fornecidos pela Delemig referentes às solicitações de vistos de permanência não indicaram a nacionalidade dos requerentes. Por isso, não podemos afirmar com segurança que os peruanos continuam sendo a maioria dos requerentes.

Tabela 05: Solicitação de visto de permanência de migrantes estrangeiros no Amazonas

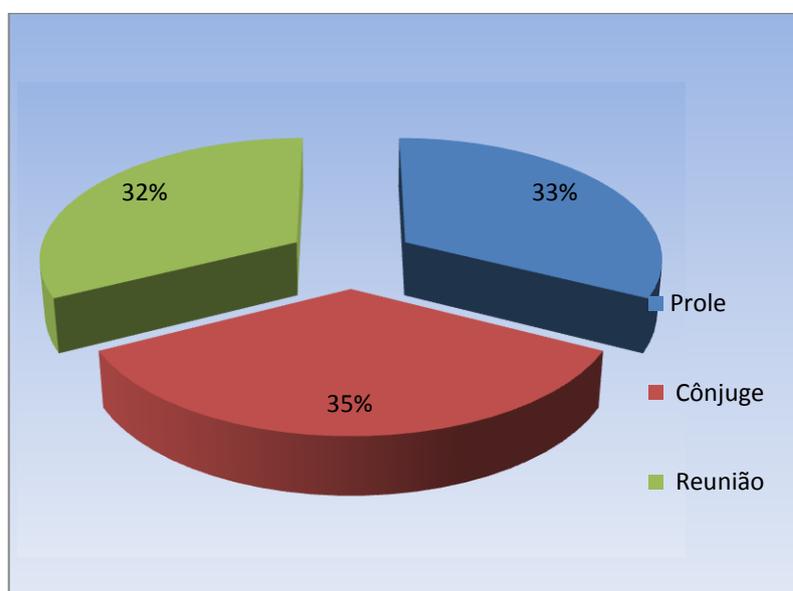
Ano	Tipo de Visto	Quantidade	
2007	Permanência base prole	130	219
	Permanência base cônjuge	65	
	Permanência base reunião familiar	24	
2008	Permanência base prole	129	236
	Permanência base cônjuge	90	

	Permanência base reunião familiar	17	
2009	Permanência base prole	126	219
	Permanência base cônjuge	67	
	Permanência base reunião familiar	26	
2010	Permanência base prole	81	153
	Permanência base cônjuge	65	
	Permanência base reunião familiar	07	
2011	Permanência base prole	123	212
	Permanência base cônjuge	75	
	Permanência base reunião familiar	14	

Fonte: Ofício nº. 440/2013 - Delemig/DREX/SR/SR/DPF/AM - páginas 01-02

A solicitação de residência permanente com base em prole continua sendo o tipo de visto mais procurado pelos migrantes em situação irregular somando um total de 589 solicitações nos cinco anos de referência. Na sequência a solicitação com base em cônjuge brasileiro representa um total de 362 solicitações no mesmo período de referência.

Figura 06: Tipos de Vistos de Permanência



Fonte: Ofício nº. 440/2013 - Delemig/DREX/SR/SR/DPF/AM - páginas 01-02
Dados organizados pela pesquisadora

Note-se que na modalidade pedido de permanência com base em cônjuge brasileiro, quase na sua totalidade, representa a união do migrante do sexo masculino com uma brasileira. Os casos inversos são menos observados. Por

último, a modalidade de visto de permanência com base em reunião familiar representou apenas 8% da demanda somando um total de 88 solicitações, conforme demonstrado na figura abaixo.

De acordo com os dados da Delemig, 1.039 solicitantes de visto de permanência indicam a tentativa de regularização da situação migratória somente no Estado do Amazonas entre os anos de 2007 e 2011. Numa estimativa aritmética, poderíamos supor que em 2014, já contaríamos com uma média estimada de aproximadamente 1.500 migrantes vivendo em situação irregular somente no estado do Amazonas. Ainda lidando com as estimativas, numa análise percentual aplicada a toda a Amazônia, teríamos uma média de aproximadamente 5.000 migrantes em situação irregular, levando em consideração apenas os solicitantes de regularização da permanência. Se multiplicarmos cada solicitante pela estimativa de 4 pessoas por família, somente aqui já teríamos uma média aproximada de 20.000 migrantes em situação irregular ou em vias de regularização na Amazônia entre 2007 e 2014.

As informações sobre as modalidades de solicitações de vistos representam uma fonte importante para se interpretar a condição de irregularidade dos migrantes na Amazônia. Considerando que um quantitativo expressivo seja de países fronteiriços, com destaque para o Peru, há que se considerar também a possibilidade de migrantes com ingresso regular e visto de trabalho temporário, desejar converter o visto para permanência com base em prole ou cônjuge. É o caso de muitos profissionais liberais que trabalham na região com contratos temporários baseados no visto internacional de trabalho que desejam continuar no território brasileiro mesmo depois de terminada a estada regular. Entre esses profissionais solicitantes de conversão do visto de trabalho temporário em visto de residência permanente, destacam-se médicos, enfermeiros, odontólogos, farmacêuticos e

outras profissões ligadas à área da saúde, pesquisadores, professores do ensino superior, dentre outros, que calharam contrair matrimônio com cônjuge brasileiro ou tiveram filhos registrados em território nacional.

A solicitação do visto de residência permanente com base em reunião familiar representa uma demandada menor porque tal modalidade é mais exigente e supõe que o solicitante tenha maior tempo de residência no país com casa própria, trabalho fixo, renda e outros requisitos relacionados à manutenção da própria família e de outrem, desde que seja parente de primeiro grau, o que se estenderia apenas aos pais, filhos e irmãos do solicitante.

Por fim, é importante notar que os dados informados pela Delemig referem-se a abertura de processos de solicitação de permanência que pode demorar uma média de seis meses a dois anos de tramitação junto ao Ministério da Justiça que também delega o Conselho Nacional de Imigração - CNIg, a incumbência de julgar as solicitações e autorizar, segundo os critérios de análise de seu colegiado, os pedidos de permanência.

Em nível nacional, entre o dia 01 de janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2013, o CNIg concedeu um total de 11.090 autorizações de vistos de residência permanente ou temporária distribuídos da seguinte forma:

Tabela 06: Autorizações de vistos concedidos pelo CNIg

Gênero	2010	2011	2012	2013
Masculino	362	1.079	4.678	2.510
Feminino	173	368	1.124	796
Total	535	1.447	5.802	3.306

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - CNIg

Os dados do CNIg conferem com a realidade acompanhada na Amazônia onde a maioria dos solicitantes de visto declaram-se do sexo masculino. Entretanto,

conforme refletimos no terceiro capítulo dessa pesquisa há que se considerar o crescente ingresso de mulheres nas fileiras das migrações internacionais na Amazônia, especialmente na última década. A questão de gênero também está intimamente relacionada com o tipo de visto solicitado ou com a categoria do mesmo, conforme podemos observar nas tabelas 06 e 07, respectivamente.

Tabela 07: Tipos de vistos concedidos pelo CNlg

Tipo	2010	2011	2012	2013
Permanente	318	1.148	5.402	2.899
Temporário	217	299	400	407
Total	535	1.447	5.802	3.306

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - CNlg

A atual legislação migratória, a Lei 6.815, em vigor desde 19 de agosto de 1980, conhecida também como "Estatuto do Estrangeiro" que legisla também sobre os tipos de concessão de visto a estrangeiros em território brasileiro, em seu Artigo XIII determina que o visto temporário poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil:

I - em viagem cultural ou em missão de estudos;

II - em viagem de negócios;

III - na condição de artista ou desportista;

IV - na condição de estudante;

V - na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob o regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro; e

VI - na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira.

No Artigo XIV da Lei 6.815 nota-se que o prazo de estada no Brasil, nos casos dos itens II e III do artigo XIII, será de até noventa dias, e, nos demais, salvo o disposto no parágrafo único deste artigo, o correspondente à duração da missão, do

contrato, ou da prestação de serviços, comprovada perante a autoridade consular, observado o disposto na legislação trabalhista¹⁸⁴.

O Artigo XV do Referido Estatuto determina ao estrangeiro referido nos itens III ou V do artigo XIII só se concederá o visto se satisfizer as exigências especiais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração e for parte em contrato de trabalho visado pelo Ministério do Trabalho, salvo no caso de comprovada prestação de serviço ao Governo brasileiro.

O visto permanente está previsto no Artigo XVI do Estatuto do Estrangeiro que determina que o mesmo poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil. Em seu parágrafo único, a legislação determina que a imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.

Em seu Artigo XVII, o Estatuto determina que para obter visto permanente o estrangeiro deverá satisfazer, além dos requisitos referidos no artigo V, às exigências de caráter especial previstas nas normas de seleção de imigrantes, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração.

O Artigo XVIII determina que a concessão do visto permanente poderá ficar condicionada, por prazo não superior a cinco anos, ao exercício de atividade certa e à fixação em região determinada do território brasileiro.

Nota-se que no Brasil, todas as solicitações de visto, permanente ou temporário, são encaminhadas ao Ministério da Justiça através das Delemigs vinculadas ao Departamento Regional de Polícia Federal. Isso ocorre porque ainda

¹⁸⁴ Parágrafo único. No caso do item IV do artigo XIII o prazo será de até um ano, prorrogável, quando for o caso, mediante prova do aproveitamento escolar e da matrícula.

não dispomos de uma legislação específica para as políticas migratórias e não contamos com uma agência de migração¹⁸⁵, ou algo parecido, que possa vir a zelar pela aplicação da lei e atender os migrantes na sua necessidade e condição migratória.

O Artigo XX do Estatuto do Estrangeiro determina que pela concessão de visto cobrar-se-ão emolumentos consulares, ressalvados:

I - os regulados por acordos que concedam gratuidade;

II - os vistos de cortesia, oficial ou diplomático;

III - os vistos de trânsito, temporário ou de turista, se concedidos a titulares de passaporte diplomático ou de serviço.

As taxas cobradas através das Guias de Recolhimento da União - GRU, para abrir os processos de solicitação de permanência, somam montantes que podem variar de acordo com a situação do migrante. Em caso de estadas além do tempo permitido por lei, o migrante fica condenado a recolher multas previstas no Artigo XXV que determina que as multas previstas neste Capítulo, nos casos de reincidência, poderão ter os respectivos valores aumentados do dobro ao quádruplo.

Nas pesquisas de campo junto aos migrantes em situação irregular, percebemos que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos migrantes peruanos refere-se justamente à questão das taxas cobradas para se iniciar o processo de regularização. Essa pode ser uma das possíveis explicações para o

¹⁸⁵Nas conferências livres em preparação à Conferência Nacional para as Migrações - Comigrar, ocorridas desde o final de 2013 e na Conferência Estadual realizada em Manaus no dia 30 de Março de 2014 nas dependências da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos - Sejus, as principais propostas sistematizadas pelos diversos grupos de trabalho que estiveram reunidos nas etapas preparatórias, acenam para 1) a criação de uma Agência Nacional de Migrações vinculada ao Ministério da Justiça, substituindo a Polícia Federal no atendimento direto aos migrantes e refugiados garantindo-lhes atendimento mais humanizado e baseado na reciprocidade; 2) Criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Migrações com a participação da sociedade Civil organizada e com representação dos migrantes; 3) Garantia de assento com direito a voto de representantes dos migrantes no Conselho Nacional das migrações; 4) Elaboração de Políticas Migratórias orientadas pelos Direitos Humanos, Isonomia e Reciprocidade; 5) A elaboração de uma nova Legislação Migratória com base nos princípios da reciprocidade e não na Lei de Segurança Nacional.

quantitativo expressivo de peruanos vivendo em situação irregular, além daquelas questões relacionadas à burocracia, aos documentos exigidos e à dificuldade de acesso à Delemig, bem como a impossibilidade de acompanhar os processos, atentos aos prazos pré-determinados¹⁸⁶.

Foi o que ocorreu com Angel, 48 anos, peruano, cinco filhos, sendo dois peruanos e três brasileiros, casado com esposa da mesma nacionalidade, residente no município de São Paulo de Olivença, na região do Alto Solimões, há 20 anos. Quando veio para o Brasil em 1994, entrou por via fluvial, em barco pequeno que não passava pelo controle da Delemig. Ele tampouco se preocupou em buscar as vias legais para o ingresso regular. Quando os filhos menores, nascidos no território brasileiro foram se matricular, a diretora da escola foi logo exigindo os documentos dos pais. Uma vez identificada a situação de irregularidade ela os aconselhou a procurar a Polícia Federal.

A proximidade da cidade onde residem com Tabatinga os fez procurar ali o posto de atendimento da Polícia Federal. Angel comenta que foi tratado de forma muito agressiva pelo agente de plantão que colocou mil dificuldades para a regularização e aconselhou regressar ao Peru por seis meses e começar tudo de novo. Como regressar ao Peru se vim fugido de lá por causa dos conflitos socioambientais na selva peruana? Indaga Angel, que prossegue, como deixar para trás a minha família que depende do meu trabalho para sobreviver?

¹⁸⁶ Nas pesquisas de campo junto aos peruanos identificamos 32 casos de ingresso de processo perdido por conta da dificuldade de deslocamento dos municípios do interior para a capital por ocasião da vinda dos processos que exigiam vistas ou assinaturas dos requerentes. Quando os processos retornam de Brasília para a Delemig, o solicitante tem um prazo de até 30 dias para se apresentar e cumprir às exigências solicitadas pelo Ministério da Justiça. O problema é que o informe da vinda do processo para a Delemig é publicado somente no Diário Oficial da União - DOU. Isso quer dizer que os requerentes que não tiver acesso permanente ao DOU fica À mercê da informação e perde os prazos predeterminados, o que faz com que as solicitações sejam arquivadas voltando à estaca zero. No caso de reapresentação do mesmo processo, o migrante fica condenado a pesadas multas para revisão do mesmo e perdendo todos os pagamentos recolhidos na primeira instância.

Diante do descaso no posto de atendimento em Tabatinga, numa oportunidade, veio para Manaus e, com a ajuda da Pastoral dos Migrantes, deu entrada no processo de solicitação de permanência com base em prole. Na época, pagou diversas multas por causa da irregularidade e entrou com processo coletivo estendido à esposa e aos filhos maiores, naquela época de 13 e 14 anos.

Ocorreu que passados 90 dias, foi publicado no DOU uma chamada para comparecer na Delemig levando cópia autenticada dos registros de nascimento dos filhos. Angel não foi informado da exigência porque não tinha acesso a internet nem ao DOU e passados 90 dias da publicação, o processo foi arquivado. Em outra oportunidade que veio para Manaus, dirigiu-se à Delemig e foi devidamente informado do ocorrido e teve que fazer tudo de novo, inclusive pagar novamente todas as taxas e multas. Sempre que possível Angel afirma que ligava para a Delemig em busca de informações e quase sempre o deixava pendurado ao telefone, pagando pela ligação, sem obter as devidas informações. Quase dois anos após a segunda solicitação, novamente a publicação no DOU passou despercebida e quando soube, o prazo havia expirado e o processo arquivado e Angel e sua família permanecia em situação irregular. E assim permaneceram até 2009 quando pagaram novamente todas as taxas e se apresentaram no grande mutirão de regularização proposto pela de Anistia, Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009. De acordo com a referida Lei,

Artigo 1º - Poderá requerer residência provisória o estrangeiro que, tendo ingressado no território nacional até 1º de fevereiro de 2009, nele permaneça em situação migratória irregular. Artigo 2º - Considera-se em situação migratória irregular, para fins desta Lei, o estrangeiro que: tenha ingressado clandestinamente no território nacional; admitido regularmente no território nacional, encontre-se com prazo de estada vencido; ou beneficiado pela Lei no 9.675, de 29 de junho de 1998, não tenha completado os trâmites necessários à obtenção da condição de residente permanente. Artigo 3º - Ao estrangeiro beneficiado por esta Lei são assegurados os direitos e

deveres previstos na Constituição Federal, excetuando-se aqueles reservados exclusivamente aos brasileiros.

Já bastante chateado com a situação e desanimado com a burocracia, Angel decidiu tentar a anistia e, dessa vez deu certo. Atento às informações publicadas no DOU e grudado na Pastoral dos Migrantes, no dia 28 de outubro de 2012, na festa do Senhor dos Milagros, padroeiro dos peruanos, ele agradecia emocionado pela conquista da regularização.

Somadas todas as taxas e multas pagas para tal regularização dos quatro, nas três tentativas, Angel deve ter gasto uma média de R\$ 10.000 (Dez Mil Reais). Em se tratando de um comerciante autônomo que vive do que vende diariamente, esse valor é um absurdo. Tais cifras justificam, ao menos em parte, a aparente "acomodação" dos peruanos com a situação irregular. Boa parte dos migrantes não dispõe de economias suficientes para pagar as taxas, além das viagens para Manaus, para iniciar o processo de regularização. Essa questão e outras relacionadas com a excessiva burocracia dos processos encontram-se na pauta da Conferência Nacional para os Migrantes - Comigrar, marcada para 30 de maio a 01 de junho de 2014 em São Paulo.

5.1.4 Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2010 no Amazonas.

Os dados registrados no ano de 2010 indicam um leve crescimento na mobilidade internacional na Amazônia com destaque novamente para a circularidade quase sincrônica entre entradas e saídas, indicando novamente a saída de pessoas que se encontravam em território brasileiro há mais tempo. Tal sincronia representa

um status de movimento considerado relativamente "normal" para os padrões internacionais.

Tabela 08: Entradas e saídas
via Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em 2010

Período: 01/01/2010 a 31/12/2010				
Origem	Entradas	%	Saídas	%
Estados Unidos	11.567	47,57	12.290	49,65
Alemanha	1.915	7,88	1.875	7,57
Argentina	1.698	6,98	1.196	4,83
Japão	1.074	4,42	969	3,91
Peru	961	3,95	997	4,03
Coréia do Sul	953	3,92	785	3,17
Colômbia	797	3,28	785	3,17
Canadá	563	2,32	637	2,57
México	502	2,06	520	2,10
Venezuela	409	1,68	414	1,67
Outros	3.877	15,94	4.287	17,32
Total	24.316	100%	24.755	100%

Fonte: Ofício nº. 440/2013 - Delemig/DREX/SR/SR/DPF/AM - páginas 15-17
Dados Organizados pela pesquisadora, 2014.

5.1.5 Desafios e perspectivas da mobilidade de migrantes internacionais registrada pela Delemig no ano de 2011 no Amazonas.

Nos dados referenciais da Delemig do ano de 2011 os Estados Unidos mantêm uma regularidade de circulação que representa a maioria quantitativa das entradas e saídas, quase sempre beirando a metade de toda a mobilidade dessa categoria migratória na Amazônia com estadas curtas variando entre noventa dias e seis meses. Esse dado pode fornecer-nos inúmeras situações para amplas análises. Porém, nos atemos a uma em específico. Trata-se da intensa circularidade de missionários protestantes dos EUA para a Amazônia. Uma vez que o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes representa a porta de entrada para toda a Amazônia,

a mobilidade dos EUA justifica-se pela quantidade de missionários espalhados nas mais remotas regiões da Amazônia.

**Tabela 09: Entradas e saídas
via Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em 2011**

Período: 01/01/2011 a 31/12/2011				
Origem	Entradas	%	Saídas	%
Estados Unidos	9.505	43,19	9.509	42,57
Alemanha	1.561	7,09	1.740	7,79
Colômbia	1.023	4,65	937	4,19
Argentina	972	4,42		
Peru	834	3,79	883	3,95
México	754	3,43	684	3,06
Canadá	712	3,24	845	3,78
Panamá	711	3,23	725	3,25
Coréia do Sul			448	2,23
Venezuela	608	2,76	535	2,40
Japão	577	2,62	499	2,23
Outros	4.750	21,58	5.532	24,77
Total	22.007	100%	22.337	100%

Fonte: Ofício nº. 440/2013 - Delemig/DREX/SR/SR/DPF/AM - páginas 19-21
Dados Organizados pela pesquisadora, 2014.

Nota-se nessa mobilidade em especial, uma "predileção" pela missão religiosa junto aos povos indígenas, com intenso trabalho missionário nas aldeias, e ainda uma presença significativa de missionários protestantes nas comunidades ou pequenos povoados de agricultores ou "ribeirinhos" como são chamados pelos referidos missionários.

Trata-se de uma presença, justificada oficialmente, para fins religiosos de "evangelização dos gentios", segundo afirma a missionária Melany, 36 anos, bancária, natural de New Jersey. Todos os anos, dezenas, centenas e até milhares de missionários norte-americanos, como Melany, licenciam-se de seus postos de trabalho, com a licença especial de seis meses, para "dedicar-se ao trabalho missionário junto aos povos da Amazônia". Segundo a pastora Melany, "todos são

voluntários e sentem-se movidos pelo Espírito Santo para prestar esse necessário serviço missionário aos povos gentios, os mais vulneráveis do hemisfério sul".

Ao retornar aos EUA, os missionários levam, "além das inúmeras recordações e da satisfação pelo dever missionário realizado", muitas outras bagagens, especialmente no que se refere a utensílios e peças artesanais e muitas, muitas fotografias. Cada fotografia parece ganhar status de troféu a ser exibido aos parentes e amigos. As imagens das crianças são as preferidas. Por ocasião do nosso encontro com a pastora Melany, durante as pesquisas de campo no rio Purus, na comunidade Cuianã, entre os municípios de Anori e Beruri, ela parecia orgulhosa ao exibir-nos as incontáveis fotografias. Pareciam representar a prova viva da estada entre os ribeirinhos definidos por ela como "o povo mais ignorante e necessitado de assistência que já conhecera"

A base da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) localizada no bairro Adrianópolis, região nobre de Manaus, encontramos reunidos cerca de 200 missionários, regressavam da missão na região do médio e baixo rio Purus para "avaliar a missão e planejar a próxima etapa com os novos 250 missionários que acabavam de chegar dos EUA e se preparavam para viajar às terras de missão" espalhadas por toda a Amazônia.

Melany comenta que pertence a um grupo formado por missionários que veem ao Brasil para participar da missão durante 6 meses. Seu grupo é formado por médicos, dentistas, enfermeiras, farmacêuticos, bancários e alguns casais aposentados. Muitos casais estavam acompanhados pelos filhos pequenos, adolescentes ou jovens. Aliás, haviam "muitos jovens evangelizadores", explicou-me a pastora Melany. Ela mesma conta que começou a viajar para a Amazônia desde

criança quando vinha com os pais. Depois, na juventude, retornou inúmeras vezes e essa já era a 15ª viagem que realizava em missão.

Melany informou ainda que os custos com a viagem são todos financiados pela instituição religiosa, "cabendo ao missionário doar apenas a sua contribuição como pessoa enviada por Deus aos povos longínquos necessitados da sua presença evangelizadora e salvadora"¹⁸⁷.

Por ocasião da visita de campo em Brasiléia, no Acre, encontramos dois jovens americanos missionários da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos dias, também conhecidos como "mórmons". Segundo informaram, ambos seriam de New Orleans, capital da Luisiana e estariam em Brasiléia para uma temporada de "estágio missionário" de seis meses ininterruptos pelo qual "todos os jovens mórmons do sexo masculino devem passar pelo menos uma vez na vida".

Élder James, o mais jovenzinho, falava veementemente aos haitianos mesclando inglês, Francês e português com sotaque americano. Difícil de entender. Contou-nos que chegara recentemente ao Brasil tendo passado alguns dias em Manaus, na sede da igreja localizada na Estrada da Ponta Negra, preparando-se para a missão. Estava contente com os desafios encontrados em Brasiléia, mas, expressava a sua reprovação quanto à situação dos migrantes haitianos. "Eles não deveriam ter vindo para cá", afirmava insistentemente. "No Haiti eles são bem assistidos pelos nossos missionários que se encontram por lá".

O outro jovem, Élder Paul¹⁸⁸, aparentemente um pouco mais velho¹⁸⁹ que o primeiro, demonstra-se muito seguro do seu papel missionário pois já era o seu

¹⁸⁷ Muitos outros aspectos poderiam ser aprofundados a partir das informações recolhidas entre os missionários da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB). Entretanto, fica em aberto o tema para futuras abordagens.

¹⁸⁸ Pareceu-me que todos os missionários dessa Congregação trazem Elder como primeiro nome. Não foi possível perguntar o significado desse costume ou determinação religiosa. Fica para outro momento oportuno aprofundar também esse aspecto no mínimo curioso.

segundo estágio na Amazônia intercalado por um período de seis meses. Distribuía revistas e bíblias, traduzidas para o português, em formato de bolso, aos migrantes no centro de acolhida mantido pela Secretaria de Assistência Social do Estado do Acre. Era mais falante e expressava-se com mais desenvoltura. Contou-nos que era a segunda vez que viajava para a Amazônia com o objetivo de "contribuir com a missão além fronteiras". Cada viagem "dura uma média de seis meses e eu posso realizar a cada ano porque ainda não tenho trabalho fixo. Quando começar a trabalhar vai ficar mais difícil" afirma Élder Paul. "Esse povo parece ovelhas sem pastor" gritava durante sua pregação na língua crioulo haitiano com sotaque americano. Orgulhoso por ter estado seis meses na capital do Haiti no ano anterior onde aprendera falar e escrever crioulo haitiano apresentava-se como o coordenador da missão em Brasília. "Vocês precisam libertar-se de uma vez por todas das bruxarias africanas!" bradava o jovem missionário referindo-se à prática do vodu, sempre interrompido com aplausos fervorosos dos ouvintes.

Muitas outras questões poderiam ser aprofundadas no que se refere à intensa presença de missionários norte-americanos na Amazônia. Entretanto, para não fugir ao foco das análises propostas nesse recorte, deixaremos para futuras abordagens as questões relacionadas, por exemplo, com a presença significativa de profissionais ligados farmácia e bioquímica que se aproveitam do trabalho missionário para também recolher dos "povos evangelizados" informações privilegiadas a cerca das fórmulas da medicina natural, do etnoconhecimento sobre as propriedades curativas das diversas plantas medicinais, sapos, aracnídeos, mariposas e outros insetos e

¹⁸⁹ Ambos recusaram-se informar-nos a idade, o que foi prontamente respeitado. Porém, percebeu-se, salvo engano, que se tratava de jovens com pouco mais de 20 anos.

principalmente os atributos cosméticos de essências, óleos e resinas vegetais¹⁹⁰. Isso sem considerar a quantidade de artefatos artesanais que são levados para os Estados Unidos com a autorização alfandegária e circulação de missionários com formação na área da mineralogia e geologia. Todas essas questões poderão ser retomadas para estudos posteriores, já que não é este o foco de nossa pesquisa.

5.1.6 Algumas considerações sobre a autorização de visto ou residência em caráter humanitário na Amazônia entre 2010 e 2013.

A modalidade de visto humanitário, prevista no Estatuto do Estrangeiro de 1980, permaneceu quase inalterada por ser pouco usual até a intensificação da chegada de migrantes haitianos requerendo o status de refugiados ambientais no território nacional brasileiro.

A categoria refúgio ambiental prevista pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, refere-se ao status específico concedido a grupos familiares ou sociedades inteiras afligidas por desastres ambientais ou climáticos forçadas a emigrar de sua terra natal em função de mudanças bruscas no meio ambiente.

No Brasil, a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e em seu Artigo XI, cria o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça encarregado de avaliar as solicitações específicas de refúgio devidamente fundamentadas. Em última instância, caberia ao CONARE

¹⁹⁰ Dentre muitas outras questões, no mínimo suspeitas, Chama-nos a atenção o fato dos missionários bioquímicos e farmacêuticos esforçarem-se para aprender a língua das etnias indígenas e não a utilizarem nas cerimônias e cultos religiosos. Fica a impressão de que o interesse pelo conhecimento da língua esteja relacionado à apropriação das fórmulas e códigos utilizados nos rituais de cura ainda praticados em alguns contextos indígenas. Contudo, essas "suspeitas" poderão ser retomadas em futuros trabalhos mais específicos.

deliberar sobre o status de refugiado ambiental ou climático por se tratar de uma categoria específica da condição de refúgio. Ocorre que quando os migrantes haitianos começaram a chegar em levadas significativas nas fronteiras da Amazônia a partir de meados de 2010, solicitando o status de refugiados ambientais, ao que parece, o CONARE começou a apresentar dificuldades, para concessão do referido visto por causa da quantidade cada vez mais expressiva de solicitações da mesma modalidade.

Quando a situação parecia fora de controle, o CONARE repassou ao CNIg a responsabilidade de reavaliar a situação dos haitianos a fim de buscar alternativas à autorização de visto de refúgio ambiental ou climático. Num primeiro momento, o refúgio ambiental parecia ser uma solicitação legitimamente fundada na tragédia ambiental pela qual passara a capital do Haiti em 12 de janeiro de 2010 afetando cerca de 3 milhões. A catástrofe matou pelo menos 200 mil haitianos e mais de 1,5 milhões de pessoas ficaram desabrigadas. Essas características seriam suficientes para atestar e legitimar a solicitação de refúgio ambiental no território brasileiro. No entanto, a Presidenta Dilma Rousseff, sem maiores explicações, pelo menos que tenham vindo a público, determinou que a situação dos haitianos fosse repassada ao CNIg através de mecanismos específicos.

A negativa ao status de refugiados ambientais poderia desdobrar-se em inúmeras e incansáveis análises do ponto de vista das teorias migratórias e das questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o tema. Mas, para sobre os estudiosos, dentre os quais eu me incluo, a suspeita de que a negativa estaria diretamente relacionada à contenção da tensão resultante dos conflitos socioambientais na Amazônia decorrentes da implantação dos grandes projetos. Sabe-se que alguns grupos afetados, especialmente os povos indígenas, já haviam

cogitado a solicitação do status de refugiados ambientais. Por isso, nos pareceu plausível a negativa aos haitianos justamente para não abrir precedentes para os brasileiros.

Diante do impasse, o CONARE foi temporariamente afastado da operação de assistência aos migrantes, ficando à cargo do CNlg o acompanhamento da situação e os ajustes referentes à regularização da estada dos mesmos no território nacional. Ao que nos parece, foi justamente nessa conjuntura que em 12 de janeiro de 2012, o presidente do CNlg Paulo Sérgio de Almeida, publicou a Resolução Normativa Nº 97 que dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no Artigo XVI da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti e resolve:

Artigo I - Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no Artigo XVI da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do Artigo 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Artigo II -O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Artigo III - Antes do término do prazo previsto no caput do Artigo 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Dessa maneira o CNlg passou a conceder autorização de visto ou residência em caráter humanitário a todos os haitianos que até 12 de janeiro de 2012 encontravam-se na fila de espera por uma resolução. Foram realizados verdadeiros mutirões de atendimento os postos avançados da Delemig nas fronteiras e na sede regional em Manaus.

Conforme a tabela abaixo, até o final de 2013, os haitianos representavam a maioria absoluta com autorização de visto humanitário.

Tabela 10: Autorização de visto ou residência em caráter humanitário no Brasil

País	2010	2011	2012	2013
Haiti	4	709	4.682	2.070
Bangladesh	0	0	0	35
Paquistão	0	0	0	17
Outros	0	1	2	12
Iraque	0	0	0	8
Senegal	0	0	0	6
Gana	0	0	0	3
Síria	0	0	0	2
Congo	0	1	2	1
Somália	0	0	0	1
Coréia	0	0	0	0
Nova Guiné	1	0	1	0
Não Informado	0	0	19	2
Total	4	711	4.706	2.157

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego
Conselho Nacional de Imigrações

E conforme a tabela seguinte, o Acre e o Amazonas foram as duas unidades federativas onde houve maior concessão de autorizações de visto humanitário. Os números, no entanto, escondem um segundo drama humanitário pelo qual os

haitianos passam a ser submetidos. Trata-se de um eterno calvário num contexto onde não existem políticas migratórias capazes de atender demandas como essas.

Tabela 11: Autorizações de visto ou residência em caráter humanitário no Brasil concedidas por Unidade Federativa

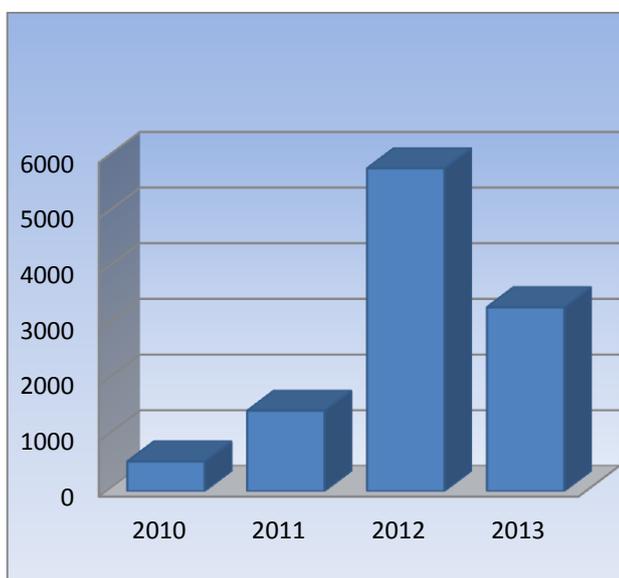
Unidade da Federação	2010	2011	2012	2013
Acre	1	247	1.247	1.099
Amazonas	2	434	3.488	818
São Paulo	267	417	596	583
Rio de Janeiro	49	76	127	175
Tocantins	2	9	4	133
Rio Grande do Sul	14	28	34	117
Minas Gerais	10	23	53	72
Paraná	12	19	64	65
Distrito Federal	17	26	45	62
Bahia	18	21	14	34
Santa Catarina	11	15	23	30
Goiás	7	13	12	18
Paraíba	3	4	3	14
Ceará	8	8	6	13
Espírito Santo	3	4	29	13
Rio Grande do Norte	3	7	3	10
Pernambuco	3	3	14	8
Demais UFs	12	17	29	36
Não informado	93	76	11	6
Total	535	1.447	5.802	3.306

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego
Conselho Nacional de Imigrações

Em meados de 2013, quando tudo parecia sob controle, eis que vem à tona a informação de que os haitianos ignoraram o Artigo II da Resolução Normativa que determinava que a expedição do visto disciplinado devesse ser concedida pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Há duas questões importantes que podem contribuir para explicar o fracasso do projeto de expedição do visto humanitário em Porto Príncipe. A primeira refere-se à burocracia imposta para a tramitação dos vistos incluindo, segundo denúncias dos próprios migrantes, a cobrança de propinas para agilizar os

processos. A segunda questão a ser considerada é a atuação das redes de tráfico ou contrabando de migrantes que continuaram agindo intensamente através das agências de viagem que vendem "pacotes" parcelados em até 48 vezes acrescidos de altíssimas taxas de juros. Por causa disso, os migrantes continuaram viajando ao Brasil sem a autorização do visto e a situação está cada vez mais complicada nas fronteiras do Amazonas e do Acre com o Peru.

Figura 07: Resumo das autorizações de visto humanitário



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Conselho Nacional de Imigrações

Atualmente, não se sabe ao certo a quantidade de migrantes haitianos em situação irregular entrando no território nacional. O que se sabe é que a situação é crítica, principalmente no Amazonas onde o Estado não dispõe de absolutamente nenhuma resolução ou política migratória para o atendimento aos migrantes.

O governo do Acre, nos últimos dias, parece ter chegado ao limite da sua capacidade de atendimento ao contingente migratório. A situação agravou-se com a cheia dos Rios Madeira e Mamoré que impediram a continuidade do transporte de alimentos da capital para o município de Brasiléia que onde se concentra a maior

parte dos migrantes recém-chegados pela fronteira com o Peru. Recentemente, a tensão tomou conta dos bastidores políticos atingindo níveis nacionais com o envio de migrantes para o Estado de São Paulo sem prévia negociação entre os governos envolvidos. Em artigo publicado em *O Estado de São Paulo (Caderno Aliás, Um outro olhar)*, no domingo, 4 de maio de 2014, p. E8, José de Souza Martins analisa a tensão entre os dois governos. Segundo o autor,

É compreensível o nervosismo do governo do Acre com a ingrata tarefa de literalmente deportar para São Paulo os imigrantes senegaleses, dominicanos e, predominantemente, haitianos que atravessaram a fronteira do Brasil com a Bolívia e estão se amontoando em Brasília. O Acre é um estado pobre e sem condições de emprego para assimilar da noite para o dia milhares de pessoas que lá buscam refúgio simplesmente porque a fronteira é vulnerável. O ingresso de estrangeiros em território brasileiro é uma questão federal. O problema social e humano desses imigrantes só se configura porque, nessa questão, o governo do Acre foi abandonado à própria sorte pelo governo da União. Talvez desse melhores resultados espernear em Brasília, que se omite, do que em São Paulo, que improvisa às pressas o recebimento dos inesperados chegantes. Certamente, não é política de acolhimento de imigrantes nem é política de imigração a de fretar 50 ônibus para transferir o problema do Acre para a capital paulista (MARTINS, 2014: E8).

A transferência dos migrantes de um estado para o outro não representa garantia de encaminhamento da situação se não houver uma política migratória eficaz e capaz de assegurar aos migrantes os seus direitos humanitários. Também em São Paulo, parece que a maior atenção recebida pelos migrantes foi o atendimento da Pastoral dos Migrantes, como ocorre também em Manaus e em Tabatinga.

Louve-se a Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu, a dos padres scalabrinianos, que na sua Igreja de Nossa Senhora da Paz, na Baixada do Glicério, estão fazendo o que podem para acolher e abrigar os imigrantes e ajudá-los a obter documentação e emprego. Os carlistas tem mais que secular história de apoio e acompanhamento de migrantes e imigrantes em todo o mundo. A tradição de sua generosidade missionária no Brasil é conhecida. Sorte que, acima do descabido bate boca que o governo petista do Acre trava com o governo tucano de São Paulo e com a administração municipal petista da cidade, tenham os refugiados

encontrado abrigo e apoio na Pastoral dos Migrantes. Não fosse isso, estariam passando por maus momentos (MARTINS, 2014: E9).

A completa omissão por parte do Estado no atendimento aos migrantes haitianos pode ser explicada, porém, não justificada, pela ausência de políticas migratórias que poderiam indicar o papel do Estado em situações como essa de intenso fluxo migratório caracterizado pela emergência humanitária. A lei Lei 6.815 não define políticas de atendimento aos migrantes. Aliás, trata-se de uma lei mais preocupada em defender o país dos migrantes do que em receber os migrantes e tratar de integrá-los à sociedade.

Nos três municípios onde o fluxo de migração haitiana foi mais intenso na Amazônia, em apenas um deles o governo do Estado se envolveu mais diretamente com a situação, que foi o caso do Acre, conforme os comentários de Martins (2014: E8). Mesmo assim, percebe-se o completo despreparo do Estado no que se refere ao atendimento a situações de caráter humanitário.

Em Manaus e em Tabatinga, são as instituições religiosas vinculadas à Igreja Católica que prestam atendimento aos migrantes, independentemente de sua nacionalidade ou credo religioso. No caso de Manaus, o Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM, coordenado pelos missionários e missionárias da Congregação de São Carlos Borromeu Scalabrinianos(as), tem sido a principal referência no atendimento aos intensos fluxos migratórios de colombianos, peruanos e, mais recentemente os haitianos. A princípio, o objetivo do SPM seria o atendimento pastoral aos migrantes. Entretanto, toda a atenção social e econômica, bem como a intermediação na resolução de conflitos, tem sido prestada pela instituição. A acolhida emergencial, os primeiros encaminhamentos para a documentação, trabalho e moradia, tem sido tarefa do SPM que não conta com quase nenhum apoio

nem do governo estadual nem do municipal. Os missionários(as) do SPM são especialistas em acolhida, como bem atesta Martins (2014: E8), e realizam essa tarefa de acordo com as condições de que dispõem para tal, sem poder contar com recursos públicos para a realização desse trabalho que seria, em primeira instância, tarefa do Estado.

A precariedade das condições de acolhida, reflete uma situação onde os papéis estão totalmente invertidos. Ou seja, o atendimento aos migrantes, em tese, deveria ser tarefa do Estado e o SPM deveria ser tão somente um apoio ou uma parceria deste na prestação de serviço voluntário. Mas, o que ocorre é exatamente o oposto. Por isso é totalmente descabido o protesto do governo de São Paulo que faz um alarde político em torno do tema, se, no final das contas, sabe-se que quem realmente vai acolher e encaminhar os migrantes é o SPM, como sempre tem feito, sem a ajuda de nenhum governo. O que falta mesmo, é uma política migratória que pense a situação da migração como um todo e que determine o papel de cada instância de governo na tarefa da acolhida e de atendimento aos migrantes.

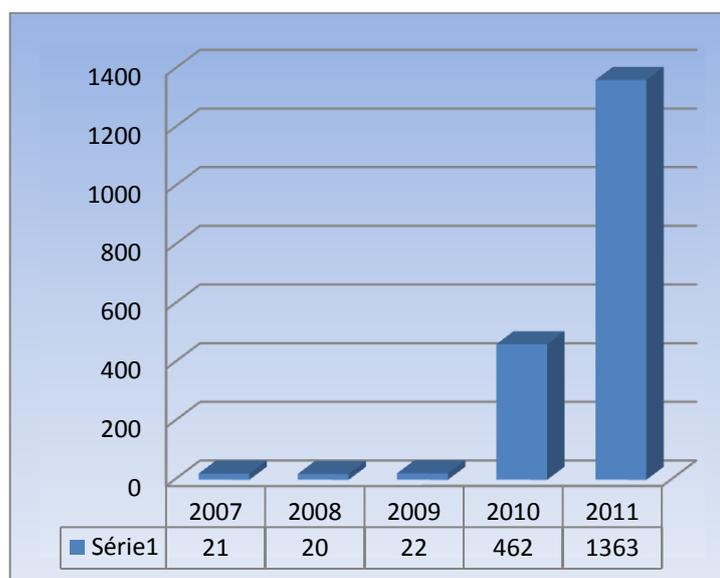
5.1.7 Algumas considerações sobre as solicitações de refúgio na Amazônia de acordo com os registros da Delemig entre 2007 e 2011.

A temática do refúgio, enquanto categoria de deslocamento compulsório representa uma dimensão importante das dinâmicas migratórias na Amazônia. Esse tema foi exaustivamente tratado na nossa dissertação de mestrado, concluída em 2008, como já mencionamos em outros momentos de nossa tese. Por isso, nosso objetivo não é retomar novamente o tema na sua íntegra. Tão somente nos propomos tecer alguns comentários sobre as informações da Dlemig a esse respeito

e retomar algumas considerações teóricas que nos permitem atualizar nossas reflexões a respeito da situação dos refugiados na Amazônia contemporânea.

De acordo com os dados fornecidos pela Delemig, entre 2007 e 2011, foram registradas 1.888 solicitações de refúgio na Amazônia, distribuídos de acordo com a figura seguinte:

Figura 08: Solicitações de Refúgio



Fonte: Delegacia de Política de Migração - Delemig - DPF/AM
Dados organizados pela pesquisadora.

Segundo a Delemig, até 2010, a solicitação de refúgio na Amazônia representa uma demanda bastante insipiente, se considerarmos outras regiões do país. Nos dados de 2010 e 2011 estão contidas também as solicitações dos haitianos que logo em seguida foram transformadas em visto humanitário. Por isso, parece razoável desconsiderar tais dados para não comprometer as análises.

A Delemig não informou a nacionalidade dos solicitantes, uma vez que essa informação é repassada ao ACNUR e publicada somente de acordo com os critérios das medidas de proteção. De acordo com as informações gerais do ACNUR, a principal demanda de solicitantes de refúgio na Amazônia segue sendo os colombianos.

A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, afirma que "refugiada é a pessoa que por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo". Seja qual for a situação, a condição do refúgio representa o limite extremo do rechaço ao ser humano expulso de seu próprio país. O refúgio é a negação do exercício da cidadania. É a transformação de um sujeito de direitos em um andarilho que bate de porta em porta implorando pela acolhida. Entretanto,

As portas podem estar fechadas, mas o problema não irá embora, por mais bem resistentes que sejam as trancas. Elas nada podem fazer para suavizar ou delimitar as forças que causam o deslocamento e transformam seres humanos em refugiados. As trancas podem ajudar a manter o problema de fora da vista e da mente, mas não podem forçá-lo a se afastar de nossa vida. E assim, cada vez mais, os refugiados se veem sob fogo cruzado – mais exatamente, numa encruzilhada. Eles são expulsos à força ou afugentados de seus países nativos, mas sua entrada é recusada em todos os outros. Não *mudam* de lugar – perdem seu lugar na terra, catapultados para lugar algum [...]. Para um flutuante "lugar sem lugar", existente por si mesmo, fechado em si mesmo e ao mesmo tempo abandonado na infinidade do mar (BAUMAN, 2004: 163-164).

Ou na infinidade da floresta e dos rios amazônicos, batendo às portas das aldeias indígenas na fronteira norte da Amazônia onde não é raro encontrar entre os índios uma família de refugiados colombianos fugindo dos conflitos, ameaçados, assustados, acuados pelo medo de novos ataques ou buscas no território brasileiro, o que ocorre com muita frequência. Preferem permanecer na irregularidade. Muitos não querem descer a Manaus para se apresentar à Delemig para solicitar o refúgio. Têm horror à polícia porque muitos estão fugindo justamente da violência da polícia colombiana.

Luz Marina vive num sítio no município de Presidente Figueiredo desde 2007. "Tenho medo de sair sozinha porque nunca se sabe quando vou me deparar com um deles" afirma assustada. Mas agora, está feliz porque nasceu Alejandro e ela já veio dar entrada na papelada para solicitar visto de permanência com base em prole brasileira. "Não quis solicitar refúgio porque eles têm acesso aos registros da polícia brasileira e vão me localizar. Eles são amigos" afirma acenando a cabeça. É muito comum encontrar colombianos em situação de refúgio que permanecem na irregularidade porque têm medo da Polícia Federal. Aliás, trata-se da polícia mais conhecida e temida nas fronteiras, o que explica a resistência de muitos em solicitar o refúgio.

Os arquivos do SPM coordenado pela Ir. Osani Silva, nas dependências da Igreja dos Remédios na zona portuária no centro de Manaus apontam um número bastante elevado de atendimentos de migrantes em situação de refúgio que não quiseram procurar a Delemig. "Na maioria dos casos buscam orientação para saber como solicitar o visto de permanência com base em prole evitando o pedido de refúgio porque não querem se expor às autoridades", afirma a coordenadora do SPM.

A dificuldade de confiar novamente nas instituições do Estado, depois de ter passado pela experiência do exílio representa uma das diversas vulnerabilidades dos migrantes em situação de refúgio. Preferem permanecer na irregularidade porque não querem nenhum tipo de contato com as autoridades colombianas. "Sei que vão informar ao cônsul da Colômbia que estamos aqui e esse homem é muito próximo dos paramilitares. Quem me garante que não vai nos entregar" afirma Ernesto durante uma visita ao SPM. A desconfiança e o medo os acompanham em todo lugar e representam as

Fraturas incuráveis que passam a acompanhá-los, onde quer que estejam. O exílio nos compele, estranhamente, a pensar sobre ele, mas é terrível de experimentar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal. Entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás, para sempre (SAID, 2003:46).

E seguem suas vidas carregando no corpo as marcas da violência, o medo e a vontade de re-significar suas vidas longe da pátria que os expulsou. Quantitativamente, são poucas solicitações de refúgio autorizadas pelo Comitê Nacional para Refugiados - CONARE, a solicitantes colombianos, o que leva a concluir que o conflito na Colômbia já findou e que os deslocamentos cessaram. Contudo, ao nos depararmos com os diversos colombianos espalhados pela Amazônia em situação irregular, estimamos que para cada autorização concedida, há pelo menos 7 pessoas em situação de refúgio que não solicita o visto e permanecem na irregularidade até surgir a oportunidade de solicitar outra categoria de permanência.

5.2 Para além dos números: a vida e as trajetórias dos migrantes internacionais na Amazônia

Seguindo as trilhas metodológicas propostas por Sayad (1999), apresentamos algumas experiências vividas com pessoas ou grupos de migrantes de outros países vivendo na Amazônia. Priorizamos os aspectos descritivos do grupo a partir de um fato ou acontecimento seja festivo, celebrativo, ou alguma experiência mais prolongada, destacando algumas falas de pessoas que oferecem às análises algum aspecto subjetivo que remeta à experiência migratória pessoal ou coletiva.

Na última parte, "seguem-se comentários que parecem necessários para a compreensão da informação oferecida e também, visto que uma é condição da outra, para a compreensão dos mecanismos que presidem à produção da informação" (SAYAD, 1999: 25).

5.2.1 Os japoneses na Amazônia mais de cem anos depois do Kasato-Maru¹⁹¹

Mediante a importância do reconhecimento dos migrantes estrangeiros na região, iniciaremos a apresentação dos grupos selecionados para essa segunda parte do capítulo abordando um pouco da presença japonesa na Amazônia. Mesmo sendo um dos fluxos migratórios mais antigos da região, os japoneses, como veremos nos comentários, ainda se consideram migrantes e a própria sociedade assim os considera.

Por isso, decidimos apresentar alguns recortes desse grupo migratório que recentemente, em 2011, foi objeto de uma respeitável publicação reunindo importantes trabalhos resultantes de intensas pesquisas realizadas e organizadas por Homma, et. all (2011). No prefácio da referida coletânea de artigos intitulada "Imigração Japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional", Marilene Corrêa da Silva Freitas informa que "a pesquisa científica propôs-se e executou a arquitetura e a engenharia da recuperação histórica, o sentido épico e reverencial do registro, a dimensão intersubjetiva do sonho e da lembrança, os nexos cuidadosos entre os pretextos, os resultados e a dimensão material e simbólica. E isso é apenas o começo!" Exalta Freire (2011:12) referindo-se à relevância desse seguimento migratório na Amazônia.

¹⁹¹ Kasato-Maru, foi o primeiro navio japonês a atracar no Porto de Santos - São Paulo, no dia 19 de junho de 1908, trazendo cerca de 800 imigrantes japoneses, considerados os pioneiros da migração japonesa no Brasil.

Para introduzir a temática da migração japonesa, tomamos por base algumas conversas ou entrevistas realizadas com o jovem *Oyama*¹⁹², 31 anos, solteiro, recém chegado de Tóquio. Depois de oito anos da sua partida para o Japão, eis que reencontro Oyama no final de 2013 numa cerimônia de casamento de um casal de amigos em comum realizada na Colônia Japonesa localizada na AM 010 na Região Metropolitana de Manaus.

Ao chegar à colônia, por volta das dez horas da manhã, deparei-me com Oyama. Grande foi a alegria do reencontro e logo perguntei sobre a estada de oito anos no Japão, ao que Oyama foi logo respondendo:

É estranho estar de volta e ser tratado aqui como japonês. Lá em Tóquio, nunca me consideraram japonês. É estranho isso. Aqui, para todos efeitos eu japonês! Me lembro do tempo de escola e até a universidade. Os colegas sempre se referiam a mim como japonês. Eu nunca liguei porque a marca estava no meu corpo, estampada no meu rosto com meus olhos puxados e meu sotaque repicado. Então, como explicar? Aqui no Brasil eu sou japonês. Sou nascido na Amazônia, sou brasileiro, mas aqui, dizem que sou japonês. E lá no Japão eu sou brasileiro? Isso tudo é muito estranho. Eu nunca imaginei que fosse dessa maneira. Lá eles nunca me trataram como japonês. Não me convidavam para as festas, nem para as cerimônias privadas. É como se eu não tivesse mais autorizado por eles a participar das coisas deles. É isso, me senti desautorizado na minha condição de nipo-brasileiro. Eu sou a terceira geração da família Oyama e até agora, todos se casarem entre japoneses. Então, a gente cria essa ilusão de que somos japoneses. Mas, quando a gente chega lá, tudo muda. Quando cheguei lá, entendi que o Japão do qual os meus avós falavam, só existia na minha imaginação (Entrevista n° 792a, Pesquisa de Campo, 2014).

A conversa foi interrompida abruptamente pelo pai do noivo que convidava a todos para se acercarem do altar aos fundos do salão. Tratava-se apenas de uma formalidade para apresentação oficial do casal que havia se casado em cerimônia

¹⁹² Conheci Oyama (nome fictício do colaborador da pesquisa que não permitiu revelar seu verdadeiro nome), em 1999 por ocasião do VII Festival de Música e Poesia dos Migrantes, realizado em Manaus pelo Serviço Pastoral dos Migrantes, do qual, à época, encontrava-me como coordenadora. Nessa época o Oyama participava da Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental - Nippaku que representava uma importante estratégia de articulação dos migrantes japoneses em Manaus.

civil no dia anterior num cartório em Manaus. O patriarca explicou que era um "ko-in todoke", ou seja, a comunicação do casamento às duas famílias e amigos do casal.

Os noivos estavam junto com os pais que os acompanhavam cumprimentando os convidados espalhados pelo salão de festas, todo enfeitado com helicôneas predominando as cores vermelho e amarelo fogo. Sobre a mesa, posicionada aos fundos do salão, algumas ikebanas¹⁹³ misturavam folhas, flores e galhos naturais que cobriam quase toda a toalha amarelo-ouro. Cada adorno era carregado de significados da cultura japonesa. Tudo muito colorido! Os noivos vestiam uma combinação de vermelho e branco. Uma simpática adolescente da família Nakanome tocava *kotô no nihon-má*, instrumento de cordas com um som ambiente muito agradável. Apenas se ouvia um burburinho das conversas em tom muito baixo e contido. Pareciam sussurrar. O pai do noivo, novamente convidou a todos os presentes para acercar-se do casal de noivos. Do lado dela se aglomerava a família Nakanome. Todos em silêncio.

O pai do noivo fez o pronunciamento do "ko-in todoke" explicando, em japonês, o significado de um casamento e a sua importância para a família. Em seguida, algumas orações foram rezadas pelo patriarca da família do noivo que ao final serviu saquê aos dois e, em seguida, entregou um jarro com a mesma bebida para que estes servissem aos convidados.

Oyama acompanhava tudo, sentindo-se verdadeiramente japonês. Em menos de meia hora, convidaram para o almoço servido numa mesa logo na entrada do salão. Os pratos frios muito enfeitados e coloridos com predominância de saladas dos mais variados legumes, e muitos brotos de bambu e feijão salpicados com

¹⁹³ A ikebana: "ike" significa vida; "hana" ou "bana" significa flor; ikebana significa dar vida às flores. Trata-se de uma arte milenar que parece ter sua origem no século VII com o objetivo de criar arranjos de flores com folhas e galhos naturais em plena harmonia com os vasos e o ambiente. A ikebana sobre a mesa ou altar significa para os japoneses a elevação do espírito ou dos sentimentos humanos.

tempero picante ou molho agridoce. Diversos tipos de peixe e molhos variados para cada tipo de prato que o Oyama fazia questão de nomear e explicar os ingredientes principais. Os pratos estavam dispostos de acordo com a sequência da refeição e o primeiro posicionado na extremidade da mesa era uma bandeja com bolinho de arroz, o "moti" que, segundo a explicação do Oyama, evoca o desejo de felicidade e prosperidade aos noivos. Outros pratos também tinham arroz como ingrediente principal, alguns, como o "uramaki" envoltos em folhas de "nori", uma espécie de alga marinha e tiras de peixe, polvilhados com gergelim. Muitos picles e molho de soja ou "shoyu" e as raízes picantes ou "wasabi".

O Oyama explicava que a maioria dos pratos havia sido trazida pelos convidados e que essa é uma prática muito comum nas confraternizações da colônia japonesa. Por alguns instantes, tinha-se a impressão de se estar no Japão, fora o calor insuportável que beirava os 38 graus. Para a sobremesa os convidados trouxeram sorvete de cupuaçu, muito elogiado pelos convidados que parecem também gostar muito das frutas da Amazônia.

Após o almoço, do lado esquerdo do salão, todos os familiares da noiva permaneciam sentados à mesa de mais ou menos uns quatro ou cinco metros de comprimento que atravessava toda a extensão do salão com duas fileiras de cadeiras, uma de cada lado da mesa. Do lado direito do salão os familiares do noivo sentados na mesma disposição. Os noivos seguiram passando por todos os convidados e conversando ao pé do ouvido com cada pessoa. Todos no salão falavam entre si, mas, não havia vozerio. Todos falavam em tom baixo e as risadas pareciam bastante comedidas.

De repente, o patriarca da colônia se levantou e todos, em completo silêncio, ouviam-no num tom de voz quase inaudível, sempre em idioma japonês, agradeceu

a todos pela presença e pelos presentes trazidos para os noivos enfatizando que o maior presente era a presença de cada convidado. Despediu-se e desapareceu em segundos, acompanhado pela esposa. Foi como um aviso de que a festa havia terminado. Por volta das duas horas da tarde todos se dispersaram e os noivos se posicionaram à saída do salão para as despedidas. Segui conversando com Oyama que parecia muito feliz por estar entre os seus e continuou com suas indagações sobre a temporada de 8 anos ininterruptos passados no Japão:

Quando terminei engenharia eletrônica e recebi o convite para trabalhar no Japão, não imaginava como seriam as coisas. Na minha cabeça iria encontrar algo como estamos vendo aqui hoje. Mas, logo vi que estava enganado. Até mesmo a língua que aprendemos com nossos pais e avós está muito ultrapassado em Tóquio. Aqui nós pensamos que falamos bem. Mas, para eles é como se eu falasse uma espécie de japonês caipira. Ninguém entendia o que eu falava. No início eu também tive que me esforçar muito para entendê-los. A era *Meiji* mudou completamente o Japão depois que nossos antepassados migraram para o Brasil. Na verdade, a maioria de nossos antepassados estava ligada à agricultura e vivia na zona rural. Talvez por isso quando vamos para Tóquio levamos tamanho susto. Aqui, sou considerado *sansei* pelos *nihon-jins*. Lá em Tóquio eu não passava de um nipo-brasileiro, um "dekassegui" e fim de papo. Só para você ter uma ideia de como funcionam as coisas, eu estava saindo com uma garota colega de trabalho e uma vez lhe perguntei o que ela mais gostava em mim, coisas de namorado apaixonado. Então ela virou para mim e disse que estava comigo porque queria saber como eram os estrangeiros. Isso para mim foi muito decepcionante. O fato de ter nascido no Brasil muda tudo. E o mais curioso de tudo isso é que aqui no Brasil eu me sinto um estrangeiro. Quando saio com os amigos, ninguém me chama de Oyama. Para eles, eu sou sempre o "japa". Então, eu fico pensando, depois desse tempo no Japão, que eu não tenho uma identidade. Aqui eu sou o "japa" e lá eu sou o "nipo". Ou talvez eu seja as duas coisas. Sei lá (Entrevista nº 792b, Pesquisa de Campo, 2014).

Na Amazônia, os sentimentos de Oyama são compartilhados por boa parte dos nipo-brasileiros retornados do Japão na chamada "migração de retorno". De acordo com Sasaki (2000:4), a partir da década de 1980, muitos nikkeis viajaram para trabalhar em Tóquio ou em outros grandes centros industriais do Japão para realizar os "trabalhos classificados como "3K": *Kitanai* (sujo), *Kiken* (perigoso) e

Kitsui (penoso) recusados pelos nativos". Foi o que ocorreu com Oyama. Ele conta que mesmo sendo graduado em engenharia eletrônica e com especialização em ciências da computação, não escapou aos "3K". Durante oito anos trabalhou no mesmo posto de trabalho em horário noturno e desenvolvendo uma atividade num setor onde só trabalhavam migrantes, a maioria nipo-brasileiros. Nesse setor, chegavam computadores descartados pela sociedade por serem considerados obsoletos. Cabiam aos operários brasileiros a tarefa de desmontar as máquinas e separar as peças de acordo com a possibilidade de reciclagem ou fundição. Ou seja, durante os oito anos, Oyama não aplicou nem atualizou os conhecimentos adquiridos na academia e realizava um trabalho considerado pelos japoneses como necessário, porém desqualificado.

Na quarta vez que foi renovar o visto de trabalho temporário as autoridades da agência de migração que atendia os estrangeiros, sem maiores explicações, comunicou-lhe que era a última renovação e que, completados os oito anos de estada ininterrupta, deveria providenciar o seu retorno. Como ocorreu com Oyama, em média, os vistos de autorização de permanência temporária dos *dekassegui* brasileiros são renovados por quatro vezes, o que representa uma média de no máximo oito anos de visto de trabalho temporário. Depois disso, resta-lhes o retorno para o Brasil. Alguns conseguem reunir alguma economia, outros mal conseguem pagar as contas e comprar as passagens de retorno. De acordo com Sasaki (2000),

O chamado Fenômeno *Dekassegui* refere-se aos descendentes de japoneses que se dirigem ao Japão, a partir dos meados da década de 80, para trabalhar temporariamente como mão-de-obra barata e não qualificada. A palavra japonesa *Dekassegui* significa trabalhar fora de casa. No Japão, referia-se aos trabalhadores que saíam temporariamente de suas regiões de origem e iam em direção a outras mais desenvolvidas, sobretudo aqueles provenientes do norte e nordeste do Japão, durante o rigoroso inverno quando interrompiam suas produções agrícolas no campo. Este mesmo

termo é,então, utilizado aqui aos descendentes de japoneses ou nikkeis (todos os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão, não se restringindo apenas aos brasileiros) que vão trabalhar no Japão, a princípio temporariamente, em busca de melhores ganhos salariais, executando trabalhos de baixa qualificação (SASAKI, 2000: 4).

Alguns desses migrantes, com no caso de Oyama que não tinha a obrigação de enviar remessas mensais de seu salário para a família, já que era solteiro e os pais não dependem do salário dele, deu para guardar algumas economias que agora pretende investir em uma loja de assistência técnica ou algo do mesmo ramo. Disse que ainda está procurando e decidindo como vai ser a vida nesse recomeço.

Depois do episódio do "ko-in todoke" na Colônia Japonesa, reencontrei Oyama seguidas vezes porque o mesmo conseguiu trabalho como docente do curso de engenharia da computação na mesma instituição privada de ensino superior onde trabalho. E em quase todas as conversas, aparecia o tema da identidade japonesa. Oyama parece incomodado e angustiado com esse tema. Mesmo entre colegas de trabalho, muitas vezes é chamado de "japa". Às vezes relativiza a brincadeira. Outras vezes fica pensativo. Numa ocasião, em tom de desabafo, me disse absorto: "a ida para o Japão fez com que repensasse minha identidade levando-me a compreender que eu não era o que pensava que fosse. Porém, o tempo que passei fora do Brasil, me faz ter dificuldade para entender-me como brasileiro". Com relação a essa questão da identidade dos nipo-brasileiros, Sasaki (2000) acredita que,

O fato de os japoneses se incorporarem ou não ao "mito da nação brasileira" é discutível, pois este mito, enquanto um caráter ou uma identidade nacional estática, pode ser considerado equivocado. Uma identidade seja individual, grupal ou nacional é dinâmica, maleável. [...] A cultura nacional não é um produto inevitável do investimento infraestrutural. É um produto contingente de história, de luta. Também não é uma condição invariável, pois um pode tê-la apenas em parte, ou ter e perdê-la. Além disso, a integração cultural nacional é um processo fluido, enraizado no poder, não uma condição fixa.

Como a cultura é sempre praticada, ela também nunca será neutra; ela integra e constitui desigualdades. Estas desigualdades se escondem atrás da integração e constituição cultural. A integração é uma variável relacionada ao grau de sucesso da dominação numa sociedade (SASAKI, 2000: 66).

Tendo por base as reflexões de Sasaki, talvez a questão que incomoda Oyama não seja tão somente a identidade dos migrantes nipo-brasileiros. Parece-me que a questão da identidade nesse caso, não se resolve apenas com a possibilidade das identidades múltiplas sugeridas por Hall (2003). Também não se limita ao entendimento da questão racial determinada pelos fatores biológicos ou as características fenotípicas como observa Oyama ao afirmar na primeira entrevista que "a marca estava no meu corpo, estampada no meu rosto com meus olhos puxados e meu sotaque repicado".

A questão da identidade, nesse caso dos nipo-brasileiros, mesmo transcorridos cem anos da migração, parece estar mais relacionada à construção social e política dos migrantes na sociedade. Estaria relacionado ainda ao grau de sentimento de pertencimento desses migrantes à sociedade nacional. O que ainda os separa dos demais brasileiros, não são seus "olhos repuxados" ou o seu "sotaque repicado" como imagina Oyama. Há que se considerar que a dificuldade do sentimento de pertencimento dos nipo-brasileiros está relacionada, dentre outros fatores, ao histórico das políticas migratórias do Brasil. No caso dos migrantes japoneses, tal política esteve durante quase um século, baseada no segregacionismo das colônias distantes, não só fisicamente, mas, socialmente do relacionamento com o resto da sociedade num contexto histórico onde "o interesse pela imigração japonesa era, portanto, para a produção de alimentos, em face da dicotomia provocada pela extração da borracha, levando à falta de braços para a agricultura" (HOMMA, 2011: 343). Dessa forma, os primeiros migrantes

permaneceram confinados por décadas às colônias, distantes do convívio com a sociedade, a ponto da avó de Oyama não conhecer quase nada da língua portuguesa. Todos esses elementos nos leva a suspeitar que historicamente houve sim, uma intenção política de segregação. Caso contrário os governos brasileiros não teriam insistido tanto no modelo das colônias que prevalece ainda hoje na relação com os migrantes japoneses.

Por fim, muitas outras questões poderiam ser aprofundadas sobre o tema da migração japonesa na Amazônia. Entretanto, a intenção desse breve recorte era tão somente destacar esse antigo seguimento migratório de grande relevância para a Amazônia e colocar no nosso debate o tema da migração de retorno, com alusão à situação migratória do Oyama que pode ser observada, em maior ou menor grau, em outras experiências de migrantes retornados, que não são apenas os japoneses.

5.2.2 Migrantes e refugiados colombianos na Amazônia: luz de velas em noites sombrias

Era perto do meio dia quando o Fabian ligou convidando para participar da "Noite das Velinhas" ou velinhas que realizar-se-ia naquela mesma noite na casa da família Martinez no Bairro Terra Nova, zona norte de Manaus. Por volta das 19h cheguei à casa indicada em companhia do Fabian. Era noite de 07 de Dezembro de 2013. Tudo estava às escuras nas proximidades da casa dos Martinez. Ouviam-se vozes, risos e muita agitação no pátio. Vieram ao nosso encontro e entregaram-nos duas velinhas coloridas fixadas dentro de um pequeno vaso ou copo de vidro

transparente¹⁹⁴. As luzes da casa e do quintal permaneciam apagadas e um grupinho de cantores ensaiava alguns refrãos e afinavam os instrumentos de corda na entrada do pátio. Ninguém circulava pelo centro do pátio que estava cercado com fitas reluzentes fixadas em pequenas estacas à altura do joelho. No centro do espaço demarcado percebia-se a silhueta do contorno do mapa da Colômbia e a bandeira do país encontrava-se estendida bem no meio do mapa. O pátio cimentado na frente da casa media uns trinta metros de comprimento por uns vinte de largura.

. Aos poucos, as famílias iam chegando e se aglomerando nos arredores do pátio da casa da Marta. As crianças saltitavam revelando que se tratava de algo muito familiar. Dirigiam-se com destreza à pessoa que distribuía os copinhos com as velas e já iam se posicionando ao redor da demarcação. Não demorou em começar a cerimônia num clima de festa e acolhida entre os migrantes colombianos e os vizinhos da comunidade Nossa Senhora do Rosário. Na condição de anfitriã, a Marta pediu silêncio deu as boas vindas, acolhendo a todos com muita simpatia e explicou rapidamente o sentido da "festa das velinhas" para os vizinhos que acorriam a ela pela primeira vez. "Essa festa", disse Marta, "para nós colombianos é a abertura do tempo do Natal. Antes de acolher o Deus Menino, nós queremos acolher a mãe do Menino. Afinal, sem a Mãe o menino não teria vindo ao mundo. Por isso, às vésperas da festa da Imaculada Conceição, homenageamos a Mãe do Deus Menino e nossa mãe".

Em seguida, o Rafael, esposo da Marta, tomou a palavra e foi explicando cada momento da cerimônia. Pediu para que todos se posicionassem em círculo ao redor da demarcação. Primeiro acendeu sua velinha colorida e encostou-a na vela

¹⁹⁴ Depois me inteirei que durante o ano todo, as mulheres colombianas fizeram campanhas para recolher entre as vizinhas os copos de extrato de tomate de 90 ml que seriam reutilizados na festa das "velinhas". Depois de lavados alguns ganhavam algum contorno de esmalte colorido para destacar a luz da vela depositada no seu interior.

da Marta dizendo-lhe: receba a luz da Mãe de Jesus. Virando-se para sua filha que estava à sua direita, fez o mesmo gesto. Ambas repetiram o gesto com a pessoa que estava ao seu lado e assim sucessivamente, cada foi acendendo sua velinha repetindo a mesma frase. Quando todas as velas estavam acesas o grupo de cantores entoou vários cantos religiosos pra homenagear a Mãe de Jesus. Eram versos curtos que todos, especialmente as crianças, respondiam repetindo a mesma frase com muita animação. Em seguida, o Rafael levantou uma imagem da Virgem Maria fixada sobre uma pequena tábua retangular, enfeitada com flores brancas, com puxadores nos quatro cantos. Todos saldaram a imagem levantando suas velas e gritando viva a Mãe de Jesus! Enquanto isso, um jovem soltava fogos artificiais e as crianças adentraram com balões coloridos presos por barbantes enfeitando ainda mais o espaço do pátio da casa, conferindo à cerimônia um clima de festa e animação. Os cantores seguiam cantando refrãos que todos repetiam e batiam palmas acompanhando o ritmo da música. Cessados os cantos, Rafael, acompanhado por Marta e a filha, dirigiram-se ao centro do mapa da Colômbia desenhado no chão do pátio, e colocaram aí a imagem da Virgem Maria ao que todos acompanhavam com a oração da Ave Maria, ou Deus te salve Maria. Terminada a oração, Marta escolheu um pondo do traçado do mapa no chão e depositou aí a sua vela. Em silêncio, cada um dos presentes fez o mesmo e em poucos minutos estava traçado no chão o mapa da Colômbia todo iluminado com as luzes das velas multicoloridas. Tomados pelo silêncio, todos pareciam contemplar a formação da silhueta do mapa como se a Colômbia se projetasse naquele momento, naquele pátio no final da Rua Chico Mendes.

Rafael rompeu o silêncio e pediu à filha para buscar as velas que ainda não haviam sido entregues. Ajudada por outras quatro jovens, a Sandra chegou com as

velas e, portando uma lista chamava as famílias colombianas de acordo com o sobrenome que havia sido registrado no momento da recepção. Pediu desculpas aos vizinhos avisando que aquele momento era reservado apenas aos colombianos. Cada família recebia a velinha apagada e se ajoelhavam junto a uma das velas do contorno do mapa para acender aquela última segurada por todos os membros da família. Quando todas as famílias terminaram de acender suas velas, Rafael pediu para que observassem no interior do mapa e localizassem, mais ou menos, o lugar no mapa que correspondesse à localização da cidade a que cada família pertencia. Passados alguns instantes, Rafael pediu para que cada família, uma de cada vez, se dirigisse ao ponto localizado no mapa para depositar no local a vela da família que deveria também fazer uma prece para os parentes e familiares que continuavam na Colômbia. Logo a primeira família dirigiu-se ao extremo nordeste do mapa onde seria a região litorânea do país e juntos gritaram "viva Barranquilla!" ao que todos responderam: "viva!" Se abraçaram e primeiramente rezaram em voz baixa entre eles. Logo, o Sr. Pedro tomou a palavra e, recordando o passado, falou da saudade da família e dos amigos que ficaram em Barranquilla, recordando a noite do exílio, a violência sofrida por sua família. Rezou por todos os *barranquileños* e lembrou os parentes e amigos que perderam a vida nos conflitos. Permaneceram parados no ponto onde depositaram a vela.

Uma segunda família posicionou-se ao oeste do mapa e gritaram "viva Cali!" Com voz forte e ponderada, Rocío lembrou que em Cali, os alpendres e entradas das casas dos católicos são enfeitados com velas e lampiões, acesos na noite "das velinhas" véspera da festa da Imaculada e que sentiam muita falta dessa festa e por isso estavam muito contentes participando dessa noite. Seguiu-se o mesmo ritual e novamente lembraram a situação de violência e as razões do exílio e a condição do

refúgio. Rocío interrompeu a narrativa de suas lembranças algumas vezes para chorar. A comoção foi tomando conta de todos os presentes. Uma terceira família posicionou-se entre as duas anteriores e anunciou a cidade de Medellín. Muito emocionado, o casal recordava que em Medellín, todos os anos participavam da caminhada noturna. Lembraram que a procissão das velas iluminava as ruas da cidade que permanecia às escuras até meia noite quando soltavam fogos de artifício e a prefeitura ligava as luzes abrindo oficialmente o período natalino com show pirotécnico. Lembraram ainda que tinham o costume de guardar lampiões para acender nessa noite e iluminar a procissão. Cada família tinha o costume de fabricar os lampiões artesanalmente com tábuas de madeira que formavam uma pirâmide truncada envolta com papel celofane nas cores verde, amarelo, azul e vermelho. *"As crianças adoravam essa noite mais que a noite de natal"*, lembra Carmen, entre lágrimas, agora sendo abraçada calorosamente por suas duas filhas que devem ter entre doze e quatorze anos de idade. Rezaram e choraram juntas e permaneceram naquele ponto do mapa.

Juan adentra o mapa com a esposa e a pequena Sarita. Param na direção noroeste do mapa e gritam juntos: *"viva Quimbaya! Viva Quindío"*. Ao que todos respondiam *"viva!"*. Juan recorda que no departamento de Quindío, noite das velinhas se celebra fechando as ruas ao tráfego, e se alumia as portas das casas e as ruas com velas, faróis e lanternas de papel em forma de animais, santos, e figuras do presépio, as quais enchem toda a cidade de luz. *"Em Quimbaya"*, recorda Juan, *"as comunidades católicas percorrem as ruas em procissão dirigindo-se à Igreja matriz onde todos permanecem no pátio da praça central com suas velas e lampiões iluminado toda a noite desse dia 7 de Dezembro até raiar o dia"*. Muito emocionado agradece aos anfitriões por reproduzir a tradição em Manaus. *"Essa é*

uma maneira de matar a saudade. Parece que nos trasladamos a Quimbaya nessa noite". Depois de alguns instantes, Juan surpreende com a frase: "por que tiraram isso de nós? Por que permitimos que tirem tudo de nós? Até quando vamos permitir que tirem de nós os nossos filhos, os nossos amigos, os nossos costumes, a nossa fé, a nossa pátria?". Nesse instante, um burburinho tomou conta dos demais. Todos pareciam concordar com Juan e começaram a conversar sobre o tema da violência, as perseguições, a atuação das milícias e dos paramilitares nas periferias de todas as cidades colombianas. "Mas não podem apagar nossas lembranças" grita do meu lado o Ariel, já se encaminhando para o centro do mapa. "Nessa noite eu estou aqui sozinho", continua Ariel. "Não estou completamente sozinho porque tenho minha prima e novos amigos em Manaus. O exílio nos concede novas famílias e amigos. Quero depositar essa velinha aqui no oeste do mapa bem ao sul de Buenaventura, aqui no Vale do Cauca". Abaixou-se sozinho e depositou a vela no chão e continuo falando:

¹⁹⁵Quase dez anos já se passaram, mas, nunca me esqueci daquela noite de 4 de janeiro de 2004 quando os paramilitares chegaram atirando. Minha mãe, grávida de 7 meses, se posicionou na frente daquele homem e perguntou porque estavam atirando, o que havíamos feito de errado? E o homem respondeu: vocês existem! Esse é o problema, vocês existem! E sem dizer mais nada, continuou atirando. A mamãe foi ao chão e eu corri e abracei-a com toda a força. Segurei sua barriga e podia sentir o bebê se mexendo ali dentro. Senti seu desespero e sua luta para não morrer. A mamãe já não dizia nada. Permanecia calada. Apenas apertava a minha cabeça contra o seu peito como se quisesse me proteger dos tiros. Vi quando entraram na nossa casa e atiraram nos meus irmãos. Em cada um deles que haviam se escondido nos fundos do quarto da mamãe. Depois eles foram embora e tudo ficou em silêncio. Ninguém se mexia. Mas, eu ainda podia ouvir os tiros ecoando por todo o Vale do Cauca. Éramos todos parentes afrocolombianos. As casas ficavam próximas uma das outras. A nossa casa era a primeira do quilombo. Por isso fomos os primeiros. Ou talvez fosse porque meu papai era o líder da comunidade e havia dito na reunião do conselho que nosso quilombo permaneceria ali? Tudo isso passava pela minha cabeça apertada contra o peito da mamãe. De repente a mão dela ficou leve e já não me pressionava mais contra o seu peito.

Naquele momento entendi que ela estava partindo e com ela todos os meus seis irmãos e o papai. Não entendi porque apenas eu estava vivo. Nunca entendi porque eles me deixaram vivo. Talvez não me viram no meio da escuridão. Ou talvez a oração da mamãe foi atendida pela Virgem Maria. Ovi suas últimas palavras quando sussurrava baixinho: "Virgem Maria proteja meu filho". Quase dez anos já se passaram desde aquela manhã em que meus tios enterraram minha família e todos fugimos para o Brasil. Ainda lembro o cheiro das flores do cafezal enquanto caminhávamos em direção ao rio Cauca onde apanhamos o ônibus para Buenaventura. No dia seguinte já estávamos a caminho de Letícia e depois entramos no barco para Manaus. Os tios e os primos não quiseram ficar. Não se sentiam seguros porque souberam que aqui em Manaus vivem muitos paramilitares. Decidiram seguir viagem para Brasília na mesma semana. Apenas a prima Marta disse que ficaria por causa da gravidez em estado adiantado e perguntou se eu queria ficar com ela e sua família. E aqui estou Virgem Maria, nessa noite das velinhas. Essa é uma noite para recordar quem somos. Isso eles não podem roubar de nós (Entrevista n°. 741 - Pesquisa de Campo 2013).

Nesse momento, também muito emocionados, Marta, Sandra e Rafael vão ao encontro de Ariel e o abraçam. Rafael ergue a sua vela e diz bem alto: "É verdade! Tiraram nossas terras e destruíram os nossos cafezais antes da colheita, atearam fogo às nossas casas, mataram nossas famílias. Mas, não podem matar a nossa lembrança. Nós estamos aqui! Estamos vivos e vamos continuar na luta!" A equipe de cantores, ali do lado, não sei se haviam preparado algum um repertório ou se já esperavam por esses momentos, entoou a canção *Pelos Caminhos de América*, de autoria de D. Pedro Casaudáliga. Todos cantaram juntos a canção que, em determinada estrofe, lembram as mães que perderam os filhos nos conflitos: "pelos caminhos da América, há mães gritando, qual loucas, e antes que fiquem tão roucas, digam onde acharão seus filhos mortos, levados na noite da tirania, mesmo que matem o dia, elas jamais calarão". A letra da canção parecia acalantar a dor daquelas pessoas marcadas pelo trauma da guerra. Todos os presentes na casa

dos Martinez eram pessoas em situação de refúgio.¹⁹⁶ A letra da canção permite a nós que passamos pela experiência do exílio, uma vaga ideia do que seria a "noite da tirania" descrita em detalhes por Ariel que na dita noite tinha apenas 14 anos de idade. E a noite da velinhas seguiu ainda por um bom tempo até que todos, família por família, depositassem suas velinhas acesas e expressando suas preces junto ao grupo que acompanhava atento cada gesto, cada palavra, cada lágrima derramada em silêncio.

Ao final, o mapa da Colômbia estava completamente iluminado e, eis que surge novamente a Sandra e suas amigas com mais velas distribuindo a todos os participantes. Dessa vez, é o Rafael quem convida para organizarem a procissão que sairia a caminho da Igreja Nossa Senhora das Graças. A imagem da Imaculada Conceição, a homenageada da noite, seguia à frente das duas fileiras que se formaram num cortejo iluminado. Seguimos caminhando, rezando e cantando as canções colombianas. Por onde passava, a procissão chamava a atenção dos moradores da Rua Chico Mendes que abriam as portas e janelas para observar o cortejo iluminado. Apenas três quadras separam a casa da família Martinez da igreja da comunidade que nessa noite abria suas portas para acolher os migrantes colombianos que vivem bairro Terra Nova e nas suas proximidades. Mas, havia gente de muitos lugares. Ao chegar à Igreja, outro rito bastante significativo que dizem ser muito praticado pelos católicos do Vale do Cauca. As quatro pessoas que carregavam a imagem da Imaculada Conceição no pequeno andor de madeira, se

¹⁹⁶ Em conversam com o Ariel, depois da celebração, ele explicou-me que alguns dos presentes, como o seu caso, possuem status de refugiado. Alguns ainda se encontram em situação irregular e a maioria possui visto de permanência com base em prole brasileira. Segundo Fabian houve um caso de uma família que em 2004, encontrava-se em Manaus com status de refúgio e o casal começou a trabalhar num restaurante frequentado por colombianos. Numa noite, ela deu de cara com dois dos paramilitares que incendiaram a sua casa numa comunidade de quilombo localizada no Departamento de Buenaventura. Por pouco não foram reconhecidos e decidiram partir para São Paulo no dia seguinte. A notícia desse caso se espalhou entre os colombianos gerando insegurança e medo entre aqueles que se encontrava em situação de exílio.

posicionaram à porta da Igreja e, elevando o andor à altura dos ombros, ficaram diante da porta para que todos passassem embaixo do andor, o que exigia dos mais altos um gesto de encurvamento ou abaixamento para não esbarrar a cabeça na madeira. Ninguém explicou o significado do gesto, deixando margem à interpretação de cada pessoa.

O Ariel contabilizou uma média de cem colombianos entre adultos e crianças e mais umas cinquenta pessoas da própria comunidade ou convidados externos, como no meu caso. Por fim, a pequenina igreja estava repleta para a missa em homenagem à Imaculada Conceição. Durante a missa, o sacerdote agradeceu aos colombianos pelo carinho e pela devoção à Mãe de Jesus e, ao final da missa, assumiu publicamente o compromisso de dar mais apoio a essa tradição dos colombianos comprometendo-se a inserir tal festividade na pauta das atividades da comunidade para os anos seguintes.

Ao final Marta e Rafael agradeceram a todos pelo comparecimento e à comunidade católica por permitir a cerimônia e celebrar com os colombianos que expressam o desejo de dar continuidade à tradição em 2014. Rafael sugere que da próxima vez se faça a vigília a noite toda como é o costume em várias partes da Colômbia. Todos parecem concordar com a proposta e algumas pessoas sugerem organizar uma pequena comissão para ajudar os Martinez em 2014. O padre sugeriu que em 2014 poderiam, se quisessem, realizar tudo na Igreja, inclusive a primeira parte realizada na casa dos Martinez. Mas, essa última ideia parece não ter agradado a maioria dos Colombianos porque a primeira parte do ritual parece se tratar de uma cerimônia muito íntima ou muito particular, como podemos verificar nas primeiras horas dessa noite. E assim se despediram e deram por encerrada com

muito êxito, a primeira tentativa de celebração da festa das velinhas no bairro Terra Nova.

O principal motivo dessa descrição¹⁹⁷ é relatar a intensidade da experiência sistematizada a partir das anotações de campo e da transcrição do áudio gravado e traduzido pelo Ariel que já domina muito bem a língua portuguesa e sua gramática¹⁹⁸. É importante registrar que nem todos aceitaram que suas falas constassem na sistematização, especialmente aqueles que se encontram em situação de refúgio e não se sentem seguros para permitir qualquer tipo de exposição pública¹⁹⁹.

Outro objetivo da descrição é trazer à tona a condição dos refugiados em situação irregular que, segundo O ACNUR, constituem a maior cifra de migrantes colombianos na Amazônia²⁰⁰. O refugiado irregular é aquela pessoa que cumpre com todos os requisitos que definem a condição de refúgio, mas, por diversas razões, não foi reconhecida como tal ou não solicitou oficialmente o exílio no ato de seu ingresso no país. Na festa das velinhas, na casa dos Martinez, quase todos se declararam refugiados e a maioria encontra-se em situação migratória irregular, o que justifica a realização de uma festa sem muito alarde e quase às escondidas dos

¹⁹⁷Gostaria de ponderar que essa descrição que acabo de apresentar, não segue todas as exigências metodológicas da etnografia porque se trata apenas de uma experiência vivida de maneira intensa junto aos colombianos em situação de refúgio em Manaus.

¹⁹⁸É importante registrar que o Fabian foi meu aluno no curso de Engenharia do Petróleo e Gás numa Instituição privada de Ensino Superior em Manaus.

¹⁹⁹Diferentemente de outras comemorações ou festividades realizadas pelos colombianos que vivem em Manaus. Só para se ter uma ideia, no dia 07 de Dezembro de 2009, eu participei de outra Festa das Velinhas ou das Velinhas, realizada no pátio do Restaurante La Finca no Bairro Dom Pedro, Zona Centro Oeste de Manaus. Também foi uma festa muito bonita abrindo as festividades natalinas, mas, bastante formal, se comparada a essa experiência da família Martinez que preparou uma cerimônia simples, porém, muito intensa no sentido da espontaneidade, da participação e da afinidade entre os convidados que eram todos amigos e conhecidos da família anfitriã. Posso estar redondamente enganada, mas, me pareceu que a cerimônia realizada no La Finca parecia mais formal no sentido do ritual e dos participantes, pois, estavam presentes as famílias mais abastadas composta por médicos, advogados, dentistas, as autoridades consulares, o presidente da Associação dos Colombianos e assim por diante, num clima mais formal e menos espontâneo. Na ocasião, haviam estipulado uma taxa de participação ou uma espécie de venda de convites antecipada no valor de R\$ 50,00 por pessoa. Ao final da cerimônia religiosa, eles compartilharam comidas típicas com os convidados que se fartaram com sancocho, tacache, patacón, arrepa recheadas e muitos doces típicos de cada região da Colômbia.

²⁰⁰Dados estatísticos do Acnur em outubro de 2007 disponíveis em www.acnur.org/relatorio_anual_2007.

demais colombianos residentes em Manaus e sem a cobertura da imprensa ou das redes sociais. E o motivo é a garantia do anonimato e da segurança do grupo. São famílias inteiras que fugiram da Colômbia e continuam se escondendo²⁰¹. Alguns, como a família Martinez, conseguiram o reconhecimento da situação de refúgio. Mas, a maioria nem chegou a solicitar refúgio para não se depararem com a negação por parte do CONARE por haverem participado de algum tipo de mobilização armada, especialmente os camponeses expulsos de suas terras de uso tradicional²⁰². Esses camponeses perderam o direito de uso de suas terras para grandes empresas internacionais que se instalaram nas regiões de conflito a convite do próprio presidente, à época Álvaro Uribe Vélez, que em meados de 2004 idealizou as cooperativas de convivência cidadã - Convivir, promovendo uma verdadeira expulsão de camponeses que no passado, de forma direta ou indireta, estiveram relacionados com os conflitos armados. Esse foi o caso da família Martinez que na década de 1970 conquistou a terra à custa da resistência do povo afrodescendente instalado no Vale do Cauca nos arredores de Buenaventura. Depois de mais de trinta anos com direito de uso das terras tradicionais com grande vocação para o cultivo de café²⁰³, souberam que suas terras haviam sido designadas para o agronegócio através da Convivir. Para garantir a re-apropriação das terras por parte do Estado e sua entrega aos empresários da Convivir, o governo patrocinou um conflito sem precedentes entre os camponeses afrocolombianos,

²⁰¹ Em Manaus residem colombianos ligados aos vários grupos sociais e políticos na Colômbia. É possível encontrar gente que esteve ligada às antigas milícias paramilitares, às Auto Defensas Colombianas - AUSc e às Forças Armadas Revolucionárias Colombianas - FARC. Praticamente todos esses seguimentos sociais e políticos estiveram ou continuam estreitamente relacionados aos conflitos sociais e socioambientais na Colômbia.

²⁰² As terras de uso tradicional na Colômbia são reservadas às populações negras descendentes de escravos. São terras vinculadas juridicamente ao Estado Colombiano que concede aos afrodescendentes o usufruto da propriedade sem titulação definitiva. Seria o equivalente às terras de quilombos no Brasil. Entretanto, o problema é a ausência do título de propriedade que permite ao Estado recrutar as terras de acordo com outras prioridades, como o que ocorreu durante o governo de Uribe.

²⁰³ Produto de grande valor no mercado internacional que garantia aos afrocolombianos relativa autonomia e relativa independência econômica.

praticamente desarmados, e os grupos paramilitares denominados Auto Defesas da Colômbia - AUC, representantes do governo. De forma bastante resumida, esse processo de expulsão representou o exílio para grupos inteiros de camponeses que fugiram para muitos países, dentre os quais o Brasil (RUIZ, 2012).

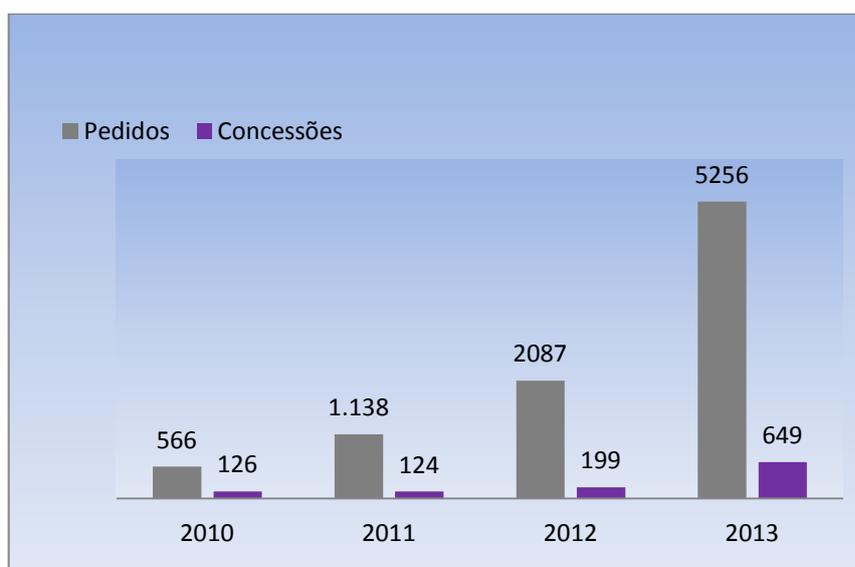
Para Hobsbawn (1985:15) "a violência na Colômbia constitui provavelmente a maior mobilização armada de camponeses na história recente do hemisfério ocidental". Isso justifica os grandes fluxos de *desplazados*, ou seja, os camponeses deslocados de maneira arbitrária. Na raiz do conflito agrário encontra-se a titulação das terras reconhecidas como propriedade de uso tradicional na década de 1970, reclamadas pelo governo Uribe a partir de 2000 com a instalação do Plano Colômbia que requereu a devolução das terras destinadas ao uso dos afrocolombianos ao comando do Estado. Segundo Ruiz (2012: 117), no primeiro estágio do conflito "os camponeses desalojados, em busca de refúgio, realocaram-se nos centros urbanos e nas zonas rurais mais próximas". No segundo estágio do conflito, dado o alto grau de violência impetrado contra os camponeses, grupos inteiros começaram a partir em busca de refúgio em outros países.

Para Ruiz (2012: 120), "o camponês foi expulso de seus territórios e da comunidade política". Ou seja, "aquele que outrora foi titular de terras com imensos cafezais, cana-de-açúcar e cacau, agora se encontra desprotegido política e juridicamente, lutando pela sobrevivência e pelo reconhecimento social em outros países". A partir dos acordos firmados entre os governos dos países do Mercosul, os camponeses expulsos pelo governo Uribe e seus sucessores, passaram a ser considerados como inimigos do governo. A parceria entre o governo brasileiro e o colombiano nos tratados comerciais do Mercosul, dificulta e até mesmo compromete

o reconhecimento dos refugiados colombianos que se declaram contrários ao governo.

Entre 2004 e 2007, cerca de 1/3 das solicitações de refúgio dirigidas ao CONARE através da Delemig, foram indeferidas na Amazônia²⁰⁴. Os processos indeferidos tinham em comum a declaração de oposição governo Uribe e a afiliação ao movimento camponês de resistência à desapropriação das terras tradicionais. Os refugiados que tiveram a solicitação indeferida permaneceram na região em situação irregular. Muitos acorreram a outras formas de solicitação de permanência incluindo a solicitação de visto com base em prole e matrimônio com cônjuge brasileiro e outros acorreram à anistia em 2009. Entretanto, muitos ainda permanecem em situação irregular e evitam contato com outros colombianos ligados direta ou indiretamente ao governo ou aos grupos vinculados à AUC ou aos paramilitares. É o caso da maioria dos participantes da festa das velinhas acima descrita.

Figura 09: Solicitações X Concessões de Refúgio



Fonte: CONARE – Relatórios e Estatísticas de 2010 - 2013 - dados nacionais

²⁰⁴ Informes do CONARE 2010 - 2013.

De acordo com o CONARE, o Brasil possuía em 2012, 4.689 refugiados reconhecidos de 79 nacionalidades distintas. Nas estatísticas do CONARE, a Colômbia figura como o segundo país com maior número de refugiados reconhecidos no Brasil com grande concentração de solicitações e residência na Amazônia que detém 11% do total de refugiados, excetuando os haitianos. Desses, a grande maioria seria de colombianos, o que somaria uma média 490 refugiados reconhecidos oficialmente. Os relatórios do Conare apontam um alto índice de indeferimento de solicitações de refúgio aos colombianos. Conforme a figura abaixo que representa os dados estatísticos do Conare, para cada refugiado regularizado existem outros 9 irregulares com sua solicitação de refúgio indeferida.

Ao contabilizar as cifras anuais, somente entre 2010 e 2013,houveram 9.047 solicitações de refúgio. Dessas, apenas 1.098 foram deferidas em favor dos solicitantes. Ou seja, apenas 11% das solicitações tiveram parecer positivo alcançando o status de refúgio. Resta aos 89% que tiveram seus pedidos indeferidos, buscar alternativas de regularização em outras modalidades de permanência. Enquanto isso permanecem em solo brasileiro em situação irregular. Ao aplicarmos esses dados à Amazônia onde a maioria dos solicitantes é formada por colombianos que representa o segundo maior grupo de refugiados reconhecidos pelo Conare no Brasil, teríamos uma média de indeferimentos das solicitações de refúgio bastante inferior à média nacional. De acordo com os relatórios do Conare, 118 colombianos solicitaram refúgio entre os anos de 2010 e 2013, somente na Amazônia. Desses pedidos, 88 foram deferidos em favor da concessão de refúgio, o que representa 43% das solicitações, bem superior à média nacional que foi de apenas 11% de concessão no mesmo período. Entretanto, há que se levar em consideração que muitos refugiados ingressam no território brasileiro pelas fronteiras

não monitoradas pela Delemig permanecendo em situação irregular sem procurar o Conare para tentar a sua regularização. De acordo com um rápido levantamento realizado na festa das velinhas no Bairro Terra Nova, apenas duas outras famílias além da anfitriã possuíam o título de refugiados o que representava uma média de 15% dos presentes. Entretanto, essa é uma estimativa aproximada que não se aplica a todos os contextos onde se encontram os migrantes colombianos na Amazônia. Considerando que alguns grupos se reúnem por afinidades, não será difícil participar de atividades onde se encontram apenas os migrantes com situação regularizada, especialmente aquelas categorias formadas por empresários, profissionais liberais, pesquisadores, professores universitários e estudantes nas diversas áreas do conhecimento.

Dentre muitas outras dimensões que poderiam ser destacadas para análise e aprofundamento a partir da descrição da festa das velinhas, optamos por enfatizar os traumas e sofrimentos causados pela violência nos conflitos armados e a capacidade de superação dos refugiados. A experiência de Ariel relatada de forma emocionada durante a festa das velinhas ilustra bem a situação de violência a que foi submetida boa parte da população colombiana, nas zonas de conflito, especialmente os camponeses afrocolombianos, como se autodefine Ariel. Os traumas da violência o acompanham desde aquela noite do massacre onde teve "dúvidas se queria continuar vivendo ou se preferiria morrer junto com os demais", afirma. A experiência do exílio logo em seguida ao massacre foi definitiva para a superação do trauma, diz Ariel. "Se tivesse continuado vivendo no sítio, acho que não suportaria a falta dos meus irmãos e dos meus pais porque a lembrança deles estava em toda parte". Nesse sentido, o exílio funcionou como um suporte para superação do trauma e para re-significar o sentido da vida longe do lugar da

violência. De acordo com Bauman (2004:164) em muitos casos de violência, a saída para outro lugar longe do ocorrido pode vir a contribuir para a superação dos traumas. Os rápidos processos de readaptação aos novos contextos no lugar de destino do exílio também pode contribuir para a superação. Ariel conta que a primeira coisa que sua prima providenciou foi a sua matrícula na escola. Na turma do oitavo ciclo, numa escola estadual no Bairro Terra Nova, ninguém sabia a sua história e nem mesmo a sua situação de refugiado. "Eu não falava do assunto com ninguém, mas, à noite, sozinho, no meu quarto, chorava muito. Sentia saudades e muita falta da minha mãe". Com o tempo ficaram as lembranças e a capacidade de superar o sofrimento ou dar-lhe novo significado. Agora Ariel pensa em constituir uma nova família. Espera o primeiro filho para meados de 2014. Está radiante. "Quero contar para meu filho a minha história. Vai ser difícil, mas, no tempo certo, quero que ele saiba de onde eu vim e, quem sabe um dia, eu o leve para conhecer o Vale do Cauca" afirma cheio de esperanças.

De acordo com outras narrativas, a inserção no mercado de trabalho também contribui para a superação dos traumas. Entretanto, muitos refugiados sucumbem à depressão e, com ela, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e superação dos traumas. O sofrimento parece ser maior entre as mulheres que enfrentam tudo com a dupla responsabilidade de cuidar dos filhos no exílio. Contudo, muitos homens apresentam grau elevado de depressão chegando até mesmo a distúrbios psicoemocionais como nos conta o Pe. Gelmino Costa, missionário da Congregação de São Carlos - Scalabrinianos, responsável pelo Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Manaus:

O Pedro começou a apresentar distúrbios psicóticos uns dois anos após sua chegada. A situação agravou quando a solicitação de refúgio foi indeferida pelo CONARE. Fizemos de tudo para reverter o

caso, mas, foi impossível. Os distúrbios psicóticos começaram quando ele começou a ouvir vozes caindo em completo descontrole emocional afetando o casamento e a relação com os seis filhos, todos menores. Depois de muito sofrimento e inúmeras tentativas de intervenção com tratamento psicológico nos convencemos que era um problema psiquiátrico e que precisava de medicação. Mas, ele se recusava, não conseguia trabalhar e a situação se agravava cada vez mais. Os surtos eram frequentes e os filhos e a esposa o evitavam porque já sentiam medo. Os vizinhos o denunciavam pelo desequilíbrio que o tornava agressivo. Depois se envolveu com uma mulher casada na compensa e o marido ofendido queria lhe matar. Até que um dia soubemos que ele havia retornado à Colômbia e não tivemos mais notícia dele. A esposa aparece de vez em quando e nunca mais soube dele. Segue a vida trabalhando e sustentando os filhos sozinha (Narrativa 452, Pesquisa de Campo 2013).

Ainda segundo o Pe. Gelmino Costa, situações como essa do Pedro ocorrem com muitos outros homens que têm dificuldade de expressar os sentimentos e vão guardando tudo até que em algum momento pode se manifestar em forma de depressão aguda ou distúrbios psicoemocionais. A precariedade dos processos de adaptabilidade oferece explicações plausíveis para situações como a descrita pelo Pe. Gelmino Costa. O trabalho precário ou a dificuldade de inserção no mercado de trabalho também contribui para dificultar a superação dos traumas e sofrimentos do exílio. "O trabalho" nos recorda Sayad,

Obriga a viver e não só permite viver. Desse ponto de vista, ele tem uma função literalmente vital, uma função salvadora, quando não terapêutica: como é preciso continuar a viver e é preciso, por conseguinte, continuar a lutar com todas as forças contra o bloqueio, essa espécie de estagnação no estupor, é preciso, no presente caso, trabalhar, já que trabalhar é a única razão de existir (SAYAD, 1998: 116),.

A situação extrema de "surtos psicóticos" como a descrita pelo Pe. Gelmino, tanto pode afastar o refugiado do trabalho, como também pode ser o resultado da sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Imagine a situação de angústia e desespero de um pai de família, com seis filhos menores para criar, todos traumatizados pela violência, sem emprego, pagando aluguel e longe da sua família

e da sua pátria. Além disso, o agravante da adaptação ao contexto urbano, já que boa parte dos refugiados, inclusive o Pedro, era camponesa e agora se vê obrigada a adaptar-se de imediato ao contexto urbano sem passar por intermediações. É isso que faz com que muitos refugiados, como assinala Sayad (1998), passem por processos traumáticos de "rupturas" onde não resta ao refugiado outra saída a não ser

Reatar os fios para além da ruptura, recompor os cacos, essa é a insistência desesperada que sustenta a vida, que a carrega e a preenche, o que faz com que esse esforço acabe por se identificar completamente com a vida, constituindo a vida até o ponto em que o autor desse empreendimento chega a esquecer de viver de outra forma; esquecer que viver não é viver apenas insistindo em viver. Necessidade e liberdade! (SAYAD, 1998: 116).

Definitivamente, não é fácil "recompor os cacos" porque algumas feridas permanecem ainda abertas e sangrando por muito tempo. Além da lembrança da violência, as perdas de infinitas coisas e das pessoas amadas e a desterritorialização são fatores que agravam as feridas fazendo com que permaneçam sangrando por muito tempo.

Segundo Bauman (2004) a precariedade da situação do exílio também pode contribuir para aumentar e agravar ainda mais o sofrimento. Todos esses fatores podem acompanhar o refugiado nos caminhos e descaminhos do exílio conforme as várias narrativas apresentadas durante o ritual da festa das velinhas, acima descrito.

Os refugiados se tornaram, à imagem caricatural da nova elite do poder no mundo globalizado, a epítome daquela extraterritorialidade em que se fincam as raízes da atual *precarité* da condição humana, que tem lugar de destaque entre os temores e ansiedades de nossos dias. Esses temores e ansiedades, procurando em vão por outros escoadouros, despejaram-se sobre o ressentimento e o medo que os refugiados provocam. Não podem ser desativados nem dispersos num confronto direto com a outra encarnação da extraterritorialidade, a elite global flutuando além do alcance do controle humano, poderosa demais para que se possa enfrentá-la. Os

refugiados, ao contrário, são um alvo fixo em quem se descarregam o excesso de angústia (BAUMAN, 2004: 164).

Como bem recorda Bauman, a sociedade de destino dos refugiados também enfrenta dificuldades no trato com os exilados. Em muitos casos, os refugiados optam por omitir a sua real condição revelando apenas a sua nacionalidade, o que já em si representa uma dificuldade. Ocorre que na Amazônia os colombianos convivem com o estigma da discriminação por causa da sua nacionalidade. Muito dessa estigmatização deve-se à maneira como a mídia se refere aos colombianos quase sempre relacionados com o narcotráfico. Ou seja, o refugiado é suspeito de ser narcotraficante até que se prove o contrário. E como diz Ariel, "se for colombiano e negro, a estigmatização é ainda maior". De acordo com Bauman (2004: 164) essa é uma forma de criminalização das vítimas diretas do conflito e da violência. O que nos leva a perguntar até que ponto a sociedade brasileira vem sendo preparada para acolher refugiados em situação de extremo sofrimento?

Por outro lado, as lembranças, como afirma Ariel, quando compartilhadas em clima de confiança e acolhida fraterna, como ocorreu na festa das velinhas, ajudam a superar os traumas e a vencer o sofrimento dando novo significado à vida e aos novos projetos. Daí a importância de se promover momentos como esse de amigável confiabilidade e fraternidade entre os refugiados que compartilham de uma mesma região, da mesma origem camponesa, da mesma afrodescendência e de tantos outros elementos que os aproximam e os fortalece num mesmo processo de resignificação de suas vidas e de seus novos planos e projetos.

Por fim, o sofrimento dos colombianos apresentado em forma de prece ou desabafo, em clima fraterno de confiança e solidariedade, representa, por um lado, uma grande lição de superação, e por outro lado, desafia à sociedade brasileira a

preparar-se mais e melhor para acolher e integrar os refugiados. Não basta uma política nacional de acolhida aos refugiados. É preciso criar condições concretas para efetivar a acolhida até mesmo daquelas pessoas que não foram oficialmente reconhecidas como refugiadas ou aquelas que nem mesmo se inscreveram na lista de solicitantes.

5.2.3 Migração Haitiana na Amazônia: "Ann Pale Potigè" - como falar português?

Em meados de 2011, nas tardes de sábado, iniciamos as aulas de língua portuguesa com um grupo de migrantes haitianas abrigadas em sistema de albergue temporário no centro de Manaus²⁰⁵. Crianças de colo, parentes, namorados, maridos ou amigos que vinham visitá-las ocasionalmente também participavam livremente das aulas. Tudo começou logo após o retorno do intercâmbio de estudos doutorais. Os representantes do SPM²⁰⁶ insistiram para assumirmos alguma atividade que contribuísse para promover a acolhida e a integração dos migrantes haitianos. Convidaram para conhecer o grupo e participar de algumas reuniões onde discutiam as possíveis atividades e desafios. Lembrei-me de convidar para as reuniões o Elias Oliveira da Silva, estudante finalista do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas que, na ocasião, estava escrevendo seu trabalho de conclusão de curso sobre os migrantes haitianos. Ele topou e logo começamos a conversar sobre o que poderíamos fazer para contribuir. Nessa mesma ocasião o

²⁰⁵ O Albergue ou casa abrigo "Pequena Obra Franciscana" é uma iniciativa da Ordem dos Frades Capuchinhos da Vice-Província Capuchinha na Amazônia. Trata-se de um sistema de abrigo temporário dedicado a acolher exclusivamente as haitianas grávidas ou com bebês de colo que necessitam de cuidados especiais por determinado tempo.

²⁰⁶ Especialmente o Pe. Gelmino Costa, a Ir. Ozani da Silva e o Pe. Valdecir Molinary, missionários Scalabrinianos que coordenam esse Serviço aos Migrantes na Arquidiocese de Manaus.

Prof. Sidney Silva, coordenador do Grupo de Estudos sobre as Migrações na Amazônia – GEMA, da Universidade Federal do Amazonas, também nos convidou para contribuir com um projeto de extensão que pretendia realizar uma pesquisa com o objetivo de traçar o perfil dos migrantes haitianos em Manaus. Pois bem, começamos a participar do referido projeto e, simultaneamente, a pedido dos agentes do SPM, iniciamos os trabalhos com um grupo de estudos da língua portuguesa, que se reuniam três noites por semana na Paróquia São Geraldo, na Zona Centro Oeste de Manaus.

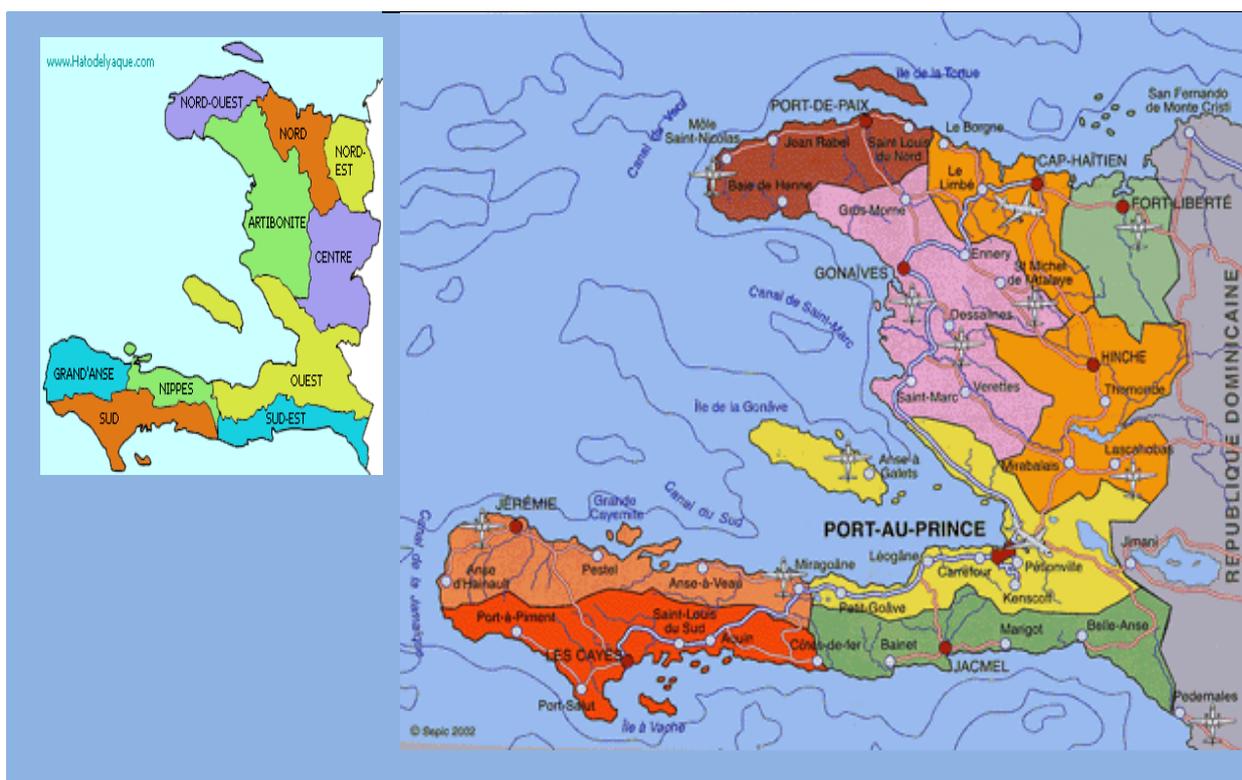
No primeiro mês de atividade, percebemos que as mulheres pareciam representar o grupo mais vulnerável do fluxo migratório por demandarem um atendimento específico, especialmente aquelas que se encontravam grávidas, ou com bebês de colo²⁰⁷. Numa noite a Ir. Santina Perin, também do SPM, nos convidou para dar nossas aulas no albergue de mulheres, uma vez que os demais migrantes passariam a ser atendidos por um projeto em parceria com o Centro de Estudos Tecnológicos da Amazônia – CETAM. Desde então, as aulas de língua portuguesa passaram a ser ministradas por professores especializados, com recursos didáticos e salas de aula mais apropriadas. Foi aí que iniciamos as aulas com o grupo de mulheres.

Desde o início, juntamente com a gramática da língua portuguesa, com os exercícios de pronúncia e conversação, misturamos com as letras, as histórias de vidas, sonhos, esperanças, angústias, dificuldades e “muitas frustrações e decepções”, como enfatizaram repetidas vezes. Logo nos primeiros encontros, pedimos para gravar ou filmar as aulas informando que era importante como um

²⁰⁷ Não se sabe ao certo quantas haitianas vieram para o Brasil. De acordo com as listas publicadas no Diário Oficial da União, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração – CONIG, elas representam uns 23% do total de migrantes haitianos que chegou ao Brasil desde 2010 e, tudo indica que se trata ainda de um fluxo que tende a se intensificar ainda mais porque parece seguir os moldes das migrações tradicionais onde primeiro migram os homens, quase que exclusivamente, e, depois, migram mulheres e crianças.

recurso pedagógico ou uma técnica que as possibilitaria verem-se ao longo do processo de aprendizagem²⁰⁸. No início, foram gravadas apenas as leituras coletivas, repetições e tentativas de conversação, observando o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. É interessante destacar que essas mulheres que agora se encontram vivendo num grupo comum, salvo raras exceções, não se conheceram no Haiti. Antes de viajar, elas moravam em distintas áreas do país. Além da capital Porto Príncipe, há gente de várias cidades e regiões distintas do país, principalmente Gonaïves, Terre Neuve, Cap-Haïtien, Petit Trou de Nippes, Marigot, Saint Louis du Nord, Léogâne, Thomazeau, Delmas, Léogâne e Les Cayes.

Figura 10: Mapa Geopolítico do Haiti



²⁰⁸ Recortes editados das aulas gravadas eram projetados no data-show com o objetivo de ilustrar as aulas, identificar os avanços e reconhecer as limitações e desafios ao método de ensino.

O mapa do Haiti logo permite identificar as cidades ou os departamentos de origem das migrantes que vieram de diversas partes do país e não somente da capital mais afetada pelo terremoto. Mesmo aquelas que viviam na capital, não haviam se conhecido antes da viagem. Algumas já haviam passado por experiências anteriores de migração, principalmente na vizinha República Dominicana. Entretanto, a maioria se conheceu no meio da viagem, durante o tempo que permaneceu na fronteira em Tabatinga à espera da documentação para poder avançar rumo a Manaus, ou ainda quando se encontraram no mesmo abrigo. Foi no abrigo que elas identificaram os pontos de divergência e as convergências do grupo e reconheceram-se umas nas outras, na condição de mulheres, negras, pobres e migrantes.

Dando continuidade ao processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, numa tarde de sábado, eis que o Elias resolveu iniciar os trabalhos ensinando uma pequena canção ou refrão de acolhida e boas-vindas. De cara, percebemos a empolgação e o sorriso estampado no rosto de todas, tentando repetir o refrão que escutavam. Primeiro ele explicou o que significava a frase, palavra por palavra: “seja bem-vinda, bem-vinda seja oh lê, lê, oh, oh; seja bem-vinda, bem-vinda seja oh lê, lê ah, ah; não importa se você veio do sul ou do norte! A casa é sua minha irmã, pode entrar!”.

Naquela tarde, dispensamos a apostila “*Ann Pale Potigè*”²⁰⁹ que subsidiava nossas aulas nos moldes tradicionais. Nesse dia os cadernos e lápis foram deixados de lado e a aula fluiu como nunca havia sido. Parecia que se sentiam acolhidas de uma forma profunda com aquela simples canção com tão poucas palavras.

²⁰⁹ A apostila “como falar português” foi organizada por uma equipe da Pastoral da Mobilidade Humana (Emilio Travieso - emiliotravieso@yahoo.com, Rwolds Augustin - arwolds17@hotmail.com e Miriam Spezia) da Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia em dezembro de 2011 com a finalidade de subsidiar a aprendizagem da língua portuguesa básica, uma vez que a grande maioria dos migrantes não conhecia absolutamente nada de português.

Cantavam umas para as outras, se abraçavam e pediam para cantar novamente. Pediram para o Elias ensinar-lhes outras canções no mesmo formato e o tempo foi passando naquela alegria sem fim. De repente, a Fuvê²¹⁰, grávida de sete meses, levanta a mão e pergunta se pode cantar uma canção de acolhida em crioulo. E completou o pedido afirmando: “nós também temos nossas cantigas de boas-vindas que aprendemos dos nossos antepassados africanos e queremos também oferecer para vocês”. E cantaram uma, duas, três, diversas canções batendo palmas e dançando num gingado muito próprio.

Naquela tarde, por algumas horas, elas transcenderam as barreiras da relação professor(a) – aluno(a) e inauguraram uma nova metodologia baseada nas trocas de saberes. A partir daquele momento, elas perceberam que também tinham algo para nos ensinar, para compartilhar e retribuir, num espaço de compartilhamento onde a “troca cerimonial e as normas de reciprocidade que a acompanham apresentam-se de uma forma que mistifica as relações de poder” (STRATHERN, 2006, p. 226) e as transcende.

A partir dessa experiência, reformulamos nossa metodologia e percebemos que era possível começar a reunir material para escrever sobre a condição migratória dessas mulheres. Na semana seguinte, conversamos com o grupo sobre a possibilidade de continuar gravando as aulas com a finalidade também de reunir material para posteriores pesquisas. Entramos num acordo e elas permitiram seguir com a técnica da gravação desde que o Elias continuasse editando as imagens e apresentando os recortes durante as aulas porque elas “gostavam de se verem projetadas na telado data show”.

²¹⁰ Nome fictício. Optamos por não identificar os sujeitos da pesquisa por seus nomes próprios para preservar a sua identidade especialmente porque a muitas delas encontravam-se em situação irregular na ocasião dos trabalhos.

Nas aulas que se seguiram abandonamos a apostila e adotamos outro método²¹¹ onde priorizamos as narrativas em que elas contavam um pouco de suas histórias de vida, especialmente a vida de migrante. As narrativas fluíam espontaneamente, bastando apenas apresentar uma palavra chave ou geradora para o debate tal como “casa”, “terremoto”, “família”, “viagem”, “Manaus”, “Haiti”, Brasil, dentre outras. Passamos também a gravar com elas depois das aulas em conversas individuais. Logo surgiram convites para visitar as casas coletivas onde estavam os seus parentes, amigos, maridos ou namorados²¹².

Dessa forma, fomos reunindo e ampliando o material de pesquisa de campo no decorrer dos dois anos de trabalhos com o grupo. Aos poucos as gravações foram sendo transcritas e traduzidas e alguns fragmentos das sessenta e três narrativas passaram a compor uma breve sistematização²¹³ para nossa tese doutoral.

Em praticamente todas as narrativas identificamos a luta dessas mulheres que procuram novos horizontes e possibilidades de existência e sobrevivência buscando a “ressignificação da história, da sociedade, da cultura e da política a partir das mulheres e com as mulheres” (LAGARDE, 1996: 13). Em outras

²¹¹ Conforme FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, a palavra geradora é uma técnica pedagógica do Método Paulo Freire, segundo o qual o educador defende e incentiva o posicionamento do adulto não alfabetizado a partir do seu contexto social. Para identificar as palavras geradoras, o método propõe: realizar o levantamento do universo vocabular do grupo; a escolha das palavras selecionadas, seguindo os critérios de *riqueza fonética*, *dificuldades fonéticas*; a elaboração de situações existenciais características do grupo para situá-lo no processo; a confecção das fichas-roteiro para os debates; a confecção de fichas de palavras para a decomposição das famílias fonéticas correspondentes às palavras geradoras.

²¹² Essa casa abrigo é um espaço com dormitório coletivo com trinta e cinco camas modelo beliche duplo. Foi determinado pelos capuchinhos responsáveis pela obra que seria um espaço exclusivo para as mulheres em situação de risco na gravidez ou no pós-parto. Por isso, a separação dos casais e das famílias se fez necessário porque o espaço não dispunha de infraestrutura para acolher as famílias completas. Essa separação necessária causava muito sofrimento às mulheres e também aos maridos ou namorados. Muitas estavam grávidas, mas, não eram casadas com os pais das crianças e continuavam referindo-se a eles como namorados.

²¹³ A maioria das narrativas é uma mistura de crioulo, espanhol e algumas palavras em português. Isso dificulta muito a transcrição e a tradução dos textos. Aquilo que não conseguimos traduzir pedimos ajuda de algum haitiano que já domina um pouco melhor o português, como é o caso do Abdias Dolce, representante da Associação dos Estudantes Haitianos no Brasil.

palavras, as narrativas apresentadas durante as aulas são indicativos de resistência, de luta, de busca e de resignação das migrantes. Cumprem também com a tarefa de despertar o grupo para sua realidade coletiva. Nas atividades em grupo, todas têm oportunidade de falar e ouvir umas às outras, intervindo, complementando, reinterpretando e interpelando os fatos e acontecimentos até então vivenciados no anonimato e no silêncio individual.

Por questões metodológicas, disporemos os fragmentos das narrativas e memórias de acordo com os debates construídos a partir das *palavras geradoras* que foram sugeridas por elas mesmas numa sessão dedicada para organizar as palavras mais carregadas de significados de acordo com o entendimento do grupo: “casa”, “terremoto”, “família”, “Brasil”.

“Casa” foi a primeira palavra geradora de debate que trabalhamos. Nessa sessão, fomos agraciados com a colaboração da Fernanda Vieira Wanderley²¹⁴ que trouxe para o grupo um conjunto de fichários com as palavras geradoras com suas similares e correlatas, com ilustrações coloridas e as famílias gramaticais correspondentes. Tudo em tamanho pôster²¹⁵, para proporcionar uma maior visualização do material. As alunas ficaram muito empolgadas com o novo material e redobram a participação. Após a apresentação da palavra, seus fonemas e classes gramaticais, sua referência com outras palavras, iniciamos a problematização do debate em torno da questão habitacional tendo por referência a provocação da palavra em questão.

²¹⁴ Nessa ocasião estava finalizando sua monografia de conclusão do curso de Geografia na Universidade do Estado do Amazonas defendida no dia 25 de junho de 2012 com o título: *Haitianos em Manaus, Processo Migratório*, sob a orientação da Profª. Dra. Ana Paulina Silva.

²¹⁵ O tamanho pôster oficial: 120 cm de altura por 90 cm de largura.

As narrativas fluíram de forma instantânea porque o tema era deveras muito provocativo. Logo a “Lary”²¹⁶ tomou a palavra e foi contando sua história:

Durante anos investimos na construção da nossa casa em Porto Príncipe. Não era uma mansão, mas, era uma casa confortável, com dois quartos e um pequeno quintal. Para mim, era a casa mais bonita do mundo. O terremoto destruiu tudo. O teto da quadra de futebol caiu sobre nossa casa e não sobrou nada. Muito tempo depois não dava ainda para reconhecer o local com tantos escombros que ainda haviam sobre o terreno que outrora foi nossa casa. Depois de dias no hospital da Cruz Vermelha, já um pouco recuperada dos ferimentos, fui informada que havia perdido também os pequenos de 2 e 4 anos. Sobrevivemos eu e meu marido Jean. Ele me encontrou na tenda-hospital e me levou para uma barraca num antigo campo de golfe nas proximidades do aeroporto. Antes do terremoto esse local pertenceu a uma família muito rica e os pobres eram proibidos de entrar porque em Porto Príncipe o golfe é esporte de gente rica. Não sei como é no Brasil. Então, a pequena barraca da ONU²¹⁷ passou a ser a nossa moradia no acampamento Jean Marie Vicent. Mas, aquilo não era uma casa porque não tinha parede, nem banheiro, nem cozinha. Apenas um colchão para dormir, um garrafão com água para beber e uma lamparina²¹⁸. Tinha muita gente na mesma situação. Havia apenas uma latrina para todos os acampados. Nas primeiras horas da manhã a fila para usar o único banheiro era enorme. Um cento e poucas pessoas aguardavam a vez para fazer suas necessidades. As mulheres e crianças tinham prioridade. Logo depois, a outra fila era para pegar água nos garrafões para beber. Mas, a água não dava para todo mundo e a cólera estava tomando conta da gente porque as condições sanitárias eram as piores. Quando ouvi falar sobre a possibilidade de viajar para o Brasil, eu disse para o marido: nós vamos! Ele disse que não tinha dinheiro, que era muito caro. Então descobri que podia comprar a passagem para pagar em parcelas quando recebesse dinheiro no Brasil. Então falei para ele de novo que tínhamos que viajar porque do jeito que estava não dava mais. Naquela situação, qualquer coisa seria melhor. Além do mais, as autoridades já estavam ameaçando retirar a gente do assentamento porque os donos do terreno estavam querendo recuperar o antigo campo de golfe. O que posso dizer é que aquilo não era casa. A gente não tinha privacidade para nada.

²¹⁶ Nome fictício. Identificamos as narrativas em ordem numérica de acordo com as transcrições de cada sessão. A maioria das conversas foi dita mesclando crioulo com espanhol. Poucas palavras eram ditas em português. Por isso demoramos tanto com a transcrição e tivemos que contar com a ajuda de alguns amigos que entendiam bem o crioulo para correção dos textos. Mesmo assim, podem haver problemas na tradução.

²¹⁷ Algumas instituições internacionais prestaram socorro ou ajuda emergencial aos feridos e desabrigados pelo terremoto, dentre elas, se destaca a Cruz Vermelha Internacional, os Médicos Sem Fronteiras e as instituições gerenciadas pela Organização das Nações Unidas, especialmente o Alto comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR que distribuiu milhares de barracas com seus kits de sobrevivência que incluía um colchão, na maioria inflável e um garrafão com água potável. No caso de Porto Príncipe, o ACNUR apenas distribuiu as barracas e não providenciou o local para os assentamentos provisórios. Isso explica a ocupação do antigo campo de golfe e de outros espaços públicos ou privados.

²¹⁸ Traduzimos por lamparina o recipiente que eles mesmos improvisam com um pote de barro ou de vidro cheio de azeite, querosene ou óleo diesel. Um pequeno cordão ou pavio de algodão é mergulhado no líquido mantendo uma das extremidades fora do recipiente onde é acesa a chama com palito de fósforo ou isqueiro.

Não tinha direito a nada naquela barraca (Narrativa nº. 166 – pesquisa de campo 2011-2013).

Nessa sessão, muitas outras contaram suas histórias e relembrou os terrores da tragédia do terremoto e seus impactos em suas vidas. Entretanto, optamos por destacar a narrativa da Lary por se tratar de uma descrição densa, carregada de signos e significados, da sua compreensão sobre a temática da habitação e sua contribuição para a nossa reflexão.

Os aspectos subjetivos da narrativa inserem a casa na sua função social, na sua condição coletiva. De acordo com as lembranças, a casa de Lary e sua família havia sido construída aos poucos, durante anos. Assim são construídas as casas da maioria das pessoas das classes populares e dos migrantes. Edificam de acordo com as poucas economias. Não raro, os migrantes habitam a casa ainda em processo de construção porque não tem onde morar enquanto a casa não estiver pronta. Às vezes leva uma vida inteira para ficar pronta.

Na narrativa de Lary, a casa é apresentada enquanto propriedade coletiva: “a nossa casa”. A princípio, ela não identifica quem eram os proprietários, dando a entender que a moradia é um *locus* de muitas pessoas ou um lugar que guarda lembranças que permanecem no imaginário como espaço das relações sociais, étnicas e culturais (OLIVEIRA, 2012: 229). A casa destruída pelo terremoto representava mais que um lugar físico, concreto, real, emergindo com significados e contornos para além da dimensão material. Destruída pelo terremoto, desabou não somente a casa material, mas, acima de tudo o *locus* de uma família, de um grupo étnico, de uma identidade social.

Em muitos relatos, a casa aparece como habitação coletiva pertencente a mais de uma família ou de núcleos familiares extensos. Dentre outras dimensões

sociais e culturais, esse tipo de moradia possibilita o cuidado coletivo dos filhos. Ou seja, em caso de sair para trabalhar, os filhos são cuidados pelas pessoas que permanecem na casa ou pelos familiares. Como aparece em outra parte da narrativa da Lary:

Na minha casa morava muita gente. Os meus filhos foram criados junto com os filhos das minhas irmãs, tias e primas. Por isso, todas as mulheres adultas cuidavam dos filhos umas das outras. Não tinha problema quando tinha que sair para trabalhar ou até mesmo viajar. A gente deixava os filhos aos cuidados umas das outras. E eles se comportavam direitinho. Só não deixava os pequenos que ainda amamentavam porque ainda precisam muito da mãe(Narrativa nº. 166 –pesquisa de campo 2011-2013).

Na segunda parte da narrativa Lary lembrava os detalhes de cada parte da casa: a cor das paredes, os quadros com as fotos de família pendurados no alto da parede da sala, as árvores do quintal onde as crianças brincavam, a pequena varanda na frente da sala que era local coletivo e ponto de encontro das vizinhas, o quarto das crianças, o cheiro bom da cozinha na hora do preparo da comida... Em fim, todos os elementos concretos e subjetivos que não foram reproduzidos na barraca improvisada do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Os elementos subjetivos apresentados na narrativa nos levam a concluir que, definitivamente, a barraca da agência da ONU não substitui a casa porque não representa o *locus* de uma família que não pode constituir-se na precariedade da situação provisória. A difícil decisão de migrar parece estar estreitamente relacionada com a barraca e sua relação com a questão da vida precária e a condição provisória que não permite aos sujeitos firmarem-se enquanto grupo social, estabelecer redes de relações sociais duradouras.

Nada poderia ser pior que estar confinada a uma barraca por mais de um ano. É ela, a mulher, que alerta para o limite do suportável: “[...] tínhamos que viajar porque do jeito que estava não dava mais. Naquela situação, qualquer coisa seria

melhor”. A resistência do marido, num primeiro momento, poderia indicar que o confinamento à barraca ou a resignação à tutela da agência da ONU, tem significado diferente para o homem e para a mulher. Nessa perspectiva, Nancy L. Green (2011:42-43), alerta que,

As forças que encorajam cidadãos a deixarem seu país têm relação com gênero, e precisamos investigar as sociedades que enviam os imigrantes para entender como as relações de gênero podem encorajar ou desencorajar a emigração [...]. Homens e mulheres deixam seu local de origem por distintas razões. Além da atual compreensão clássica da onda de emigração através das lentes de origem nacional e cultural, precisamos questionar os diferentes motivos pelos quais homens e mulheres decidem deixar seu país.

A barraca pode incomodar mais as mulheres que os homens porque estaria nela a tentativa de substituição da casa que exerce maior significado para as mulheres. É na casa que as mulheres reproduzem o exercício do poder doméstico. Segundo Lisboa (2003, p. 175) “o processo de “empoderamento” das mulheres inicia-se primeiramente, na aquisição do espaço doméstico, no qual ocorrem as relações de produção e reprodução do cotidiano e no qual elas desenvolvem sentimentos de autoestima e autoconfiança”. Entretanto, a migração, ainda não garantiu às haitianas o direito à moradia no Brasil. Muitas delas, especialmente esse grupo em questão, continuam confinadas ao abrigo provisório onde a migração representou tão somente “a passagem de uma estrutura de dominação para outra” num contexto onde “não somente as amarras de classe impedem a verdadeira cidadania. Aquelas relativas ao gênero e raça/etnia igualmente forjam a ausência de direitos”(SILVA, 1999:237) e a migração não garante a tão sonhada mobilidade social ou a libertação da dominação.

Na última parte da narrativa, Lary define a casa como lugar de direitos e privacidade, ora negados na barraca da ONU, ora igualmente negados no abrigo provisório no centro de Manaus. A continuidade dessa condição de albergadas

explica, em parte, o sentimento de decepção e frustração compartilhado por todo o grupo e expresso no decorrer dos debates.

Muitos outros elementos poderiam ser ainda analisados na narrativa de Lary, entretanto, optamos por apresentar apenas algumas reflexões em torno da temática da palavra geradora “casa” que continua sendo condição básica para o exercício da cidadania de todo e qualquer migrante em toda e qualquer sociedade. O direito à moradia continua na pauta dos direitos essenciais dos migrantes e mais especificamente, “a luta pela casa, portanto, constitui-se no espaço de “empoderamento” social, psicológico e político das mulheres” (LISBOA, 2003: 175).

Para muitas das abrigadas a "casa" significa apenas uma lembrança de um passado marcado pela tragédia, não somente do terremoto, mas, também dos furacões tropicais²¹⁹. Nessa perspectiva, a casa passa a ser tomada como referência de uma experiência muito distante da realidade atual. As condições e regras do albergue reforçam ainda mais as dificuldades de conquistar novamente a tão sonhada casa. Contudo, as narrativas revelam que a casa no Brasil ou em qualquer outro lugar fora do Haiti, não representa para elas a mesma dimensão subjetiva da experiência vivida nas suas casas enquanto *locus* familiar. Suas lembranças sempre remetem à casa enquanto *locus* de uma família extensa onde várias gerações convivem no mesmo espaço que não é constituído apenas por paredes e teto. O *locus* que permanece nas suas lembranças é o lugar da convivência cultural, da experiência religiosa, da transmissão de saberes e muitas outras dimensões subjetivas.

As mudanças relativas à temática da habitação remetem também a outro aspecto latente na situação migratória dessas mulheres. No caso de Manaus, o

²¹⁹ A análise relativa a esse tema será retomada na próxima palavra geradora “terremoto”.

emprego doméstico tem sido uma das poucas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. A Ir. Santina do SPM informa que quase 90% dos empregos oferecidos às mulheres seriam no setor doméstico, o que não diverge da realidade de boa parte das mulheres em situação de migração em outros países (ASSIS, 2007), especialmente na Europa.

A inserção nesse setor de trabalho tem se convertido em uma experiência de sofrimento para essas migrantes. A primeira questão a ser considerada é que a maioria delas²²⁰, nunca trabalhou como doméstica nem no Haiti nem em outros países, no caso daquelas que já passaram por outras experiências migratórias. Para piorar ainda mais a situação, a maioria delas não exercia essa atividade nem mesmo na sua própria casa, quando as possuíam anos atrás. Algumas análises resultantes dos debates e das narrativas, podem nos ajudar a compreender essa prerrogativa. Yolene 31 anos (Narrativa nº. 167), lembra que quando teve casa em Gonaïves, “todas as mulheres que viviam ali cuidavam dos afazeres domésticos. Era muita gente: minhas irmãs, primas, tias, avós. Ninguém ficava ligado diretamente a esses afazeres porque todo mundo ajudava e logo tudo estava limpo, a comida pronta e as roupas lavadas”. Essa realidade é compartilhada em quase todas as casas onde convivem núcleos familiares extensos. O fato de todas as mulheres participarem dos mesmos afazeres domésticos no interior da mesma casa diminui a sobrecarga de trabalho para uma única mulher e contradiz o modelo ocidental do trabalho doméstico.

Em outra narrativa Marie, de 22 anos, recorda que

Era muito pequena quando a família perdeu a grande casa que possuíamos durante o furacão de 2004. O Jeanne passou no dia do meu aniversário, dia 18 de setembro de 2004. Meus avôs me

²²⁰ No caso das mulheres com as quais trabalhamos nesses dois anos, nenhuma delas jamais havia exercido essa atividade em nenhum momento de suas vidas.

preparavam uma grande festa. Mas, naquela manhã, tudo ficou embaixo d'água. Nossa casa era rodeada de palmeiras. Eram bem altas. Tudo caiu sobre a casa. Ninguém morreu, mas, muitos se feriram. Meus pais nunca mais conseguiram reconstruir nossa casa. Lutaram até morrer e não conseguiram. Depois que perdemos a casa a família se dividiu. Uns foram trabalhar na cidade. Outros migraram para os Estados Unidos. Meu pai foi para África trabalhar. Quando voltou, ficou logo doente com o cólera e morreu. Minha mãe viúva levou a gente para viver num abrigo da Cruz Vermelha. No abrigo não existe trabalho doméstico. É lugar de passagem. Mas, moramos aí até eu completar 20 anos. Depois fui morar com os primos em Porto Príncipe. De lá vim para o Brasil e estou novamente no abrigo. Nunca aprendi cuidar de casa. Não sei fazer nada. Estou tentando aprender. Mas, as patroas não tem paciência nem tempo para ensinar. Quando chegam no final do dia elas reclamam que não está como elas queriam. Por isso é tão difícil para mim. É uma coisa muito nova para mim (Narrativa nº. 168).

Para uma jovem de 22 anos que nunca realizou tarefas domésticas, é muito difícil aprender em um contexto tão diferente como é o nosso. As exigências do trabalho doméstico são pesadas principalmente quando o trabalho inclui lavar, passar, limpar, cozinhar e ainda cuidar das crianças. Essa é a rotina de boa parte das trabalhadoras domésticas. Como exigir tudo isso de mulheres que nunca realizaram essas atividades?

Outra questão a ser levada em consideração é o modelo de trabalho doméstico exigido de mulheres que possuíam casas de chão batido, mesmo aquelas com um pouco mais de condições econômicas. Casas que representavam poder aquisitivo de acordo com a realidade onde viviam, mas, que não correspondem aos padrões ocidentais. De acordo com as narrativas se compreende, por exemplo, que as casas no Haiti não possuem banheiros com louça sanitária no formato de acento, salvo raríssimas exceções.

Junto com esse elemento ainda há outro de ordem cultural que determina, segundo as narrativas, que os dejetos humanos sejam considerados impuros. Por isso muitas migrantes na condição de trabalhadoras domésticas se recusam ao serem requisitadas para lavar os banheiros e seus sanitários. Por outro lado, lavar o

banheiro representa para elas o grau mais baixo e humilhante na escala social.

Esse elemento pode até parecer irrelevante, mas, no caso delas, é extremamente importante porque vem sendo apontado como o principal fator gerador de crise e depressão entre essas migrantes. Não é por "capricho", como muitos afirmam, que elas não se submetem ao trabalho doméstico. Muito pelo contrário. Existem muitos elementos de ordem social e cultural que poderiam ser analisados nessa temática. Entretanto, optamos por trabalhar outros recortes de outras reflexões e deixar esta para futuros estudos mais específicos.

"Furacão" foi a segunda "palavra geradora" que trabalhamos depois de umas quatro ou cinco sessões com a palavra "casa". Por ocasião do primeiro grande fluxo de ingresso de haitianos nas fronteiras da Amazônia, o discurso oficial apresentava o terremoto como principal causa de deslocamento para o Brasil. Começamos a desconfiar dessa informação logo que realizamos a primeira tentativa de elaboração do perfil dos migrantes haitianos em Manaus no projeto de pesquisa a que nos referimos anteriormente.

No primeiro levantamento, uma surpresa. O questionário que elaboramos para identificar a condição migratória e a origem da migração de forma mais específica, nos surpreendeu com uma cifra bastante significativa de migrantes que não havia nascido, nem residido na capital do país mais afetada pelo terremoto de 2010, contrariando as informações preliminares, especialmente aquelas circuladas na grande mídia oficial.

Segundo os dados apurados na tabulação da nossa pesquisa de campo, quase a metade dos migrantes residia fora do circuito do terremoto e este não teria sido a causa principal da migração. Um pouco mais da metade declarou que o terremoto havia sido determinante para a migração. Identificamos muitos migrantes

que residiam no litoral norte e nordeste do país que não haviam sido implicados diretamente pelo terremoto²²¹.

Tabela 12: Residência dos migrantes no período da migração

Cidade	Departamento	Total
Gonaïves	Artibonite	44
Terre Neuve		08
Cap-Haïtien	Nord	08
Petit Trou de Nippes	Nippes	02
Marigot	Sud-Est	02
Saint Louis du Nord	Nord-Ouest	04
Port-au-Prince (cap)	Ouest	56
Léogâne		08
Thomazeau		02
Delmas		04
Léogâne		01
Les Cayes	Sud	01

Fonte: Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA/UFAM
Projeto de Ação de Extensão "Haitianos em Manaus" (2012 - 2013)

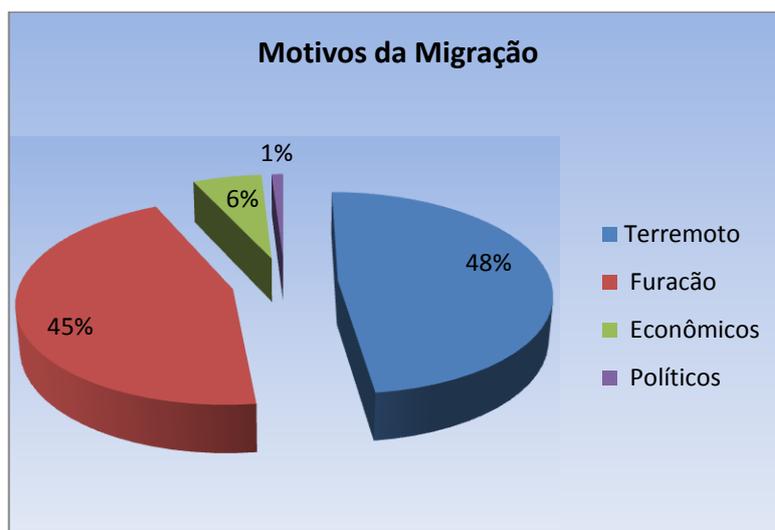
Essa informação nos levou a buscar outras explicações para a migração. Muitos dos entrevistados contaram que a cidade de Gonaïves, que é a terceira maior cidade do Haiti, desde o final de 2004 vem sendo constantemente “castigada” pela passagem dos furacões tropicais mais intensos²²². Contaram ainda que em setembro de 2008 foi um desastre completo e que, desde então, a população sofre com a alta incidência de cólera em toda a cidade com toda a água contaminada. De acordo com os relatos, muitos agricultores contraíram dívidas para recuperar suas plantações e não conseguiram pagar os financiadores e se viram obrigados a entregar as terras para os bancos ou empresas privadas que financiaram plantações de alimentos e cana-de-açúcar. A partir dessas informações, decidimos investigar no

²²¹ Esse dado se repetiu em outras pesquisas que realizamos em nossa tese de doutorado em processo de finalização.

²²² Os furacões tropicais são uma constante no litoral das Antilhas. Na narrativa nº 32 há uma referência ao Jeanne que atingiu o litoral haitiano em forma de tempestade tropical e matou cerca de 1500 pessoas. Fonte: http://www.apolo11.com/imagens_de_satelite.php?titulo=Furacao_Jeanne_enfraquecido_vira_depressao_tropical&posic=dat_20040928-063610.inc

grupo de mulheres se essa conotação também se aplicava observando os rumos do debate em torno da palavra geradora “terremoto”. Surpreendeu-nos o resultado do debate sobre as verdadeiras causas da migração.

Figura 11: Principais causas da migração haitiana



Fonte: Pesquisa de Campo - 2011 - 2013

Conforme a figura acima, o terremoto de 2010 não representa o principal fator de deslocamento como é amplamente divulgado, especialmente pela mídia local. Entretanto, as catástrofes ou tragédias naturais que afetam o país há mais tempo, como os furacões tropicais, justificam a intensidade dos deslocamentos que já vinham ocorrendo antes de 2010. O terremoto parece ter exercido uma espécie de pressão para a tomada da decisão para a migração. Muitos migrantes, como no caso de Lary, estiveram no epicentro do terremoto. Outras, entretanto, apresentaram elementos distintos nas suas narrativas que nos levam a crer que o terremoto não seria o único determinante da migração dos haitianos para o Brasil, ou pelo menos desse grupo específico na Amazônia. Dentre as várias narrativas escolhemos a fala da Meme para analisar o deslocamento.

Eu penso que o terremoto atingiu o país todo, mesmo aquelas cidades que não foram afetadas diretamente. É verdade que Porto Príncipe foi a cidade mais destruída. Mas, o resto do país sofreu por causa dessa tragédia. Eu não enfrentei o terremoto. Nasci e sempre vivi no litoral norte, nas proximidades da cidade de Gonaïves. Sou filha de agricultores. Meus pais tiveram posses. Era pequena a propriedade, mas, era nossa. Até que no verão de 2007 enfrentamos um furacão tropical. Tudo foi destruído. A plantação e a criação toda ficou embaixo d'água. Durante um ano tentamos recuperar o perdido, reconstruir a casa e a lavoura. Mas, no verão seguinte veio um furacão ainda mais violento e foi a nossa derrota total. Perdemos nosso pai e dois irmãos. Minha mãe ficou doente depois disso. Tivemos que largar tudo e entregar a terra para o banco para saldar a dívida que meu pai havia contraído. Fomos para a cidade de Gonaïves e em setembro daquele ano, minha irmã e eu partimos para a República Dominicana. Primeiro moramos em Esperanza. Ali começamos a comprar e vender roupas na informalidade. Depois moramos um pouco mais em Tamboril e La Veja. Dava para sobreviver e manter a mãe doente. No final de 2010 voltamos para Gonaïves porque a mãe estava muito doente e vai a falecer. Foi nesse tempo que soubemos da possibilidade de vir para o Brasil. As economias que tínhamos foram suficientes para pagar o agente de viagens. Viemos com um grupo maior. Todos compraram a passagem do mesmo vendedor na agência de viagens Miami. Eles nos cobraram 5 mil dólares de nós duas. Partimos perto do natal. Fizemos escalas na República Dominicana, Panamá, Equador e Peru. Em Lima, fizemos um trecho por estrada num carro de lotação. Viemos amontoados dentro do carro. Em Iquitos pegamos uma balsa até Tabatinga. Permanecemos lá uns 15 dias até que a Irmã Patrizia nos ajudou a conseguir os documentos na Polícia Federal e as passagens de barco para chegar em Manaus. Aqui encontrei um namorado que é de Terre Neuve. Fiquei grávida e agora estou aqui nesse abrigo. Ele foi embora para o sul em busca de trabalho. Não deu mais notícias. Por isso eu digo que tanto o terremoto como o furacão mudaram as nossas vidas. Por causa deles estamos aqui. (Narrativa nº. 169 – pesquisa de campo 2011-2013).

De acordo com as informações da Mame, o furacão teve mais implicações na migração no norte e nordeste do país do que o terremoto. Nessa sessão de estudos, mesmo contrariando as classes gramaticais, rimamos terremoto com furacão e o debate rendeu inúmeras reflexões. Descobriram a estreita relação entre terremoto, furacão, miséria, desastre, destruição e migração.

A narrativa em questão nos aponta o protagonismo de Mame e sua irmã nas redes migratórias. Ainda muito jovens, encontram na migração uma alternativa de sobrevivência e uma saída possível da miséria e do endividamento. Com seu

trabalho, elas conseguem sobreviver, guardar alguma economia e enviar remessas para suas famílias que dependem diretamente delas.

No caso concreto de Mame e sua irmã, a primeira migração foi entre países vizinhos. Mas, muitas haitianas, colombianas, brasileiras e toda qualidade de latinoamericanas e caribenhas migram para os países da Europa e para os Estados Unidos em busca de trabalho e melhores condições de vida (LISBOA, 2007: 806). As haitianas que haviam passado por outros processos migratórios, especialmente na República Dominicana, como o caso de Mame e sua irmã, imaginavam que no Brasil haveria a possibilidade de trabalhar no comércio local ou como vendedoras autônomas como fizeram na República Dominicana.

A narrativa de Mame estabelece uma relação direta entre o terremoto, fato mais recente, e a incidência dos furacões que parece ser um fenômeno recorrente em determinadas regiões do país onde há mais tempo as pessoas sofrem com as catástrofes naturais. Em nossas pesquisas, não avançamos no estudo sobre o referido fenômeno natural e também não soubemos identificar desde quando, exatamente, o país vem sofrendo com as consequências dos furacões tropicais. O que ficou claro, tanto na narrativa ora apresentada como nos demais debates referentes ao tema, é que os furacões também são fenômenos determinantes dos deslocamentos humanos no Haiti porque interferem diretamente nos fatores econômicos. Ou seja, a cada incidência do fenômeno, as famílias ficam mais empobrecidas e vulneráveis.

Em alguns debates tanto os homens como as mulheres denunciam que instituições financeiras como os bancos e agências de empréstimos, possuem linhas de crédito para atender especialmente as vítimas dos furacões tropicais e, no caso mais recente, do terremoto. Entretanto, parece que existem muitas dificuldades

de *ressurgimento das cinzas*²²³ fazendo com que as famílias permaneçam na pobreza e ainda mais endividadas com os empréstimos uma vez que não conseguem fazer a economia circular no sentido de liquidar a dívida e incrementar a situação econômica pessoal ou familiar.

Segundo informações circuladas durante os debates, no Haiti as linhas de crédito visando financiamentos de reconstrução de casas ou a recuperação de pequenas empresas ou negócios, afetados pelas intempéries naturais, não são disponibilizadas para as mulheres, salvo raríssimas exceções. Por um lado, essa limitação faz com que elas se protejam de possíveis novos endividamentos com as instituições financeiras. Por outro lado, rompe com a possibilidade de autonomia econômica das mulheres que poderiam ser favorecidas com tais financiamentos.

Participando do debate, Jeremy informa que no caso das passagens para o Brasil, as agências de viagem exigem o financiamento da compra através das instituições financeiras. Ou seja, a pessoa recorre a um empréstimo ao banco para financiar a própria viagem²²⁴. Esse poderia ser também um recurso utilizado pelas agências de viagem para garantir o recebimento das passagens ou dos famosos “pacotes de viagem” a que se referem os migrantes. O que se percebe é um verdadeiro mercado da migração onde algumas empresas do ramo de viagens no mínimo induzem as pessoas à migração “facilitando” a compra de passagens através do acesso ao crédito e dos financiamentos²²⁵. No decorrer das duas ou três

²²³ Como a fênix (Phoenix ou Phoinix em grego) pássaro da mitologia grega que, quando morria, entrava em autocombustão e, passado algum tempo, renascia das próprias cinzas.

²²⁴ Em nossa pesquisa ainda não foi possível conferir essa informação que aparece repetidas vezes nos debates. Isso explica a preocupação de muitos migrantes com o envio das remessas porque o não pagamento das parcelas implicaria no confisco de bens e recursos das famílias envolvidas nos empréstimos na condição de fiadores.

²²⁵ Essas estratégias de venda de passagens poderiam caracterizar o tráfico de pessoas ou o mercado de pacotes de viagem e passagens. Entretanto, trata-se de uma questão é bastante complexa e não vamos aprofundá-la nesse texto porque nosso enfoque é outro. Apenas acenamos que há indícios de engano e indução à migração por parte das agências de viagem.

sessões sobre a palavra "terremoto" adicionamos ao debate as palavras "viagem", "banco" e "dívida" todas correlacionadas na mesma temática.

Na sessão de estudos que apresentamos a palavra família o grupo era bastante heterogêneo. Havia muitos rapazes em visita ao grupo, inclusive dois Moçambicanos que se encontravam em Manaus num programa de intercâmbio de estudos com a Universidade Federal do Amazonas. Naquela tarde foi difícil recrutar o grupo para a sala de estudos porque estavam muito animadas com as visitas e os afazeres domésticos e estéticos. Algumas estavam lavando suas roupas, outras fazendo tranças nos cabelos²²⁶ ou limpeza no dormitório.

Quando o Elias abriu o fichário tamanho gigante e apresentou a palavra "família" acompanhada de várias imagens, desenhos e fotografias de famílias nos moldes tradicionais, o grupo se aquietou. Tal atitude parecia sintomática até começar o debate, depois das explicações léxicas da palavra e suas referências semânticas. Quando o Elias abriu para o debate explicando que os modelos de famílias apresentados nos desenhos poderiam não corresponder à realidade de muitas famílias brasileiras e também haitianas, a emoção tomou conta do grupo e as falas se atropelavam porque cada um parecia ter um conceito diferente de família. Entretanto, todas as pessoas concordavam com um ponto comum: aquele debate despertava um sentimento de saudade muito profundo. A transcrição desse debate, de tão detalhado e extenso, não pode ser concluída. Por isso, destacamos apenas um fragmento da primeira narrativa da Antonie, de 29 anos. Para ela,

Família é uma coisa muito boa. Quem tem uma família tem amparo e felicidade. Quem está longe da família vive triste e atormentado pelas lembranças. É difícil constituir uma nova família porque família é coisa de sangue mesmo. Por isso eu gostaria de casar de novo com uma pessoa do meu país mesmo. Eu me casei com 16 anos e tive

²²⁶ Elas são exímias trançadoras de cabelos. Muitas pessoas, homens e mulheres, acorrem o abrigo para encomendar as tranças nos cabelos que elas fazem como serviço extra nas tardes de sábado.

seis filhos. Desses, três morreram bebês. Parecia que eu morria um pouco com cada um deles. Meu marido foi muito bom para mim e me levou para morar com a mãe dele quando casamos. A minha sogra fez todos os meus partos. Ela era muito boa nisso. Quando nascia um menino todo mundo festejava e traziam presentes para o menino e comida para mim. A comida era boa para o leite. A gente precisa comer bem para dar mais leite porque o menino precisa de alimento para ficar logo forte. Nós amamentamos bastante nossos meninos porque o leite materno é a única comida que eles têm até caminhar. Quando chegou o terremoto acabou a minha família. O meu marido morreu junto com todos. Eu não morri porque estava no norte da cidade cuidando da minha cunhada que tinha parido menino naquela semana. Quando chegou o terremoto eu fui correndo para casa e não encontrei nada. Nem a casa, nem os corpos dos meus filhos, dos parentes nem do meu marido. Depois de dois meses encontrei meu irmão que também perdeu sua família no terremoto. Então falei para ele: agora eu sou sua família e você é minha família e nós não estamos mais sozinhos e desamparados na vida. Foi ele que me chamou para vir com ele para o Brasil. Eu vim com ele porque quando uma pessoa perde a sua família ela perde tudo. Uma pessoa sem família é uma pessoa vaga sem destino pelo mundo. Isso é muito triste. Eu fico com medo de morrer aqui no Brasil e ninguém chorar por mim. Aqui as pessoas que morrem são enterradas e pronto. No meu país não é assim. Quando alguém morre, toda a família se reúne para chorar e fica esperando chegar os parentes de longe. No terremoto não deu para chorar os nossos mortos. Foi muito triste. Eu acho que morrer aqui no Brasil longe da família também é muito triste. Mas, no meu país eu já não tinha mais a minha família. Por isso foi mais fácil vir para o Brasil (Narrativa nº. 170 – pesquisa de campo 2011-2013).

O primeiro destaque na narrativa da Antonie é o fato da mulher ir habitar a casa da família do marido depois do casamento. Na mesma narrativa estão contidas duas situações similares uma vez que a irmã de seu marido foi morar também com a família do esposo após o casamento. Ao menos nesses dois casos há informações que orientam diferentes interpretações das relações de gênero nos contextos familiares. Podem ser indicativos da reprodução da dominação patriarcal nas relações de gênero. Entretanto, para Antonie e as demais participantes do debate, a família é o lugar da felicidade, mesmo diante das intempéries como a morte prematura dos filhos. Há muito, sabe-se que o Haiti apresenta um alto índice de mortalidade infantil, agravado significativamente pelas constantes crises políticas e

econômicas pelas quais o país vem passando, especialmente o golpe de Estado de setembro de 1991. De acordo com a narrativa, as relações familiares e de parentesco pareciam transcender a situação de pobreza e miséria do país.

Alguns aspectos bastante peculiares definem o modelo de família que ainda permanece no imaginário dos migrantes mesmo depois do desmantelamento provocado pelo terremoto. O casamento precoce, a figura da sogra como a parteira dos netos, a solidariedade entre as mulheres do mesmo núcleo familiar, são alguns elementos definidores do modelo familiar vivenciado por essas mulheres. Isso pode explicar a resistência que elas apresentam no sentido de constituir novas famílias fora desse modelo e o desejo das solteiras de se casar com haitianos.

A compreensão do que seria uma unidade familiar ou da família enquanto instituição aparece nas narrativas, carregada de subjetividades, o que dificulta uma análise pormenorizada da situação. O medo aparece como uma barreira ou resistência a novas experiências afetivas fora do núcleo familiar ou da unidade étnica e cultural fazendo com que estabeleçam uma análise comparativa onde Brasil sempre aparece em situação desfavorável, senão depreciativa²²⁷. Entretanto, elas mesmas reconhecem que a experiência familiar vivenciada no Haiti "se acabou com o terremoto". A referência à família parece ser tão intensa que a falta desta, seja pela distância, seja pela fatalidade do terremoto, parece impedir a continuidade da luta pela vida. De fato, a evidente depressão de Antonie explica os aspectos subjetivos de sua narrativa. Porém, a relação de dependência estabelecida com seu irmão mais velho pode ser um indicativo da perpetuação das relações de dominação de gênero, que permanecem até mesmo no processo migratório.

²²⁷ Algumas frases repetidas aleatoriamente identificam alguns preconceitos para com os homens brasileiros, como por exemplo: "os brasileiros são todos safados"; "o homem brasileiro trai a esposa"; "brasileiro não quer compromisso, só quer curtição", dentre outras frases mais repetidas durante o debate.

Existem numerosas situações em que as mulheres migram para fugir da opressão masculina e da violência doméstica, onde partir significa um ato de coragem e liberdade. Ao migrar, livram-se do domínio e da opressão do pai, do marido, do irmão mais velho, do tio, do padrasto e assim por diante. Ao romper com essas amarras opressoras, as mulheres rompem também com o legado de dominação e submissão (SAFFIOTI, 2004: 136). Por outro lado, percebemos que muitas vezes, elas migram levando consigo a acomodação ao legado de dominação e não conseguem romper com a relação de dependência numa sociedade erguida sob os resquícios de um “sistema fundamentado nas relações baseadas na desigualdade entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 2004: 136).

A naturalização da relação de dependência, perpetuada pelas mulheres a partir de seu comportamento, como no caso da Antonie, evidenciam o que Pateman (1989:16-17) define como “pacto natural” que se encontra nas bases da dominação nas relações de gênero.

Na continuação do debate por mais duas ou três sessões consecutivas, algumas mulheres revelaram que resolveram viajar para o Brasil para romper com a relação de opressão e de violência doméstica. Nessa perspectiva, a migração pode ser compreendida como um importante processo de mudanças em que o simples ato de viajar para outra cidade, região ou mesmo para outro país indica uma atitude de autonomia e resistência das mulheres que experimentam importantes processos de ruptura e transformação nas relações sociais e afetivas a partir da experiência migratória numa atitude de coragem e resignação. Por fim, junto com a palavra "família" o debate alcançou também os vocábulos "casamento", "filhos", "parentes", "sogra" e "violência doméstica". Essa última palavra mereceu um debate específico sobre a Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, o que rendeu

muitas discussões, esclarecimentos e até uma visita à Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher localizada no Parque Dez.

Após dedicar inúmeras sessões, mais de um mês, ao tema anterior, a palavra "Brasil" também apareceu como sugestão de debate. Num primeiro momento, o sentimento comum diante da palavra-chave "Brasil" era de frustração, desilusão e decepção. As primeiras falas denunciavam que "não encontraram o Brasil que esperavam e sonharam durante dias, meses, anos". Algumas fizeram planos desde que "ouviram falar da possibilidade de viajar para o Brasil". Venderam pertences pessoais, contraíram dívidas, parcelaram os bilhetes de passagem "comprados na agência de viagens Miami" por uma média de três a cinco mil dólares. Quase todas "parcelaram em até quarenta e oito vezes o valor das passagens" no cartão de crédito ou no financiamento bancário a ser pago através de duplicatas mensais.

Muitos deixaram a dívida para trás sob a responsabilidade de um parente próximo encarregado de "receber o dinheiro mensalmente" para pagar as faturas ou duplicatas. Na maioria dos casos a mãe se encarregara do pagamento. "E agora? Como posso falhar com minha própria mãe? Como ela ficará quando chegar o cobrador para buscar o dinheiro que eu ainda não mandei?". Em muitos momentos as narrativas eram interrompidas pelo choro coletivo. Mas, a Fuvê, 27 anos, sempre intervinha para retomar a conversa:

A gente viaja porque não tem alternativa. Ou a gente viaja ou continua lá tutelada pela ONU, debaixo daquelas barracas dependendo até da água para beber. Quando eu descobri que estava grávida do meu quarto filho, decidi que ele não iria mais nascer naquela barraca. Conversei com meu marido e decidimos ir até a Agência de Viagens Miami para ver as passagens. Eles nos ofereceram dois pacotes. Um seria primeiro para ele e depois seria a minha viagem. Os parentes dele o ajudaram a pagar o pacote dele. O meu pacote foi financiado em 12 vezes. Por isso tive que deixar para viajar dois meses depois dele. Agora, o meu filho já está para nascer e ainda não o encontrei. Tive notícias que ele viajou para o sul do Brasil para trabalhar. Mas, ainda não entrou em contato comigo. Até parece que não quer mais a gente. Eu estou muito triste

porque não encontro ele e meu menino vai nascer num país estranho e sem o pai. Teria sido melhor na barraca? Não sei! Não sei o que será de nós nesse país tão diferente das fotos que os soldados brasileiros mostravam para nós e tão diferente da conversa do vendedor da *Miami*. Eu penso muito nos outros filhos. A minha mãe está cuidando deles, mas, o certo era eu estar junto deles. Meu filho vai nascer sem parentes. Vai nascer no hospital. A Dona Cléia já me falou. Eu não queria que fosse no hospital. Queria que fosse com parteira. Mas, não tem outra forma. A gente tem que aceitar. Não tem jeito. Aqui no Brasil é assim e a gente tem que respeitar as leis do país onde a gente está. O que eu posso dizer é que esse Brasil onde nós estamos não é o Brasil que sonhamos quando decidimos viajar. Diziam que era muito bonito, que as pessoas eram muito acolhedoras e sorridentes e que era fácil encontrar trabalho e ganhar muito dinheiro. Que havia trabalho bom, nas fábricas, na construção civil, nos hotéis e no comércio. O vendedor da *Miami* nos mostrou fotos de muitos haitianos que se deram bem no Brasil. Por isso decidimos vir também. Mas, ainda não encontramos ninguém que esteja realmente bem, com bom emprego e com bom salário(Narrativa nº. 171. Pesquisa de Campo 2011-2013).

Num primeiro momento, as narrativas pareciam convergir para a possibilidade de ter havido um “projeto migratório” porque quase todas narraram que haviam “planejado a viagem, conversado com as famílias e com os parentes que haviam viajado anteriormente e decidido viajar por conta própria”. Entretanto, quanto mais avançavam as narrativas, mais apareciam os “intermediadores” da viagem que também podemos classificar de agenciadores, coiotes, contrabandistas ou traficantes, dependendo do campo de análise que escolhermos. As mulheres os classificaram como “vendedores de passagens” ou “agentes de viagem” repetidas vezes em quase todas as 63 narrativas.

A *Agência de Viagens Miami*, localizada em Porto Príncipe, aparece em inúmeros relatos e mereceria ser investigada de forma mais criteriosa. Mas, esse não é o foco de nossa abordagem. O que enfatizamos em nossa reflexão é o fato de haver um conjunto de fatores que provocam a migração fazendo com que haja um aparente planejamento ou um projeto migratório. O que ocorre na realidade é uma estratégia de enganação que só pode ser identificada mediante o grau de frustração

presente nos relatos. Frases como “esse não é o Brasil das fotos” ou ainda, “esse Brasil que encontramos não condiz com a conversa do vendedor de passagens” apontam o grau de engano forjado pelos agenciadores ou, porque não dizer, traficantes de migrantes.

Tudo indica que a propaganda do Brasil como destino migratório, veiculada nos vários meios de comunicação, especialmente nas redes sociais da internet, é muito mais eficaz que os relatos de alerta emitidos por aqueles que viajaram nos primeiros fluxos. O discurso do convencimento parece ser amplamente utilizado tanto pelos vendedores de passagens como por outras empresas ligadas ao setor de viagens, especialmente aquelas instituições financeiras ligadas à facilitação do acesso ao crédito e financiamentos.

Em alguns relatos aparece a figura do soldado brasileiro também com seu discurso em favor do Brasil. Apesar de haver alguns trabalhos que indicam a participação dessa categoria de brasileiros como propagadores de um discurso que induz à migração para o Brasil, acreditamos que não seja assim tão relevante. Afinal, se são brasileiros, é totalmente compreensível que desenvolvam um discurso favorável ao país que os envia e os recolhe de volta após uma temporada pontual de “trabalho prestado” que varia de seis meses a dois anos com salários compatíveis ao “cumprimento do dever patriótico”, uma vez que se trata de soldados do Exército Nacional. Entretanto, não pretendemos aprofundar essa questão nesse trabalho e sim a temática do significado do Brasil na vida dessas mulheres.

Por um lado há um desejo profundo de encontrar no Brasil a alternativa ao contínuo processo de miserilização a que foram submetidas no Haiti. Aliás, essa é a expectativa de quase todos os migrantes latinos ou hispano-americanos que buscam no Brasil uma alternativa através da migração (SILVA, 2001). Em princípio

parece que qualquer lugar serviria de alternativa. Entretanto, boa parte das escolhas, segundo narram, deve-se à propaganda do Brasil nas agências de viagens como o país mais promissor para os migrantes após a crise econômica da Europa e Estados Unidos. Isso poderia explicar, em parte, o sentimento de completa frustração da maioria das mulheres que encontra dificuldades de adaptação por causa da língua, da cultura local, e, logicamente pela dificuldade de ingresso no mercado de trabalho. Na verdade, o que elas reclamam é que há sim mercado de trabalho. Mas, não é o trabalho que elas esperavam encontrar. Também não contavam com um mercado de trabalho tão seletivo e com salários tão aquém do esperado e prometido a elas. Outro elemento que complica ainda mais a situação das mulheres é a sensação de fragmentação da família por causa da migração. Para muitas parece ser de sua responsabilidade tudo o que se refere ao âmbito familiar em que,

Seja no sentido de ter muitos filhos ou de ter apenas um, o fato é que as mulheres são manipuladas, estando o controle do exercício de sua sexualidade sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar certos projetos. [...] Evidentemente, quando se estabelece um padrão de exercício da sexualidade feminina, a ele corresponde um paradigma para o exercício da sexualidade masculina (SAFFIOTI, 2009, p. 13).

Ao absorver para si a responsabilidade de tudo o que acontece com a família, ao se distanciar do âmbito doméstico, ou seja, dos filhos, a mulher passa a carregar um sentimento de culpa por não estar no controle da educação dos filhos, mesmo que essa educação seja tão somente a reprodução do controle masculino. A sociedade cobra das mulheres a responsabilidade pela fragmentação da família, excluindo-se os fatores de ordem social, política, econômica e, no caso do Haiti, soma-se a esses elementos o tema das catástrofes naturais. A condição de migrante, mulher, negra e pobre, representa um peso maior na experiência

migratória. Como atesta Saffioti (2009: 10) "Uma mulher não é discriminada por ser mulher + por ser pobre + por ser negra". De acordo com Silva (1999: 237) a situação de migração faz com que "avolumam-se as contradições de classe, gênero e raça/etnia" num novo contexto em que as mulheres assimilam esses preceitos e a migração não lhes garante o rompimento automático com a relação de dominação. Retomando a narrativa da Fuvê, identificamos outros elementos que relacionam a vinda para o Brasil com a possibilidade de rompimento com a situação de acomodação resultante da intervenção das instituições internacionais que promoveram o assistencialismo, pura e simplesmente, em várias regiões do país. Mergulhada ainda na estranheza da nova sociedade de acolhimento, Fuvê não consegue distinguir qual a mudança que já se processou no processo migratório e indaga "Teria sido melhor na barraca? Não sei! Não sei o que será de nós nesse país tão diferente". Talvez o tempo vivido no novo país consiga dar as respostas à Fuvê e suas companheiras. São respostas que nós também buscamos na tentativa de compreender melhor o que significa o Brasil nessa nova conjuntura migratória.

Ao finalizar essas considerações, concluímos que muitas outras análises poderiam ser apresentadas mediante as narrativas e as histórias de vida que marcam esse fluxo migratório específico na Amazônia. Não esgotamos nem as análises nem tampouco o material recolhido no trabalho de campo. Nesse capítulo apresentamos apenas alguns fragmentos que podem e devem continuar sendo analisados em estudos futuros. Deixamos de problematizar inúmeras questões correlacionadas ao tema que nos propusemos nesse debate. Questões que são imprescindíveis para melhor compreender o referido grupo migratório tais como: visto humanitário, processos de adaptação, novas redes migratórias, ingresso no mercado de trabalho e muitas outras particularidades que envolvem a temática.

Entretanto, optamos por contar um pouco da nossa metodologia de trabalho de campo e tecer algumas considerações sobre nosso aprendizado nessa experiência. Primeiramente destacamos a ânsia do grupo por novos conhecimentos, especialmente no que diz respeito à língua portuguesa. A facilidade com que falam dois e até três idiomas além do crioulo haitiano e do francês é surpreendente e explica a rapidez com que aprendem a língua portuguesa se arriscando na pronúncia e na escrita com o cuidado que o léxico exige. Durante os trabalhos também chamou-nos a atenção a dimensão cultural e identitária dos migrantes haitianos. Tanto os homens como as mulheres expressam grande estima pela negritude. O sorriso sempre estampado no rosto, mesmo diante de tantas dificuldades, a postura ereta do corpo, as tranças e outros adereços, o colorido da estampa de suas roupas e muitos outros elementos, são apenas alguns atributos que as colocam em evidência e revelam sua identificação com a negritude. É pena que a sociedade não esteja suficientemente preparada para acolher essas pessoas e reconhecer seu valor e sua contribuição. Também chamou-nos a atenção a troca de saberes, que é uma consequência lógica quando se utiliza o método Paulo Freire. A alegria com que compartilharam seus conhecimentos e as informações sobre seu país foi contagiante. Reconheciam as dificuldades econômicas e políticas de seu país, mas, não escondiam jamais o orgulho de ser haitianas. Falavam com orgulho sobre o legado histórico do processo de independência e com tristeza sobre a perda da soberania nacional. Mas, sempre com a esperança de reconquistar a autonomia perdida no golpe de Estado. Mostram-se tremendamente incomodadas com as desigualdades sociais de seu país, mas, também demonstram ser capazes de compreender que existe uma conjuntura maior que promove essa mesma desigualdade em outros países, independentemente das catástrofes ambientais

pelas quais passaram. Percebeu-se ainda o processo de empoderamento no interior do grupo. A maneira como se organizam enquanto grupo e o surgimento quase que natural das lideranças, o sentimento de responsabilidade, a luta pela mudança de vida e a esperança de dias melhores sempre caracterizou o grupo.

Para concluir esse último capítulo salientamos a importância de trazer para o texto a voz e a vez dos migrantes e refugiados como nos propusemos no início. O sentimento é de reconhecimento e gratidão por terem confiado em nós a ponto de compartilhar suas experiências coletivas mais íntimas e profundas, contar seus segredos e medos, bem como suas esperanças e infortúnios. São esses homens e mulheres, jovens e crianças que compõem as cifras e as estimativas dando vida e vigor aos números e resgatando rostos e vozes muitas vezes perdidos por entre os dados meramente quantitativos. Nesse sentido, continua atual e válida a experiência da *elghorba* proposta por Sayad (1998) como a "oposição entre a terra de exílio e a terra natal" determinada pelas análises institucionais como ponto de partida e ponto de chegada dos migrantes. A *elghorba* é o lugar de chegada que também poderá vir a ser lugar de partida ou de retorno. Mas, acima de tudo, é o lugar que permite ao migrante ressignificar seus projetos de vida(SAYAD, 1998: 44).

Considerações finais

Nesta tese propusemos abordar as principais dinâmicas migratórias observadas na Amazônia contemporânea. Essa abordagem possibilitou-nos compreender os processos de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da região observada nos deslocamentos populacionais internos e internacionais intensificados na última década. Estruturamos o texto em cinco eixos temáticos interligados e distribuídos em cinco capítulos.

Na primeira parte apresentamos algumas considerações sobre a metodologia aplicada aos estudos migratórios na Amazônia e apresentamos alguns elementos concernentes às particularidades da pesquisa de campo e o modo como os resultados foram sistematizados. Aprofundamos a temática da migração como possibilidade de interpretação da Amazônia uma vez que os deslocamentos populacionais conferem à região importantes características e particularidades representativas.

No segundo capítulo aprofundamos a temática do migrante e as teorias migratórias na Amazônia. Identificamos o recorte epistemológico dentro das Ciências Humanas que prioriza as abordagens que apresentam o sujeito como agente ativo e consciente de seu papel na sociedade e nas relações sociais. Nesse eixo temático apresentamos o sujeito das migrações não como uma vítima dos processos sociais, econômicos e políticos impostos de forma arbitrária pelas políticas migratórias internacionais. Nessa perspectiva o migrante é interpretado enquanto sujeito dos processos migratórios que redefinem novos espaços e espacialidades especialmente nas dinâmicas interna e intrarregional.

No terceiro capítulo abordamos a temática das novas dinâmicas da migração interna na Amazônia contemporânea: perfil migratório e análises interdisciplinares. Nesse eixo temático identificamos os paradoxos da *desruralização* na Amazônia e seus impactos nas dinâmicas migratórias contemporâneas, de modo especial na migração interna. Vieram à tona nesse capítulo as questões relacionadas com a migração compulsória no contexto indígena e sua estreita relação com os conflitos socioambientais. Identificamos que os povos indígenas deslocados para as cidades da Amazônia encontram-se excluídos dos bens e serviços, dos direitos de acesso e privados do exercício pleno da cidadania. Isso faz com que a tensão que os acompanha desde o deslocamento se mantenha e retarde os processos de adaptação fazendo com que muitos se sintam migrantes mesmo depois de passados cinco, dez, vinte anos desde o primeiro deslocamento em processos contínuos de reterritorialização precária.

Abordamos no quarto capítulo o eixo temático da feminização da migração na Amazônia, seus desafios e perspectivas nas novas dinâmicas migratórias com vistas à migração interna e internacional. O discurso da feminização da migração pode ser explicado não apenas por um aumento real no número de mulheres nos fluxos populacionais, mas também pela aceitação do conceito de mulher migrante. Tal aceitação confere à mulher outro “lugar” social e político nas coordenadas das migrações. À luz dos estudos de gênero, identificamos que quando as mulheres assumem o protagonismo da migração na Amazônia, ou seja, quando são elas que decidem pelo deslocamento e suas consequências, esse “poder de decisão” precisa, no mínimo, ser problematizado ou relativizado porque muitas vezes encontra-se relacionado com os deslocamentos compulsórios. Isso explica, ao menos em parte, a estreita relação entre feminização e precarização da migração e ainda acena para

questão do tráfico internacional de mulheres na Amazônia para fins de exploração sexual e comercial em outros países, especialmente na Europa.

No último capítulo apresentamos algumas considerações sobre o perfil das migrações internacionais na Amazônia. Na primeira parte do capítulo sistematizamos alguns dos diversos dados institucionais a que tivemos acesso nos últimos quatro anos. Alguns dados, porém, referem-se aos informes censitários que sistematizam os últimos dez anos. Na segunda parte, para além dos números buscamos descrever um pouco da vida e das trajetórias dos migrantes internacionais na Amazônia. Combinamos os dados com algumas experiências mais intensas vividas junto a três grupos migratórios e optamos por descrever um pouco da contribuição dos japoneses, dos colombianos, e dos haitianos que atualmente encontram-se espalhados por toda a Amazônia e representam um pouco da migração internacional na região. Na migração japonesa observamos a questão da migração de retorno e suas implicações. Da experiência com os colombianos destacamos a questão do refúgio e a situação dos migrantes com permanência irregular, ou seja, *indocumentados*. Do grupo haitiano recolhemos informações importantes sobre o fluxo migratório internacional mais intenso e recente na região com ênfase à participação das mulheres.

Todas essas reflexões confirmam a tese da contribuição das teorias das migrações como mais uma forma de representação da Amazônia propiciando novas interpretações das conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais tendo como base o entendimento das dinâmicas migratórias na região. Tais dinâmicas conferem à Amazônia novas singularidades e novos significados interpretados pelos povos em constante mobilização no interior dessa região densa e complexa. Tanto aqueles que chegam como aqueles que partem da Amazônia elaboram suas

interpretações e representações tendo como referência a experiência migratória e suas vivências nos mais variados estágios de estranhamento, identificação e pertencimento à região.

Por fim, entendemos que resultados advindos desta tese de doutorado não se esgotam com a sistematização que ora apresentamos. Pelo contrário. Diante da magnitude da temática, tamanha é a nossa pequenez que fica uma sensação de que tudo ainda está por se fazer. Muitos estudos futuros se abrem à nossa frente mediante o breve levantamento e as conjecturas que ousamos apresentar à temática das migrações que se apresenta cada vez mais atual e desafiadora. Tudo isso nos encoraja a seguir dando nossa pequena contribuição para o avanço desses estudos na Amazônia.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

AGUSTÍN, Laura M^a. Mujeres migrantes ocupadas en servicios sexuales. En **Mujer, inmigración y trabajo**. *Colectivo loé*, 647-716. Madrid: IMSERSO, 2001.

ALMEIDA, A. W. Berno de; SANTOS, Glademir Sales dos. (org.). **Estigmatização e território. Mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus: EDUA, 2008)

ALVARADO, María Pilar Ballesteros. Tráfico Internacional de Mujeres. **Anuario de Psicología Jurídica**°. 8. Madrid: Ed. Colegio Oficial de Psicólogos de Madrid, 1998. pp. 207-216.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues e VIANA, Raquel (orgs.). **Políticas Para as Mulheres em Fortaleza desafios para igualdades**. Prefeitura Municipal de Fortaleza; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** São Paulo: Anais do Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

ARAGÓN, Luis E. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFGPA, 2009.

ARENDDT, H. **La Condición Humana**. Barcelona: Paidós, 1996.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; KOSMINSKY, Ethel V. **Gênero e migrações contemporâneas**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2007, vol.15, n.3, pp. 695-697. ISSN 0104-026X.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 15(3): 336, setembro-dezembro/2007.

ASSUMPÇÃO, Maria Clara Martins Alves. **O método em Marx: relação com a categoria práxis**. Florianópolis: *Anais do V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: Marxismo, Educação e Emancipação Humana*. Universidade Federal de Santa Catarina, 11 - 14 de abril de 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. São Paulo: Revista Estudos Avançados, Dossiê Amazônia Brasileira I., v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BENTES, Norma. **Indicadores Sociais no Amazonas: contrastes na urbanização da capital e do interior**. Manaus: Edições Muiraquitã, 2011.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CAMPILLO POZA, Inés. **La ciudadanía social. Perspectivas y propuestas feministas**. VII Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración: Democracia y Buen Gobierno. Grupo de Trabajo 22: Mujer y Política: el papel de las mujeres en las democracias actuales. Madrid, 2005.

CANUTO, Antônio et. all. (orgs.) **Conflitos no Campo – Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs). **A Amazônia dos viajantes: história e ciência**. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura**; Volume 1, São Paulo: Editora Paz e Terra, 9ª ed., 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997..

COMMANE, D. & TOUSSAINT, E. **Feminización de la pobreza**. Cuadernos Feministas, nº 5, 1998

COSTA, Danielle Pereira da. Migrantes urbanos em Manaus: perfil, percurso migratório e mobilidade intraurbana. In: SILVA, Sidney A. **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2010 (pp. 103 – 128).

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

COUTO, Mia. **Terra sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DERRIDA, J. **La desconstrucción en las fronteras de la filosofía**. Barcelona: Paidós, 1997.

DURHAM, Eunice Ribeiro (1984). **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. Editora Perspectiva. 3ª edição.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

ENGLE, Lauren B. *The World in Motion: Short Essays on Migration and Gender*. Ginebra: International Organization for Migration, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)**. São Paulo: Estudos Avançados, v. 15, n. 43, dez. 2001.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975 - 1976)**. trad. de. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos, IV: Estratégia, poder-saber**. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade – Vol. I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Ghilthon Albuquerque Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 24ª edição Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Os anormais: Curso no Collège de France (1974 – 1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 29ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIEDMANN, H. *The political economy of food*. *New Left Review*, 197, 1993 (pp. 29- 57)

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GADAMER, Hans-Georg. **La educación es educarse**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2000.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Trad. Flávio P. Meurer – 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método II – Complementos e índice**. Trad. Enio P. Giachini – 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GADAMER, Hans-Georg. **A razão na época da ciência**. Trad. Ângela Dias. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

GALEANO, Eduardo H. **Espelhos**. tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GAUDEMAR, J. P. **La movilización general**. Madrid. Las Ediciones de la Piqueta, 1979.

GIDDENS, Anthony. **La Constitución de la Sociedad: Bases para la Teoría de la Estructuración**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1995.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

GREEN, Nancy L. *Mudando Paradigmas em estudos de migração, de homens para mulheres para gênero*. In. AREND, Sílvia Maria Fávero (et. all). Orgs. **Diásporas, mobilidades e migrações**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

GREGORIO GIL, Carmen. **Trabajando honestamente en casa de familia: entre la domesticidad y la hipersexualización**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2007, vol.15, n.3, pp. 699-716.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa II - Crítica de la razón funcionalista**. Trad. Manuel Jiménez Redondo Madrid: Taurus, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart.. **Identidades Culturais na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. **Os espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HATOUM, Milton. **Relato de um certo Oriente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HAZEL, Marcel. (org.). **Observatório da Cidadania – Controle Social sobre as Políticas na Amazônia Oriental, 2006/2007**. Belém: FAOR (Fórum da Amazônia Oriental), 2007.

HAZEL, Marcel. (org.). **Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual na Amazônia**. Belém: Txai/OIT/Emaus, 2006.

HEIDMANN, Heinz Dieter. *Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador*. In: SILVA, Sidney Antonio da. (org.) **Migrações, em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: FAPEAM, EDUA, 2010.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HOMMA, Alfredo K. O. et al. **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o Desenvolvimento Regional**. Manaus: Edua, 2011.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. São Paulo: Estudos Avançados, vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002.

KOSMINSKY, Ethel V. **Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2007, vol.15, n.3, pp. 773-804.

LAGARDE, Marcela. *Género y Feminismo – desarrollo humano y democracia*. Madrid: Horas y horas, 1996.

LAZARIN, Katiúscia Maria. **Mulheres e sustentabilidade na Amazônia**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, pp. 248-250. ISSN 0104-026X.

LEAL, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil** (Pestraf) Relatório Nacional. Brasília: CECRIA, 2002.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford(UK)/Cambridge(USA): Blackwell Publishers, 1997.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. Trad. R. E. Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LENCASTRE, José Garcez de. **Estudo sobre as Modalidades Distribuídas e Flexíveis de Trabalho no Contexto Empresarial Português – O Teletrabalho**. Lisboa: Delta Consultores, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **A origem dos modos à mesa: Mitológicas III**. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LIPSET, Seymour M. **Consenso e Conflito**. Lisboa: Gradiva, 1985.

LISBOA Teresa Kleba. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2007, vol.15, n.3, pp. 805-821

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LOUREIRO, Antônio J. S. *Amazônia 10.000 anos*. Manaus: Metro Cúbico, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I – Vol. 2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. Trad. Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATEI, Iana. **En venta: Mariana, 15 años**. Barcelona: Roca Editorial, 2011.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Mauss, M. **Sociologia e Antropologia**. v. II. Trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: Edusp, 1974.

MEDEIROS, M. e J. Costa. "Is There a Feminization of Poverty in Latin America?" [Há uma feminização da pobreza na América Latina?] *World Development* 36 (1), 2008: 115-127.

MENEZES, Thereza. *Dois destinos para o Purus: Desenvolvimentismo, socioambientalismo e emergência dos povos tradicionais no sul do Amazonas*. In: Mendes dos Santos G. (Org.). **Álbum Purus**. Manaus: Edua, 2011, v. p. 131-152.

MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes. **A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada**. Natal - RN: Revista Odisseia - PPGEL/UFRN nº 5 (Jan – Jun 2010).

MILESI, Rosita. et al. Entidades confessionais que atuam com estrangeiros no Brasil e com brasileiros no exterior. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001. (p. 563-587).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, 2001, vol.6, n.1 (pp. 07-19).

MIRANDA, Joana. **Mulheres Migrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projetos de vida**. (Estudos OI; 35). Lisboa: ACIDI, 2009.

MOROKIVASIC, Mirjana. 1984. *Birds of Passage are also women*. *Internacional Migration Review*. Vol. XVIII number 4. Winter: 886-907

MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) **Crossing Borders and shifting boundaries**. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.

NASCIMENTO, Telma Ferreira. **Tráfico Internacional de Mulheres: Goiás (Brasil) – pensando a prevenção**. XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS: "Fronteira Abertas da América Latina". Grupo de Trabalho 11: Gênero, desigualdade e cidadania. Recife: UFPE, 06 a 10 de setembro de 2011.

NASCIMENTO, Maria das Graças. **O trabalho silencioso da mulher no interior da Floresta Amazônica**. REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Març.-Nº 11, Vol. II, 1998.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Tempo e espaço urbano na Amazônia no Período da Borracha**. Barcelona: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales de la Universidad de Barcelona*. Vol. X, núm. 218 (35), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-35.htm>. (Acesso em 12.05.2012).

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Geoprocessamento e análise socioambiental da microbacia urbana na cidade de Manaus**. Manaus: UFAM/CNPq, 2005 (Relatório de Pesquisa).

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos: breves reflexões sobre os resultados de Manaus. In: SILVA, Sidney A. **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2010 (pp. 103 – 128).

OLIVEIRA, Márcia Maria. *A capacidade de organização, comando e liderança das mulheres da floresta a partir do locus da casa de farinha*. In: TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer/FAPEAM, 2012.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. “Mapeamento do índice de vulnerabilidade social e pesquisa de campo: identificação dos bairros e localidades mais suscetíveis à atuação das redes de exploração sexual comercial infanto-juvenil na cidade de Boa Vista - Roraima”. In: Lírio, Flávio Corsini (org.). **Violência sexual infanto-juvenil: experiências do enfrentamento em Roraima**. Boa Vista: Editora UFRR, 2009 (pp. 45–86).

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Vulnerabilidade e fragilização para a atuação da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em Caracaraí: uma análise a partir das transformações em sua organização espacial**. Boa Vista: Editora UFRR, 2009.

Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. “O sertão amazônico: o inferno de Alberto Rangel”. Porto Alegre: In.: **Revista Sociologias** (online) vol.13 no. 26, jan./abr. 2011. p. 332-362.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. “Mulheres nos seringais: etnia, parentesco e afetividade”. In.: **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia**. Ano 6, Vol. N°. 2. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008 (pp. 67-92).

PAPERMAN, Patricia. **El trabajo en los cuidados y las situaciones de crisis**. Sevilla: IV Encuentro Europeu Mujeres, Género y Economía (31/03/2011).

PASSOS, Messias Modesto dos. (Org.). **BR-163, de estrada dos colonos a corredor de exportação**. Maringá: Ed. Massoni, 2007.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDREÑO, Andrés Cánovas. **Trabajadores inmigrantes y agricultura intensiva: por qué vinieron a recolectar frutas y hortalizas a los campos del mediterráneo español y cómo fueron convertidos en fuerza de trabajo vulnerable y**

disponível. In.: CUBILLO Andrés Tornos – ed. **Los inmigrantes y el mundo del trabajo.** Madrid: editorial Universidad Pontificia de Comillas, 2003.

PERANI, Cláudio. **Amazônia e a Campanha da Fraternidade 2007.** In. CNBB. Campanha da Fraternidade 2007. Brasília: CNBB, 2007

PERES, Roberta Guimarães. “*Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica*”. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil.** Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

PHETERSON, Gail. **Nosotras, las putas.** Madrid: Talasa, 1993.

PICHININ, Érica dos Santos. **O contexto do avanço da fronteira agrícola na Amazônia: algumas reflexões sobre desenvolvimento regional no norte de Mato Grosso.** Presidente Prudente, SP: UNESP, 2007 -*Revista Formação, n^o 14 volume 2 – p. 70-79.*

PINTO, Ernesto Renan Melo Freitas. **Viagem das Ideias.** Manaus: Editora Valer, 2006.

PISCITELLI, Adriana. **As fronteiras da transgressão: a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha.** Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad n.1 - 2009 - pp.177-201 / www.sexualidadsaludysociedad.org.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado. Exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo, Campinas: Revista Ideias n^o 5-6, 1999.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In.: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. pp.227-278.

RADCLIFFE-BROWN, A. **Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento.** In Radcliffe-Brown. *Coleção Grandes Cientistas Sociais.* São Paulo, Ática, 1978.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. **Migrações e gênero – trabalho, empreendedorismo e discriminações.** Florianópolis: Anais do 9^o Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina, 23 a 26 de agosto de 2010.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas.** Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994. Tomo I.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação.** Trad. M. F. Sá Correia. Porto: Rés Editora, 1989

RODRIGUES, Francilene. S. (Org.). **Estudos Transdisciplinares na Amazonia Setentrional: fronteiras, Migração e Políticas Publicas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Vidas despedaçadas: impactos socioambientais da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia central**. Manaus: UFAM (Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia), 2013.

RUBIN, Gayle. **El Tráfico de Mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo**. *Revista Nueva Antropología*. Noviembre - Vol. VIII, N° 030. México, Distrito Federal: Universidad Autónoma de México, 1986. (pp. 95–145).

RUIZ, Henry Salgado **El campesinado de la Amazonia colombiana: Construcción territorial, colonización forzada y resistencias**. Montreal: Universidad de Montreal - Facultad de Estudios Superiores - Departamento de Antropología. Tesis doctoral, 2012.

SAFFIOTTI, Helleith Lara Bongiovane. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTTI, Helleith Lara Bongiovane. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAHUQUILLO, María R. **¿Trabajadoras o siervas?** Madrid: El País - Reportaje: vida & artes de 01 de junio de 2011.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward W. **Orientalismo – o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

SALAS, Antonio. **Um ano no tráfico de mulheres**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Una epistemología del sur: la reinvencción del conocimiento y la emancipación social**. México: Siglo XXI; CLACSO, 2009.

SANTOS, Carlos Augusto dos; BRASIL, Marília C.; MOURA, Hélio A. *Persona non gratae? A imigração indocumentada no Estado do Amazonas*. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001. p. 479–488.

SASAKI, Elisa Massae. **Dekasseguis: trabalhadores migrantes Nipo-Brasileiros no Japão**. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000.

SAUER, Sérgio. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. Campinas/SP: Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia realizado de 01 a 05 de setembro de 2003 na Universidade de Campinas – UNICAMP

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **O retorno**. *Revista Travessia* – edição especial / jan-2000.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, 2004.

SILVA, Delia Dutra da; MARINUCCI, Roberto; SANTIN, Terezinha (orgs). **Vidas em trânsito: mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos**. Brasília: CSEM, 2011.

SILVA, José Guilherme Carvalho da. **Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira**. Belém: Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, Sydney A. da. “Hispano-americanos no Brasil: entre a cidadania sonhada e a concedida”. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001. p. 489-500.

SILVA, Sidney Antonio da; COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, Márcia Maria de. *Migrações no contexto Amazônico: o caso de Manaus*. In: DUTRA, Delia; MARINUCCI, Roberto e SANTIN, Terezinha (orgs.) **Vidas em trânsito: mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos**. Brasília: CSEM, 2010.

SILVA, Sidney Antonio da. *Peruanos em Manaus, Boa Vista e Pacaraima: trajetórias e processos identitários*. In.: SILVA, Sidney Antonio da (Organizador). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012. p. 258-274.

SOJA, Edward - **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad. Vera Ribeiro (da 2ª edição em inglês); revisão técnica Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

SOUZA, Herbert de (Betinho). **Escritos indignados: democracia X neoliberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1993.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Brasiliense, 1991.

SPRANDEL, Márcia Anita. *A “questão migratória” como objeto de reflexão*. In: **Refúgio, Migrações e cidadania**. Caderno de debates 2 – Agosto de 2007. Brasília: ACNUR & IMDH, 2007.

STERNS, Peter Neide. **História das relações de gênero**. São Paulo: contexto, 2007.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Tradução: André Villalobos. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TORRES, Iraíldes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Tráfico de Mulheres na Amazônia**. Florianópolis: Mulheres, 2012.

VAINER, Carlos B. *Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados...* as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.

VAINER, Carlos B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: POVOA NETO, Helion (org). **Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Vevan, 2005.

WACQUANT, Loïc J.D. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WALLERSTEIN Immanuel. **Ecologia versus direitos de propriedade: a terra na economia-mundo capitalista**. Lisboa: Revista OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa. Vol. 1, n.º 1, 2010, pp. 1-11

WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo como o concebemos: Ciência Social para o século XXI**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WALLERSTEIN, I. **Mudança Social? "A mudança é eterna. Nada muda, nunca"**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 44, Dezembro de 1995.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. Trad. Renato Aguiar. São Paulo, SP: Boitempo, 2007

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho – Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2007.

YANNOULAS, Silvia Cristina. ***Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria.*** Revista Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) v. 2, n. 22 (2011).

ANEXOS

ANEXO 01: FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADA AOS HAITIANOS



FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADA AOS HAITIANOS

I – IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome:

1.2 Idade _____

1.3 Sexo: Masculino Feminino

1.4 Estado Civil

solteiro(a) casado(a) viúvo(a) divorciado(a) outros

1.5. Cidade onde Nasceu _____

Departamento ou Província _____

1.6. Nível de Escolaridade:

Iltrado E. F. Completo E. F. Incompleto E. M. completo E. M. Incompleto Curso técnico Qual:.....

E. Superior Incompleto (Qual o curso? _____)

E. Superior Completo (Qual o curso? _____)

1.7. Em que trabalhava no Haiti: _____

1.8. Tem filhos? Sim Não

1.9. Número de filhos por idade:

0 a 3 anos 4 a 7 8 a 12 12 a 15 16 +

2. Situação Migratória:

2.1. Nome da Cidade (Departamento ou Província) onde morava quando veio para o Brasil: _____

2.2. Sua entrada no Brasil se deu por qual cidade? _____

2.3. Há quanto tempo está no Brasil? _____

2.4. Quantas pessoas da sua família vieram para o Brasil? _____ ou para outros países? _____

2.5. O que você sabia sobre o Brasil antes de viajar? _____

2.6. Antes de viajar você conhecia alguém que morava no Brasil? Sim Não

2.7. Quais os motivos que te levaram a vir para o Brasil?

problemas econômicos problemas políticos terremoto outros? Quais?

2.8. Situação migratória atual: Solicitante de refúgio Refugiado Migrante regular Migrante irregular

2.9. Sua intenção atual é:

continuar em Manaus retornar para o Haiti Seguir para outra região do Brasil Seguir para outro país

3. Situação atual:

3.1. Bairro onde reside:

3.2. Condição de moradia:

3.3. Ocupação (trabalho): _____

3.4. Ganhos mensais: até 01 salário mínimo até 02 salários mais de 02 salários

3.5. Pretende continuar estudando em Manaus? Sim Não

3.6. Qual curso? _____

4. Expectativas

4.1. Quais eram suas expectativas ao vir para Manaus?

4.2. Quais os maiores desafios que você está enfrentando em Manaus? _____

4.3. O que você gostaria que fosse diferente na sua estada em Manaus?

**ANEXO 02: FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO
AOS MIGRANTES NA AMAZÔNIA**



FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADA AOS MIGRANTES NA AMAZÔNIA

1. Aspectos sóciodemográficos

1.1. Idade _____

1.2. Orientação Sexual: Masculino Feminino Outros _____

1.3. Estado Civil

solteiro(a) casado(a) viúvo(a) divorciado(a) outros

1.4. Cidade onde Nasceu _____

Estado - Departamento ou Província _____

País _____

1.5. Nível de Escolaridade:

Iltrado E. F. Completo E. F. Incompleto E. M. completo E. M. Incompleto Curso técnico Qual:.....

E. Superior Incompleto (Qual o curso? _____)

E. Superior Completo (Qual o curso? _____)

2. Percurso Migratório.

2.1. Os motivos dos movimentos e deslocamentos migratórios

Trabalho Família Estudos Saúde Violência

outros _____

2.2. Fatores impulsionadores da migração

Alguma pessoa influenciou na sua decisão de migrar?

Não Sim – quem? _____

2.3. Algum fator climático influenciou na migração?

enchente seca terras caídas outros _____

2.4. Algum fator econômico influenciou na migração?

desemprego dívidas transferência de emprego

outros _____

2.5. Algum fator político influenciou na migração?

Carreira política? Explique _____

Conflitos agrários ou ambientais conflitos urbanos

Violência – que tipo? _____

Perseguição – que tipo? _____

Ameaça – que tipo? _____

[] Outros? _____

2.6. Experiências migratórias anteriores

Migrou antes de chegar aqui?

[] Não [] Sim - quantas vezes? _____

Indicar cidades, estados ou países da migração anterior _____

2.7. Quais as principais dificuldades enfrentadas na migração atual?

[] Econômicas? Quais _____

[] Sociais? Quais _____

[] Políticas? Quais _____

[] Culturais? Quais _____

[] Outras? Quais _____

2.8. Como venceu ou está vencendo os desafios e dificuldades?

3. Identidade ou autoidentificação

Como você se autodefine?

[] Branco

[] Negro

[] Indígena – Qual etnia ou grupo étnico? _____

[] Pardo ou mestiço

[] Outro – qual ? _____

4. Redes sociais e de integração

4.1. Quem fazia parte do seu ciclo de amizades antes de migrar? _____

4.2. Quem fazia parte do seu ciclo de amizades atualmente? _____

4.3. Desenvolve algum trabalho voluntário atualmente?

[] Não

[] Sim – qual _____

4.4. Participa de alguma atividade comunitária, grupo ou movimento social?

[] Não

[] Sim – qual _____

4.5. Faz uso de alguma tecnologia virtual para se comunicar com as pessoas que ficaram no seu lugar de origem?

[] Não

[] Sim – qual e com que frequência _____

4.6. Sente-se acolhido(a) nesta sociedade de destino migratório?

[] Não – por quê? _____

[] Sim – por quê? _____

4.7. Já sofreu algum tipo de preconceito ou outra forma de discriminação e intolerância nessa sociedade atual?

[] Não

[] Sim – qual? _____

5. Situação socioeconômica

5.1. Seu trabalho atual é melhor do que o anterior à migração?

[] Não – explique _____

[] Sim – explique _____

5.2. Você está ganhando melhor?

[] Não _____

[] Sim – quanto a mais? _____

5.3. Alguma pessoa no seu lugar de origem depende das remessas que você precisa enviar?

[] Não _____

[] Sim – quanto e com que frequência? _____

5.4. Sua situação econômica melhorou com a migração?

[] Não _____

[] Sim – qual a porcentagem? _____

5.5. O custo de vida aqui é maior, menor ou igual ao do seu lugar de origem?

[] Maior – quanto? _____

[] Menor - quanto? _____

[] Equivalente

6. Espaço aberto para questões pertinentes ao itinerário migratório

6.1. Como se sente ao ser convidado(as) para participar desta pesquisa?

6.2. Gostaria de indicar mais alguém para participar desta pesquisa?

6.3. Gostaria de sugerir, criticar, reformular alguma coisa nessa pesquisa ou de ter acesso aos resultados?

6.4. Espaço para outras contribuições espontâneas

ANEXO 03: OFÍCIOS DA DELEMIG/DREX/SR/DPF/AM

